UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

EVOLUÇÃO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS NO BRASIL NOS ÚLTIMOS TRINTA
ANOS: DA LEI Nº 6.404/76 À LEI Nº 11.638/07

Cecília Moraes Santostaso Geron

Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo dos Santos

SÃO PAULO

2008

Profa. Dra. Suely Vilela
Reitora da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Carlos Roberto Azzoni
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Fábio Frezatti
Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária

Prof. Dr. Gilberto Martins
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

CECÍLIA MORAES SANTOSTASO GERON

**EVOLUÇÃO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS NO BRASIL NOS ÚLTIMOS TRINTA
ANOS: DA LEI Nº 6.404/76 À LEI Nº 11.638/07**

Dissertação apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo dos Santos

São Paulo

2008

Dissertação defendida e aprovada no Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, pela seguinte banca examinadora:

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Seção de Processamento Técnico do SBD/FEA/USP

Geron, Cecília Moraes Santostaso

Evolução das práticas contábeis no Brasil nos últimos 30 anos : da Lei 6.404/76 à Lei 11.638/07 / Cecília Moraes Santostaso Geron. -- São Paulo, 2008.

300 p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2008
Bibliografia.

1. Sociedade por ações 2. Contabilidade societária 3. Padrões e normas contábeis I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade II. Título.

CDD – 657.95

**Ao Luiz, sempre presente.
Aos meus filhos, Marco e Sophia.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao orientador Prof. Dr. Ariovaldo dos Santos pela paciência, dedicação e ensinamentos na elaboração desse trabalho. Obrigada pela amizade.

Ao Prof. Dr. Eliseu Martins agradeço pela atenção, pela leitura cuidadosa e sugestões a essa dissertação. Muito obrigada ao Prof. Dr. Natan Szuster pelas importantes colaborações no Exame de Qualificação.

Agradeço a todos os mestres do curso de Pós-Graduação, especialmente ao Prof. Dr. Nelson de Carvalho, ao Prof. Dr. Geraldo Barbieri, ao Prof. Edson Riccio, ao Prof. Dr. Gilberto Martins, ao Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro e ao Prof. Dr. Luiz João Corrar pelos preciosos ensinamentos.

Aos meus colegas, Bruna Casella, Ageu Barros, Guillermo Oscar Braunbeck, Reinaldo Busch Alves Carneiro, Luiz Eduardo Mizu da Silva, Fabiana Lopes da Silva, Sarah Kuwano Molinari Salotti, Maria Rosa Trombetta, Tatiana Lopes, Fernando Chiqueto, Roberto Suzuki, Jeanderson Rocha, Monica Sionara Schpallir Calijuri, Carmine Rullo, Jorge de Souza Bispo, Marcelo Fridori, Guilherme Garcia Belloque, Daniel Diniz Oliveira, Henrique Formigoni, Marcelo Cambria, Vanessa Lopes e Cristiane Benetti meu muito obrigada pela amizade, pelo carinho, pelas discussões e pela solidariedade.

Meu carinho especial à Lucia Moraes Santostaso Marinho, pela correção ortográfica, à Patrícia Shigeeda, pela competência como professora, ao Roberto Leite, pela prontidão em ajudar e à Kelly Cristina, pelos trabalhos de digitação.

À Marta Pelucio Grecco agradeço pela amizade e pelo apoio não só nas atividades acadêmicas, mas também nas profissionais.

Minha gratidão ao Luiz, pelo amor, paciência, apoio, compreensão e por estar sempre comigo.

RESUMO

A normatização da contabilidade no Brasil tem origem não só na Lei nº 6.404/76, que define as regras contábeis para as Sociedades por Ações, mas também na legislação fiscal, por meio do Regulamento do Imposto de Renda, pelas Instruções, Deliberações, Ofícios Circulares e outros documentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e, até mesmo, pelo Novo Código Civil. Além desse conjunto de órgãos normatizadores, existem ainda as regras ditadas por agências federais reguladoras como a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por exemplo, não se esquecendo do Banco Central do Brasil, que tem poderes para definir regras para as instituições financeiras. Mais recentemente foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com o objetivo de centralizar a emissão de Pronunciamentos na área contábil que poderão ser adotados pelos diversos órgãos normatizadores. E, finalmente, em dezembro de 2007, a Lei nº 11.638 alterou substancialmente a Lei nº 6.404/76 em suas disposições de natureza contábil.

Nesse cenário de tantos órgãos normatizadores, os diversos Pronunciamentos e Normas produzidos não são iguais entre si quando tratam de um mesmo assunto e, em muitos casos, divergentes em alguns pontos. Além disso, é de se esperar que as práticas contábeis hoje não sejam as mesmas existentes nos anos 70.

Este trabalho analisa as alterações julgadas mais importantes ocorridas em um período de aproximadamente trinta anos, isto é, de 1978, quando a Lei das Sociedades por Ações entrou em vigor, a 2008, quando a Lei das Sociedades por Ações foi reformulada em alguns de seus artigos que tratam dos aspectos contábeis. Foi constatado que as alterações ocorridas nas práticas contábeis no decorrer dos anos buscam atender à demanda do mercado, principalmente a exigência de maior confiabilidade e qualidade das informações contábeis publicadas pelas empresas. Podem ser destacados como exemplos a correção monetária integral na década de 80 e primeira metade da década de 90 e a primazia da essência econômica em detrimento de sua forma jurídica no processo de avaliação, entre outros. É importante ressaltar, ainda, a influência norte-americana na Lei nº 6.404/76 e nas normas emitidas pela CVM desde aquele período até a década de 90. Nos últimos anos, a CVM tem a clara preocupação com a convergência das práticas contábeis brasileiras às internacionais emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Palavras-Chave: Sociedade por Ações, Contabilidade Societária, Padrões e Normas Contábeis.

ABSTRACT

The standardization of accounting in Brazil has its origin not only based on the Law nº 6.404/76, which defines the accounting rules for the Limited Liability Corporation Law, but also on the fiscal law according to the Income Tax Regulation; in addition it is ruled by the Instructions, Rules and other documents complying with the Securities Commission (CVM), by Brazilian Accounting Standard issued by Federal Accounting Council, and also by the Civil Code. Besides these ruling agencies, there are the rules issued by Regulating Agencies such as National Agency for Telecommunications (ANATEL) and National Agency for Electric Energy (ANEEL), as well as the Brazilian Central Bank which establishes rules for financial entities. Recently the Accounting Pronouncements Committee (CPC) was founded for establishing the accounting pronouncements in Brazil, which may be adopted by several ruling agencies. And, finally, in December 2007, the Law nº 11.638 came to change substantially the Law nº 6.404/76 regarding its accounting subjects.

Due to this scenario of such a large number of regulating agencies, there are different pronouncements and rules concerning the same issue and, in many cases, divergent in some aspects. Furthermore, the accounting practices nowadays are naturally different from those of the 70's.

This work analyses the main considered changes that have occurred in the last thirty years, in other words, from 1978 when the Limited Liability Corporation Law started, up to 2008, when the Limited Liability Corporation Law was reformulated concerning those articles regarding the accounting aspects. The changes occurred in the accounting practices along the years aim at responding to the market demand, mostly the great need of reliability as well as the quality of the accounting information disclosed by the companies. We can mention as examples the methodology of the Integral Correction in the 80's and in the early 90's, besides, the consideration of the economic essence rather than its juridical aspects in the valuation process, among others. It is important to cite, yet, the North American influence concerning the issue of the Law nº 6.404/76 as well as the Rules issued by CVM since then, up to the 90's. In the recent years CVM is absolutely worried about the convergence between the Brazilian accounting practices and the international accounting practices issued by International Accounting Standards Board - IASB.

Key words: Limited Liability Corporation, Accountancy, Accounting Standards.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	5
LISTA DE QUADROS.....	7
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	8
1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Apresentação	11
1.2 Objetivo e Questão de Pesquisa.....	15
1.3 Justificativa	16
1.4 Delimitação do Estudo	17
1.5 Metodologia	17
1.6 Estrutura do Trabalho	18
2 UM POUCO DE HISTÓRIA	21
2.1 A Legislação Societária Brasileira.....	21
2.2 Mercado de Capitais no Brasil	27
3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APÓS A LEI Nº 6.404/76	29
3.1 As Demonstrações Contábeis	29
3.1.1 O Balanço Patrimonial	34
3.1.1.1 Critérios de Avaliação	41
3.1.1.2 A Deliberação CVM nº 489/2005.....	42
3.1.2 A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	45
3.1.3 Novo formato sugerido para Demonstração de Origens e Aplicações dos Recursos.....	46
3.1.4 A Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	50
3.1.5 A Demonstração do Valor Adicionado.....	55
3.1.6 Notas Explicativas e Relatório da Administração.....	58
3.1.7 Parecer dos Auditores.....	61
4 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NAS PRÁTICAS, MENSURAÇÃO E NOS COMPONENTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APÓS A LEI Nº 6.404/76.....	67
4.1 O Ativo Imobilizado.....	67
4.1.1 Reavaliação de ativos.....	67
4.1.1.1 A Lei nº 6.404/76.....	67
4.1.1.2 O Tratamento Fiscal.....	70
4.1.1.3 As Alterações Posteriores.....	72
4.1.1.4 A Lei nº 11.638/07.....	75
4.1.2 Redução no Valor Recuperável de Ativos.....	76
4.1.3 Provisões para grandes revisões ou paradas programadas.....	79
4.1.4 Operações Descontinuadas.....	82
4.2 Equivalência Patrimonial.....	84
4.2.1 Em quais casos o MEP é aplicável.....	84

4.2.1.1	A Lei nº 6.404/76.....	84
4.2.1.2	A Instrução CVM nº 01/78.....	86
4.2.1.3	A Legislação Fiscal.....	86
4.2.1.4	A Lei nº 11.638/07.....	86
4.2.2	Conceito de Controlada e Coligada.....	87
4.2.2.1	A Lei nº 6.404/76.....	87
4.2.2.2	A Instrução CVM nº 247/96.....	88
4.2.2.3	A Instrução CVM nº 408/04.....	88
4.2.3	O Método da Equivalência Patrimonial.....	89
4.2.3.1	A Lei nº 6.404/76.....	89
4.2.3.2	A Legislação Fiscal.....	92
4.2.3.3	A Instrução CVM nº 247/96.....	92
4.2.4	Resultados não realizados.....	93
4.2.4.1	A Lei nº 6.404/76.....	93
4.2.4.2	A Instrução CVM nº 01/78.....	94
4.2.4.3	A Instrução CVM nº 247/96.....	95
4.2.5	Amortização do Ágio ou Deságio.....	96
4.2.5.1	A Lei nº 6.404/76.....	96
4.2.5.2	As Instruções CVM nº 247/96 e 285/98.....	98
4.2.5.3	A Legislação Fiscal.....	99
4.2.6	Aspectos complementares.....	99
4.2.6.1	A Instrução CVM nº 01/78.....	99
4.2.6.2	A Instrução CVM nº 247/96.....	101
4.2.6.3	A Deliberação CVM nº 534/08.....	103
4.2.6.4	Aquisição de Empresa com Passivo a Descoberto.....	105
4.3	Consolidação das Demonstrações Contábeis.....	106
4.3.1	A Consolidação e quem deve prepará-la	106
4.3.1.1	As alterações posteriores nas práticas contábeis.....	108
4.3.2	Como fazer a consolidação.....	111
4.3.2.1	As alterações posteriores nas práticas contábeis.....	113
4.3.2.2	A Consolidação Proporcional.....	117
4.3.3	Diferenças entre o lucro no método da equivalência patrimonial e o lucro Consolidado.....	119
4.4	Patrimônio Líquido - Reserva de Lucros a Realizar.....	120
4.4.1	A Lei nº 6.404/76.....	120
4.4.2	As alterações trazidas pela Lei nº 10.303/01.....	123
4.4.3	A Lei nº 11.638/07.....	125
4.5	Fusões, cisões ou incorporações.....	126
4.5.1	As incorporações reversas.....	132
4.5.2	As incorporações reversas com ágio interno.....	136
4.6	Marcação de Títulos a Mercado.....	136
4.6.1	Marcação de Títulos a Mercado nos Bancos.....	138
4.6.2	Derivativos.....	139
4.7	Arrendamento operacional e financeiro.....	141
4.7.1	A contabilização efetuada na década de setenta.....	141

4.7.2	Distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros.....	142
4.7.3	A Instrução CVM nº 58/86.....	143
4.7.4	A Resolução CFC nº 921/01.....	144
4.7.5	Impacto do Leasing Financeiro nas Demonstrações Contábeis.....	145
4.7.6	A Lei nº 11.638/07.....	146
4.8	Investimentos com incentivos fiscais.....	147
4.8.1	A Lei nº 6.404/76.....	147
4.8.2	O Ofício-Circular / CVM/SNC/SEP nº 01/2006.....	148
4.8.3	A Lei nº 11.638/07.....	149
4.9	Tributos Diferidos.....	149
4.9.1	O Imposto de Renda e a Contribuição Social.....	149
4.9.2	Os tributos diferidos sobre as diferenças temporárias.....	154
4.9.3	Os tributos diferidos sobre prejuízo fiscal acumulado.....	156
4.9.4	A Deliberação CVM nº 273/98.....	156
4.9.5	A Instrução CVM nº 371/02.....	157
4.9.6	A Resolução CFC nº 998/04.....	158
4.9.7	A Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07.....	158
4.10	Ativos Especiais.....	160
4.11	Securitização de recebíveis.....	161
4.11.1	Securitização via EPE.....	162
4.11.2	Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.....	165
4.12	Títulos perpétuos.....	167
4.13	Bônus de adimplência fiscal.....	170
4.14	Remuneração baseada em Ações - <i>Stock-options</i> e Participações nos Resultados...171	
4.14.1	A Lei nº 6.404/76.....	172
4.14.2	As instruções da CVM.....	173
4.14.3	A forma de contabilização de acordo com as Normas Internacionais.....	173
4.14.4	A Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07.....	175
4.14.5	Participação nos resultados.....	175
4.15	Planos de Pensão.....	176
4.16	Correção Monetária.....	178
4.16.1	A Correção Monetária instituída pela Lei nº 6.404/76.....	178
4.16.1.1	As alterações posteriores.....	180
4.16.2	A Correção Integral.....	181
4.16.2.1	A Instrução CVM nº 64/87.....	182
4.16.2.2	A Instrução CVM nº 191/92.....	183
4.16.3	A revogação do registro da Correção Monetária	184
4.17	Juros sobre capital próprio.....	185
4.17.1	Juros sobre o capital próprio instituído como despesa dedutível.....	185

4.18	Entidades de propósito específico – EPE.....	187
4.18.1	As Instruções da CVM	188
4.19	Re-elaboração das demonstrações contábeis de períodos prévios quando de ajustes de exercícios anteriores.....	190
4.19.1	A Lei nº 6.404/76.....	190
4.19.2	A Instrução CVM nº 59/86.....	191
4.19.3	A Deliberação CVM nº 506/2006.....	192
4.19.4	A Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07.....	195
4.20	Quadro Resumo das Alterações na Legislação Societária.....	196
5	Comparações de Balanços Publicados.....	205
5.1	Balanços selecionados em 1979 e 2008.....	205
5.1.1	Demonstrações Contábeis de uma companhia multinacional fechada.....	205
5.1.2	Demonstrações Contábeis de uma companhia nacional fechada.....	213
5.1.3	Demonstrações Contábeis de uma companhia nacional aberta.....	221
5.1.4	Demonstrações Contábeis de uma companhia multinacional aberta.....	233
5.2	Exemplo de Balanço – Correção Monetária Integral.....	240
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	247
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	251
	Anexo – Demonstrações Contábeis Completas	261

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Balanço Patrimonial de Indústrias Romi S/A de 2006 e 2007.....	37
Tabela 2 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de Indústrias Romi S.A. de 2006 e 2007.....	46
Tabela 3 - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos de Indústrias Romi S.A. de 2006 e 2007	48
Tabela 4 - A Demonstração das Origens a Aplicações dos Recursos.....	49
Tabela 5 - Demonstração dos Fluxos de Caixa de Indústrias Romi S.A. de 2006 e 2007.....	53
Tabela 6 - Paradas Programadas: contabilização de provisão contra o Resultado.....	81
Tabela 7 - Paradas Programadas: contabilização de Ativo Diferido.....	81
Tabela 8 - Paradas Programadas: contabilização de acordo com a Deliberação CVM nº 489/05.....	82
Tabela 9 - Equivalência Patrimonial - cálculo de acordo com artigo 248 da Lei nº 6.404/76.....	94
Tabela 10 - Equivalência Patrimonial – cálculo de acordo a Instrução CVM nº 247/96.....	96
Tabela 11 - Cálculo da Reserva de Lucros a Realizar.....	125
Tabela 12 - Incorporação de Sociedades sob o controle comum.....	127
Tabela 13 - Incorporação com participação de uma empresa na outra.....	128
Tabela 14 - Fusão.....	128
Tabela 15 - Cisão.....	129
Tabela 16 - Incorporação com contabilização do Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	131
Tabela 17 - Incorporação Reversa – I.....	132
Tabela 18 - Incorporação Reversa – II.....	133
Tabela 19 - Incorporação Reversa – III.....	133
Tabela 20 - Incorporação Reversa – IV.....	135
Tabela 21 - Apuração do Lucro Real.....	155
Tabela 22 - Apuração do Lucro Real II.....	156
Tabela 23 - Balanço Patrimonial da Gilbarco do Brasil S.A. Equipamentos em 1979 e 1980.....	206
Tabela 24 - Balanço Patrimonial da Gilbarco do Brasil S.A. Equipamentos em 2006 e 2007.....	207
Tabela 25 - Demonstração de Resultados de Exercícios da Gilbarco do Brasil S.A. Equipamentos em 1979 e 1980.....	208
Tabela 26 - Demonstração de Resultados de Exercícios da Gilbarco do Brasil S.A. Equipamentos em 2006 e 2007.....	209
Tabela 27 - Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos da Gilbarco do Brasil S.A. Equipamentos em 1979 e 1980.....	209
Tabela 28 - Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos da Gilbarco do Brasil S.A. Equipamentos em 2006 e 2007.....	210
Tabela 29 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido da Gilbarco do Brasil S.A. Equipamentos em 1979 e 1980.....	211
Tabela 30 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido da Gilbarco do Brasil S.A. Equipamentos em 2006 e 2007.....	211
Tabela 31 - Balanço Patrimonial da Equipetrol S.A. (posteriormente Armco do Brasil S.A. em 1978.....	214
Tabela 32 - Balanço Patrimonial da Armco S.A. em 2007 e 2006.....	215
Tabela 33 - Demonstração do Resultado da Equipetrol S.A. em 1978.....	216

Tabela 34 - Demonstração do Resultado da Armco S.A. em 2007 e 2006	216
Tabela 35 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido da Equipetrol S.A. em 1978.....	217
Tabela 36 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido da Armco S.A. em 2007 e 2006.....	218
Tabela 37 - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos da Equipetrol S.A. em 1978.....	219
Tabela 38 - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos da Armco S.A. em 2006 e 2007.....	220
Tabela 39 - Balanço Patrimonial de Indústrias Romi S.A. de 1977 e 1978.....	222
Tabela 40 - Balanço Patrimonial de Indústrias Romi S.A. de 2006 e 2007	223
Tabela 41 - Demonstração do Resultado de Indústrias Romi S.A. de 1978.....	224
Tabela 42 - Demonstração do Resultado de Indústrias Romi S.A. de 2006 e 2007.....	225
Tabela 43 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de Indústrias Romi S.A. de 1978.....	226
Tabela 44 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de Indústrias Romi S.A. de 2006 e 2007.....	226
Tabela 45 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de Indústrias Romi S.A. de 1978.....	227
Tabela 46 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de Indústrias Romi S.A. de 2006 e 2007.....	228
Tabela 47 - Demonstração dos Fluxos de Caixa de Indústrias Romi S.A. de 2006 e 2007	229
Tabela 48 - Balanço Patrimonial de Makro Atacadista S.A. em 1978.....	234
Tabela 49 - Balanço Patrimonial de Makro Atacadista S.A. em 2006 e 2007.....	234
Tabela 50 - Demonstração do Resultado de Makro Atacadista S.A. em 1978.....	236
Tabela 51 - Demonstração do Resultado de Makro Atacadista S.A. em 2006 e 2007.....	237
Tabela 52 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de Makro Atacadista S.A. em 1978.....	237
Tabela 53 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de Makro Atacadista S.A. em 2006 e 2007.....	238
Tabela 54 - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos de Makro Atacadista S.A. em 1978.....	238
Tabela 55 - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos de Makro Atacadista S.A. em 2006 e 2007.....	239
Tabela 56 - Balanços Patrimoniais da Oxiten S.A. Indústria e Comércio de 1986 e 1987	240
Tabela 57 - Demonstrações de Resultado da Oxiten S.A. Indústria e Comércio de 1986 e 1987.....	241
Tabela 58 - Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido de Oxiten S.A. Indústria e Comércio de 1986 e 1987.....	241
Tabela 59 - Demonstrações Origens e Aplicações de Recursos da Oxiten S.A. Indústria e Comércio de 1986 e 1987.....	242
Tabela 60 - Balanço Patrimonial da Sabesp de 1993 e 1994 (Ativo).....	244
Tabela 61 - Balanço Patrimonial da Sabesp de 1993 e 1994 (Passivo).....	244
Tabela 62 - Demonstração de Resultado da Sabesp de 1993 e 1994.....	245
Tabela 63 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido da Sabesp de 1993 e 1994.....	245
Tabela 64 - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos da Sabesp de 1993 e 1994.....	246

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Demonstrações Contábeis.....	34
Quadro 2 - O Balanço Patrimonial	40
Quadro 3 - Tratamento a ser dado envolvendo Contingências Ativas e Contingências Passivas	44
Quadro 4 - A Demonstração do Valor Adicionado.....	56
Quadro 5 - Cálculo de Reserva de Lucros a Realizar de acordo com a CVM.....	123
Quadro 6 - Cálculo de Dividendos Obrigatórios.....	123
Quadro 7 – Comparação Contabilização Leasing.....	146
Quadro 8 – Resumo das Alterações na Legislação Societária.....	196

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCA: Associação Brasileira das Companhias Abertas
ADR: American Depositary Receipts
ANATEL: Agência Nacional de Telecomunicações
ANBID: Associação Nacional dos Bancos de Investimento
ANEEL: Agência Nacional de Energia Elétrica
ANS: Agência Nacional de Saúde
APIMEC: Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
BACEN: Banco Central do Brasil
BOVESPA: Bolsa de Valores de São Paulo
BTN: Bônus do Tesouro Nacional
CCL: Capital Circulante Líquido
CFC: Conselho Federal de Contabilidade
CMI: Correção Monetária Integral
COFINS: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COSIF: Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
CPC: Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CRI: Certificado de Recebíveis Imobiliários
CSLL: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CST: Coordenação do Sistema de Tributação
CVM: Comissão de Valores Mobiliários
DFC: Demonstração dos Fluxos de Caixa
DIPJ: Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica
DLPA: Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados
DMPL: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DOAR: Demonstração de Origens e Aplicações dos Recursos
DRE: Demonstração do Resultado do Exercício
DVA: Demonstração do Valor Adicionado
EPE: Entidade de Propósito Específico
FAP: Fator de Atualização Patrimonial
FASB: Financial Accounting Standards Board
FIDC: Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios
FIDC – NP: Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios Não-Padronizados
FINAM: Fundo de Investimentos da Amazônia
FINOR: Fundo de Investimentos do Nordeste
FIECAFI: Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
IAS: International Accounting Standard
IASB: International Accounting Standards Board
IBRACON: Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviço
IFRS: International Financial Reporting Standard
IN: Instrução Normativa
INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INSS: Instituto Nacional do Seguro Social
IPC: Índice de Preços ao Consumidor
IPI: Imposto sobre produtos industrializados
IRPJ: Imposto de Renda Pessoa Jurídica

IRRF: Imposto de Renda Retido na Fonte
ISS: Imposto sobre Serviços de qualquer natureza
JSCP: Juros sobre Capital Próprio
LALUC: Livro de Apuração do Lucro Contábil
LALUR: Livro de Apuração do Lucro Real
MEP: Método da Equivalência Patrimonial
NBC: Norma Brasileira de Contabilidade
NCC: Novo Código Civil
NPC: Normas e Procedimentos de Contabilidade
NYSE: New York Stock Exchange
ORTN: Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional
OTN: Obrigações do Tesouro Nacional
PASEP: Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PEPS: O primeiro a entrar é o primeiro a sair
PIS: Programa de Integração Social
PL: Projeto de Lei
PPP: Parcerias Público-Privadas
REFIS: Programa de Recuperação Fiscal
RIR: Regulamento do Imposto de Renda
S.A.: Sociedades por Ações
SEC: Securities and Exchange Commission
SPC: Special Purpose Company
SPE: Sociedade de Propósito Específico
SRF: Secretaria da Receita Federal
SUSEP: Superintendência de Seguros Privados
TJLP: Taxa de Juros de Longo Prazo
UFIR: Unidade Fiscal de Referência
UMC: Unidade Monetária Contábil
VRG: Valor Residual Garantido

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

No Brasil, a Lei nº 6.404/76 regulamenta, em seu Capítulo XV, aspectos fundamentais da contabilidade, como por exemplo, quais as Demonstrações Contábeis obrigatórias, quais os seus formatos, como devem ser avaliados seus componentes, entre outros assuntos. Além da Lei das Sociedades por Ações, outros documentos têm poder normatizador sobre a matéria contábil em nosso país: o Regulamento do Imposto de Renda, as Instruções e Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, as Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, o Código Civil Brasileiro. Além disso, agências reguladoras federais, como a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Agência Nacional de Saúde (ANS), a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), ditam regras sobre as informações contábeis divulgadas pelas entidades que regem, da mesma forma que o Banco Central determina normas contábeis para as instituições financeiras. É importante ainda destacar o papel do IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - que emite Pronunciamentos acatados pelos profissionais da área contábil, sejam eles auditores ou contadores e por entidades como a CVM.

A CVM foi criada através da Lei nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976 e, de acordo com seu artigo 5º:

[...] a Comissão de Valores Mobiliários [é uma] entidade autárquica em regime especial, vinculada ao Ministério da Fazenda, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, dotada de autoridade administrativa independente, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes, e autonomia financeira e orçamentária.

A CVM tem poderes para disciplinar, normatizar e fiscalizar a atuação dos integrantes do mercado de valores mobiliários no Brasil. É seu papel zelar pela regularidade e confiabilidade das informações colocadas à disposição do mercado pelas companhias. De acordo com a própria entidade, “no que diz respeito à definição de políticas ou normas voltadas para o desenvolvimento dos negócios com valores mobiliários, a CVM procura junto a instituições de mercado, do governo ou entidades de classe, suscitar a discussão de problemas, promover

o estudo de alternativas e adotar iniciativas, de forma que qualquer alteração das práticas vigentes seja feita com suficiente embasamento técnico e, institucionalmente, possa ser assimilada com facilidade, como expressão de um desejo comum.”

As informações contábeis das companhias abertas devem ser geradas obedecendo não só à Lei nº 6.404/76, mas a todas as alterações introduzidas pela CVM, através de suas Instruções, Deliberações, Notas Explicativas, Pareceres de Orientação e Ofícios-Circulares.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), criado pelo Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, como autarquia especial de caráter corporativista sem vínculo com a Administração Pública Federal e com a finalidade de orientação, normatização e fiscalização do exercício da profissão contábil através dos conselhos regionais, influencia o comportamento desses profissionais. O CFC edita as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), que são aprovadas ou alteradas através de Resoluções. Além disso, o CFC ainda emite Instruções Normativas e Súmulas. Essas normas em vários pontos se contrapõem ao que dita a Lei das Sociedades por Ações ou a CVM através de suas Instruções e Deliberações. Não se está aqui afirmando que esta ou aquela esteja certa ou errada, apenas se está destacando que elas, por vezes, podem ser diferentes.

O IBRACON, Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, emite pronunciamentos contábeis de excelente qualidade técnica. Faz parte da Comissão Consultiva de Normas Contábeis da CVM que tem poderes para transformar pronunciamentos em regras a serem seguidas pelas companhias abertas através de suas Deliberações. Além disso, atualmente, compõe também o CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. De acordo com o site cpc.org.br, o IBRACON tem os seguintes propósitos:

- discutir, desenvolver e aprimorar as questões éticas e técnicas da profissão de auditor e de contador e, ao mesmo tempo, atuar como porta-voz dessas categorias diante de organismos públicos e privados e da sociedade em geral;
- auxiliar na difusão e na correta interpretação das normas que regem a profissão, possibilitando aos profissionais conhecê-la e aplicá-la de forma apropriada, contribuindo para a criação e a manutenção de um mercado sadio, regido pela ética profissional;
- atuar, também, no conjunto das entidades de ensino colaborando para o aprimoramento da formação profissional, por meio da divulgação das atribuições, do campo de atuação e da importância do trabalho do auditor independente em nossa sociedade.

O Fisco, através do Regulamento do Imposto de Renda e outros instrumentos normatiza várias questões importantes da área contábil. Ele teve papel muito importante, quando, através

do Decreto-lei nº 1.598/77, adaptou a legislação fiscal à nova legislação societária, ou seja, à Lei nº 6.404/76 editada um ano antes, e ampliou seu alcance aos outros tipos de sociedades.

Apesar da Lei nº 6.404/76 prever que a escrituração contábil deveria ser efetuada com base nos princípios de contabilidade geralmente aceitos e, da existência do LALUR – Livro de Apuração do Lucro Real, onde são escriturados os ajustes ao lucro contábil para que se chegue ao lucro tributável de forma que a contabilidade possa ser efetuada de acordo com suas normas próprias e não de acordo com regras fiscais, é inegável que, na prática, a adoção desse sistema não tenha a extensão que seria necessária para que contabilidade pudesse ser escriturada sem a influência fiscal.

O Novo Código Civil Brasileiro (NCC), com a redação dada pela Lei nº 10.406/02, possui artigos que tratam de matéria contábil. De fato, tal legislação possui tantos problemas técnicos quando versa sobre esse assunto que, na prática, foi completamente ignorado pela classe contábil. De acordo com Martins (2002, p.1), “Ele contém alguns artigos de natureza contábil que são, em boa parte, atrocidades que jamais esperaríamos ver acontecer em nosso País.”

Um exemplo é o artigo 1.184, que determina que o balanço patrimonial e o de resultado econômico deverão ser assinados por um técnico em Ciências Contábeis habilitado. No Brasil, tal profissional não existe, ou é Bacharel em Ciências Contábeis ou Técnico em Contabilidade. Além disso, é efetuada a Demonstração de Resultados que não apresenta o resultado econômico de uma entidade, mas o resultado contábil que difere do primeiro principalmente pelo não registro do custo de oportunidade. No artigo 1.189, o termo Demonstração de Lucros e Perdas é usado como sinônimo do balanço de resultado econômico. Desde a instituição da Lei nº 6.404/76, não se utiliza tal demonstração que era a soma da Demonstração de Resultados e da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados existentes hoje. O NCC não menciona as outras demonstrações obrigatórias, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR, a Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC (que substituiu a DOAR) e muito menos a Demonstração do Valor Adicionado - DVA. O Código Civil também menciona em seu artigo 1.187 outro exemplo de terminologia não utilizada no Brasil, o fundo de amortização e fundo de reserva, o que poderia causar confusão entre os conceitos de provisão, fundo e reserva. Martins (2002, p. 3) comenta os problemas de terminologia conforme segue:

A confusão terminológica tem um auge: *fundo de reserva*. Veja-se o art. 1.187, item II, parte final: “a diferença entre esse e o preço de custo não será levada em conta para a distribuição de lucros, nem para as percentagens referentes a *fundos de reserva*.” Chamar as reservas de lucros, do patrimônio, de *fundos de reserva*, é uma volta a décadas e, mesmo assim, a uma época em que os críticos dessa terminologia já bradavam suas vozes.

Ainda existem outros exemplos relevantes de sérios problemas técnicos na legislação em vigor, inclusive referente à avaliação dos estoques, forma de escrituração dos livros e seu registro nos órgãos competentes, entre outros. De qualquer forma, essa normatização não têm sido observada pelos profissionais da área contábil.

O Banco Central do Brasil é uma autarquia federal que integra o Sistema Financeiro Nacional e foi criado em 31/12/64, pela Lei nº 4.595. Ele tem a responsabilidade de fiscalização do Sistema Financeiro Nacional e do mercado financeiro, a regulamentação do Sistema Financeiro Nacional, o ordenamento do Sistema Financeiro Nacional e do Sistema de Informações do Banco Central do Brasil (Sisbacen). O Banco Central do Brasil emite normas contábeis que devem ser obedecidas pelas instituições financeiras que são fiscalizadas por ele.

Ainda temos no Brasil as agências federais como a ANATEL, a ANEEL, por exemplo, e ainda, a SUSEP, ditando regras contábeis para as entidades regidas por elas, inclusive determinando quais informações serão divulgadas para o mercado. Por exemplo, as empresas de energia elétrica divulgam o Balanço Social, informação não divulgada pelas empresas em geral.

Dentro desse cenário de vários agentes criando regras, é de se esperar que as práticas contábeis no Brasil não sejam as mesmas existentes desde a criação da Lei das Sociedades por Ações ou, ainda, que sejam diferentes, dependendo do órgão que as emitiu. É necessário que se caminhe para uma única normatização contábil em nosso país, e essa possa convergir às normas contábeis internacionais, para que se diminuam os custos das empresas a fim de terem acesso aos mercados de capitais mais importantes do mundo.

Nesse contexto, mais recentemente foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com o objetivo de centralizar a emissão de pronunciamentos na área contábil. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), criado em 2005, uniu a Associação Brasileira das Companhias Abertas - ABRASCA, Associação dos Analistas e Profissionais de

Investimento do Mercado de Capitais - APIMEC Nacional, Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, Conselho Federal de Contabilidade - CFC, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON, em função das necessidades de convergência internacional das normas contábeis, da centralização na emissão de normas dessa natureza e da necessidade de representação e processo democráticos na produção dessas informações e tem o seguinte objetivo, de acordo com a Resolução CFC nº 1.055/05:

[...] o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

Além de seus membros, são convidados permanentes do CPC representantes do Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Secretaria da Receita Federal, Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Adicionalmente, outras entidades ou especialistas poderão ser convidados e grupos de trabalho para temas específicos poderão ser formados.

E, finalmente, no final do ano de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638, alterando de forma significativa os tópicos de natureza contábil na Lei nº 6.404/76. A nova legislação societária entrou em vigor em 2008 e é muito importante já que altera disposições que impediam a adoção das normas internacionais pelo mercado brasileiro. Após a promulgação dessa lei, as normas emitidas pela CVM deverão obrigatoriamente ser convergentes às normas internacionais de contabilidade. O CPC terá papel fundamental na emissão de pronunciamentos que deverão ser aprovados pela CVM, BACEN, CFC, SUSEP e demais órgãos reguladores.

1.2 Objetivo e Questão de Pesquisa

Este trabalho tem por objetivo examinar a evolução e o desenvolvimento das práticas contábeis no Brasil no período de 1978 a 2008, ou seja, as alterações julgadas mais importantes serão analisadas desde a promulgação da Lei das Sociedades por Ações em 1976 até sua modificação mais profunda e recente, efetuada através da Lei nº 11.638/07.

Nesse período, inúmeras Instruções e Deliberações da CVM foram emitidas, Normas do CFC, Pronunciamentos do IBRACON, e, ainda, regras de outros órgãos normatizadores, além das alterações sofridas pela própria Lei nº 6.404/76. Essas modificações afetaram desde o formato das Demonstrações Contábeis, a forma de mensuração de vários itens de Balanço, conceitos e formas de cálculo de itens muito relevantes como o da Equivalência Patrimonial, entre tantos assuntos tratados.

Neste trabalho procura-se responder à seguinte questão: quais foram as grandes alterações nas práticas contábeis brasileiras ocorridas nos últimos trinta anos, desde a Lei nº 6.404/76?

1.3 Justificativa

As práticas contábeis afetam e são afetadas pelo ambiente. São várias as razões para que elas se alterem de acordo com lugares e períodos diferentes e essas razões incluem as características e necessidades dos usuários das informações contábeis, as características de quem as prepara, o modo como o mercado e a sociedade se organizam, entre outras. As alterações nas práticas contábeis são uma resposta à demanda do mercado por informações mais confiáveis e de melhor qualidade.

No Brasil, onde existem vários órgãos responsáveis pela normatização do assunto, emitindo regras que em alguns casos são inclusive divergentes, o estudo da evolução das práticas contábeis é de grande importância. Ele é útil para o entendimento do estágio atual dessas práticas. A existência de normas que tratam de forma diferente o mesmo assunto trazem dificuldades para os analistas do mercado sobre o entendimento, confiabilidade e comparabilidade de informações contábeis divulgadas pelas empresas.

Aliada a essa situação, o mundo todo discute a convergência das práticas contábeis de cada país às Normas Internacionais emitidas pelo IASB. São várias as razões que justificam a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade pelas empresas, principalmente o acesso aos mercados estrangeiros de capitais e a diminuição dos custos para se ter esse acesso. O Brasil tem implementado passos importantes na direção da convergência das Normas Contábeis Brasileiras com as Internacionais. Talvez a mais importante e mais recente seja a

alteração da Lei das Sociedades por Ações, o que não promove imediatamente essa aderência, mas oferece as condições necessárias para que isso seja possível.

Nesse contexto, é importante conhecer não só o processo de mudanças das práticas contábeis no Brasil, mas também suas razões, de forma que seja possível o entendimento de nossa situação atual.

1.4 Delimitações do Estudo

Este trabalho abrange a análise das práticas contábeis determinadas pela Lei das Sociedades por Ações, das alterações dessas práticas ocasionadas pelas Instruções e Deliberações da CVM, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo CFC e ainda pelos Pronunciamentos do IBRACON e do CPC e, finalmente, de acordo com a Lei nº 11.638/07.

É importante destacar que a Lei nº 6.404/76 e suas alterações posteriores tratam também de questões outras que não as relativas à contabilidade. Este trabalho restringe-se à análise dos aspectos contábeis que envolveram as mudanças ocorridas nas práticas oriundas das alterações na base legal composta por Leis e Normas.

1.5. Metodologia

Como visto anteriormente, este trabalho buscará analisar a evolução das práticas contábeis no Brasil nos primeiros trinta anos de vigência da Lei das Sociedades por Ações.

O trabalho caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, que segundo Martins (2007, p. 15):

A pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um tema ou um problema com base em referências teóricas publicadas em livros, revistas, periódicos, etc. Busca conhecer e analisar contribuições científicas sobre determinado tema.

No entanto, este estudo possui algumas características de pesquisa documental, quando analisa e compara fontes primárias, ou seja, as Leis e normas emitidas sobre o assunto. De

acordo com Lakatos (2007, p. 176), a característica da pesquisa documental é: “ [...] que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina fontes primárias”.

As fontes primárias são as fontes de documentos de arquivos públicos, publicações parlamentares e administrativas, estatísticas, documentos de arquivos privados, cartas ou, ainda, contratos. Os arquivos públicos contêm, conforme Lakatos (2007, p.178): “Documentos oficiais, tais como: ordens régias, leis, ofícios, relatórios, correspondências, anuários, alvarás, etc.”

O ponto de partida foi a escolha dos tópicos que seriam abordados neste estudo. Essa primeira etapa baseou-se na verificação efetuada nas diversas edições do Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações (aplicável também às demais sociedades) da FIPECAFI e, então, avaliaram-se quais os assuntos mais importantes para a área contábil cujo tratamento foi sendo alterado no decorrer desse período.

A partir da seleção dos tópicos, a base legal (Leis, Decretos, Instruções, Deliberações, Ofícios-Circulares, Pronunciamentos e Normas) de cada um deles foi levantada e analisada. Dessa forma, foi possível verificar qual era a prática contábil na instituição da Lei nº 6.404/76, quais as alterações efetuadas pela CVM, quais as Normas Brasileiras emitidas pelo CFC, os Pronunciamentos do IBRACON e, mais recentemente, do CPC, além da prática atual, em cada assunto estudado. Procurou-se também identificar as razões das alterações verificadas nas práticas contábeis. O resultado foi compilado num quadro resumo.

Como ilustração, o formato das Demonstrações Contábeis e a quantidade de informações que eram divulgadas em 1979 foram comparados com o que atualmente é publicado pelas empresas.

1.6 Estrutura do Trabalho

O trabalho foi estruturado em seis capítulos. No primeiro capítulo apresenta-se a introdução ao tema estudado, discorrendo sobre o cenário dos órgãos normatizadores da contabilidade no

Brasil. A partir dessa contextualização, são expostos o objetivo e a questão de pesquisa do trabalho, as justificativas, a metodologia e a estrutura do estudo.

No segundo capítulo expõem-se aspectos históricos da legislação societária e do mercado de capitais no Brasil, além da situação atual da normatização da contabilidade em nosso país.

As julgadas principais alterações nas Demonstrações Contábeis após a Lei nº 6.404/76 estão no terceiro capítulo, divididas em tópicos: o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, o formato sugerido pela Fipecafi para Demonstração de Origens e Aplicações dos Recursos, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, as Notas Explicativas e o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores. Nesse capítulo é apresentada uma comparação do formato dos Pareceres de Auditoria a partir de 1978 com anos posteriores, mostrando as modificações no decorrer dos anos.

No quarto capítulo são estudadas as principais alterações nas práticas, mensuração e nos componentes das Demonstrações Contábeis após a Lei nº 6.404/76. Ele foi dividido nos seguintes itens: o Ativo Imobilizado, a Equivalência Patrimonial, a Consolidação de Demonstrações Contábeis, o Patrimônio Líquido, Fusões, cisões e incorporações, Marcação de Títulos a Mercado, Arrendamento operacional e financeiro, Investimentos com incentivos fiscais, Tributos Diferidos, Ativos Especiais, Securitização de recebíveis, Títulos perpétuos, Bônus de adimplência fiscal, Remuneração baseada em Ações - Stock-options e Participações nos Resultados, Planos de Pensão, Correção Monetária, Juros sobre capital próprio, Entidades de propósito específico – EPE, Reelaboração das demonstrações contábeis de períodos prévios quando de ajustes de exercícios anteriores. Apresenta-se, ainda, um quadro resumo das principais alterações nas práticas contábeis nos últimos trinta anos, citando as Instruções, Deliberações emitidas pela CVM, Normas de Contabilidade emitidas pelo CFC, Pronunciamentos emitidos pelo IBRACON e pelo CPC.

No quinto capítulo são apresentadas as comparações de Balanços publicados em 1979 e em 2008. O objetivo desse capítulo é ilustrar as grandes diferenças de formato e conceito dos balanços publicados em 1979 quando comparados aos publicados em 2008. Para isso foram selecionados um balanço de uma empresa nacional aberta, um balanço de uma empresa nacional fechada, um balanço de uma empresa estrangeira aberta e um balanço de uma

empresa estrangeira fechada. Além disso, são apresentados também exemplos de balanços publicados com Correção Monetária Integral.

Tecem-se as considerações finais no sexto capítulo.

2 UM POUCO DE HISTÓRIA

2.1 A Legislação Societária Brasileira

Pontos importantes da história da Lei das Sociedades por Ações apresentam-se a seguir. De acordo com Iudícibus e Ricardino (2002, p. 12): “As leis não surgem por acaso e nem da noite para o dia.”

Em cada época da história, a legislação societária respondeu à demanda do mercado empresarial existente, ou melhor, respondeu às necessidades “de fato” da sociedade. De acordo com Corrêa-Lima (1999, p. 231): “Na construção do instituto jurídico da sociedade anônima, os fatos sempre precederam a disciplinação jurídica.”

De acordo com historiadores, o Banco de São Jorge, criado em Gênova no ano de 1407, foi a primeira organização a possuir os principais elementos de uma sociedade anônima. As sociedades anônimas modernas possuem características parecidas com a Companhia das Índias Orientais e a Companhia das Índias Ocidentais constituídas na Holanda a partir do século XVII para a exploração do comércio marítimo.

No Brasil, as sociedades anônimas surgiram como um instituto do Direito Público, segundo Corrêa-Lima (1999:234):

[...] (1) primeiro surgiram as sociedades anônimas por iniciativa do Poder Político, com disciplinação específica e particularizada para cada uma delas; e (2) a sociedade anônima permaneceu, por longo período, no campo do Direito Público.

A considerada primeira Lei das Sociedades Anônimas no Brasil foi promulgada pelo Decreto Lei nº 2.627, de 26 de Dezembro de 1940.

No entanto, a Lei nº 1.083, de 22 de agosto de 1860, já determinava a obrigatoriedade das empresas publicarem balanços, demonstrações e documentos e os remeterem ao Governo. Além disso, essa lei regulamentava a criação de sociedades anônimas. De acordo com Iudícibus e Ricardino (2002, p. 14):

Uma antiga lei, de número 1.083, datada de 22 de Agosto de 1860, dez anos após a publicação do Código Comercial Brasileiro, e de certa forma editada para corrigi-lo em alguns aspectos, determinava a obrigatoriedade de publicar e remeter ao Governo, nos prazos e pelo modo estabelecido nos seus Regulamentos, os balanços, demonstrações e documentos que por estes forem determinados.

Essa lei, que viria a ser regulamentada pelo Decreto Nº 2.679, orientou, ao longo dos oitenta anos seguintes, as publicações ocorridas em todo território nacional.

O Decreto nº 2.679 de 3 de novembro de 1860 determinava a forma como os balanços deveriam ser apresentados. Esses padrões seriam adotados até a promulgação do Decreto Lei nº 2.627 de 1940. Portanto, a Lei nº 1.083 pode ser considerada a primeira Lei das Sociedades Anônimas do Brasil.

O Código Comercial Brasileiro, de 1850, já abordava aspectos contábeis, quando determinava que os comerciantes estavam obrigados a efetuar escrituração contábil, inclusive o livro Diário, que deveria conter uma cópia do Balanço Geral.

O Decreto-lei nº 2.627/40 atendia às necessidades do mercado de sua época, composto basicamente por empresas familiares e fechadas e foi influenciado pelo sistema jurídico europeu.

Esse decreto estabeleceu as regras para avaliação dos ativos e para apuração de resultados, além dos padrões para publicação do Balanço e da Demonstração de Lucros e Perdas. Desde aquela época, a legislação fiscal influenciava as práticas contábeis, com o objetivo de apuração do imposto de renda.

Em 1972, o Banco Central do Brasil, que exercia também o papel depois assumido pela CVM, expediu a Resolução nº 220 e a Circular nº 179, que tratavam de normas de auditoria e abordavam normas contábeis aplicáveis às sociedades anônimas. Essa normatização constituiu-se em um avanço em relação à Lei das S.A. de 1940 e exigia o Balanço Patrimonial e uma Demonstração de Resultados que englobasse a movimentação da conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

O objeto dessa regulamentação do Banco Central foi a necessidade de uniformização das demonstrações contábeis das empresas que operavam em bolsa no Brasil naquela época. De acordo com Aranha e Costa (2006, p.7): “[...] o Banco Central editou, em 10 de Maio de

1972, a Resolução n.º 220, com base no trabalho elaborado pelo IBRACON sob o título de “Normas Contábeis e de Elaboração de Balanços.”

As Normas e Princípios de Contabilidade era subdividida em cinco grupos: Normas de Escrituração, Critérios de Avaliação, Amortização e Depreciação dos Elementos Patrimoniais para efeito de Balanço, Critérios Gerais para Formação de Reservas e Provisões, Critérios Gerais para Classificação do Balanço Patrimonial e Critérios Gerais para Apresentação Gráfica do Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados. Essa Circular oficializou a expressão “Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos” e foi um marco importante na contabilidade no Brasil, principalmente por ter levado em conta um trabalho realizado pelo IBRACON, isto é, por profissionais da área contábil.

Contudo, com o desenvolvimento do mercado, a legislação societária necessitava desenvolver-se e, em 15 de dezembro de 1976, foi promulgada a Lei nº 6.404, resultado do projeto de Alfredo Lamy Filho e José Luiz Bulhões Pedreira, sendo que a parte contábil foi tratada por Manoel Ribeiro da Cruz Filho.

A Lei nº 6.404/76 introduziu novos e importantes conceitos no direito societário. Adaptaram-se conceitos legais já bastante utilizados em economias mais desenvolvidas da época à realidade brasileira, alinhando nossa legislação societária com a dos Estados Unidos e de países europeus que haviam também reformado suas legislações sobre as sociedades anônimas. Configurou-se um enorme avanço no campo contábil de nosso país. Ele foi ao encontro das necessidades das empresas e dos negócios, já que naquela época essas entidades se deparavam com um novo conceito de relacionamento empresarial quanto às relações com credores, bancos e mercado quando da abertura de seu capital.

De acordo com Castro e Aragão (2007, p. 20):

O que poucos notaram, porém, é que seus co-autores não se preocupavam apenas com aquele momento, que merecia, evidentemente, forte atuação estatal; eles enxergavam – e aí se revela a genialidade – uma oportunidade para sugerir verdadeira mudança cultural, para que se chegasse, então, a um estágio de maturidade, a partir, evidentemente, de testes, erros, acertos e correções. Enfim, a experimentação.

A Lei das Sociedades por Ações trouxe inovações tanto no que se refere às Demonstrações Contábeis e seus componentes quanto aos princípios contábeis estabelecidos. O objetivo foi o

da ampliação da quantidade de informações que deveriam ser divulgadas como também a qualidade dessas informações de forma a fortalecer o mercado de capitais no Brasil.

Na carta de Exposição de Motivos nº 196 de 24 de Junho de 1976 do Ministério da Fazenda, que acompanhou o Projeto de Lei das Sociedades por Ações, constam os seguintes pontos apresentados a seguir. O trabalho tinha sido submetido ao exame das instituições de classe, estudiosos da matéria e ao debate do público em geral por mais de um ano. O projeto tinha por objetivo criar a estrutura jurídica necessária ao fortalecimento do mercado de capitais no Brasil. Havia a preocupação com a criação de uma sistemática que assegurasse ao acionista minoritário o respeito a regras definidas, sem, no entanto, imobilizar o empresário. Buscou-se a liberdade do empresário de escolher os valores mobiliários que melhor se adaptassem ao seu empreendimento (ações, bônus, debêntures). Buscou-se também a responsabilidade dos administradores e a modernização da estrutura jurídica da grande empresa. Além disso, o projeto ressaltava o fato de que as instituições mercantis tinham cada vez mais importância social e, conseqüentemente, maiores deveres para com a comunidade.

Com o passar dos anos, as exigências do mercado foram se modificando e se intensificando, de forma que a Lei nº 6.404/76, de um avanço para as empresas, passou a ser uma restrição.

A Lei nº 6.404/76 sofreu duas grandes alterações em seus artigos que tratam de assuntos jurídicos através das Leis nº 9.457/97, nº 10.303/01 e, recentemente, a Lei nº 11.638/07 alterou os artigos que tratam de assuntos contábeis.

Além disso, a CVM, criada também em 1976, com autoridade para determinar regras na divulgação das informações de companhias abertas, influenciou definitivamente as práticas contábeis brasileiras.

De acordo com Martins e Lopes (2005, p. 124):

A Lei nº 6.404/76 é a norma máxima no que se refere à atuação das empresas de capital aberto no Brasil; da mesma forma, a Comissão de Valores Mobiliários tem autoridade para normatizar assuntos ligados à evidenciação dessas empresas abertas no Brasil.

A Lei nº 9.457/97, que alterou a Lei nº 6.404/76, teve como objetivo a atualização de alguns dispositivos de forma a ampliar e promover o desenvolvimento do mercado de capitais no Brasil.

Eizirik (1997, p. 2) fez o seguinte comentário sobre a alteração da Lei das S.A. pela Lei nº 9.457/97:

A maior abertura da economia à concorrência de produtos estrangeiros e a estabilidade da moeda, reduzindo os ganhos no *floating*, e impondo às companhias nacionais a necessidade de apresentarem níveis crescentes de eficiência para fazerem frente à competição internacional, passaram a demandar maior flexibilidade da legislação societária no que toca aos processos de reestruturação empresarial.

Os fatores econômicos demandavam a adequação da legislação societária à nova realidade do mercado de capitais. As modificações trazidas pela Lei nº 9.457/97 visavam então flexibilizar itens como o direito de recesso e a oferta pública decorrente da aquisição de controle, suprimindo-se direitos dos acionistas minoritários, com o objetivo de facilitar os processos de privatização e reestruturações de um modo geral.

Já a Lei nº 10.303/01 tinha como objetivo inicial a proteção dos minoritários e a introdução de princípios de boas práticas de governança corporativa, de forma a fortalecer o mercado de capitais.

Além disso, a CVM, por essa lei, teve ampliados seus poderes de regulação e de fiscalização, o que aumentou sua capacidade de exigir transparência de informações das companhias abertas.

Em 05/07/99 foi entregue pela CVM ao Ministro da Fazenda, Dr. Pedro Malan, o Anteprojeto de Reformulação da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), alterando principalmente disposições contábeis em seus capítulos XV, XVI, XVIII e XX. Esse documento foi originalmente elaborado por uma comissão integrada por representantes de entidades do mercado e de órgãos profissionais e de ensino e foi submetido à audiência pública.

Como justificativa para a alteração da Lei das Sociedades por Ações a CVM apresentou o seguinte:

Surgimento de uma nova realidade econômica no Brasil, bem diferente daquela existente há dez anos, quando se começou a pensar na revisão da Lei nº 6.404/76 e, principalmente, há vinte e um anos quando essa lei foi editada.

Processo de globalização das economias, de abertura dos mercados, com expressivos fluxos de capitais ingressando no país e com as empresas brasileiras captando recursos no exterior.

Finalmente, em 28 de Dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638 que alterou principalmente os dispositivos contábeis da Lei das Sociedades por Ações. As alterações trazidas pela nova legislação societária serão estudadas no decorrer do trabalho. Mas talvez a maior mudança trazida por ela tenha sido a nova Filosofia Contábil: a primazia da Essência Econômica sobre a Forma Jurídica, a primazia da Análise de Riscos e Benefícios sobre a Propriedade Jurídica e a adoção de normas orientadas em princípios e julgamento.

A Primazia da Essência sobre a Forma tem sido mencionada pela CVM desde a década e 80, como por exemplo, na Deliberação CVM nº 29/86 que trata da Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade e na Resolução CFC nº 750/93 que define os Princípios Fundamentais da Contabilidade. Outro exemplo mais recente é a Deliberação CVM nº 488/05 que aprova o Pronunciamento do IBRACON NPC nº 27 sobre Demonstrações Contábeis – Apresentação e Divulgações. A lei não menciona expressamente tal fato, mas determina que a normatização contábil seja feita de forma convergente às Normas Internacionais que possuem essa filosofia.

Nesse sentido, o CPC emitiu o Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis em janeiro de 2008, baseado no *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements* (IASB). Tal pronunciamento foi aprovado pela CVM, através da Deliberação nº 539/08 e pelo CFC, através da Resolução nº 1.121/08, que alterou a NBC T 1 e, substitui, portanto, a Deliberação CVM nº 29/86 e a Resolução CFC nº 750/93. De acordo com a nova Estrutura Conceitual adotada no Brasil, uma das características qualitativas da informação contábil é exatamente o fato de que ela deverá representar adequadamente os eventos ocorridos, ou seja, adota-se a Primazia da Essência sobre a Forma.

De acordo com a nova legislação societária, os ativos imobilizados devem ser contabilizados como tal na empresa, independentemente da propriedade jurídica, mas sim se esta é detentora de seus benefícios e riscos, como no caso do leasing financeiro.

As Normas Contábeis Internacionais adotam a filosofia de que as normas contábeis devem ser centradas em princípios e não regras. Isso aumenta a responsabilidade dos profissionais da área contábil, dos gestores das empresas e dos auditores que passarão a utilizar mais usualmente o julgamento.

2.2 Mercado de Capitais no Brasil

Até a década de 60, os chamados ativos reais eram as principais aplicações dos brasileiros. A Lei da Usura, que limitava os juros anuais a 12% e a inflação, contribuíram para esse quadro.

A partir de 1964, o mercado financeiro sofreu reestruturações. A Lei nº 4.537/64 instituiu a correção monetária. A Lei nº 4.595/64 criou o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central. A Lei nº 4.728/65, a primeira Lei de Mercado de Capitais, disciplinou e estabeleceu medidas para seu desenvolvimento. Com o objetivo de regulamentar o mercado de valores mobiliários, os intermediários financeiros e as companhias abertas, foi criada a Diretoria de Mercados de Capitais no Banco Central. Essas atribuições hoje são da CVM.

Em 1967 foi criado através do Decreto Lei nº 157, o Fundo 157. Os contribuintes do imposto de renda poderiam adquirir quotas de fundos de ações de companhias abertas como parte do imposto de renda devido.

Com o grande volume de recursos houve uma onda especulativa na Bolsa do Rio de Janeiro em 1971. Em julho de 1971, iniciou-se um processo de realização de lucros. O "boom de 1971" marcou negativamente o mercado de capitais no Brasil por anos.

A partir de 1975, o mercado começou a recuperar-se com o ingresso de novos recursos como as reservas técnicas das seguradoras, o Fundo PIS/PASEP, a criação das Sociedades de Investimento e os fundos de pensão. Além disso, existiam os incentivos fiscais como a isenção fiscal dos ganhos em bolsas de valores e abatimento no imposto de renda de parte de valores aplicados em subscrição pública de ações em alguns casos.

De acordo com Castro e Aragão (2007, p. 523):

O Mercado de Capitais brasileiro, em 1976, contava com poucas empresas e era preciso alterar aquela realidade, fomentando o mercado, entre outras razões, em função da necessidade de ampliação das formas de captação de recursos pelas empresas nacionais, que permitissem o desenvolvimento de nossa economia.

Em 1978 entrou em vigor a Lei nº 6.404/76, o arcabouço legislativo e regulatório para que o investidor enxergasse nos valores mobiliários uma alternativa de investimento. Mesmo assim, o mercado de capitais não teve o crescimento esperado.

A partir da década de 90, com o movimento de abertura da economia brasileira, o volume de investidores estrangeiros aumentou. Além disso, em busca de recursos estrangeiros, algumas empresas brasileiras começam a lançar ADR's - *American Depositary Reciepts*, tendo acesso a bolsas de valores nos Estados Unidos.

Ao listar suas ações nas bolsas americanas, as companhias abertas brasileiras deveriam seguir diversas regras impostas pela *Securities and Exchange Commission - SEC*, relacionadas a aspectos contábeis, de transparência e princípios de governança corporativa.

A Lei nº 10.303/01 e a criação do Novo Mercado e dos Níveis 1 e 2 de Governança Corporativa pela Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) foram uma reação a essa situação e trouxeram mais transparência e proteção aos acionistas minoritários.

Essa reação da Bovespa pode ser explicada por duas razões, de acordo com Castro e Aragão (2007, p. 529):

[...] (i) a necessidade de ação rápida, ainda que voluntária, para que o mercado “andasse à frente da lei” e não o contrário, trazendo maior segurança para o mercado de capitais nacional, e (ii) a constatação de que a Bovespa e o mercado de capitais nacional estavam perdendo terreno e importância para outros mercados e bolsas, tais como a “New York Stock Exchange – NYSE”, de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América.

O ano de 2004 marcou a retomada de emissões de valores mobiliários. É comum para as empresas que, a partir dessa data abriram seu capital, incorporarem em seus estatutos dispositivos de proteção aos acionistas minoritários.

3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APÓS A LEI Nº 6.404/76

A Lei da nº 6.404/76, na época denominada “nova” Lei das S.A., trouxe muitas inovações às demonstrações contábeis. Desde aquele momento enfatizava-se a melhoria de qualidade e confiabilidade das informações que seriam, então, divulgadas pelas empresas.

A referida Lei adotou um modelo anglo-americano para a contabilidade brasileira. De acordo com Iudícibus (2005, p. 123): “A estrutura contábil utilizada na Lei das Sociedades por Ações foi claramente inspirada no modelo anglo, voltado para o mercado de capitais e para o investidor desse mercado”.

A seguir serão apresentadas as principais alterações promovidas no Capítulo XV que trata dos aspectos contábeis na Lei das Sociedades por Ações nas últimas três décadas.

3.1 As Demonstrações Contábeis

De acordo com os parágrafos de 12 a 14 da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis preparada pelo CPC e aprovada pela CVM através da Deliberação nº 539/08, as demonstrações contábeis têm o seguinte objetivo:

O objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica.

[...] Entretanto, as demonstrações contábeis não fornecem todas as informações que os usuários possam necessitar, uma vez que elas retratam os efeitos financeiros de acontecimentos passados e não incluem, necessariamente, informações não-financeiras.

Demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da Administração na gestão da entidade e sua capacitação na prestação de contas quanto aos recursos que lhe foram confiados. Aqueles usuários que desejam avaliar a atuação ou prestação de contas da Administração fazem-no com a finalidade de estar em condições de tomar decisões econômicas que podem incluir, por exemplo, manter ou vender seus investimentos na entidade ou reeleger ou substituir a Administração.

A principal forma de expressão das informações sobre uma entidade é efetuada através das Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis têm por objetivo informar aos mais

diversos usuários da contabilidade: governo, órgãos regulamentadores, investidores, credores, fornecedores, funcionários e o público em geral. É importante ressaltar que as Demonstrações Contábeis publicadas têm por alvo os usuários **externos** à entidade.

A Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis preparada pelo CPC e aprovada pela CVM através da Deliberação nº 539/08, em seu Prefácio, faz os seguintes comentários sobre a utilização das Demonstrações Contábeis pelos usuários externos:

As demonstrações contábeis preparadas com tal finalidade satisfazem as necessidades comuns da maioria dos seus usuários, uma vez que quase todos eles utilizam essas demonstrações contábeis para a tomada de decisões econômicas, tais como:

- (a) decidir quando comprar, manter ou vender um investimento em ações;
- (b) avaliar a Administração quanto à responsabilidade que lhe tenha sido conferida, qualidade de seu desempenho e prestação de contas;
- (c) avaliar a capacidade da entidade de pagar seus empregados e proporcionar-lhes outros benefícios;
- (d) avaliar a segurança quanto à recuperação dos recursos financeiros emprestados à entidade;
- (e) determinar políticas tributárias;
- (f) determinar a distribuição de lucros e dividendos;
- (g) preparar e usar estatísticas da renda nacional; ou
- (h) regulamentar as atividades das entidades.

De acordo com a Lei nº 6.404/76, as Demonstrações Contábeis que deveriam ser divulgadas pelas sociedades por ações a partir de 1979 foram determinadas em seu artigo 176, transcrito a seguir. A referida lei foi publicada em 17/12/76 e, de acordo com seu artigo 295, deveria ser aplicada para a elaboração das demonstrações das companhias existentes a partir de 01/01/78, que seriam publicadas em 1979.

Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

- I - balanço patrimonial;
- II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- III - demonstração do resultado do exercício; e
- IV - demonstração das origens e aplicações de recursos.

A Lei das Sociedades por Ações previa ainda que as demonstrações contábeis deveriam ser publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior. As demonstrações contábeis deverão ser acompanhadas de Notas Explicativas e quadros analíticos que esclareçam a situação patrimonial e o resultado do exercício da entidade. A publicação da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos não é obrigatória para companhias fechadas cujo Patrimônio Líquido seja menor que (em 2007) um

milhão de reais. De acordo com a Lei nº 6.404/76, a companhia deve divulgar o Relatório Anual da Administração.

Na ocasião da promulgação da Lei das S.A., a introdução da Demonstração e Lucros ou Prejuízos Acumulados e da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos constituiu-se uma novidade e um avanço importante na contabilidade brasileira. De acordo com a Primeira Edição do Manual das S.A., a Circular nº 179 do Banco Central do Brasil previa a preparação do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Lucros e Perdas, sendo que essa última não segregava o resultado do período da movimentação da conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados, não apresentando de forma clara o resultado do período. A apresentação da DOAR representava um avanço na utilidade das informações divulgadas, já que permitia uma avaliação valiosa das origens e aplicações dos recursos da companhia.

Conforme comentado anteriormente, a CVM tem poderes para disciplinar, normatizar e fiscalizar a atuação dos diversos integrantes do mercado. Dessa forma, as companhias abertas devem seguir suas Instruções, Deliberações e demais atos que alterem a forma e o conteúdo das Demonstrações Contábeis divulgadas. Através de seus Ofícios-Circulares, a CVM divulga os problemas centrais observados na aplicação de suas normas e fornece orientação mais detalhada sobre como aplicá-las.

O Fisco exerce grande influência nas práticas contábeis brasileiras. Além da CVM e do Fisco, órgãos reguladores dos mais diversos setores têm poderes de alterar as normas para elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis das empresas sob sua responsabilidade. Um exemplo disso é a obrigatoriedade de divulgação do Balanço Social pelas empresas de energia elétrica, por determinação da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

O resultado disso é que as Demonstrações Contábeis divulgadas sofreram grandes alterações desde a instituição da Lei nº 6.404/76, por influência de cada um desses agentes normatizadores.

Dessa forma, no decorrer dos anos, aspectos de forma e conteúdo das demonstrações contábeis alteraram-se, bem como passaram a ser exigidas outras informações além daquelas

estabelecidas no ato da instituição da Lei das Sociedades por Ações. Tais alterações serão estudadas a seguir.

Em 1986, a CVM, através da Instrução nº 59, tornou obrigatória uma nova demonstração: a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Essa demonstração não é obrigatória de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, porém é muito mais completa que a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados e a CVM a tornou obrigatória para as companhias abertas. Ela demonstra a origem e o valor de cada acréscimo ou decréscimo do Patrimônio Líquido no período. A Lei nº 6.404/76, em artigo 186, parágrafo segundo, apresenta a possibilidade de substituição da DLPA pela DMPL, conforme transcrito a seguir:

A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deverá indicar o montante do dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC passou a ter sua publicação recomendada pelo NPC 20/99 do IBRACON como informação complementar. No caso de companhias brasileiras com registro em bolsa estrangeira, a divulgação da DFC é obrigatória para que não haja divulgação privilegiada ou assimétrica de informação com potencial prejuízo ao investidor brasileiro.

As Notas Explicativas determinadas pela Lei nº 6.404/76 foram ampliadas pela CVM. Em tópico posterior, as informações que devem ser divulgadas serão explanadas.

É importante ainda ressaltar que, através da Instrução CVM nº 64/87, passou-se a exigir que as companhias abertas divulgassem demonstrações contábeis complementares elaboradas em moeda de poder aquisitivo constante. Tal obrigatoriedade existiu até 1995. Em 1996, a CVM, através de sua Instrução nº 248/96, tornou facultativas as demonstrações elaboradas de acordo com a correção integral.

Em 2005, a CVM aprovou o pronunciamento IBRACON NPC nº 27, através de sua Deliberação nº 488. Esse pronunciamento define, em seu parágrafo 7º, que as demonstrações contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira da entidade e têm por objetivo fornecer informações sobre essa posição, além do resultado e o fluxo financeiro da entidade aos seus vários usuários. Essas informações, juntamente com

outras constantes nas notas explicativas, auxiliam esses usuários a estimar os fluxos financeiros futuros da entidade. Ainda de acordo com o parágrafo 8º da Deliberação, um conjunto completo de demonstrações contábeis inclui:

- a. balanço patrimonial;
- b. demonstração do resultado;
- c. demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- d. demonstração dos fluxos de caixa (ou, alternativamente, das origens e aplicações de recursos, enquanto requerida pela legislação societária - Lei nº. 6.404/76);
- e. demonstração do valor adicionado, se divulgada pela entidade; e
- f. notas explicativas, incluindo a descrição das práticas contábeis.

Além disso, as companhias abertas devem divulgar o Relatório da Administração descrevendo o negócio da entidade, o ambiente e conjuntura econômica geral, características principais do desempenho financeiro da entidade e quais os fatores que o influenciaram, além dos principais riscos e incertezas que enfrenta. As Demonstrações Contábeis devem ser comparativas, isto é, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, devem ser apresentados os números dos componentes das demonstrações referentes ao ano anterior. De acordo com a Lei nº 6.404/76, as demonstrações contábeis das companhias abertas devem ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM. Dessa forma, o Parecer dos Auditores Independentes é divulgado juntamente com as demonstrações. A Publicação do Parecer do Conselho Fiscal não é obrigatória, de acordo com nossa legislação societária, mas normalmente é publicada quando esse órgão existe na companhia. Outras informações, como Balanço Social, têm sua divulgação incentivada pela CVM, através de seus Ofícios Circulares. Como é possível perceber, ampliou-se nesses trinta anos a quantidade de informações contábeis publicadas.

A Lei nº 11.638/07 alterou a Lei das Sociedades por Ações, em seu parágrafo 176, conforme transcrito a seguir:

Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

- I - balanço patrimonial;
- II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- III - demonstração do resultado do exercício;
- IV – demonstração dos fluxos de caixa; e
- V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

De acordo com a nova lei societária, a Demonstração dos Fluxos de Caixa substituiu a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos a partir de 2008, sendo que, para as companhias fechadas com Patrimônio Líquido inferior a R\$ 2.000.000,00, ela não precisará ser divulgada. A Demonstração do Valor Adicionado passou a ser de preparação e divulgação obrigatórias para as companhias abertas. Sua publicação já era incentivada pela CVM desde 2000, através de seus Ofícios Circulares. A Lei manteve no item II a Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados, mas é importante lembrar que ela pode ser substituída pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, sendo essa última obrigatória para as companhias abertas de acordo com a CVM.

Resumindo a evolução da quantidade e de quais demonstrações contábeis foram exigidas no decorrer desses anos, o quadro Demonstrações Contábeis é apresentada a seguir:

Quadro 1 - Demonstrações Contábeis

Resolução 220 Circular 179 Banco Central, 1972	Lei da S.A. 6.404/76 Como aplicada em 1977	Lei da S.A. 6.404/76 Alterada pela Lei 11.638/07
Balanço Geral	Balanço Patrimonial	Balanço Patrimonial
Demonstração de Lucros e Perdas	Demonstração do Resultado do Exercício	Demonstração do Resultado do Exercício
	Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados ou Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
	Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	Demonstração dos Fluxos de Caixa
	Demonstrações Consolidadas	Demonstrações Consolidadas
		Demonstração do Valor Adicionado
	Notas Explicativas às demonstrações financeiras	Notas explicativas às demonstrações contábeis, incluindo informações de natureza social, de produtividade e sobre os segmentos dos negócios

3.1.1 O Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial apresenta a posição financeira e patrimonial de uma entidade em uma determinada data. De acordo com Iudícibus (2006, p. 153):

[...] todo **ativo**, seja um imobilizado, seja um direito a receber determinada proteção por certo tempo, decorrente de um pagamento já realizado, ou um gasto ativado para amortização futura para despesa, tem características gerais comuns, independentemente de seu tipo específico. A característica fundamental é sua capacidade de prestar serviços futuros à entidade que os têm como propriedade, individual ou conjuntamente com outros ativos e fatores de produção, capazes de se

transformar, direta ou indiretamente, em fluxos líquidos de entradas de caixa. Todo ativo representa, mediata ou imediatamente, direta ou indiretamente, uma promessa futura de caixa.

Ainda de acordo com Iudícibus (2006, p. 158), as características de um passivo são as descritas a seguir:

1. As exigibilidades deveriam referir-se a fatos já ocorridos (transações ou eventos), normalmente a serem pagas em um momento específico futuro de tempo, podendo-se, todavia, reconhecer certa exigibilidades contingentes em situações que, pelo vulto do cometimento que podem acarretar para a entidade (mesmo que os eventos caracterizem a exigibilidade legal apenas no futuro), não podem deixar de ser contempladas. Poderiam estar incluídos nesta última categoria, digamos, o valor atual das indenizações contingentes futuras ou provisionamentos para pensão, no caso de a entidade ter alguma obrigação por tais pagamentos futuros.
2. Note-se, todavia, que, embora os fatos que provocam a exigibilidade legal se configurem às vezes no futuro, de alguma forma o fato gerador da exigibilidade está relacionado a eventos passados ou presentes, não se podendo, apenas, prever exatamente quanto e quando, senão recorrendo a cálculos previsionais e atuariais.
3. Por outro lado, se é prática comercial comum indenizar, total ou parcialmente, terceiros por eventos que, mesmo não sendo considerados obrigações legais, de certa forma foram devidos a falhas de cumprimento de condições usuais de comércio (devoluções, etc.), seria viável o provisionamento de tais encargos. Não nos podemos esquecer de que boa parte das exigibilidades está associada ao reconhecimento de despesas. Para reconhecer receita é necessário ter condições de estimar as despesas associadas, mesmo que o desembolso ocorra apenas no futuro, em um ponto indeterminado.

De acordo com a Deliberação CVM nº 539/08, em seu parágrafo 49, temos os seguintes conceitos:

- a. Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem futuros benefícios econômicos para a entidade;
- b. Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos;
- c. Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

A Lei nº 6.404/76, em seu artigo 178, define quais são os componentes do ativo e do passivo, conforme segue:

§ 1º No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos:

- a) ativo circulante;
- b) ativo realizável a longo prazo;
- c) ativo permanente, dividido em investimentos, ativo imobilizado e ativo diferido.

§ 2º No passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos:

- a) passivo circulante;
- b) passivo exigível a longo prazo;
- c) resultados de exercícios futuros;
- d) patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, reservas de reavaliação, reservas de lucros e lucros ou prejuízos acumulados.

Em 2005, a CVM publicou a Deliberação nº 488, referente ao pronunciamento IBRACON NPC nº 27, trazendo novidades em relação ao formato do Balanço Patrimonial adotado no Brasil até o momento. A CVM levou em consideração “a importância e a necessidade de que as práticas contábeis brasileiras sejam convergentes com as práticas contábeis internacionais, seja em função do aumento da transparência e da segurança nas nossas informações contábeis, seja por possibilitar, a um custo mais baixo, o acesso das empresas nacionais às fontes de financiamento externas” para promover as alterações descritas a seguir.

De acordo com a Deliberação, os ativos e passivos foram segregados em circulantes e não circulantes. Ainda segundo essa Deliberação, um ativo deve ser classificado como circulante quando representa dinheiro ou equivalente e não tem sua utilização restrita, ou quando é um ativo que se espera que seja realizado dentro dos doze meses seguintes à data do balanço. Todos os outros ativos devem ser classificados como não circulantes. De forma análoga aos ativos circulantes, um passivo deve ser classificado como circulante, segundo o parágrafo 57 da Deliberação nº 488/05, quando é esperada sua liquidação dentro dos doze meses seguintes à data do balanço, ou se existe o objetivo de mantê-lo principalmente com a finalidade de ser transacionado, ou nos casos nos quais a entidade não tem nenhum direito de postergar sua liquidação por período que exceda os doze meses da data do balanço. As demais obrigações devem ser classificadas como passivo não circulante.

De acordo com o parágrafo 55 da Deliberação nº 488/05, o grupo de “não circulante” do ativo deverá ser desdobrado em ativo realizável a longo prazo, investimentos, ativo imobilizado, ativo intangível e ativo diferido.

Além dessa nova divisão, há a introdução do grupo de Intangíveis em Ativos não Circulantes. No grupo Intangíveis devem ser incluídos os seguintes itens, de acordo com o parágrafo 72, item “e”: “ marcas e patentes e semelhantes, adquiridos; fundo de comércio adquirido”.

A seguir é apresentado, como exemplo da formatação definida pela Deliberação nº 488/05, o Balanço Patrimonial da Romi S/A disponível no site www.romi.com.br acessado em 15/03/08.

Tabela 1 - Balanço Patrimonial de Indústrias Romi S/A de 2006 e 2007

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2007	2006	2007	2006
CIRCULANTE					
Disponibilidades		14.810	7.069	16.174	7.461
Aplicações financeiras	4	261.125	65.336	284.348	79.461
Duplicatas a receber	5	57.639	39.719	62.888	46.265
Valores a receber - repasse Fime fabricante	6	223.221	170.908	223.221	170.908
Partes relacionadas	10	19.107	14.047	-	-
Estoques	7	169.547	160.546	183.044	169.790
Impostos e contribuições a recuperar	8	11.118	6.622	11.537	7.032
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18 c)	2.149	1.033	2.149	1.033
Outros créditos		3.348	2.914	3.479	2.047
Total do ativo circulante		762.064	468.194	786.840	483.997
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:					
Duplicatas a receber	5	1.149	-	1.149	-
Valores a receber - repasse Fime fabricante	6	409.896	259.578	409.896	259.578
Impostos e contribuições a recuperar	8	5.391	7.105	5.391	7.105
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18 c)	5.867	5.069	5.867	5.069
Outros créditos		2.928	3.223	2.928	3.223
Investimentos em controladas, incluindo deságio	9	24.915	20.063	-	9
Outros investimentos	11	8.389	-	8.389	-
Imobilizado, líquido	11	150.284	146.454	157.590	156.015
Total do ativo não circulante		608.819	441.492	591.210	430.999
TOTAL DO ATIVO		1.370.883	909.686	1.378.050	914.996

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2007	2006	2007	2006
CIRCULANTE					
Financiamentos	12	29.459	5.777	29.498	5.798
Financiamentos - Fime fabricante	13	192.884	149.240	192.884	149.240
Fornecedores		24.795	17.701	25.193	18.151
Salários e encargos sociais	14	35.927	25.869	35.934	25.880
Impostos e contribuições a recolher	15	8.303	8.587	8.816	8.884
Adiantamentos de clientes		9.702	4.472	9.702	4.628
Dividendos, juros sobre capital próprio e participações a pagar		6.634	84.340	6.775	85.329
Outras contas a pagar		4.262	2.239	4.640	2.337
Partes relacionadas	10	549	2.372	-	-
Total do passivo circulante		312.515	300.597	313.442	300.237
NÃO CIRCULANTE					
Exigível a longo prazo:					
Financiamentos	12	49.144	23.816	49.306	23.825
Financiamentos - Fime fabricante	13	348.710	232.154	348.710	232.154
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reserva de reavaliação	11	6.570	7.389	6.570	7.389
Impostos e contribuições a recolher		1.896	-	1.896	-
Provisão para passivos eventuais	16	1.659	4.429	1.659	4.429
Total do passivo não circulante		407.979	267.788	408.141	267.797
Deságio em controladas	9	-	-	4.199	4.199
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA		-	-	1.879	1.462
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social		502.936	260.000	502.936	260.000
Reserva de capital		2.052	2.052	2.052	2.052
Reserva de reavaliação		28.816	30.405	28.816	30.405
Reserva de lucros		116.585	48.844	116.585	48.844
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.370.883	909.686	1.378.050	914.996

FONTE: www.romi.com.br, 2008, sem página.

Com a alteração da Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 11.638/07, os componentes do Balanço Patrimonial passaram a ser os seguintes, de acordo com o artigo 178 com a nova redação:

§ 1º No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos:

- ativo circulante;
- ativo realizável a longo prazo;
- ativo permanente, dividido em investimentos, imobilizado, intangível e diferido.

§ 2º No passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos:

- a) passivo circulante;
- b) passivo exigível a longo prazo;
- c) resultados de exercícios futuros;
- d) patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

A nova legislação societária não seguiu exatamente o que preconizava a Deliberação da CVM de 2005. A Lei nº 11.638/07 não criou os grupos de Ativo não Circulante e Passivo não Circulante. As companhias abertas devem continuar publicando seus Balanços Patrimoniais de acordo com as regras estabelecidas pela CVM, mas a forma definida pela legislação societária para as companhias fechadas e para as empresas de grande porte infelizmente ficou diferente. O grupo “Intangíveis” foi criado no Ativo pela nova Lei e incluirá:

VI – no intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Além da criação do grupo “Intangíveis”, a nova legislação societária alterou pontos importantes no que se refere ao Ativo Imobilizado e Ativo Diferido. De acordo com a Lei nº 6.404/76, eram classificados no primeiro grupo:

IV - no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da companhia e da empresa, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os de propriedade industrial ou comercial.

Ainda de acordo com o mesmo parágrafo, alterado pela nova legislação societária:

IV – no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens.

Antes da modificação, nesse item deveriam ser classificados os bens destinados à manutenção das atividades da companhia. A novidade trazida pela nova legislação é o que foi definido como “bem corpóreo”, isto é, bem tangível. Ainda nesse parágrafo, a versão anterior dizia bens de “propriedade industrial ou comercial” e agora versa bens “decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle”, numa clara referência aos arrendamentos financeiros. Dessa forma, os bens não precisam ser de propriedade da empresa para constarem no seu ativo imobilizado, mas a entidade deve ser responsável por seus

benefícios, riscos e controle e, essa foi, sem dúvida, uma das principais mudanças ocorridas na Lei.

O grupo Ativo Diferido também sofreu alteração quanto ao que deve ser classificado sob esse título. A Lei nº 6.404/76 definia o seguinte em seu artigo 179:

V - no ativo diferido: as aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social, inclusive os juros pagos ou creditados aos acionistas durante o período que anteceder o início das operações sociais.

A Lei nº 11.638/07 alterou a redação desse tópico para:

V – no diferido: as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional.

De acordo com a nova legislação societária, os gastos com reestruturação só poderão ser ativados quando contribuírem para o efetivo aumento do resultado futuro e não por redução de custos.

O parágrafo 1º, do artigo 182, que trata das reservas de capital também teve sua redação alterada. De acordo com a Lei nº 11.638/07, o prêmio recebido na emissão de debêntures e as doações e as subvenções para investimento não deverão ser classificados como reservas de capital. Os novos valores referentes a prêmio na emissão de debêntures e doações e subvenções para investimento deverão transitar pelo resultado. Os saldos existentes nessas contas em 31/12/07 continuarão a existir até que seus valores tenham alguma destinação.

A conta de Reserva de Reavaliação, tratada no parágrafo 3º do mesmo artigo, foi eliminada. A Reavaliação de Ativos deixa de existir no Brasil a partir de 2008. Os saldos existentes nessa conta no final de dezembro de 2007 continuarão a existir até que os ativos reavaliados sejam realizados ou estornados.

Foi criada a conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial, conforme parágrafo terceiro do artigo 182, transcrito a seguir:

Serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou

diminuições de valor atribuído a elementos do ativo (§ 5o do art. 177, inciso I do caput do art. 183 e § 3o do art. 226 desta Lei) e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado.

Na nova conta criada deverão ser contabilizados, por exemplo, os ajustes a “valor justo” das aplicações em instrumentos financeiros, ajustes ao valor de mercado de alguns tipos de reorganizações societárias, variações cambiais de investimentos permanentes em entidades no exterior. Esses ajustes serão estudados no decorrer desse trabalho. A nova conta criada não é uma conta de Reserva, já que os valores que a comporão ainda não transitaram pelo resultado.

Outra alteração efetuada pela nova legislação societária é que a conta de Lucros Acumulados deverá ter saldo zero no final do período. Todo o resultado deverá ser destinado e as parcelas de resultado que não serão distribuídas como dividendos deverão ser classificadas nas contas de reservas próprias. Note-se que o item “d” do parágrafo 2º do artigo 178 passou a ter a seguinte redação:

d) patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

A seguir foram comparados os grupos de Ativos e Passivos como concebidos em 1976, a configuração definida pela Deliberação CVM nº 488/05 e a Legislação Societária atual, alterada pela Lei nº 11.638/07:

Quadro 2 - O Balanço Patrimonial

Lei da S.A. 6.404/76	Deliberação CVM 488/2005	Lei da S.A. 6.404/76 alterada pela 11.638/07
Ativo	Ativo	Ativo
Ativo Circulante	Ativo Circulante	Ativo Circulante
Ativo Realizável a Longo Prazo	Ativo não Circulante Ativo Realizável a Longo Prazo	Ativo Realizável a Longo Prazo
Ativo Permanente Investimentos Ativo Imobilizado Ativo Diferido	Ativo Permanente Investimentos Ativo Imobilizado Ativo Intangível Ativo Diferido	Ativo Permanente Investimentos Ativo Imobilizado Ativo Intangível Ativo Diferido
Passivo	Passivo + Patrimônio Líquido	Passivo + Patrimônio Líquido
Passivo Circulante	Passivo Circulante	Passivo Circulante
Passivo Exigível a Longo Prazo Resultados de Exercícios Futuros Patrimônio Líquido Capital Social Reservas de Capital Reservas de Reavaliação Reservas de Lucros Lucros ou Prejuízos Acumulados	Passivo não Circulante Passivo Exigível a Longo Prazo Resultados de Exercícios Futuros Patrimônio Líquido Capital Social Reservas de Capital Reservas de Reavaliação Reservas de Lucros Prejuízos Acumulados	Passivo Exigível a Longo Prazo Resultados de Exercícios Futuros Patrimônio Líquido Capital Social Reservas de Capital Ajustes de Avaliação Patrimonial Reservas de Lucros Prejuízos Acumulados

3.1.1.1 Critérios de Avaliação

A Lei nº 11.638/07 alterou substancialmente os artigos da Lei nº 6.404/76, que tratam dos critérios de avaliação de ativos e passivos. O conceito de “*fair value*” ou valor justo foi introduzido pela nova legislação societária e denominado valor de mercado ou equivalente em seus artigos. De acordo com o item I do parágrafo 183 da Lei das S.A. antes da alteração sofrida, os direitos classificados no ativo deveriam ser avaliados ao custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando esse fosse menor que o primeiro. A partir da vigência da nova Lei, alguns itens do ativo deverão ser avaliados ao valor justo, conforme segue:

- I - as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos, classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo:
 - a) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e
 - b) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso das demais aplicações e os direitos e títulos de crédito;

Além disso, a lei passou a tratar ajuste a valor presente obrigatório em alguns casos, como é apresentado no seguinte item do mesmo artigo:

- VIII – os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

A Lei trata os passivos de longo prazo da mesma forma: devem ser trazidos a valor presente, bem como os demais, caso o efeito do ajuste a ser efetuado seja relevante.

A nova legislação societária conceitua também o que é valor de mercado, conforme segue no parágrafo primeiro do artigo 183:

- § 1º Para efeitos do disposto neste artigo, considera-se valor de mercado:
 - a) das matérias-primas e dos bens em almoxarifado, o preço pelo qual possam ser repostos, mediante compra no mercado;
 - b) dos bens ou direitos destinados à venda, o preço líquido de realização mediante venda no mercado, deduzidos os impostos e demais despesas necessárias para a venda, e a margem de lucro;
 - c) dos investimentos, o valor líquido pelo qual possam ser alienados a terceiros.
 - d) dos instrumentos financeiros, o valor que pode se obter em um mercado ativo, decorrente de transação não compulsória realizada entre partes independentes; e, na ausência de um mercado ativo para um determinado instrumento financeiro:
 - 1) o valor que se pode obter em um mercado ativo com a negociação de outro instrumento financeiro de natureza, prazo e risco similares;
 - 2) o valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros para instrumentos financeiros de natureza, prazo e risco similares; ou

3) o valor obtido por meio de modelos matemático-estatísticos de precificação de instrumentos financeiros.

A novidade trazida pela nova legislação é o conceito de valor justo, como o valor obtido em um mercado ativo, numa transação entre partes independentes, com liberdade de decisão e conhecimento da situação. A Lei traz três alternativas para determinação do valor justo na ausência de mercado ativo para os casos de instrumentos financeiros, já utilizados pela Circular do Banco Central que trata do mesmo assunto para as instituições financeiras.

Além disso, no parágrafo terceiro do mesmo artigo, a legislação determina o seguinte:

§ 3º A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado, no intangível e no diferido, a fim de que sejam:
I – registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou
II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

O conceito de *impairment* foi introduzido pela nova legislação societária. Em tópico posterior esse assunto será mais detalhado.

3.1.1.2 A Deliberação CVM nº 489/05

A Deliberação CVM nº 489/05 aprovou o Pronunciamento do IBRACON NPC nº 22 sobre Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas, que estabelece critérios de reconhecimento e mensuração de provisões e contingências convergentes com as normas internacionais. Seu objetivo, de acordo com seu parágrafo 1, é:

[...] definir critérios de reconhecimento e bases de mensuração aplicáveis a provisões, contingências passivas e contingências ativas, bem como definir regras para que sejam divulgadas informações suficientes nas notas explicativas às demonstrações contábeis, para permitir que os usuários entendam sua natureza, oportunidade e seu valor.

De acordo com essa Deliberação, provisão refere-se aos passivos com prazo ou valores incertos. O termo provisão tem sido usado tradicionalmente para qualquer passivo em cuja mensuração sejam utilizadas estimativas, como por exemplo, provisão de férias e 13º salário. No entanto, esses passivos são líquidos e certos, não se configuram provisões. Assim, enquanto a provisão para créditos de liquidação duvidosa pode efetivamente ser denominada provisão, como as demais contas retificadoras do ativo, a provisão para 13º salário não pode.

As chamadas provisões que são derivadas de apropriações por competência são efetivamente passivos por mercadorias ou serviços que foram recebidos ou fornecidos, mas que não foram faturados ou acordados formalmente com o fornecedor. O parágrafo sexto da Deliberação tece os seguintes comentários sobre a utilização da palavra provisão para as apropriações por competência de mercadorias ou serviços que foram recebidos ou fornecidos, mas que não foram faturados e configuram-se, portanto, efetivamente passivos:

Embora às vezes seja necessário estimar o valor ou o tempo das provisões derivadas de apropriações por competência, o que poderia assemelhar-se conceitualmente a uma provisão, a diferença básica está no fato de que as provisões derivadas de apropriações por competência são obrigações já existentes, registradas no período de competência, sendo muito menor o grau de incerteza que as envolve.

Como já abordado anteriormente, as provisões se distinguem dos outros passivos pela incerteza existente em seus prazos e valores. São exemplos então de provisões: provisão para garantia, provisão para reestruturação, provisão para riscos fiscais e trabalhistas.

Outro ponto importante a ser comentado é a conceituação do termo "contingente", de acordo com a Deliberação:

[...] contingente é usado para ativos e passivos que não são reconhecidos, pois não atendem aos critérios necessários ao seu reconhecimento. Se os critérios forem atendidos, tem-se um passivo ou um ativo.

Dessa forma, numa situação cuja realização provável e cujo valor possa ser mensurado com suficiente segurança, o provisão deve ser constituída e, portanto, não deve ser denominada contingência.

A Deliberação conceitua contingência passiva da seguinte forma, de acordo com seu parágrafo 6º:

Uma contingência passiva é:

- (a) uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob o controle da entidade; ou
- (b) uma obrigação presente que surge de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - (i) é improvável que a entidade tenha de liquidá-la; ou
 - (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente segurança.

Concluindo, contingência passiva é uma obrigação presente originária de fato gerador passado, não reconhecida, cuja liquidação é improvável ou cujo valor não possa ser mensurado com segurança. Contingência ativa, por sua vez, é conceituada conforme o mesmo parágrafo da Deliberação:

Uma contingência ativa é um possível ativo presente, decorrente de eventos passados, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob o controle da entidade.

Uma provisão deve ser contabilizada quando existe uma obrigação legal ou não formalizada originária de um fato gerador passado, que provavelmente deverá ser quitada e que seu valor possa ser estimado com suficiente segurança. Se uma dessas três condições não for atendida, a provisão não deve ser reconhecida.

Para classificar os ativos e passivos em contingentes ou não, a Deliberação nº 489/05 da CVM, em seu parágrafo 9, utiliza os termos *praticamente certo*, *provável*, *possível* e *remota*:

- (a) Praticamente certo - este termo é mais fortemente utilizado no julgamento de contingências ativas. Ele é aplicado para refletir uma situação na qual um evento futuro é certo, apesar de não ocorrido. Essa certeza advém de situações cujo controle está com a administração de uma entidade, e depende apenas dela, ou de situações em que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.
- (b) Provável - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer.
- (c) Possível - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, mas maior que remota.
- (d) Remota - a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena.

A seguir, foram resumidos os tratamentos contábeis a serem dados de acordo com a probabilidade da contingência:

Quadro 3 - Tratamento a ser dado envolvendo Contingências Ativas e Contingências Passivas

Tipo de Contingência	Probabilidade	Tratamento
Contingência Ativa	Provável	Divulgar
	Possível ou remota	Não divulgar
Contingência Passiva	Provável e não mensurável com suficiente segurança	Divulgar
	Possível	Divulgar
	Remota	Não divulgar

FONTE: DELIBERAÇÃO CVM nº 489/05, 2005, Anexo I (adaptada)

3.1.2 A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL não é obrigatória de acordo com a Lei nº 6.404/76. No entanto, o parágrafo 2º do artigo 186 dessa Lei prevê que essa demonstração pode ser elaborada em substituição à Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados – DLPA, conforme segue:

A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados deverá indicar o montante do dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia.

A Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados - DLPA é obrigatória aos outros tipos de sociedades, de acordo com o artigo 274 do Regulamento do Imposto de Renda. Além disso, essa demonstração é preenchida por todas as empresas tributadas pelo lucro real na DIPJ Anual.

A DMPL passou a ser obrigatória para as companhias abertas a partir de 1986, com a Instrução CVM nº 59. A DMPL contém todas as informações da DLPA, além de contemplar as movimentações de todas as outras contas do Patrimônio Líquido. Ele é muito útil para mostrar cada acréscimo ou decréscimo do Patrimônio Líquido, indicando a formação e a utilização de todas as reservas. Outra utilidade importante é que ela é base para melhor entendimento do cálculo dos dividendos, sendo ainda fundamental para a elaboração da DOAR e do cálculo da equivalência patrimonial.

O artigo 2º da Instrução CVM nº 59/86 descreve o formato e os componentes da DMPL:

A demonstração das mutações do patrimônio líquido, referida no artigo anterior, contemplará, no mínimo, os itens contidos no modelo sugerido em anexo à presente Instrução, segregados em colunas, discriminando:

1. descrição das mutações
2. capital realizado atualizado
3. reservas de capital
4. reservas de reavaliação
5. reservas de lucros
6. lucros ou prejuízos acumulados
7. ações em tesouraria
8. total do patrimônio líquido

Além da evidenciação das mutações segregadas segundo suas naturezas, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido deverá indicar o dividendo por ação do capital social, por

espécie e classe. As diferentes vantagens conferidas a cada uma das várias espécies e classes de ações que compõem o capital deverão ser observadas.

As alterações da legislação societária trazidas pela Lei nº 11.638/07 não alcançaram o dispositivo que se refere à Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados e sua possível substituição pela DMPL.

A seguir é apresentado como exemplo a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido da Romi S.A., disponível no site www.romi.com.br, acessado em 15/03/08.

Tabela 2 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de Indústrias Romi S.A. de 2006 e 2007

SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros	Reserva legal	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005		220.000	2.052	31.999	88.956	21.591	-	364.598
Realização da reserva de reavaliação	11	-	-	(1.594)	-	-	1.594	-
Aumento do capital social		40.000	-	-	(40.000)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	82.921	82.921
Dividendos propostos		-	-	-	(48.950)	-	(31.158)	(80.108)
Destinações:								
Reserva legal	17	-	-	-	-	4.146	(4.146)	-
Juros sobre o capital próprio - Lei no 9.249/95	17	-	-	-	-	-	(26.110)	(26.110)
Retenção de lucros	17	-	-	-	23.101	-	(23.101)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006		260.000	2.052	30.405	23.107	25.737	-	341.301
Realização da reserva de reavaliação	11	-	-	(1.589)	-	-	1.589	-
Aumento do capital social com emissão de ações	17	242.936	-	-	-	-	-	242.936
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	108.966	108.966
Destinações:								
Reserva legal	17	-	-	-	-	5.448	(5.448)	-
Juros sobre o capital próprio - Lei no 9.249/95	17	-	-	-	-	-	(42.814)	(42.814)
Retenção de lucros	17	-	-	-	62.293	-	(62.293)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007		502.936	2.052	28.816	85.400	31.185	-	650.389

FONTE: www.romi.com.br, 200, sem página.

3.1.3 Novo formato sugerido para Demonstração de Origens e Aplicações dos Recursos

A DOAR tornou-se obrigatória no Brasil, pela Lei nº 6.404/76, no ano de 1978, sendo que as primeiras publicações obrigatórias foram efetuadas em 1979. Em dezembro de 2007, com a promulgação da Lei nº 11.638/07, que alterou o parágrafo 176, foi substituída pela Demonstração dos Fluxos de Caixa. Dessa forma, para os Balanços preparados a partir de 2008, as empresas no Brasil não mais divulgarão a DOAR.

Essa demonstração relaciona o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, fornecendo as modificações na posição financeira da entidade pelo fluxo de

recursos, como por exemplo: política de inversões permanentes da empresa e suas fontes de recursos, recursos gerados pelas próprias operações, aplicação dos recursos obtidos, redução ou aumento do Capital Circulante Líquido (CCL). A diferença entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante (CCL) representa os recursos financeiros à disposição da sociedade que serão utilizados no período seguinte.

A DOAR apresenta as informações referentes às operações de financiamento e investimento da empresa durante o período. Os financiamentos são representados pelas origens de recursos que devem ser entendidas não como disponibilidades, mas como capital circulante líquido, ou capital de giro líquido.

A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, como o próprio nome sugere, evidencia todas as aplicações e todas as origens de recursos, que devem ser iguais, ou seja, todas as origens possuem aplicações. O artigo 188 da Lei nº 6.404/76 determina seus componentes, conforme segue:

Art. 188. A demonstração das origens e aplicações de recursos indicará as modificações na posição financeira da companhia, discriminando:

I - as origens dos recursos, agrupadas em:

- a) lucro do exercício, acrescido de depreciação, amortização ou exaustão e ajustado pela variação nos resultados de exercícios futuros;
- b) realização do capital social e contribuições para reservas de capital;
- c) recursos de terceiros, originários do aumento do passivo exigível a longo prazo, da redução do ativo realizável a longo prazo e da alienação de investimentos e direitos do ativo imobilizado.

II - as aplicações de recursos, agrupadas em:

- a) dividendos distribuídos;
- b) aquisição de direitos do ativo imobilizado;
- c) aumento do ativo realizável a longo prazo, dos investimentos e do ativo diferido;
- d) redução do passivo exigível a longo prazo.

III - o excesso ou insuficiência das origens de recursos em relação às aplicações, representando aumento ou redução do capital circulante líquido;

IV - os saldos, no início e no fim do exercício, do ativo e passivo circulantes, o montante do capital circulante líquido e o seu aumento ou redução durante o exercício.

A seguir é apresentado como exemplo a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos da Romi S.A., disponível no site www.romi.com.br, acessado em 15/03/08.

Tabela 3 - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos de Indústrias Romi S.A. de 2006 e 2007

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS					
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006 (valores expressos em milhares de reais)					
	Nota explicativa	Controladora 2007	Controladora 2006	Consolidado 2007	Consolidado 2006
ORIGENS DE RECURSOS					
Lucro líquido do exercício		108.966	82.921	108.966	82.921
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante:					
Depreciações	11 a) e b)	13.978	11.109	14.263	11.488
Baixas do ativo imobilizado		1.111	936	3.489	1.301
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18 b)	(1.914)	(628)	(1.914)	(628)
Diminuição da provisão para passivos eventuais, líquida		(2.770)	(65)	(2.770)	(65)
Equivalência patrimonial e variação cambial sobre investimentos no exterior, líquidos dos dividendos recebidos de controladas		(4.852)	(2.305)	-	-
Participação minoritária				417	174
Recursos provenientes das operações		114.519	91.968	122.451	95.191
Aumento do exigível a longo prazo, líquido		117.633	-	117.633	-
Transferência de impostos diferidos do ativo não circulante para o circulante		-	1.033	-	-
Aumento de capital com emissão de ações		242.936	-	242.936	-
Novos financiamentos de longo prazo, líquidos		25.328	12.473	25.481	12.463
Total das origens		500.416	105.474	508.501	107.654
APLICAÇÕES DE RECURSOS					
Aquisições de imobilizado	11 a) e b)	27.308	50.867	27.716	51.554
Investimentos em controladas		-	21	-	-
Agio na aquisição de investimentos		-	9	-	9
Dividendos propostos - controladora		-	80.108	-	80.108
Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/1995	17	42.814	26.110	42.814	26.110
Aumento de impostos e contribuições e outros créditos - não circulante		-	4.313	-	3.211
Aumento do realizável a longo prazo, líquido		148.342	8.956	148.333	8.956
Redução do exigível a longo prazo, líquido		-	1.624	-	1.624
Total das aplicações		218.464	172.008	218.863	171.572
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		281.952	(66.534)	289.638	(63.918)
VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO					
Ativo circulante final		762.064	468.194	786.840	483.997
Passivo circulante final		312.515	300.597	313.442	300.237
		449.549	167.597	473.398	183.760
Ativo circulante inicial		468.194	423.242	483.997	440.684
Passivo circulante inicial		300.597	189.111	300.237	193.006
		167.597	234.131	183.760	247.678
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		281.952	(66.534)	289.638	(63.918)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FONTE: www.romi.com.br, 2008, sem página.

As origens de recursos são os aumentos das fontes de financiamento de longo prazo, ou ainda, da transferência dos investimentos de longo prazo para o curto prazo, conforme segue:

- Das próprias operações: se existir lucro, haverá uma origem de recursos. Ao contrário, se existir prejuízo, haverá uma aplicação de recursos.
- Dos acionistas: aumentos de capital que aumentam o CCL.
- De terceiros: empréstimo de longo prazo obtidos, venda de bens do Ativo Permanente, transferência de valor do Realizável a Longo Prazo para o Ativo Circulante.

As aplicações de recursos referem-se aos aumentos de investimentos de longo prazo ou transferência de valores de financiamento de longo prazo para o curto prazo, conforme segue:

- Inversões permanentes: aquisição de bens do Ativo Imobilizado, novos Investimentos Permanentes ou aplicações no Diferido.
- Pagamentos de financiamentos a longo prazo.
- Remuneração dos acionistas, através de pagamentos de Dividendos ou Juros sobre Capital Próprio.

Além das origens e aplicações que afetam o Capital Circulante Líquido apresentadas anteriormente, as seguintes transações que não afetam o CCL devem ser apresentadas na DOAR como origens e aplicações simultaneamente:

- Aquisição de bens do Ativo Permanente com vencimento a longo prazo.
- Conversão de Empréstimo de Longo Prazo em Capital.
- Integralização de Capital em bens do Ativo Permanente.
- Venda de bens do Ativo Permanente com vencimento a longo prazo.

A DOAR e a DFC são demonstrações que objetivam informar sobre a situação financeira da empresa. A primeira enfatiza o Capital Circulante Líquido e a segunda os equivalentes de caixa, além de terem bases conceituais diferentes, pois uma utiliza o regime de competência de exercícios e a outra o regime de caixa. Com o objetivo de diminuir as dificuldades de entendimento da variação do Capital Circulante Líquido e da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos de forma geral, a FIPECAFI sugere um novo formato dessa demonstração. A seguir é apresentado o modelo sugerido:

Tabela 4 - A Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos – Formato

FIPECAFI

Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos Indústrias Romi S.A. - Consolidada - 2006 e 2007									
Formato sugerido pela FIPECAFI									
<u>Origens de Recursos</u>	2.007		2.006		<u>Aplicações de Recursos</u>	2.006		2.007	
Das Operações									
Lucro Líquido do exercício	108.966	21%	82.921	48%	Aquisição de Imobilizado	27.716	5%	51.554	30%
Mais: Despesas (Receitas) que não afetam o capital circulante	13.485	3%	12.270	7%	Ágio na aquisição de Investimento		0%	9	0%
Lucro ajustado	122.451	24%	95.191	55%	Aumento de impostos - não circulante		0%	3.211	2%
					Aumento do Realizável LP - líquido	148.333	29%	8.956	5%
					Redução do Exigível LP - líquido		0%	1.624	1%
Dos acionistas					Dividendos propostos		0%	80.108	47%
Aumento do capital c/ emissão de ações	242.936	48%	-	0%	Juros sobre Capital Próprio	42.814	8%	26.110	15%
De terceiros					Aumento no Capital Circulante Líquido	289.638	57%	-	0%
Aumento do exigível de LP - líquido	117.633	23%	-	0%					
Novos Financiamento de LP - líquido	25.481	5%	12.463	7%					
Redução do Capital Circulante Líquido	-	0%	63.918	37%					
Total das Origens	508.501		171.572		Total das Aplicações	508.501		171.572	

Para preparação dessa demonstração, foram utilizados os dados da DOAR (Consolidada) de Indústrias Romi S.A. apresentada anteriormente. Os valores de origens e aplicações são iguais, ou seja, todas as origens possuem aplicações e vice-versa. Esse é o princípio básico das partidas dobradas. No Balanço Patrimonial, o lado direito, ou Passivo + PL, representa as origens dos recursos aplicados no lado esquerdo, ou seja, o Ativo. O formato tradicional da DOAR dificulta essa visão. A DOAR na forma horizontal facilita o entendimento do que representa o CCL. O aumento do Capital Circulante Líquido representa aplicação do excesso de recursos que foram captados. Da mesma forma, a diminuição do Capital Circulante Líquido representa uma origem de recursos para a empresa financiar suas operações. No primeiro caso, o CCL aparece como componente das aplicações, e, no segundo caso, aparece como componente das origens.

3.1.4 A Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa tem como função informar as movimentações de entradas e saídas de caixa de uma entidade num determinado período, evidenciando as transações originárias de atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos. A conciliação entre o resultado do período e o fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais também deve ser apresentada. Além disso, nas Notas Explicativas devem ser divulgadas as informações de investimento e financiamento que afetam a situação patrimonial da empresa, mas que não impactam diretamente o caixa.

Para a preparação da DFC, o conceito de caixa é ampliado e contempla também os equivalentes-caixa, que são aplicações financeiras de altíssima liquidez, que possam ser convertidas em um valor conhecido em moeda imediatamente, e que apresentem risco de alteração de valor insignificante.

O modelo utilizado pelas empresas nas DFC publicadas é o preconizado pela FASB e pelas normas do IASB. Os componentes da Demonstração dos Fluxos de Caixa são classificados de acordo com suas naturezas. As atividades operacionais referem-se à produção e entrega de bens e serviços, e que se relacionam com as transações que aparecem na Demonstração de Resultados. De forma resumida, suas entradas e saídas são as seguintes:

- Recebimentos pela venda de produtos e serviços, inclusive desconto de duplicatas;
- Recebimentos de juros de empréstimos concedidos e aplicações financeiras;
- Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio;
- Outros recebimentos que não sejam referentes a atividades de investimento ou financiamento, como por exemplo, indenizações por sinistros;
- Pagamentos a fornecedores de matérias-primas ou bens para revenda;
- Pagamentos de fornecedores de outros insumos e de serviços;
- Pagamentos de tributos e multas;
- Pagamentos de juros de financiamentos.

Os juros pagos ou recebidos são classificados como atividades operacionais porque transitam na Demonstração de Resultados. No entanto, como decorrem de atividades de financiamento no primeiro caso e de remuneração de aplicação do capital no segundo caso, poderiam ser classificados naquelas atividades.

As atividades de investimento referem-se aos aumentos e diminuições dos ativos de longo prazo. De forma resumida, suas entradas e saídas são as seguintes:

- Recebimento do principal de empréstimos concedidos ou da venda deles, exceto de ativos financeiros classificados como equivalentes-caixa;
- Recebimento de venda de títulos de investimentos;
- Recebimento pelo resgate de participações;
- Recebimento de ativo imobilizado;
- Desembolso de empréstimos concedidos;
- Pagamento na aquisição de investimentos;
- Pagamento na aquisição de títulos patrimoniais;
- Pagamento na aquisição de ativo imobilizado.

As atividades de financiamento referem-se a empréstimos de terceiros ou recursos dos investidores à empresa. De forma resumida, suas entradas e saídas são as seguintes:

- Vendas de ações emitidas;
- Empréstimos obtidos no mercado de curto ou longo prazo;

- Recebimento de doações permanentes ou temporárias para investimento no ativo imobilizado;
- Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio;
- Resgate de ações da própria empresa;
- Pagamento do principal de empréstimos;
- Pagamento do principal referente à aquisição de ativo imobilizado de longo prazo.

As transações de investimento e financiamento sem efeito no caixa são divulgadas apenas nas Notas Explicativas. Os investimentos adquiridos a prazo não são classificados como atividades de investimento. Os pagamentos dessas transações são classificados como atividades de financiamento. Isso porque na DFC são mostradas as operações que efetivamente transitaram pelo caixa.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa poderá ser preparada utilizando-se o método direto ou indireto. O método direto apresenta os componentes dos fluxos como recebimentos e pagamentos, por seus valores brutos. No método indireto, o lucro líquido é conciliado com o caixa gerado pelas operações, mostrando as origens e aplicações de caixa decorrentes das alterações temporárias de prazo nas contas relacionadas com o ciclo operacional, como clientes, fornecedores, estoques. O método indireto é uma continuação da seqüência utilizada na DOAR, apresentando as variações positivas ou negativas inclusive das contas do ativo e passivo circulante, como pode ser visto no exemplo a seguir, a Demonstração dos Fluxos de Caixa da Romi S.A., disponível no site www.romi.com.br, acessado em 15/03/08.

Tabela 5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa de Indústrias Romi S.A. de 2006 e 2007

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2007	2006	2007	2006
Fluxo de caixa de atividades operacionais:					
Lucro líquido do exercício		108.966	82.921	108.966	82.921
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa oriundo das (aplicados nas) atividades operacionais:					
Depreciação	11 a) e b)	13.978	11.109	14.263	11.488
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		480	739	480	739
Equivalência patrimonial e variação cambial sobre investimentos no exterior, líquido dos dividendos recebidos de controladas		(4.861)	(2.305)	-	-
Perda (ganho) na alienação de imobilizado		(141)	853	(103)	1.098
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos de transações com partes relacionadas, duplicatas a receber, fornecedores e financiamentos		(2.865)	1.458	(2.780)	(197)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18 b)	(1.914)	(628)	(1.914)	(628)
Imposto de renda e contribuição social sobre realização da reserva de reavaliação		(819)	(821)	(819)	(821)
Provisão para desvalorização do estoque		(1.428)	2.263	(1.428)	2.263
Provisão para passivos eventuais, líquida		(2.770)	(65)	(2.770)	(65)
Participação minoritária		-	-	417	174
Variação nos ativos operacionais:					
Aplicações financeiras resgatáveis após 90 dias		(8.116)	-	(9.467)	-
Duplicatas a receber		(17.892)	22.490	(16.595)	25.422
Partes relacionadas		(5.060)	1.067	-	-
Valores a receber – repasse Finame fabricante		(202.631)	(203.135)	(202.631)	(203.135)
Estoques		(7.573)	(9.248)	(11.826)	(7.394)
Impostos e contribuições a recuperar, líquidos		(2.782)	(3.921)	(2.791)	(4.031)
Outros valores a realizar		(139)	(572)	(1.137)	1.209
Variação nos passivos operacionais:					
Fornecedores		7.416	(2.924)	7.275	(2.871)
Salários e encargos sociais		10.058	4.530	10.054	4.541
Impostos e contribuições a recolher		1.612	(2.068)	1.828	(1.771)
Adiantamentos de clientes		5.230	(7.474)	5.074	(7.318)
Outras contas a pagar		2.023	1.213	2.303	(464)
Partes relacionadas		(1.823)	1.086	-	-
Caixa aplicado nas atividades operacionais		(111.051)	(103.432)	(103.601)	(98.840)
Fluxo de caixa de operações de investimentos:					
Aquisição de imobilizado	11	(27.308)	(50.867)	(27.716)	(51.554)
Venda de imobilizado		1.252	83	3.592	203
Investimentos em controladas		-	(21)	-	-
Ágio na aquisição de ações da Rominor		9	(9)	9	(9)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		(26.047)	(50.814)	(24.115)	(51.360)
Fluxo de caixa de atividades financeiras:					
Juros sobre o capital próprio distribuídos e dividendos distribuídos		(120.520)	(25.490)	(121.368)	(24.501)
Novos empréstimos e financiamentos		58.765	17.494	58.984	17.496
Pagamentos de financiamentos		(8.869)	(14.127)	(8.903)	(15.482)
Novos financiamentos – Finame fabricante		327.342	299.477	327.342	299.477
Pagamentos de financiamentos – Finame fabricante		(167.142)	(118.066)	(167.142)	(118.066)
Caixa gerado nas atividades financeiras		89.576	159.288	88.913	158.924
Aumento de caixa com a emissão de ações		242.936	-	242.936	-
Aumento de disponibilidades e aplicações financeiras		195.414	5.042	204.133	8.724
Disponibilidades e aplicações financeiras com disponibilidade imediata - no início do período		72.405	67.363	86.922	78.198
Disponibilidades e aplicações financeiras com disponibilidade imediata - no fim do período		267.819	72.405	291.055	86.922
Informações complementares:					
Imposto de renda e contribuição social pagos		22.442	21.141	23.357	21.806
Juros pagos durante o exercício		3.091	1.924	3.293	2.161
Valores a pagar a fornecedores referentes à aquisição de imobilizado		83	772	83	1.403

FONTE: www.romi.com.br, 2008, sem página.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa não era obrigatória no Brasil até a promulgação da Lei nº 11.638/07, que alterou o parágrafo 176, substituindo a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela DFC, conforme transcrito a seguir:

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

[...]

IV – demonstração dos fluxos de caixa

[...]

§ 6º A companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa deverá ter os seguintes componentes, de acordo com o artigo 188 da Lei nº 6.404/76, conforme segue:

Art. 188. As demonstrações referidas nos incisos IV e V do caput do art. 176 desta Lei indicarão, no mínimo:

I – demonstração dos fluxos de caixa – as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, 3 (três) fluxos:

- a) das operações;
- b) dos financiamentos; e
- c) dos investimentos;

Desde 1999, o IBRACON, através do NPC nº 20, recomendava sua apresentação como informação complementar. De acordo com o parágrafo 2º desse Pronunciamento, a função da Demonstração dos Fluxos de Caixa é a seguinte:

A função primordial de uma demonstração dos fluxos de caixa é a de propiciar informações relevantes sobre as movimentações de entradas e saídas de caixa de uma entidade num determinado período ou exercício. As informações contidas numa demonstração dos fluxos de caixa, quando utilizadas com os dados e informações divulgados nas demonstrações contábeis, destinam-se a ajudar seus usuários a avaliar a geração de fluxos de caixa para o pagamento de obrigações e lucros e dividendos a seus acionistas ou cotistas, ou a identificar as necessidades de financiamento, as razões para as diferenças entre o resultado e o fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais e, finalmente, revelar o efeito das transações de investimentos e financiamentos, com a utilização ou não de numerário, sobre a posição financeira.

A CVM determina a publicação da DFC para as empresas que as publicam em outros mercados. De acordo com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP 01/06 em seu item 1.5 - *A divulgação das informações contábeis em múltiplos mercados*, as empresas que divulgam a Demonstração dos Fluxos de Caixa fora do Brasil devem publicá-la no país também, para que não exista assimetria ou privilégio na divulgação de informações.

Se a empresa, por exemplo, divulgar um tipo de demonstração contábil por força da regulação em um mercado onde está registrada, é necessário que divulgue também em outros mercados, com a mesma estrutura e arcabouço contábil, e deve demonstrar, reconciliando, as diferenças pelo uso de outro conjunto de normas. A exigência da Demonstração dos Fluxos de Caixa em mercados estrangeiros e da demonstração das origens e aplicações de recursos – DOAR – pela legislação societária brasileira, por exemplo, torna necessário que essas demonstrações, que organizam de forma diferente as informações de recursos e caixa, sejam divulgadas em outros mercados da mesma forma que no mercado onde foi divulgado por força de normas contábeis específicas.

A DOAR é uma demonstração contábil muito útil para informar as modificações na posição financeira da empresa em sua totalidade, divulgando as informações relevantes sobre a

evolução do capital circulante líquido, as políticas de inversões permanentes da empresa, os recursos gerados nas operações e outras fontes de recursos utilizadas e a forma de aplicação desses recursos. No entanto, a DOAR foi definitivamente substituída pela DFC, já que esta aparentemente é de mais fácil entendimento, pois o conceito de disponibilidades é mais fácil de entender do que o conceito de capital circulante líquido. O objetivo da DFC é facilitar a compreensão por parte dos usuários, da performance financeira, bem como da perspectiva de liquidez das empresas.

De acordo com Martins (1999, p. 8):

[...] para o caso das empresas industriais e comerciais, justifica-se plenamente essa substituição apenas pelo fato de ser muito mais fácil o entendimento do Fluxo de Caixa que o da DOAR. E talvez isso realmente já seja o suficiente para a mudança [...] Mas, se olharmos do ponto de vista de efetiva utilidade e capacidade preditiva, veremos que a DOAR é muito mais rica e relevante do que o Fluxo de Caixa.”

3.1.5 A Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA não era obrigatória no Brasil até a promulgação da Lei nº 11.638/07. A partir de 2008, as companhias abertas deverão apresentar essa informação como demonstração obrigatória e não mais como componente das Notas Explicativas ou no Relatório da Administração como incentivava a CVM através de seus Ofícios-Circulares.

A DVA é uma demonstração complementar à Demonstração do Resultado do Exercício e apresenta informações sobre a capacidade de geração de riqueza pela entidade e sua forma de distribuição. A riqueza gerada é calculada como a diferença entre o valor das vendas e dos insumos adquiridos de terceiros. As informações constantes nessa demonstração permitem a análise do desempenho econômico da empresa e podem auxiliar no cálculo do PIB e de indicadores sociais. Além disso, apresenta como a riqueza gerada foi distribuída entre os funcionários, os financiadores e o governo. De acordo com Santos (2003, p. 35):

A DVA, componente importantíssimo do Balanço Social, deve ser entendida como a forma mais competente criada pela Contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração, bem como da distribuição da riqueza de uma entidade.

Desde 2000, a CVM, através do Ofício-Circular CVM/SNC/SEP 01/00, sugere a elaboração e divulgação da DVA de acordo com o modelo desenvolvido pela FIECAFI. O Ofício-Circular CVM/SNC/SEP 01/06, em seu item 1.12 Demonstração do Valor Adicionado – DVA diz:

A Demonstração do Valor Adicionado, que também pode integrar o Balanço Social, constitui, desse modo, uma importante fonte de informações à medida que apresenta esse conjunto de elementos que permitem a análise do desempenho econômico da empresa, evidenciando a geração de riqueza, assim como dos efeitos sociais produzidos pela distribuição dessa riqueza.

A seguir é apresentado o modelo da Demonstração do Valor Adicionado elaborado pela FIECAFI para empresas em geral.

Quadro 4 - A Demonstração do Valor Adicionado

Demonstração do Valor Adicionado	
1. Receita	
1.1. Vendas de Mercadorias, produtos e serviços	
1.2. Provisão para Devedores Duvidosos - Reversão (Constituição)	
1.3. Não operacionais	
2. Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS, IPI, PIS e Cofins)	
2.1. Matérias-primas consumidas	
2.2. Custos das mercadorias e serviços vendidos	
2.3. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	
2.4. Perda / Recuperação de valores ativos	
3. Valor Adicionado Bruto (1 - 2)	
4. Retenções	
4.1. Depreciação, amortização e exaustão	
5. Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3 - 4)	
6. Valor Adicionado Recebido em Transferência	
6.1. Resultado de equivalência patrimonial	
6.2. Receitas Financeiras	
7. Valor Adicionado Total a Distribuir (5 + 6)	
8. Distribuição do Valor Adicionado	
8.1. Pessoal e Encargos	
8.2. Impostos, taxas e contribuições	
8.3. Juros e aluguéis	
8.4. Juros sobre capital próprio e dividendos	
8.5. Lucros retidos / prejuízo do exercício	

FONTE: FIECAFI – Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações, 2007, página 504

No modelo apresentado, o valor de vendas refere-se ao faturamento bruto, isto é, incluindo os valores de ICMS, IPI, PIS e COFINS. As receitas não operacionais referem-se a valores de atividades da empresa que não são seu principal objeto, como, por exemplo, ganhos e perdas na baixa de imobilizados. Os valores de insumos adquiridos de terceiros, isto é, matérias-

primas consumidas, custo das mercadorias e serviços vendidos e outros materiais devem ter seus valores brutos dos impostos ICMS, IPI, PIS e COFINS. Do valor adicionado bruto conseguido a partir da diminuição dos insumos adquiridos do total de receitas, efetuam-se as retenções que são as despesas de depreciação, amortização e exaustão, chegando-se então ao Valor Adicionado Líquido produzido pela entidade. A esse valor é somado o montante adicionado recebido de outras entidades a título de equivalência patrimonial e receitas financeiras. O resultado será o Valor Adicionado Total a Distribuir.

A distribuição do Valor Adicionado será demonstrada nos itens de:

- Pessoal e encargos, que são os valores de salários e benefícios pagos aos funcionários.
- Os valores de impostos, taxas e contribuições, que serão além dos valores do INSS, os outros impostos pagos pela empresa. Para os valores de ICMS, IPI, PIS e COFINS serão considerados os montantes efetivamente pagos pela entidade, a diferença entre os valores dos “débitos fiscais” referentes às saídas dos produtos e os “créditos fiscais” referentes às compras dos insumos adquiridos de terceiros.
- Juros e aluguéis, isto é, as despesas financeiras referentes a quaisquer tipos de financiamentos e os aluguéis, inclusive *leasing*.
- Juros sobre capital próprio e dividendos, ou seja, os valores creditados aos acionistas.
- Lucros retidos na forma de reserva ou prejuízo do exercício.

O CFC, através de sua Resolução nº 1.010 de 21.01.2005, aprovou a NBC T 3.7 - Demonstração do Valor Adicionado que estabelece procedimentos para evidenciação de informações econômicas e financeiras, relacionadas ao valor adicionado pela entidade e sua distribuição. O modelo definido por essa resolução é bastante parecido com o modelo da FIPECAFI. De acordo com esse documento, a DVA não se confunde com nota explicativa, mas deve ser apresentada como uma Demonstração Complementar. Além disso, deve ser consistente com a Demonstração do Resultado do Exercício e auditada.

A Lei nº 11.638/07 tornou a Demonstração do Valor Adicionado uma demonstração obrigatória para as companhias abertas, através de seu artigo 176. De acordo com o artigo 188, item II, a DVA deverá apresentar no mínimo:

II – demonstração do valor adicionado – o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

A nova legislação societária não obriga a comparação com o ano anterior quando a demonstração é apresentada pela primeira vez. No entanto, as companhias abertas que já divulgam a informação provavelmente serão instruídas pela CVM para que a apresentem de forma comparativa.

3.1.6 Notas Explicativas e Relatório da Administração

As demonstrações contábeis têm por objetivo fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade para o processo de tomada de decisão de uma ampla variedade de usuários. Dentro desse contexto, as Notas Explicativas que são informações complementares às demonstrações contábeis e parte integrante delas têm papel muito importante. Elas podem ser descritivas, conter quadros analíticos ou, ainda, englobar outras demonstrações contábeis para o esclarecimento dos resultados e da situação financeira da entidade.

De acordo com o artigo 176 da Lei nº 6.404/76, parágrafo 5, as Notas Explicativas deverão indicar:

- a) Os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo;
- b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes (artigo 247, parágrafo único);
- c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações (artigo 182, § 3º);
- d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes;
- e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
- f) o número, espécies e classes das ações do capital social;
- g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício;
- h) os ajustes de exercícios anteriores (artigo 186, § 1º);
- i) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

Além disso, o artigo 177, em seu parágrafo 1º, determina que mudanças nos critérios contábeis devem ser divulgadas em Notas Explicativas. O artigo 247 estabelece as notas explicativas que devem ser divulgadas em relação aos investimentos relevantes, que

englobam as informações sobre as sociedades coligadas e controladas e suas relações com a companhia, indicando:

- I - a denominação da sociedade, seu capital social e patrimônio líquido;
- II - o número, espécies e classes das ações ou quotas de propriedade da companhia, e o preço de mercado das ações, se houver;
- III - o lucro líquido do exercício;
- IV - os créditos e obrigações entre a companhia e as sociedades coligadas e controladas;
- V - o montante das receitas e despesas em operações entre a companhia e as sociedades coligadas e controladas.

O CFC, através da norma NBC T 6 - Da Divulgação das Demonstrações Contábeis, de 11/12/92, também trata desse assunto em seu item 6.2. De acordo com esse documento, as informações contidas nas notas explicativas devem ser relevantes, e os seguintes aspectos devem ser observados:

- a) as informações devem contemplar os fatores de integridade, autenticidade, precisão, sinceridade e relevância;
- b) os textos devem ser simples, objetivos, claros e concisos;
- c) os assuntos devem ser ordenados obedecendo a ordem observada nas demonstrações contábeis, tanto para os agrupamentos como para as contas que os compõem;
- d) os assuntos relacionados devem ser agrupados segundo seus atributos comuns;
- e) os dados devem permitir comparações com os de datas de períodos anteriores;
- f) as referências a leis, decretos, regulamentos, normas brasileiras de contabilidade e outros atos normativos devem ser fundamentadas e restritas aos casos em que tais citações contribuam para o entendimento do assunto tratado na nota explicativa.

A evidenciação é um dos objetivos básicos da Contabilidade para que os usuários tenham acesso a informações completas e confiáveis sobre a situação patrimonial e financeira de uma entidade. A CVM recomenda a divulgação de diversos assuntos relevantes, além dos previstos na legislação societária apresentados anteriormente, para melhor atender aos usuários dessas informações.

Dentre esses assuntos estão os seguintes, de acordo com o Manual das Sociedades por Ações (Fipecafi, 2007: 455): ações em tesouraria, adoção de nova prática contábil, ágio / deságio, aposentadoria e pensões, arrendamento mercantil (*leasing*), ativo contingente, ativo diferido, capacidade ociosa, capital social autorizado, continuidade normal dos negócios, correção de erros de períodos anteriores, créditos Eletrobrás, debêntures, demonstrações condensadas, demonstrações em moeda de capacidade aquisitiva constante, demonstrações financeiras consolidadas, destinação de lucros constantes nos Acordos de Acionistas, dividendo por ação, dividendos propostos, empreendimentos em fase de implantação, EPE, equivalência

patrimonial, estoques, IRPJ e CSLL, incorporação, fusão e cisão, informações por segmento de negócios, informações sobre concessões, instrumentos financeiros, investimentos societários no exterior, juros sobre capital próprio, lucro ou prejuízo por ação, mudanças em estimativas contábeis, operações em descontinuidade, paradas programadas, programa de desestatização, programa de recuperação fiscal (REFIS), provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisões e contingências passivas, redução do valor recuperável de ativos, remuneração dos administradores, reserva de lucros a realizar, reservas – detalhamento, retenção de lucros, seguros, transações entre partes relacionadas, variação cambial, vendas ou serviços a realizar, voto múltiplo. Além disso, o IBRACON ainda recomenda a existência de Notas Explicativas sobre os seguintes temas: ativos especiais, ativo fiscal diferido, detalhes do ativo imobilizado, operações ou contexto operacional, segregação entre circulante e longo prazo e subsídios governamentais.

Além das Notas Explicativas e das Demonstrações Contábeis, as companhias devem divulgar o Parecer dos Auditores Independentes (se houver), o Parecer do Conselho Fiscal (se houver), o resumo do relatório do Comitê de Auditoria (se houver) e, finalmente, o Relatório da Administração. De acordo com o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, em seu item I, os administradores devem comunicar, até um mês antes da data marcada para a realização da assembléia-geral ordinária, que se acham à disposição dos acionistas:

I - o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo.

Nesse documento, a administração pode fornecer informações importantes aos usuários, como projeções e operações previstas para o futuro, análises do passado com indicação de tendências. Como é um documento descritivo, é de entendimento mais fácil do que as demonstrações contábeis e atinge, por isso, um número maior de usuários da informação.

A CVM, através de sua Deliberação nº 488/05 que aprovou o Pronunciamento do IBRACON NPC nº 27, definiu quais informações mínimas devem constar do Relatório da Administração:

a. descrição dos negócios, produtos e serviços; comentários sobre a conjuntura econômica geral relacionada à entidade, incluindo concorrência nos mercados, atos governamentais e outros fatores exógenos materiais sobre o desempenho da companhia; informações sobre recursos humanos; investimentos realizados; pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e serviços; reorganizações societárias e programas de racionalização; direitos dos acionistas e políticas de dividendos, societárias e perspectivas e planos para o período em curso e os futuros;

- b. fatores principais e influências que determinam o desempenho, incluindo mudanças no ambiente no qual a entidade opera, a resposta da entidade às mudanças e seu efeito, a sua política de investimento para manter e melhorar o desempenho;
- c. fontes de obtenção de recursos da entidade; e
- d. os recursos da entidade não reconhecidos no balanço por não atenderem à definição de ativos.

3.1.7 Parecer dos Auditores

O Parecer dos Auditores Independentes é obrigatório para as companhias abertas e deve ser publicado juntamente com as Demonstrações Contábeis. O parágrafo 3º do artigo 177 da Lei nº 6.404/76 versa o seguinte:

As demonstrações financeiras das companhias abertas observarão, ainda, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, e serão obrigatoriamente auditadas por auditores independentes registrados na mesma comissão.

No decorrer desses trinta anos de aplicação da Lei das Sociedades por Ações, o formato do Parecer dos Auditores Independentes foi se modificando. A seguir serão colocados exemplos dessa evolução:

Transcrição do Parecer de Auditoria da Bayer do Brasil S/A publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 05 de abril de 1979 na página 64:

Parecer dos Auditores Independentes

Ilmo Srs.
Diretores e Acionistas da Bayer do Brasil S/A

Examinamos o balanço patrimonial da Bayer do Brasil S.A. levantado em 31 de dezembro de 1978 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data. Nosso exame foi efetuado de acordo com **as normas de auditoria geralmente aceitas** e, conseqüentemente, incluiu as provas dos registros contábeis e outros procedimentos de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias.

Em nossa opinião, **as demonstrações financeiras** acima referidas **representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira** da Bayer do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 1978, o resultado de suas operações e as origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, as quais, com exceção do disposto nas Notas 1 e 2b, estão **de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos**, aplicados com **uniformidade** em relação ao exercício anterior, exceto quanto às mudanças descritas na Nota 2.

São Paulo, 02 de Março de 1979.
Arthur Young Auditores Associados S/C Ltda

Transcrição do Parecer de Auditoria de Unibanco Sistemas S.A. publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 01 de abril de 1986 na página 36:

Unibanco Sistemas S.A.
04 de fevereiro de 1986

Aos Administradores e Acionistas

Examinamos os balanços patrimoniais de Unibanco Sistemas S.A. em 31 de dezembro de 1985 e 1984 e as correspondentes demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos dos exercícios findos nessas datas. Efetuamos nossos exames consoante **normas de auditorias geralmente aceitas**, incluindo, por conseguinte, as provas nos registros e documentos contábeis e a aplicação de outros procedimentos de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias.

Somos de parecer que as referidas **demonstrações financeiras apresentam adequadamente a posição financeira** de Unibanco Sistemas S.A. em 31 de dezembro de 1985 e 1984 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos desses exercícios, de **conformidade com os princípios de contabilidade geralmente aceitos**, aplicados de maneira **uniforme**.

Price Waterhouse – Auditores Independentes – CRC-SP-150
Irineu de Mula – Contador – CRC-SP-56.534

Transcrição do Parecer de Auditoria de Oxiteno S.A. Indústria e Comércio publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 05 de abril de 1988 na página 29:

Ao Conselho de Administração
Oxiteno S.A. Indústria e Comércio

1) Examinamos os balanços patrimoniais individuais (Sociedade) e consolidados da Oxiteno S.A. Indústria e Comércio e controlada, levantados em 31 de dezembro de 1987 e 30 de abril de 1986, apresentados sob o título “Pela Legislação Societária”, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio Líquido, das origens e aplicações de recursos, para os períodos findos naquelas datas. Os nossos exames foram efetuados de acordo com as **normas de auditoria geralmente aceitas** e, conseqüentemente, incluíram provas nos registros contábeis e outros procedimentos de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias.

2) Em nossa opinião, **as demonstrações financeiras** mencionadas no parágrafo anterior refletem com propriedade a **posição financeira** individual e consolidada da Oxiteno S.A. Indústria e Comércio em 31 de dezembro de 1987 e 30 de abril de 1986, o resultado de suas operações e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos períodos findos naquelas datas, de **acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos**, os quais, exceto quanto às reavaliações de ativos imobilizados próprios e da controlada (nota 9), foram aplicados em bases uniformes.

3) As **demonstrações financeiras complementares** da Sociedade, expressas em moeda de poder aquisitivo de dezembro de 1987 e apresentadas sob o título “Pela **Correção Integral**”, relativas ao período de 20 meses, findo em 31 de dezembro de 1987 e o balanço patrimonial em 30 de abril de 1986, foram submetidos a procedimentos adicionais de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias. Em nossa opinião, **as demonstrações financeiras complementares refletem adequadamente a posição financeira** individual da Oxiteno S.A. Indústria e Comércio em 31 de dezembro de 1987 e 30 de abril de 1986 e o resultado de suas operações e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao período findo em 31 de dezembro de 1987, de acordo com **os princípios de contabilidade que fundamentam as demonstrações financeiras em moeda de poder aquisitivo constante**, aplicados de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (Nota 1).

São Paulo, 24 de fevereiro de 1988.

Arthur Andersen S.C. – CRC-SP-123

Márcio Orlandi – Sócio-Diretor Responsável – Contador – CRC-SP-94.493

Transcrição do Parecer de Auditoria de Oxiten S.A. Indústria e Comércio publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 03 de abril de 1992 na página 43:

Ao Acionistas

Oxiten S.A. Indústria e Comércio

1) Examinamos os balanços patrimoniais individual (controladora) e consolidado da Oxiten S.A. Indústria e Comércio levantados em 31 de dezembro de 1991, apresentados sob o título “Correção Integral” e “Legislação Societária” e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio Líquido, das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, **elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião** sobre essas **demonstrações contábeis.**

2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com **as normas de auditoria** e compreenderam: (a) os planejamentos dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controle internos da Entidade, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3) Em nossa opinião, as **demonstrações contábeis** apresentados sob o título “**Correção Integral**” **representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira** individual e consolidada da Oxiten S.A. Indústria e Comércio e controladas em 31 de dezembro de 1991, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, e as origens e aplicações de seus recursos, referentes ao exercício findo naquela data, **de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade.**

4) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, apresentadas sob o título “**Legislação Societária**”, **representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira** individual e consolidada da Oxiten S.A. Indústria e Comércio e controladas em 31 de dezembro de 1991, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, e as origens e aplicações de seus recursos, referentes ao exercício findo naquela data, **de acordo com os princípios de contabilidade emanados da legislação societária,** descritos na Nota 3.

5) O balanço patrimonial e a demonstração das mutações do patrimônio líquido relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 1990, apresentados para fins comparativos, foram por nós examinados, conforme parecer emitido em 22 de fevereiro de 1991, sem ressalvas.

São Paulo, 03 de abril de 1992.

Arthur Andersen S.C – CRC-SP-123

José Carlos Monteiro – Sócio-Diretor Responsável – CRC-SP-100.597

Transcrição do Parecer de Auditoria de Indústrias Romi S.A. publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 20 de fevereiro de 1997 na página 22:

Aos Diretores e Acionistas da Indústrias Romi S.A.

Santa Bárbara d’Oeste – SP

Examinamos os balanços patrimoniais da Indústria Romi S.A. levantados em 31 de dezembro de 1996 e 1995 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas,

elaboradas sob a **responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião** sobre essas demonstrações financeiras.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as **normas de auditoria** e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Empresa; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Empresa, bem como da apresentação das demonstrações financeiras em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas **representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira** da Indústrias Romi S.A. em 31 de dezembro de 1996 e 1995, os resultados de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, **de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária.**

As demonstrações financeiras consolidadas da Indústrias Romi S.A. e suas controladas, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 1996, foram por nós examinadas e submetidas aos mesmos procedimentos descritos no segundo parágrafo acima e, em nossa opinião, essas demonstrações financeiras representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Indústrias Romi S.A. e de suas controladas em 31 de dezembro de 1996, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercício findo naquela data, de acordo com **as práticas contábeis emanadas da legislação societária.**

KMPG Peat Marwick – CRC-SP -2SP014428/O-6

Odair Corrêa da Silva – Contador – CRC-SP 1SP085454/O-9

Transcrição do Parecer de Auditoria de Indústrias Romi S.A. disponível em www.romi.com.br, acesso em 02/05/08:

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Indústrias Romi S.A.
Santa Bárbara d'Oeste – SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Indústrias Romi S.A. (“Companhia”) e de suas controladas, controladora e consolidado, levantados em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, **elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião** sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as **normas brasileiras de auditoria** e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia e de suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e de suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 **representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira** da Indústrias Romi S.A., controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, **de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.**

4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações financeiras básicas referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa que estão sendo apresentadas no anexo I, com o objetivo de propiciar informações suplementares sobre a Companhia, não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações dos fluxos de caixa, individuais e consolidadas, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essas demonstrações

suplementares estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, tomadas em conjunto.

Campinas, 25 de janeiro de 2008.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes - CRC nº 2 SP 011609/O-8

Walbert Antonio dos Santos – Contador - CRC nº 1 SP 185597/O-4

Conforme se nota nos exemplos transcritos anteriormente, o formato dos Pareceres de Auditoria se modificaram desde 1978. Naquela data, era evidenciado que o parecer era feito de acordo com “as normas de auditoria geralmente aceitas”. A partir da década de 90, era evidenciado que o Parecer era preparado de acordo com as normas de auditoria, e, então, as fases de planejamento dos trabalhos, dos testes e verificação de evidências e, finalmente, da avaliação das práticas contábeis passaram a ser citadas.

Outro aspecto que chama a atenção é a utilização do termo “demonstrações financeiras” até a década de 80 e, a partir da década de 90, usa-se o termo “demonstrações contábeis”.

Segundo os Pareceres pesquisados, até o advento da Correção Integral, dizia-se que as demonstrações financeiras representavam adequadamente a posição patrimonial e financeira das empresas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos, aplicados com uniformidade. A partir da divulgação de demonstrações corrigidas de acordo com as Instruções da CVM que tratavam da CMI, o formato dos Pareceres de Auditoria mudou. Em 1988, por exemplo, os Pareceres tratavam as demonstrações contábeis não corrigidas pela CMI como adequadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos. As demonstrações contábeis corrigidas eram apresentadas como informações complementares e eram descritas como adequadas de acordo com os princípios de contabilidade que fundamentavam as demonstrações financeiras em moeda de poder aquisitivo constante. Interessante notar que demonstrações com valores diferentes eram igualmente adequadas para representar a posição patrimonial e financeira de uma mesma empresa em uma mesma data.

Na primeira metade da década de 90, quando a Correção Monetária Integral era obrigatória para as companhias abertas, os Pareceres atestavam dois conjuntos distintos de demonstrações: aquelas preparadas de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, que eram as demonstrações sob o título “Pela Correção Integral” e aquelas preparadas de acordo com os princípios de contabilidade emanados da legislação societária. As primeiras representavam uma informação de muito melhor qualidade que o segundo

conjunto de demonstrações. No entanto, os impostos e os dividendos eram calculados com base nas demonstrações que estavam de acordo com a legislação societária.

Após a promulgação da Lei nº 9.249, em 1995, que revogou a correção monetária das demonstrações contábeis, nos Pareceres de Auditoria passou-se a constar que as demonstrações contábeis eram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o que inclui não só a legislação societária, mas as normas emanadas da CVM, e de outros órgãos normatizadores.

A partir da década de 90, constava nos Pareceres que a administração da entidade era a responsável por suas demonstrações contábeis. A empresa de auditoria era responsável por expressar a opinião a respeito delas. Outro ponto importante a ser destacado é que as empresas de auditoria opinam sobre a adequação das demonstrações contábeis em seus aspectos relevantes, e não atestam a exatidão dessas peças.

4 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NAS PRÁTICAS, MENSURAÇÃO E NOS COMPONENTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APÓS A LEI Nº 6.404/76

4.1 O Ativo Imobilizado

4.1.1 Reavaliação de ativos

4.1.1.1 A Lei nº 6.404/76

A Lei nº 6.404/76 introduziu no Brasil a possibilidade de avaliação de ativos a preço de mercado, a Reavaliação. Nesse processo, abandona-se o custo como base do valor e utiliza-se, então, o novo valor econômico do ativo que foi reavaliado. A primeira edição do Manual de Contabilidade por Ações comentava que o cálculo da correção monetária dos ativos imobilizados não era suficiente para a avaliação desses ativos e a reavaliação poderia ser útil nos casos de incorporação, cisão e fusão ou na elaboração de demonstrações para fins gerenciais que refletissem o valor corrente desses bens. A Lei das S.A. prevê essa situação em seu parágrafo 3º do artigo 182:

§ 3º Serão classificadas como reservas de reavaliação as contrapartidas de aumentos de valor atribuídos a elementos do ativo em virtude de novas avaliações com base em laudo nos termos do artigo 8º, aprovado pela assembléia-geral.

É importante notar que, de acordo com a Lei, a reavaliação é possível para todos os ativos. Apesar disso, admite-se contabilmente que somente os componentes do ativo imobilizado devem ser reavaliados. Entende-se, ainda, que a reavaliação deve ser feita para aumento do valor dos ativos e não para sua diminuição, que se dará por depreciação, amortização ou exaustão.

Para se fazer a Reavaliação, a Lei das Sociedades por Ações determina que devem ser nomeados em Assembléia três peritos ou a contratação de uma empresa especializada no assunto para a elaboração do Laudo de Avaliação do Ativo, de acordo com seu artigo 8º transcrito a seguir:

Art. 8º A avaliação dos bens será feita por 3 (três) peritos ou por empresa especializada, nomeados em assembléia-geral dos subscritores, convocada pela imprensa e presidida por um dos

fundadores, instalando-se em primeira convocação com a presença de subscritores que representem metade, pelo menos, do capital social, e em segunda convocação com qualquer número.

§ 1º Os peritos ou a empresa avaliadora deverão apresentar laudo fundamentado, com a indicação dos critérios de avaliação e dos elementos de comparação adotados e instruído com os documentos relativos aos bens avaliados, e estarão presentes à assembléia que conhecer do laudo, a fim de prestarem as informações que lhes forem solicitadas.

§ 2º Se o subscritor aceitar o valor aprovado pela assembléia, os bens incorporar-se-ão ao patrimônio da companhia, competindo aos primeiros diretores cumprir as formalidades necessárias à respectiva transmissão.

§ 3º Se a assembléia não aprovar a avaliação, ou o subscritor não aceitar a avaliação aprovada, ficará sem efeito o projeto de constituição da companhia.

§ 4º Os bens não poderão ser incorporados ao patrimônio da companhia por valor acima do que lhes tiver dado o subscritor.

§ 5º Aplica-se à assembléia referida neste artigo o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 115.

§ 6º Os avaliadores e o subscritor responderão perante a companhia, os acionistas e terceiros, pelos danos que lhes causarem por culpa ou dolo na avaliação dos bens, sem prejuízo da responsabilidade penal em que tenham incorrido; no caso de bens em condomínio, a responsabilidade dos subscritores é solidária.

Com base num Laudo de Avaliação, os ativos, mais comumente, do grupo imobilizado, tinham seu valor ajustado ao de mercado, sua vida útil novamente determinada, e, conseqüentemente, sua depreciação. A contrapartida do valor de reavaliação tornava-se Reserva de Reavaliação.

No caso da Reavaliação de um terreno, a contabilização é simples: debita-se o ativo reavaliado pela diferença entre o valor do Laudo e o valor existente anteriormente e, credita-se a conta de Reavaliação de Ativos Próprios no Patrimônio Líquido. O ativo reavaliado passa a ter um novo custo e o valor do lançamento da reavaliação não precisa ser segregado em outra conta, já que o controle será efetuado na conta e Reserva de Reavaliação através de subcontas. O valor da reavaliação é registrado em conta de reserva, não transitando pelo resultado, porque representa um lucro não realizado, ou um lucro potencial. Quando da realização desse terreno, o valor anteriormente contabilizado na conta de Reserva de Reavaliação será transferido para a conta de Lucros Acumulados.

No caso de ativos sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, duas formas distintas de contabilização são possíveis:

<hr/>		
1. Valor contábil atual do Ativo:		
Custo	5.000	
(-) Depreciação Acumulada	(2.000)	3.000
2. Novo valor do Ativo (conforme Laudo de Reavaliação)		4.500
3. Valor da Reavaliação (2-1)		1.500
<hr/>		

A contabilização poderia ser feita simplesmente somando-se o valor da reavaliação, \$ 1.500, ao valor anterior do ativo:

<hr/>		
Novo valor do custo	6.500	
(-) Depreciação Acumulada	<u>(2.000)</u>	4.500
<hr/>		

Um melhor critério, por se tratar de uma nova avaliação do ativo é eliminar a conta Depreciação Acumulada tendo como contrapartida a conta de Custo desse ativo, reduzindo-a a \$ 3.000 e, em seguida, adicionando-se o valor da reavaliação, \$ 1.500, e, totalizando \$ 4.500 como valor do custo. A contrapartida será a conta de Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido, no valor de \$ 1.500.

O valor contabilizado como Reserva de Reavaliação deve ser transferido para a conta de Lucros Acumulados de acordo com a realização do ativo reavaliado, seja por depreciação, seja por sua alienação ou baixa. Utilizando-se do mesmo exemplo, e supondo-se que o Laudo de Reavaliação determinou uma vida útil de 5 anos para o bem, o valor da depreciação em cada período de um ano seria de \$ 900. Em cada exercício, o mesmo valor seria transferido da conta de Reserva de Reavaliação para a conta de Lucros Acumulados, como se fosse um ajuste referente ao lucro potencial. Observe-se que o valor da depreciação do bem é calculado sobre o novo valor com a reavaliação.

<hr/>		
D - Despesa de Depreciação		
C - Depreciação Acumulada		900
D - Reserva de Reavaliação		
C - Lucros Acumulados		300
<hr/>		

Se o ativo anteriormente reavaliado for vendido, todo o saldo remanescente na conta de Reserva de Reavaliação deve ser transferido para a conta de Lucros Acumulados.

No caso de reavaliação dos bens de uma investida cuja investidora avalia seu investimento com base no Método da Equivalência Patrimonial, a contrapartida do aumento no valor da conta de Investimentos referente a esse fato será a conta de Reserva de Reavaliação, especificando-se que se trata de reavaliação de ativos de empresa investida. À medida que o ativo for sendo realizado, o valor da Reserva de Reavaliação também será transferido para a conta de Lucros Acumulados na investidora.

Em notas explicativas referentes às demonstrações contábeis, deverão ser divulgadas informações sobre as reavaliações efetuadas, conforme a letra “c” do parágrafo 5º, artigo 176, Lei nº 6.404/76: “As notas deverão indicar: [...] c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações (artigo 182, § 3º)”.

4.1.1.2 O Tratamento Fiscal

A legislação fiscal, através do Decreto-Lei 1.598/77, estendeu a possibilidade de reavaliação para os outros tipos de sociedades e, de acordo com ela, a Reavaliação não é tributada desde que seja feita com base em um Laudo (de acordo com a legislação societária) e seja contabilizada em conta de Reserva de Reavaliação que não deve ser utilizada para:

- Aumento de Capital;
- Absorção de prejuízos;
- Distribuição de Dividendos.

A Reserva de Reavaliação, após ser transferida para a conta de Lucros Acumulados por conta da realização do bem reavaliado, poderá ser base para distribuição de dividendos.

Como o valor da reavaliação não é tributado, a realização da Reserva de Reavaliação deverá constar como “Adições” na escrituração do LALUR. Dessa forma, não há tributação da reavaliação, mas também nenhum ganho fiscal. Os tributos sobre o lucro são calculados como se a reavaliação não existisse.

Outro ponto importante: a legislação fiscal não admite reavaliação de investimentos societários quanto eles são avaliados com base no método da equivalência patrimonial.

A Reavaliação representa um acréscimo no Patrimônio Líquido que será tributado na realização do ativo. Dessa forma, no momento da Reavaliação deve-se reconhecer os tributos que incidirão sobre a operação, apesar de que, financeiramente, isso só se dará no futuro, no momento da realização do bem através da depreciação ou da baixa. A provisão para impostos incidentes sobre a Reserva de Reavaliação não deverá ser constituída para ativos que não se realizarão por depreciação, amortização ou exaustão e para aqueles que não haja qualquer perspectiva de realização por alienação ou baixa. Dessa forma, o ônus fiscal de um terreno reavaliado, por exemplo, se dará somente no momento de sua alienação ou baixa.

A Instrução CVM nº 189/92 e a Deliberação CVM nº 183/95, que aprova o Pronunciamento do IBRACON NPC nº 24, determinam que a contabilização dos efeitos tributários deverá ser feita debitando-se Reserva de Reavaliação e creditando-se a provisão de impostos (IRPJ e CSLL) a longo prazo. Essa provisão será transferida para o Passivo Circulante à medida em que os ativos sejam realizados. A Reserva de Reavaliação apresenta-se da seguinte forma no momento de sua constituição:

Reserva de Reavaliação	1.500
(-) Tributos na Reavaliação (considerados 34%)	<u>(510)</u>
(=) Reserva de Reavaliação Líquida	990

A contabilização da constituição da Reserva de Reavaliação levando-se em conta os efeitos tributários é a seguinte:

D - Imobilizado - Custo do Bem Reavaliado	1.500	
C - Reserva de Reavaliação		1.500
D - Tributos Incidentes s/ Res.Reavaliação (conta redutora da Reserva)	510	
C - Tributos Diferidos - Passivo não Circulante		510

Na realização, através da depreciação de 20% no valor do bem reavaliado, a contabilização é a seguinte:

D - Despesa de Depreciação	900	
C - Depreciação Acumulada		900
D - Reserva de Reavaliação	300	
C - Tributos Incidentes s/ Res.Reavaliação (conta redutora da Reserva)		102
C - Lucros Acumulados		198
D - Trib. Diferidos - Passivo não Circulante	102	
C - Tributos a Pagar - Passivo Circulante		102

4.1.1.3 As Alterações Posteriores

A ausência de normas profissionais e a flexibilidade de tratamento permitida pela legislação fiscal para a Reavaliação de Ativos levou a uma heterogeneidade no tratamento desse procedimento e, por vezes, a critérios que não atendem às melhores práticas contábeis por parte das empresas. A possibilidade de se fazer a Reavaliação quando é interessante para a empresa mostrar um valor maior de Patrimônio Líquido, reduzir resultados através das depreciações com valores maiores decorrentes dos bens reavaliados, ou qualquer outro motivo, leva à dificuldade de comparação entre os Balanços publicados. Por conta dessa situação, a CVM passou a tratar desse assunto conforme será apresentado a seguir.

A Deliberação CVM nº 13/81 restringiu a possibilidade da reavaliação que somente poderia ser efetuada nos bens integrantes do ativo permanente e não qualquer ativo como versa a Lei das S.A.

De acordo com o parágrafo 12 da Deliberação CVM nº 27/86, as situações previstas para reavaliação nas legislações societária e fiscal são as seguintes: reavaliação voluntária de ativos próprios, reavaliação de ativos por controlada e coligadas, reavaliação na subscrição de capital em outra empresa com conferência de bens e reavaliação em fusão, incorporação ou cisão de empresa. Esse documento restringe a Reavaliação aos componentes do ativo imobilizado da entidade, exceto para aqueles que serão descontinuados e os que deverão ser

repostos. Além disso, o objetivo da Reavaliação explicitado pela CVM é a representação da situação patrimonial da companhia, mas não a alteração do conceito e do valor do lucro.

A Deliberação CVM nº 165/94 determinou que a reavaliação existente de ativos reavaliados que estivessem sendo descontinuados deveriam ser mensurados novamente ao custo e a parcela da reavaliação do ativo, a respectiva reserva de reavaliação e a provisão dos tributos deveriam ser estornadas.

A Deliberação CVM nº 183/95 determinou que a reavaliação ficasse restrita a bens tangíveis do ativo imobilizado, desde que não estivesse prevista sua descontinuidade operacional. Além disso, de acordo com seu parágrafo 15, as reavaliações deveriam ser periódicas, de forma que o valor líquido contábil não apresentasse diferenças significativas em relação ao valor de mercado na data de cada balanço.

Dessa forma, devem-se observar os seguintes prazos máximos:

- a. anualmente, para as contas ou grupo de contas cujos valores de mercado variarem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados;
- b. a cada quatro anos, para os ativos cuja oscilação do preço de mercado não seja relevante, incluindo ainda os bens adquiridos após a última reavaliação;
- c. observados o conceito e prazos acima, a empresa pode optar por um "sistema rotativo", realizando, periodicamente, reavaliações parciais, por rodízio, com cronogramas definidos, que cubram a totalidade dos ativos a reavaliar a cada período.

Como na reavaliação abandona-se o conceito de custo como base de valor e adota-se o valor de mercado, a boa prática seria reavaliar todos os ativos tangíveis do imobilizado, de forma a padronizar a avaliação desses itens. No entanto, aceita-se a reavaliação de agrupamentos, ou seja, itens da mesma natureza, da mesma conta contábil ou de um mesmo local ou conjunto. A Deliberação da CVM admite que a reavaliação seja parcial e essa informação deve ser divulgada em notas explicativas.

A Reserva de Reavaliação, que é um acréscimo do ativo reavaliado, de acordo com a Deliberação CVM nº 183/95, pode ser reduzida ou eliminada, conforme seu parágrafo 21:

Na hipótese de os laudos de avaliação indicarem que, no conjunto, o total apurado é inferior ao valor líquido contábil dos bens correspondentes, devem ser observados os seguintes procedimentos:

- a. quando de uma primeira reavaliação ou quando não houver saldo na reserva não cabe o reconhecimento do efeito negativo. Todavia, a empresa deverá verificar se o valor líquido contábil dos ativos, considerados em conjunto, é recuperável através de suas operações futuras, conforme estabelecido no item 44;

b. quando houver saldo na reserva de reavaliação o efeito negativo deve ser reconhecido nos termos do item 39.

Na hipótese de reavaliação negativa, conforme o item “b” do parágrafo 21 apresentado anteriormente, a contabilização deverá ser a seguinte, conforme o parágrafo 39 da mesma Deliberação:

Na hipótese de reavaliação negativa, comentada no item 21, a contabilização deve obedecer ao seguinte:

a. o valor reduzirá o imobilizado em contrapartida a:

1. reserva de reavaliação, correspondente aos mesmos bens e originada de reavaliações anteriores, e

2. a provisão para imposto de renda diferido, que será reduzida proporcionalmente à redução da reserva.

b. quando a reserva e respectiva provisão para imposto de renda forem insuficientes para a contabilização de redução do ativo, representará que o valor de mercado é inferior ao valor do custo original corrigido líquido das depreciações, e, portanto, esta insuficiência será lançada como despesa não-operacional no resultado do período em que a reavaliação ocorrer, mediante constituição de provisão para perdas. Esta provisão somente será reconhecida se a perda for considerada irrecuperável.

Em 1988, através da Deliberação nº 288, a CVM abriu a possibilidade das companhias reverterem as reavaliações anteriormente registradas e retornarem à avaliação pelo custo de seus ativos imobilizados. Uma vez que a companhia tenha então decidido por manter seus ativos imobilizados tangíveis a valor de mercado, deveria fazê-lo periodicamente.

A Resolução do CFC nº 1.004/04 que aprovou a NBC T 19.6 – Reavaliação de Ativos determina em seu parágrafo 19.6.4.3 a manutenção da reavaliação por no mínimo dez anos.

Uma interessante pesquisa empírica brasileira, *Empirical evidence on the relation between revaluations of fixed assets and future performance in Brazil*, de Alessandro Broedel Lopes, concluiu que reavaliações refletem mudanças em valores de ativos associados com a performance operacional futura das empresas e com os preços de suas ações. Além disso, reavaliações são estimativas confiáveis de valores econômicos até para um país em desenvolvimento e “code-law” como o Brasil. A estrutura de capital de uma empresa influencia na decisão de se fazer ou não a reavaliação, conforme já dito anteriormente. De acordo com Lopes (2006, pg. 174):

Em geral, meus estudos indicam que reavaliações refletem mudanças nos valores de ativos associados com performance de operações futuras e preços das ações. Esses resultados embasam a idéia de que reavaliações são estimativas confiáveis de valores econômicos intrínsecos mesmo num país em desenvolvimento “code-law”. Meus resultados também indicam que o índice

Exigibilidades / Patrimônio Líquido tem um papel significante na reavaliação de ativos fixos no Brasil conforme pesquisas anteriores demonstravam o mesmo para a Austrália e Reino Unido. Reservas de Reavaliação, no entanto, não são incorporadas ao preço das ações imediatamente.¹

4.1.1.4 A Lei nº 11.638/07

De acordo com a nova legislação societária, desaparece a Reavaliação espontânea dos ativos. O artigo 6º da Lei nº 11.638/07 versa o seguinte:

Art. 6º Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até a sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social em que esta Lei entrar em vigor.

Dessa forma, o item “d” do parágrafo 2º do artigo 178 da Lei nº 6.404/76 , que tinha a seguinte redação: “patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, reservas de reavaliação, reservas de lucros e lucros ou prejuízos acumulados”.

Passou a ter a seguinte redação: “patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados”.

Novas reavaliações dos ativos tangíveis estão proibidas, inclusive para os casos determinados pela CVM como obrigatórios periodicamente. Os saldos existentes irão desaparecendo de acordo com a realização dos ativos que lhes dão origem. As empresas têm a opção de efetuarem a baixa dos saldos existentes de reavaliações contra os valores do ativo até o final do ano de 2008. Após essa data, os valores reavaliados que não forem recuperáveis sofrerão o *impairment*. No caso de *impairment* de ativos reavaliados e que ainda existam valores em Reserva de Reavaliação, a contabilização será feita contra esses valores em reservas e não contra o resultado.

¹ Overall, my findings indicate that revaluations reflect changes in values of assets associated with future operating performance and stock prices. These results support the idea that revaluations are reliable estimates of underlying economic values even for a developing code-law country. My results also suggest that debt-to-equity ratios play a significant role in the revaluation of fixed assets in Brazil as previous research has shown for Australia and the UK. Revaluation reserves, however, are not timely incorporated into prices.

4.1.2 Redução no Valor Recuperável de Ativos

O valor de registro de ativos, como o estoque, deve estar limitado ao de custo ou mercado, dos dois o menor. Dessa forma, contabiliza-se uma provisão para reduzir o valor do custo ao de mercado, se os benefícios a serem obtidos com a venda de estoque forem menores que o valor de custo, reconhecendo-se, assim, um prejuízo já existente.

Da mesma forma, os ativos de longo prazo devem ter seus valores reduzidos ao valor de benefício futuro esperado, se esse for menor que o valor de custo menos depreciação registrado. O custo do ativo deve ser no máximo o valor presente do fluxo de caixa futuro esperado para aquele bem ou conjunto de bens; de outra forma, seu valor de custo deve ser ajustado a esse valor e a contrapartida registrada como perda extraordinária no resultado do período.

A legislação societária no Brasil, através da Lei nº 6.404/76, admitia até 2007 a redução dos valores dos ativos imobilizados e ativos diferidos somente através da depreciação, amortização ou exaustão. O artigo 183 da Lei das S.A., em seus itens V e VI, determinava o seguinte:

- V - os direitos classificados no imobilizado, pelo custo de aquisição, deduzido do saldo da respectiva conta de depreciação, amortização ou exaustão;
- VI - o ativo diferido, pelo valor do capital aplicado, deduzido do saldo das contas que registrem a sua amortização.

O Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos ratificado pela CVM através da Deliberação nº 527/07, normatiza esse assunto a partir daquela data.

O primeiro Pronunciamento Técnico expedido pelo CPC, Redução no Valor Recuperável de Ativos, define os procedimentos para que os ativos não permaneçam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de recuperação por uso nas operações da entidade ou em sua venda eventual. No caso de registro contábil superior ao de recuperação, a entidade deverá reconhecer a desvalorização, através de provisão para perdas.

De acordo com esse pronunciamento, a entidade deverá verificar periodicamente, no mínimo quando da elaboração de suas demonstrações contábeis, se existem indicações de desvalorização de seus ativos. Além disso, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

em uma aquisição de entidade deve ser testado anualmente. Para essa verificação deverão ser levadas em conta fontes externas e internas de evidências, de acordo com ao parágrafo 10 do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução no Valor Recuperável de Ativos, como por exemplo:

- (a) durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu sensivelmente, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- (b) mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;
- (c) as taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor em uso de um ativo em uso e diminuirão significativamente o valor recuperável do ativo;
- (d) o valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- (e) evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- (f) mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na medida ou maneira em que um ativo é ou será usado. Essas mudanças incluem o ativo que se torna inativo, planos para descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence, planos para baixa de um ativo antes da data anteriormente esperada e reavaliação da vida útil de um ativo como finita ao invés de indefinida;
- (g) evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

O valor recuperável do ativo é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. O primeiro pode ser o valor formalizado num contrato de venda ou valor de negociação em um mercado ativo diminuído das despesas de venda, ou o preço baseado na melhor informação disponível que a entidade possua refletindo o valor de negociação em condições normais (não de liquidação) entre partes independentes e conhecedoras desse mercado. O valor em uso de ativos deve ser estimado com base nos fluxos de caixa futuros originários do uso desses ativos, trazidos a valor presente. Se o valor de custo for maior que um desses dois valores, haverá desvalorização do ativo.

A estimativa dos fluxos de caixa futuros de um ativo deve levar em conta sua condição atual, isto é, não deve incluir reestruturações ou melhorias ainda não formalizadas e entradas ou saídas originárias de atividades financeiras e pagamentos ou recebimentos de impostos. A base deverá ser os orçamentos aprovados pela administração para os próximos cinco anos. Dessa forma, a gestão deverá estimar os benefícios econômicos potenciais do ativo dentro de uma postura subjetiva e responsável.

De acordo com o parágrafo 52 do CPC 01, a taxa de desconto utilizada deverá ser a taxa antes dos impostos sobre o lucro que reflita as avaliações atuais sobre o mercado:

- (a) do valor da moeda no tempo; e
- (b) dos riscos específicos do ativo para os quais as futuras estimativas de fluxos de caixa não foram ajustadas.

Essa taxa deve representar o retorno que os investidores exigiriam se eles tivessem que escolher um investimento que gerasse fluxos de caixa de montantes, tempo e perfil de risco equivalentes àqueles que a entidade espera extrair do ativo. Se a taxa não estiver disponível no mercado, sua estimativa deverá partir da análise do custo médio ponderado de capital da entidade determinado pelo uso de técnicas, tal como o *Capital Asset Pricing Model* e a taxa de empréstimos obtidos pela entidade.

O valor recuperável do ativo deverá ser estimado por unidade geradora de caixa, isto é, o menor grupo de ativos que gera entradas de caixa independente das entradas de caixa de outros ativos.

No caso da contabilização da perda, deverá ser criada uma provisão para perdas, redutora do valor do ativo, em contrapartida do resultado do período. Para o caso de ativos reavaliados, a redução deverá reverter a reavaliação existente em contrapartida com a Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido. Os valores de depreciação, amortização ou exaustão futuros deverão ser recalculados de acordo com a vida útil remanescente do ativo. A provisão para perdas poderá ser revertida se houver indícios internos ou externos de que deverá ser eliminada.

A entidade deverá divulgar o valor da perda ou sua reversão referente a desvalorizações do período, inclusive o reflexo em reavaliações existentes, os eventos e razões da desvalorização, a relação de itens que compõem a unidade geradora de caixa e como a unidade foi identificada, a base utilizada para determinação do valor líquido de venda ou a taxa de desconto utilizada para estimar o valor recuperável do ativo.

Com a alteração da Lei nº 6.404/76 pela Lei nº 11.638/07, incluiu-se no artigo 183, parágrafo 3º, a determinação de análise sobre a recuperação dos itens do Ativo Imobilizado, Intangível e Diferido, conforme transcrito abaixo:

§ 3º A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado, no intangível e no diferido, a fim de que sejam:

I – registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou

II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

Enquanto o Pronunciamento CPC 01 menciona a aplicação do teste de recuperabilidade a todos os ativos, a legislação societária nesse artigo determina tal teste para ao Imobilizado, Intangível e Diferido. A Lei das Sociedades por Ações determina em outros artigos a exigência de avaliação pelo valor do custo ou mercado, dos dois o menor, dos valores de estoque, determina que se faça provisões para ajustes de realização de créditos, etc. Dessa forma, ambas as normatizações são convergentes.

4.1.3 Provisões para grandes revisões ou paradas programadas

Os dispêndios relacionados aos itens do Ativo Imobilizado podem ser os chamados gastos de capital ou os gastos do período. Os gastos de capital beneficiam mais de um exercício e devem ser adicionados ao valor do Ativo Imobilizado, como por exemplo, o custo do bem, ou de sua montagem. Os gastos com manutenção e reparos são aqueles necessários para que as condições de funcionamento de um ativo sejam mantidas, não se tratando de melhorias que aumentem a sua capacidade produtiva ou, ainda, sua vida útil.

A prática contábil adotada no Brasil em relação aos custos de manutenção e reparos em paradas programadas variava entre as seguintes possibilidades:

- a) Registrar os gastos no resultado do período à medida que são incorridos, o que é adequado, se as manutenções mantiverem certa regularidade durante o período, sendo de caráter preventivo ou corretivo.
- b) Registrar os gastos de forma uniforme durante o período. Assim, cria-se uma provisão para manutenção e valores iguais mensais são registrados no resultado. Os gastos reais incorridos vão sendo debitados à essa conta de provisão e, no final do período, ajusta-se seu saldo contra o resultado. Essa forma de contabilização é adequada quando se utiliza sistema de custeio padrão, por exemplo.

c) Contabilizar o valor dos gastos com a parada programada como um Ativo Diferido e transferi-los para o resultado em parcelas uniformes durante o período. Vale lembrar que um Ativo Diferido só pode ser constituído com gastos efetivos.

A partir da Deliberação CVM nº 489/05 que aprovou o Pronunciamento do IBRACON NPC nº 22 – Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas (tópico que será apresentado posteriormente), as práticas utilizadas, como a constituição de provisão, por exemplo, não poderiam ser mais aceitas.

De acordo com esse Pronunciamento, somente devem ser reconhecidas como provisões as obrigações com fato gerador ocorrido no passado. A nova prática a ser adotada nos casos de grandes revisões ou paradas programadas foi alterada, não requer a contabilização de um passivo ou provisão ou ainda de um ativo diferido. As demonstrações contábeis devem apresentar a posição patrimonial e financeira de uma entidade na data do balanço e não de sua possível posição no futuro. Dessa forma, não se deve provisionar custos que incorrerão no futuro.

Os gastos com a reposição de peças efetuadas durante a manutenção devem ser contabilizados como ativo imobilizado e depreciadas de acordo com sua vida útil. As peças repostas devem ser baixadas, líquidas de depreciação, para resultado do período. Para que isso seja possível, a empresa deverá controlar os principais componentes de cada imobilizado separadamente. No caso de não se conseguir determinar o valor da peça que está sendo substituída, pode-se usar o seu valor de reposição.

A seguir, serão comparadas as contabilizações efetuadas utilizando-se provisões para paradas programadas, diferindo-se os gastos das paradas e a metodologia determinada pela Deliberação CVM nº 489/05. Tomando-se por base um imobilizado no valor de R\$ 100.000, com vida útil de 6 anos, composto das seguintes peças:

Peça principal	90.000
Outras peças com custos significativos	10.000

O equipamento sofrerá paradas para manutenção a cada dois anos e, os valores seguintes referentes aos gastos orçados serão os gastos efetivos quando a manutenção for efetuada.

Outras peças com custos significativos	10.000
Custos fixos	1.000
	<u>11.000</u>

Nessa primeira hipótese, a entidade contabilizou as provisões para as paradas programadas a partir do primeiro período. O valor da provisão no passivo é efetivamente paga quando a manutenção é efetuada.

Tabela 6 – Paradas Programadas: contabilização de provisão contra o resultado

	01/01/P1	Período 1	Período 2	Período 3	Período 4	Período 5	Período 6
ATIVO							
Imobilizado	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000
(-) Depreciação Acumulada	-	(16.667)	(33.333)	(50.000)	(66.667)	(83.333)	(100.000)
Líquido	100.000	83.333	66.667	50.000	33.333	16.667	-
PASSIVO							
Provisão para Paradas Programadas	-	5.500	-	5.500	-	-	-
DRE							
Despesa com Provisão para Parada		(5.500)	(5.500)	(5.500)	(5.500)		
Despesa com Depreciação		(16.667)	(16.667)	(16.667)	(16.667)	(16.667)	(16.667)
Total	-	(22.167)	(22.167)	(22.167)	(22.167)	(16.667)	(16.667)

Na segunda alternativa, o Ativo Diferido é contabilizado após dois anos de operação do ativo, de acordo com os gastos incorridos na manutenção efetuada. Ele será amortizado pelo período de dois anos. Em relação à hipótese anterior, existe a defasagem de um período na contabilização das despesas.

Tabela 7 – Paradas Programadas: contabilização de Ativo Diferido

	01/01/P1	Período 1	Período 2	Período 3	Período 4	Período 5	Período 6
ATIVO							
Imobilizado	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000	100.000
(-) Depreciação Acumulada	-	(16.667)	(33.333)	(50.000)	(66.667)	(83.333)	(100.000)
Líquido	100.000	83.333	66.667	50.000	33.333	16.667	-
Ativo Diferido							
Gastos com Paradas Programadas	-	-	11.000	11.000	22.000	22.000	22.000
(-) Amortização Acumulada	-	-	(5.500)	(11.000)	(16.500)	(22.000)	(22.000)
DRE							
Despesa com Depreciação		(16.667)	(16.667)	(16.667)	(16.667)	(16.667)	(16.667)
Despesa com Amortização		-	(5.500)	(5.500)	(5.500)	(5.500)	-
Total	-	(16.667)	(22.167)	(22.167)	(22.167)	(22.167)	(16.667)

O novo tratamento que deve ser adotado para esse assunto não requer constituição de provisão ou amortização de Ativo Diferido. Conforme dito anteriormente, o valor de cada parte do

ativo deverá ser depreciado de acordo com sua vida útil. Na troca de peças, as antigas deverão ser baixadas e as novas ativadas.

Tabela 8 – Paradas Programadas: contabilização de acordo com a Deliberação CVM nº 489/05

	01/01/P1	Período 1	Período 2	Período 3	Período 4	Período 5	Período 6
ATIVO							
Imobilizado	100.000	100.000	110.000	100.000	110.000	100.000	100.000
Peça principal	90.000	90.000	90.000	90.000	90.000	90.000	90.000
Outras peças com custos significativos	10.000	10.000	20.000	10.000	20.000	10.000	10.000
(-) Depreciação Acumulada	-	(20.000)	(40.000)	(50.000)	(70.000)	(80.000)	(100.000)
Peça principal	-	(15.000)	(30.000)	(45.000)	(60.000)	(75.000)	(90.000)
Outras peças com custos significativos	-	(5.000)	(10.000)	(5.000)	(10.000)	(5.000)	(10.000)
Líquido	100.000	80.000	70.000	50.000	40.000	20.000	-
DRE							
Despesa com Depreciação	-	(20.000)	(20.000)	(20.000)	(20.000)	(20.000)	(20.000)
Peça principal	-	(15.000)	(15.000)	(15.000)	(15.000)	(15.000)	(15.000)
Outras peças com custos significativos	-	(5.000)	(5.000)	(5.000)	(5.000)	(5.000)	(5.000)
Custos Fixos			(1.000)		(1.000)		
Resultado não Operacional	-	-	-	-	-	-	-
Custo Componentes (baixa)				(10.000)		(10.000)	
Depreciação Acumulada (baixa)				10.000		10.000	
Total	-	(20.000)	(21.000)	(20.000)	(21.000)	(20.000)	(20.000)

Com a adoção da nova prática contábil, as provisões existentes para grandes revisões ou os valores de ativo diferido contabilizados deverão ser estornados. A contrapartida desses ajustes deverá ser resultados acumulados no Patrimônio Líquido e não o resultado do exercício, de acordo com a Instrução CVM nº 506/06, que será estudada em item posterior.

4.1.4 Operações Descontinuadas

Por descontinuidade considera-se o abandono ou a transferência de um segmento do negócio da entidade. A característica desses ativos é a expectativa de recuperação de seu valor através da venda e não através de seu consumo. A Lei nº 6.404/76 não exige divulgação de informações sobre esse assunto.

A CVM, através do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/06, já exige informações sobre esse assunto. Em seu item 22 orienta as companhias abertas sobre a divulgação especial quando da decisão de descontinuar um grupo de ativos, com o objetivo de destacar a capacidade de geração de fluxos de caixa futuros. A divulgação dessas informações será efetuada através de notas explicativas.

A aprovação de um plano para descontinuidade de um grupo de ativos é uma indicação de que tais ativos possam ter sofrido redução em seu valor recuperável ou que há a necessidade de uma nova avaliação em um valor de perda já contabilizado.

Deve-se divulgar a descrição da operação em descontinuidade, seu segmento de negócio ou localização geográfica, data e natureza do evento, previsão da data da descontinuidade, os valores dos ativos e passivos totais que serão liquidados, os valores de receitas, despesas e resultado antes de impostos e os fluxos de caixa referentes às atividades que serão descontinuadas. Quando da liquidação desses bens, as seguintes informações devem ser divulgadas em notas explicativas: o lucro ou prejuízo com a operação, os impostos sobre esse valor, o preço de venda após os custos de desmobilização e o prazo de recebimento.

Ainda sobre descontinuidade de operações, em alguns segmentos de negócios, o custo que existirá para desativação de um projeto é tão relevante que deve ser levado em consideração em seu estudo de viabilidade. A respeito disso, o CFC emitiu a NBC-T-19.1 Imobilizado em 2005, que, em seu item 19.1.5.1 trata dos custos quando existe obrigação por retirada de serviços de ativos de longo prazo por uma entidade:

19.1.5.1. O custo de um bem do ativo imobilizado compreende:

[...]

c. custo estimado para desmontar e remover o ativo e restaurar o local no qual está localizado, quando existir a obrigação futura para a entidade [...]

O Pronunciamento IBRACON NPC nº 22 – Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas – aprovado pela Deliberação CVM nº 489 de 2005 também trata desse assunto em seu parágrafo 14:

Somente são reconhecidas como provisões aquelas obrigações que surgem de eventos passados e existem independentemente de atos futuros de uma entidade (como a conduta futura do seu negócio). Exemplos dessas obrigações **são multas ou custos com limpeza e reparos em virtude de danos ambientais, que resultariam em saída de recursos para sua liquidação**, independentemente de atos futuros da entidade. Da mesma forma, **uma entidade reconhece uma provisão para os custos de descontinuidade de uma instalação industrial na medida em que ela é obrigada a retificar eventual dano já causado**.

4.2 Equivalência Patrimonial

Com a Lei nº 6.404/76, introduziu-se o método da equivalência patrimonial, que reconhece os resultados e quaisquer variações patrimoniais de coligadas e controladas na investidora em sua geração e não na sua distribuição, como a legislação anterior determinava ou como acontece hoje com os investimentos avaliados pelo custo.

De acordo com a 1ª edição do Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações (FIECAFI 1978, p. 171), a Circular nº 179/72 do Banco Central definia que:

[..]. os investimentos deveriam ser avaliados ao preço de custo (mais ações bonificadas recebidas ao valor nominal) ou valor patrimonial, dos dois o menor, sendo, todavia, raras as empresas que faziam a redução ao valor patrimonial quando fosse menor.

O método anterior baseava-se no fato de que a investidora registrava as transações baseadas em atos formais. Assim, os dividendos eram registrados quando fossem declarados e distribuídos e as ações bonificadas eram registradas como aumento dos investimentos no momento em que a coligada efetuava aumento de capital. Nesse método, o que era levado em consideração eram as datas e os atos formais que distribuíam os lucros e não sua geração efetiva.

4.2.1 Em quais casos o MEP é aplicável

4.2.1.1 A Lei nº 6.404/76

O artigo 248 da Lei das Sociedades por Ações determina em quais casos o método da equivalência patrimonial deverá ser adotado:

Art. 248. No balanço patrimonial da companhia, os investimentos relevantes (artigo 247, parágrafo único) em sociedades coligadas sobre cuja administração tenha influência, ou de que participe com 20% (vinte por cento) ou mais do capital social, e em sociedades controladas, serão avaliados pelo valor de patrimônio líquido.

Dessa forma, o método da equivalência patrimonial se aplicará a todos os investimentos, desde que relevantes, em empresas de que se participe com 20% ou mais do capital social. Esse percentual de participação independe do tipo da ação que se possui ou se existe direito a voto.

A determinação da relevância dos investimentos é feita pela relação percentual entre esses investimentos e o patrimônio líquido da investidora na data do balanço de encerramento. Um investimento é relevante quando sua relação com o patrimônio líquido da investidora for maior que 10%, quando considerado o investimento individualmente ou quando a relação entre o valor de investimentos (coligadas e controladas) e o patrimônio líquido da investidora for maior que 15%.

Quando os investimentos individualmente forem inferiores a 10% do patrimônio líquido da investidora, mas em seu conjunto forem superiores a 15%, o método da equivalência patrimonial deverá ser aplicado para todos os investimentos, desde que haja influência na administração das investidas ou quando a participação acionária seja superior a 20% do capital.

Para o cálculo de relevância considera-se o valor líquido do investimento. Os valores de ágio ou deságio não amortizados serão adicionados ou subtraídos da conta de investimento para a apuração da relevância. O mesmo deve ocorrer com provisões contabilizadas para perdas referentes aos investimentos.

De acordo com o parágrafo 1º do artigo 248 da Lei nº 6.404/76, os créditos da companhia contra as controladas ou coligadas serão computados no cálculo da relevância.

§ 1º Para efeito de determinar a relevância do investimento, nos casos deste artigo, serão computados como parte do custo de aquisição os saldos de créditos da companhia contra as coligadas e controladas.

A Lei das Sociedades por Ações não determina quais exatamente são esses créditos, isto é, se constituem adiantamentos para aumento de capital ou contas a receber por operações mercantis entre as empresas. Dessa forma, os créditos entram no cálculo de relevância independentemente de sua origem.

O método da equivalência patrimonial deve ser adotado uniformemente no decorrer dos anos. Mesmo que em determinado período não se verifique a relevância dos investimentos, sendo essa situação transitória, o método deverá continuar a ser aplicado.

4.2.1.2 A Instrução CVM nº 01/78

A Instrução CVM nº 01/78, em seu parágrafo IX, determinou que todos os investimentos em controladas de companhias abertas deveriam ser avaliados pelo método da equivalência patrimonial independentemente da relevância apurada.

Por força dessa mesma instrução, os investimentos em coligadas que pertencem a um conjunto cujo valor contábil corresponde a pelo menos 15% do patrimônio líquido da investidora, mesmo que o percentual de participação seja menor que 20% e ainda que não exista influência na administração, deverão ser avaliados pelo método da equivalência patrimonial por companhias abertas.

É entendimento da CVM que os créditos contra controladas ou coligadas de qualquer natureza devam ser somados ao valor dos investimentos para se determinar a relevância.

A adoção do método da equivalência patrimonial deverá ser uniforme no decorrer dos anos.

4.2.1.3 A Legislação Fiscal

Em 1977, através do Decreto-Lei 1.598, o Fisco brasileiro não só adotou o método da equivalência patrimonial, como também o estendeu para as outras pessoas jurídicas.

De acordo com a legislação fiscal, a adoção do método da equivalência patrimonial é compulsória para os investimentos relevantes em controladas e coligadas cuja participação no capital social seja de pelo menos 20%. Para os casos de coligadas cuja participação da investidora em seu capital esteja no intervalo de 10% a 20%, ela só poderá adotar o método da equivalência patrimonial se existir influência na administração. Não é permitida a adoção opcional do método da equivalência patrimonial.

4.2.1.4 A Lei nº 11.638/07

A Lei nº 11.638/07 deu nova redação ao artigo 248 da Lei das Sociedades por Ações. De acordo com essa alteração, o conceito de relevância deixa de existir e os investimentos que

devem ser avaliados pelo MEP passam a ser aqueles nos quais a investidora tenha influência ou do qual participe com pelo menos 20% do capital votante.

Art. 248. No balanço patrimonial da companhia, os investimentos em coligadas sobre cuja administração tenha influência significativa, ou de que participe com 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante, em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum serão avaliados pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com as seguintes normas:

É importante notar que a exigência da lei é de pelo menos 20% do capital votante e não mais 20% do capital social.

4.2.2 Conceito de Controlada e Coligada

4.2.2.1 A Lei nº 6.404/76

Os conceitos de controlada e coligada são dados pela Lei das Sociedades por Ações. De acordo com o artigo 243 da Lei nº 6.404/76, temos o seguinte:

§ 1º São coligadas as sociedades quando uma participa, com 10% (dez por cento) ou mais, do capital da outra, sem controlá-la.

§ 2º Considera-se controlada a sociedade na qual a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

Em relação às coligadas, a Lei não se refere a tipo de ações de que se constitui a participação, podendo ser ações ordinárias ou preferenciais. A Lei não menciona participações indiretas; portanto, conclui-se que empresas são coligadas somente por participações diretas.

Quanto às sociedades controladas, a Lei também não menciona o tipo de ação na relação, mas sim a qualidade desses títulos, que devem assegurar preponderância nas deliberações sociais. Dessa forma, não há dúvida de tratar-se de ações com direito a voto. O controle acionário pode, ainda, ser direto ou indireto, isto é, através de outras controladas.

O ponto importante é o conceito de controle acima do de propriedade. Numa situação na qual o investidor possuir 51% das ações ordinárias de uma companhia, sendo que a proporção de ações ordinárias no capital social é de 1/3 e a proporção de ações preferenciais 2/3, esse investidor terá controle da empresa possuindo 17% do capital social total. Outra situação

possível é a de controle da companhia pelo investidor que possua menos de 50% do capital votante quando a empresa tenha seu capital muito pulverizado.

Participações recíprocas, isto é, quando uma empresa investe em outra e essa investida participa do capital da investidora, inchando o capital de ambas, estão proibidas de acordo com o artigo 244 da Lei das Sociedades por Ações. Quando ocorrer essa situação nos casos de fusão ou incorporação, a companhia terá o prazo de um ano para regularizar a situação.

4.2.2.2 A Instrução CVM nº 247/96

A Instrução CVM nº 247/96 criou o conceito de equiparada à coligada, que deve seguir as mesmas disposições das coligadas, assim definidas na Lei nº 6.404/76. Consideram-se equiparadas a coligadas, segundo o parágrafo único do artigo 2º da referida instrução:

- a) as sociedades quando uma participa indiretamente com 10% (dez por cento) ou mais do capital votante da outra, sem controlá-la;
- b) as sociedades quando uma participa diretamente com 10% (dez por cento) ou mais do capital votante da outra, sem controlá-la, independentemente do percentual da participação no capital total.

Enquanto a Lei das Sociedades por Ações não previa a existência de coligada por participação indireta, a Instrução da CVM criou o conceito de equiparada à coligada. Essa instrução trouxe mais duas definições de sociedades controladas, nos itens I e II do parágrafo a seguir:

- I - sociedade na qual a investidora, diretamente ou indiretamente, seja titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente:
 - a) preponderância nas deliberações sociais; e
 - b) o poder de eleger ou destituir a maioria dos administradores.
- II - filial, agência, sucursal, dependência ou escritório de representação no exterior, sempre que os respectivos ativos e passivos não estejam incluídos na contabilidade da investidora, por força de normatização específica; e
- III - sociedade na qual os direitos permanentes de sócio, previstos nas alíneas "a" e "b" do inciso I deste artigo estejam sob controle comum ou sejam exercidos mediante a existência de acordo de votos, independentemente do seu percentual de participação no capital votante.

4.2.2.3 A Instrução CVM nº 408/04

A Instrução CVM nº 408, de 18 de agosto de 2004, dispõe sobre a inclusão de Entidades de Propósito Específico – EPE - nas demonstrações contábeis consolidadas das companhias abertas. Além disso, o método da equivalência patrimonial deverá ser aplicado para as

participações na EPE, desde que exista relação de controle direta ou indiretamente. Leva-se em consideração nesse caso a essência e a realidade econômica sobre a forma jurídica. Se a essência da relação for de controle direto ou indireto, o MEP deverá ser aplicado, isto é, se a companhia aberta tiver poder de decisão ou direito na maioria dos benefícios ou, ainda, exposição aos riscos das atividades da EPE.

4.2.3 O Método da Equivalência Patrimonial

4.2.3.1 A Lei nº 6.404/76

De acordo com o Método da Equivalência Patrimonial, o valor do investimento é determinado no final de cada período mediante a aplicação do percentual de participação no capital da coligada ou da controlada sobre o valor de seu patrimônio líquido. Dessa forma, se a empresa C participa de 60% do capital de I e o patrimônio líquido da investida no final do período é de R\$ 100.000, o valor do investimento na controladora será de R\$ 60.000.

De acordo com o artigo 248, item I, da Lei das Sociedades por Ações, deverá ser levantado um Balanço Patrimonial para determinação do valor do Patrimônio Líquido da controlada ou coligada.

I - o valor do patrimônio líquido da coligada ou da controlada será determinado com base em balanço patrimonial ou balancete de verificação levantado, com observância das normas desta Lei, na mesma data, ou até 60 (sessenta) dias, no máximo, antes da data do balanço da companhia; no valor de patrimônio líquido não serão computados os resultados não realizados decorrentes de negócios com a companhia, ou com outras sociedades coligadas à companhia, ou por ela controladas.

A diferença entre o valor do investimento, de acordo com o método da equivalência patrimonial, e o valor de aquisição corrigido monetariamente daquele investimento deverá ser contabilizado como resultado do período nas seguintes situações, de acordo com o item III do artigo 248 da Lei nº 6.404/76.

- a) se decorrer de lucro ou prejuízo apurado na coligada ou controlada;
- b) se corresponder, comprovadamente, a ganhos ou perdas efetivos;
- c) no caso de companhia aberta, com observância das normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Com base na legislação societária, as variações no patrimônio líquido da coligada ou controlada terão tratamentos diferentes na investidora, de acordo com a sua natureza.

Os lucros ou prejuízos do exercício serão registrados como receita ou despesa do período na investidora, como Outras Receitas ou Despesas Operacionais – Rendimentos e Prejuízos de Participações Societárias.

Os dividendos distribuídos pela coligada ou controlada deverão ser contabilizados a crédito da conta de Investimentos e a débito do Disponível. Na coligada ou controlada, a distribuição de dividendos corresponde a uma diminuição em seu Patrimônio Líquido. Na investidora, os lucros da coligada ou controlada são reconhecidos em sua geração e não em sua distribuição.

No caso de aumento de capital, quando a investidora subscrever um percentual de capital maior do que anteriormente ela detinha, ou seja, quando houver diluição na participação dos outros acionistas, por não terem exercido o direito de subscrever capital na mesma proporção que aquela investidora, ou ainda, na situação inversa, isto é, quando a investidora não exercer seu direito de subscrição de capital da mesma forma que os outros acionistas, poderá haver variação na porcentagem de participação da investidora no capital da controlada ou coligada. Situação semelhante pode ocorrer quando houver ações com direito a dividendos fixos ou limitações nas participações nos lucros.

Nesses casos, o valor da equivalência patrimonial no final do período levará em conta a nova porcentagem de participação. A contra-partida do lançamento efetuado na conta de investimentos não será uma receita ou despesa operacional, mas sim não operacional, já que não tem origem nos lucros ou prejuízos do período da controlada ou coligada.

Os valores lançados como ajustes de exercícios anteriores nas controladas ou coligadas deverão ser classificados como receita ou despesa do período na investidora.

A reavaliação contabilizada na controlada ou coligada deverá ter o seguinte tratamento da investidora: o acréscimo proporcional será contabilizado na conta de investimento, mas a contrapartida não deverá ser receita do período. O valor deverá ser registrado numa conta de Reserva de Reavaliação de controlada ou coligada no Patrimônio Líquido da investidora. Na realização, deverá ser registrada como receita operacional na investidora, e não como Lucros Acumulados.

Se o investimento tiver sido adquirido de terceiros com ágio originário de valor dos bens do ativo da controlada ou coligada, deverá ser registrado em sub-conta segregada do investimento. Se a controlada ou coligada contabilizar a reavaliação dos bens que deram origem ao ágio, a contrapartida desse acréscimo da conta de investimento não será a conta de Reserva de Reavaliação de controladas ou coligadas, mas sim a baixa do ágio registrado.

Os acréscimos no Patrimônio Líquido das controladas ou coligadas com origem em doações e subvenções que geram Reserva de Capital deverão ser contabilizados como receita na investidora. De acordo com a Instrução CVM nº 247/96, tais ajustes deverão ser registrados como receita ou despesa não operacional no resultado da investidora.

De acordo com o artigo 248 da Lei das Sociedades por Ações, o balancete da controlada ou coligada que servirá de base para determinar o cálculo da equivalência patrimonial deverá ser levantado na mesma data ou até sessenta dias antes da data do balanço da companhia investidora. Na hipótese da controlada ou coligada também possuir investimentos, o Balanço levantado por ela deverá contemplar a atualização desses investimentos pela equivalência patrimonial.

Os critérios contábeis adotados pela controlada ou coligada deverão ser uniformes em relação aos critérios adotados pela investidora. Cabe à investidora apurar as influências de eventuais diferenças de critérios e ajustá-las nos Balanços recebidos de controladas e coligadas.

No caso de existência de defasagem entre os balanços, esse fato deverá ser mencionado em Notas Explicativas. No caso de ocorrência de distribuição de dividendos ou, ainda, aumento de capital no período de defasagem entre os balanços, tais operações deverão ser ajustadas para a aplicação correta do Método da Equivalência Patrimonial.

No caso de mudanças nos critérios contábeis, isto é, quando um investimento que era avaliado pelo Método de Custo passa a ser avaliado pelo Método da Equivalência Patrimonial por se tornar relevante, o ajuste deve ser apurado com base no saldo de abertura e seu ajuste mostrado como Ajuste de Exercícios Anteriores por efeito de mudança na prática contábil.

4.2.3.2 A Legislação Fiscal

Os valores de receitas ou despesas não operacionais apropriados na investida, originárias da variação na porcentagem de participação em controladas ou coligadas não eram tributáveis ou dedutíveis para fins de cálculo do imposto de renda, de acordo com o Regulamento do Imposto de Renda de 1980. Essa mesma posição continuou a ser adotada pelo Regulamento atual, Decreto nº 3.000/99.

No caso de alteração do método de avaliação do investimento de custo para MEP, o Parecer Normativo CST nº 17/80 define que se o valor da equivalência patrimonial for menor que o saldo do investimento, a diferença deverá ser registrada como ágio de acordo com sua fundamentação econômica. Sua amortização não é dedutível para fins de apuração de imposto de renda. Se o valor da equivalência for maior que o saldo contábil, a diferença será registrada como deságio. Se o valor for registrado como resultado do período ou ajuste de exercícios anteriores, deverá ser tributado.

4.2.3.3 A Instrução CVM nº 247/96

De acordo com a Instrução CVM nº 247/96, o método da equivalência patrimonial deve ser aplicado a todas as controladas, independentemente de serem ou não relevantes.

Durante a vigência da Instrução CVM nº 01/78, as companhias abertas avaliavam pelo método da equivalência patrimonial os investimentos em coligadas que pertenciam a um conjunto cujo valor contábil correspondesse a pelo menos 15% do valor do Patrimônio Líquido da investidora, mesmo que a porcentagem de participação nessa coligada fosse menor que 20% e não houvesse influência na administração. A Instrução CVM nº 247/96 extinguiu essa obrigação.

Outro aspecto alterado por essa instrução da CVM refere-se aos créditos a serem considerados no cálculo de relevância. De acordo com o texto da Lei das Sociedades por Ações, existindo crédito da companhia controlada ou coligada, esse deve ser acrescido ao valor do investimento para se determinar a relevância. A instrução da CVM define que os créditos originários das operações normais da empresa não devem ser considerados no cálculo da relevância, somente os créditos de natureza não operacional.

Os valores de receitas ou despesas apropriados na investida, que tenham origem na variação na porcentagem de participação em controladas ou coligadas, devem ser tratados como não operacionais, de acordo com o artigo 16 da Instrução CVM nº 247/96.

De acordo com a Instrução CVM nº 247/96, quando existe a alteração do critério de avaliação do investimento do Método do Custo para o Método da Equivalência Patrimonial, o ajuste deve ser registrado como receita ou despesa da equivalência patrimonial, no resultado não operacional.

4.2.4 Resultados não realizados

4.2.4.1 A Lei nº 6.404/76

De acordo com o artigo 248 da Lei das S.A., o valor do resultado não realizado decorrente de operações com a companhia ou com coligadas ou controladas deve ser deduzido do patrimônio líquido da coligada ou controlada e para cálculo do método da equivalência patrimonial.

O objetivo da eliminação de lucros não realizados é reconhecer somente o lucro de operações com terceiros, pois as vendas com empresas do mesmo grupo não geram economicamente lucro quando o grupo como um todo é levado em consideração. As operações só gerarão lucro efetivamente quando feitas com terceiros.

Quando uma empresa controlada vende mercadorias com lucro para sua investidora, elas serão registradas em seu estoque pelo valor acrescido da margem colocada pela controlada. A empresa controlada então registra o lucro da operação. No entanto, se essas mercadorias permanecerem no estoque da investidora, esse lucro registrado na controladora não é realizado com terceiros e não deve ser computado para o cálculo da equivalência patrimonial. Se ele for considerado na equivalência patrimonial, a investidora reconhecerá um lucro de uma mercadoria que está em seu próprio estoque.

Essa mesma situação pode ocorrer ainda na venda de bens do ativo imobilizado ou ainda com investimentos. Raramente isso acontece com outros ativos, mas a hipótese não pode ser

descartada. Dessa forma, enquanto os lucros não forem realizados fora do grupo, esses serão desconsiderados para fins de cálculo da equivalência patrimonial.

As regras da Lei das Sociedades por Ações não abrangem a eliminação de resultados não realizados por vendas da investidora para a controlada ou coligada.

A seguir, o cálculo determinado pela Lei nº 6.404/76 é exemplificado. O valor de resultados não realizados é excluído do valor do Patrimônio Líquido da controlada ou coligada e, então, o percentual de participação da investida nessa empresa é aplicado para se chegar ao valor da equivalência patrimonial.

Tabela 9 – Equivalência Patrimonial – cálculo de acordo com artigo 248 da Lei nº 6.404/76

Patrimônio Líquido da Controlada	15.000
(-) Lucros não realizados de operações inter-companhia	(2.000)
Patrimônio Líquido ajustado	<u>13.000</u>
% de Participação	90%
Valor da equivalência patrimonial	<u>11.700</u>

4.2.4.2 A Instrução CVM nº 01/78

A Instrução CVM nº 01/78 define quais ajustes devem ser feitos pela investidora, isto é, quais os valores devem ser excluídos do Patrimônio Líquido da controlada ou coligada para o cálculo da equivalência patrimonial. O item XVII define o seguinte:

XVII - Para os efeitos da letra "c" do Inciso XV, serão considerados não realizados os lucros ou os prejuízos decorrentes de negócios com a investidora ou com a controladora ou de negócios com outras coligadas ou com outras controladas, quando:

- a) os lucros ou os prejuízos estejam incluídos no resultado de uma coligada ou de uma controlada e correspondidos por inclusão ou exclusão no custo de aquisição de ativos de qualquer natureza no balanço patrimonial da investidora ou da controladora;
- b) os lucros ou os prejuízos estejam incluídos no resultado de uma coligada ou de uma controlada e correspondidos por inclusão ou exclusão no custo de aquisição de ativos de qualquer natureza no balanço patrimonial de outras coligadas ou de outras controladas.

Dessa forma, devem ser excluídos do patrimônio líquido da controlada ou coligada os resultados não realizados de suas vendas para a investidora. Os resultados não realizados da investidora para a controlada ou coligada não devem ser eliminados.

4.2.4.3 A Instrução CVM nº 247/96

De acordo com a Instrução CVM nº 01/78 e com a Lei das Sociedades por Ações, os **resultados** não realizados, decorrentes de negócios com a investidora ou a controladora e de negócios com outras coligadas ou outras controladas deveriam ser eliminados. A Instrução CVM nº 247/96 alterou a instrução anterior e definiu que os **lucros** não realizados deveriam ser eliminados na equivalência patrimonial. O parágrafo primeiro do artigo 9º da Instrução define os seguintes casos de lucro não realizado decorrentes de negócios com a investidora ou com outras coligadas e controladas:

- a) o lucro estiver incluído no resultado de uma coligada e controlada e correspondido por inclusão no custo de aquisição de ativos de qualquer natureza no balanço patrimonial da investidora; ou
- b) o lucro estiver incluído no resultado de uma coligada e controlada e correspondido por inclusão no custo de aquisição de ativos de qualquer natureza no balanço patrimonial de outras coligadas e controladas.

Além disso, o parágrafo segundo do mesmo artigo prevê que os **prejuízos** oriundos de transações com a investidora, coligadas e controladas não devem ser eliminados no cálculo da equivalência patrimonial.

O valor de lucros não realizados a ser diminuído do patrimônio líquido da investida para cálculo da equivalência patrimonial deverá ser líquido dos tributos sobre o lucro, isto é, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Essa observação não é feita nem na Lei das S.A. nem na instrução da CVM, mas se não for efetuada, a diferença será percebida na consolidação.

A Instrução CVM nº 247/96 alterou também a forma de cálculo propriamente dita da equivalência patrimonial. Quando o cálculo é efetuado de acordo com a fórmula definida na lei, ilustrado na Tabela 9 – Equivalência Patrimonial – cálculo de acordo com artigo 248 da Lei nº 6.404/76, considera-se o resultado subtraído como não realizado tanto para a controladora quanto para os demais acionistas, o que não é correto conceitualmente.

A partir da referida instrução, o cálculo passou a ser efetuado aplicando-se o percentual de participação sobre o valor do patrimônio líquido e só então o valor de lucros não realizados de operações inter-companhias é subtraído. A seguir, o cálculo está demonstrado:

Tabela 10 – Equivalência Patrimonial – cálculo de acordo a Instrução CVM nº 247/96

Patrimônio Líquido da Controlada	15.000
% de Participação	90%
	<u>13.500</u>
(-) Lucros não realizados de operações inter-companhia	(2.000)
Valor da equivalência patrimonial	<u>11.500</u>

Dessa forma, o valor da equivalência patrimonial, no valor de R\$ 11.500, representa a participação no patrimônio líquido da investida menos o valor de lucros não realizados. No cálculo definido pela Lei das Sociedades por Ações, nesse exemplo, somente 90% do lucro não realizado foram eliminados.

4.2.5 Amortização do Ágio ou Deságio

4.2.5.1 A Lei nº 6.404/76

O conceito de ágio na Lei nº 6.404/76 é a diferença entre o valor pago pelas ações e seu valor patrimonial. Ao comprar ações de uma empresa que serão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial deve-se, na ocasião da compra, separar o valor da equivalência patrimonial de tais ações em conta distinta do valor do ágio. Essa forma de contabilização não está expressa na Lei das Sociedades por Ações, mas definida na Instrução CVM nº 01/78 e na legislação fiscal. A Instrução CVM nº 247/96, em seu artigo 13, determina que a subconta de ágio ou deságio deve figurar no próprio grupo de investimentos e o somatório dessas subcontas (ágio ou deságio e de valor da equivalência patrimonial) constitui o valor contábil do investimento.

A determinação do valor do ágio ou deságio será feita com base no cálculo do valor da equivalência patrimonial efetuado na data de compra do investimento baseado em Balanço Patrimonial levantado de preferência na data da operação ou até dois meses antes.

Normalmente, uma operação de compra e venda de uma empresa é um processo demorado. A contabilização da compra deverá ser feita na data da efetiva transmissão dos direitos das ações aos novos acionistas.

O ágio pode ocorrer por origens diversas e o seu tratamento contábil e o de sua amortização variam de acordo com seu fundamento e natureza. De acordo com a Instrução CVM nº 01/78, o ágio (ou deságio) deve ser segregado contabilmente, com indicação do fundamento econômico que o originou: por diferença de valor de mercado dos bens, por valor de rentabilidade futura e por fundo de comércio, intangível ou outras razões econômicas.

Os critérios de amortização em cada um dos casos são os seguintes, de acordo com a mesma Instrução da CVM:

XXII - O ágio ou o deságio decorrente da diferença entre o valor de mercado de bens do ativo e o valor contábil na coligada ou na controlada desses mesmos bens deverá ser amortizado na proporção em que for sendo realizado na coligada ou na controlada por depreciação, por amortização ou por exaustão dos bens, ou por baixa em decorrência de alienação ou de perecimento desses mesmos bens.

XXIII - O ágio ou o deságio decorrente da expectativa de rentabilidade deverá ser amortizado no prazo e na extensão das projeções que o determinaram ou quando houver baixa em decorrência de alienação ou de perecimento do investimento antes de haver terminado o prazo estabelecido para amortização.

XXIV - O ágio decorrente de fundo de comércio, de intangíveis ou de outras razões econômicas, deverá ser amortizado no prazo estimado de utilização, de vigência ou de perda de substância ou quando houver baixa em decorrência de alienação ou de perecimento do investimento antes de haver terminado o prazo estabelecido para amortização.

O ágio (ou deságio) decorrente da diferença entre o valor de mercado de bens do ativo pode referir-se a ativo imobilizado, estoques ou mesmo investimentos.

Nos casos nos quais a controlada ou coligada registrar uma reavaliação de bens, a investidora deverá reconhecer o acréscimo na conta de investimento com a contrapartida uma conta de Reserva de Reavaliação de Controlada ou Coligada no Patrimônio Líquido. No caso de a Investidora comprar ações de controlada ou coligada e ter registrado um ágio cujo fundamento é a diferença entre o valor de mercado de bens do ativo imobilizado da investida e seu valor contábil, e posteriormente a controlada ou coligada contabilizar uma reavaliação desses bens, a parcela da reavaliação na controlada ou coligada que for contabilizada à conta de investimento na investidora deverá ter como contrapartida a conta de ágio correspondente até o limite de seu saldo.

4.2.5.2 As Instruções CVM nº 247/96 e 285/98

A CVM determina que o ágio (ou deságio) calculado na aquisição de um investimento seja contabilizado com a indicação de seu fundamento econômico. A Instrução CVM nº 247/96 prevê a existência dos seguintes ágios ou deságios, diferentemente da Instrução CVM nº 1/78, que anteriormente tratava desse assunto:

Art. 14. O ágio ou deságio computado na ocasião da aquisição ou subscrição do investimento deverá ser contabilizado com indicação do fundamento econômico que o determinou.

Parágrafo 1º O ágio ou deságio decorrente da diferença entre o valor de mercado de parte ou de todos os bens do ativo da coligada e controlada e o respectivo valor contábil, deverá ser amortizado na proporção em que o ativo for sendo realizado na coligada e controlada, por depreciação, amortização, exaustão ou baixa em decorrência de alienação ou perecimento desses bens ou do investimento.

Parágrafo 2º O ágio ou deságio decorrente de expectativa de resultado futuro, deverá ser amortizado no prazo e na extensão das projeções que o determinaram ou pela baixa por alienação ou perecimento do investimento.

O parágrafo 2º foi alterado pela Instrução CVM nº 285/98, passando a ter a seguinte redação:

§ 2º O ágio ou o deságio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição do investimento e o valor de mercado dos ativos e passivos da coligada ou controlada, referido no parágrafo anterior, deverá ser amortizado da seguinte forma:

- a) o ágio ou o deságio decorrente de expectativa de resultado futuro – no prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, ou pela baixa por alienação ou perecimento do investimento, devendo os resultados projetados serem objeto de verificação anual, a fim de que sejam revisados os critérios utilizados para amortização ou registrada a baixa integral do ágio; e
- b) o ágio decorrente da aquisição do direito de exploração, concessão ou permissão delegadas pelo Poder Público – no prazo estimado ou contratado de utilização, de vigência ou de perda de substância econômica, ou pela baixa por alienação ou perecimento do investimento.

Dessa forma, a CVM prevê a existência de ágio ou deságio oriundo da diferença entre o valor contábil e o de mercado de ativos, de expectativa de lucros futuros e do direito de exploração ou concessão dada pelo Poder Público. A Legislação Fiscal continua prevendo a existência de ágio decorrente de fundo de comércio e outras razões econômicas. O fundo de comércio nada mais é do que expectativa de rentabilidade futura, mas sua denominação genérica traz dificuldade para determinação de critérios objetivos para a sua amortização. Aplicando-se o Princípio do Conservadorismo, se o fundo de comércio não puder ser expresso em expectativa de lucros futuros deverá ser baixado como perda. A CVM eliminou esse problema para as companhias abertas, já que determina a divulgação das razões para a existência de ágio ou deságio.

A Instrução CVM nº 247/96, em seu artigo 14, determina que o ágio não justificado, de acordo com os fundamentos dessa Instrução, deverá ser baixado como perda. O deságio não justificado de acordo com esses fundamentos somente poderá ser amortizado na alienação ou perecimento do investimento.

4.2.5.3 A Legislação Fiscal

De acordo com o Regulamento do Imposto de Renda de 1980, a partir daquela data (e em vigor até hoje), a amortização do ágio não seria dedutível e a amortização do deságio não seria tributável para fins de cálculo do imposto de renda. No entanto, esses valores foram dedutíveis e tributáveis nos anos de 1978 e 1979.

O Regulamento do Imposto de Renda atual prevê que ágio ou deságio, nos casos de incorporação, fusão ou cisão, fundamentado pela diferença entre o valor de mercado de ativos da controlada ou coligada e seu valor contábil deverá ser registrado em contrapartida à conta do bem de origem de sua causa. Esse valor integrará o custo do bem para apuração de ganho ou perda de capital e de depreciação, amortização ou exaustão. Esse ágio deverá ser amortizado em pelo menos cinco anos. O deságio deverá ser amortizado obrigatoriamente em cinco anos.

4.2.6 Aspectos complementares

4.2.6.1 A Instrução CVM nº 01/78

A empresa investidora poderá contabilizar uma provisão para perdas nos investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas seguintes situações, de acordo com a Instrução CVM nº 01/78, item XIX:

- a) perdas efetivas em virtude de:
 - 1. eventos que resultaram em perdas não contempladas no balanço patrimonial ou no balancete de verificação da coligada ou da controlada;
 - 2. responsabilidade, quando aplicável, para cobertura de prejuízos acumulados em excesso ao capital social da coligada ou da controlada;
- b) perdas potenciais estimadas em virtude de:
 - 1. tendência de perecimento do investimento
 - 2. elevado risco de paralisação de operações de coligadas ou de controladas;
 - 3. eventos que possam prever perda parcial ou perda total do valor contábil do investimento ou do montante de créditos contra as coligadas ou as controladas;.

4. cobertura de garantias ou avais concedidos, em favor de coligadas ou de controladas, referentes a obrigações vencidas.

O investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial deve reconhecer prejuízos das controladas ou coligadas até o limite em que absorva o valor total do capital e de outras reservas, isto é, até o limite em que o patrimônio líquido seja zero. No entanto, a investidora poderá optar por se responsabilizar por outras perdas para salvaguardar o nome do grupo em relação aos acionistas minoritários para o mercado, por exemplo. Nesse caso, uma provisão para perdas que cubra tais prejuízos pode ser efetuada na investidora.

As companhias deverão apresentar várias informações referentes aos investimentos permanentes em suas Notas Explicativas. De acordo com o artigo 247 da Lei das Sociedades por Ações, as informações mínimas que deverão ser divulgadas abrangem o nome da controlada ou coligada, seu Capital Social, seu Patrimônio Líquido e o lucro do exercício. Além disso, a composição do Capital Social e o valor de mercado das ações, além dos créditos e obrigações existentes e as receitas e despesas com controladas ou coligadas também devem ser divulgadas.

A Instrução CVM nº 01/78 ampliou a exigência de divulgação, determinando as seguintes informações de acordo com seu item XXXIV:

- a) denominação da coligada ou da controlada, capital social e patrimônio líquido;
- b) número, espécie e classe de ações ou quotas de capital possuídas pela investidora ou pela controladora, e o preço de mercado de ações, se houver;
- c) lucro líquido do exercício;
- d) créditos e obrigações entre a investidora ou a controlada e as coligadas ou as controladas, especificando prazos, encargos financeiros e garantias;
- e) receitas e despesas em operações entre a investidora ou a controladora e as coligadas ou as controladas;
- f) montante do ajuste decorrente da avaliação do investimento pela equivalência patrimonial e o efeito no resultado do exercício e nos lucros e prejuízos acumulados;
- g) base e fundamento adotados para amortização do ágio ou do deságio;
- h) condições estabelecidas em acordo de acionistas com respeito a influência na administração e distribuição de lucros.

As companhias que tenham controladas ou coligadas no exterior deverão providenciar a adaptação dos critérios contábeis da investida aos brasileiros e a conversão dessas demonstrações na moeda vigente no Brasil para a aplicação do método da equivalência patrimonial.

Em 1986, a CVM, através da Deliberação nº 28, aprovou o pronunciamento técnico do IBRACON sobre Investimentos Societários no Exterior e Critérios de Conversão de Demonstrações Contábeis de Outras Moedas para Cruzados. De acordo com esse documento, o ajuste referente à comparação do valor final e do valor contábil do investimento representará um ajuste na conta de investimento tendo como contrapartida o resultado do exercício da seguinte forma: (a) a participação da investidora no resultado do exercício da controlada ou coligada e nas variações patrimoniais realizadas na controlada ou coligada deverá ser apropriada como receita ou despesa operacional; (b) a diferença correspondente à variação da paridade cambial utilizada deverá ser contabilizada como resultado não operacional.

A Instrução CVM nº 247/96 contraria o item b apresentado acima e determina, de acordo com o seu artigo 16, que a variação cambial do investimento em controlada e coligada no exterior deve ser apropriada como despesa ou receita operacional na investidora.

Os métodos de conversão aceitáveis de acordo com esse pronunciamento são apresentados a seguir. Para os investimentos em países de moeda forte e estável ou para os investimentos em países de moeda fraca e alta inflação, mas que tenham um sistema adequado de correção monetária de suas demonstrações contábeis, o método a ser usado será o Método da Taxa Corrente. Para os investimentos em países de moeda fraca e alta inflação e que não possua um sistema de correção monetária, utilizar-se-á o Método da Taxa Histórica com Correção Monetária. É ainda aceitável o método de conversão em duas etapas, isto é, primeiro convertendo-se as demonstrações contábeis para moeda forte pelo Método da Taxa Histórica e, então, conversão final da moeda forte para a moeda nacional pelo Método da Taxa Corrente.

4.2.6.2 A Instrução CVM nº 247/96

A Instrução CVM nº 247/96, em seu artigo 12, deu nova redação à definição das circunstâncias para as quais a investidora deveria constituir provisão para perda do investimento.

Art. 12 - A investidora deverá constituir provisão para cobertura de:
I - perdas efetivas, em virtude de:

- a) - eventos que resultarem em perdas não provisionadas pelas coligadas e controladas em suas demonstrações contábeis; ou
 - b) responsabilidade formal ou operacional para cobertura de passivo a descoberto.
- II - perdas potenciais, estimadas em virtude de:
- a) tendência de perecimento do investimento;
 - b) elevado risco de paralisação de operações de coligadas e controladas;
 - c) eventos que possam prever perda parcial ou total do valor contábil do investimento ou do montante de créditos contra as coligadas e controladas; ou
 - d) cobertura de garantias, avais, fianças, hipotecas ou penhor concedidos, em favor de coligadas e controladas, referentes a obrigações vencidas ou vincendas quando caracterizada a incapacidade de pagamentos pela controlada ou coligada.

A provisão para perdas deve ser constituída quando existir passivo a descoberto ou a intenção da investida manter apoio financeiro à investida. Ela deve ser classificada como conta redutora de investimentos até seu limite e o excedente em conta específica no passivo.

A Instrução CVM nº 247/96 ampliou as informações que devem ser divulgadas pelas companhias abertas referentes ao assunto Equivalência Patrimonial. Em seu artigo 20 ela determina que os seguintes tópicos devem constar das Notas Explicativas:

- I - denominação da coligada e controlada, o número, espécie e classe de ações ou de cotas de capital possuídas pela investidora, o percentual de participação no capital social e no capital votante e o preço de negociação em bolsa de valores, se houver;
- II - patrimônio líquido, lucro líquido ou prejuízo do exercício, assim como o montante dos dividendos propostos ou pagos, relativos ao mesmo período;
- III - créditos e obrigações entre a investidora e as coligadas e controladas especificando prazos, encargos financeiros e garantias;
- IV - avais, garantias, fianças, hipotecas ou penhor concedidos em favor de coligadas ou controladas;
- V - receitas e despesas em operações entre a investidora e as coligadas e controladas;
- VI - montante individualizado do ajuste, no resultado e patrimônio líquido, decorrente da avaliação do valor contábil do investimento pelo método da equivalência patrimonial, bem como o saldo contábil de cada investimento no final do período;
- VII - memória de cálculo do montante individualizado do ajuste, quando este não decorrer somente da aplicação do percentual de participação no capital social sobre os resultados da investida, se relevante;
- VIII - base e fundamento adotados para constituição e amortização do ágio ou deságio e montantes não amortizados, bem como critérios, taxa de desconto e prazos utilizados na projeção de resultados;
- IX - condições estabelecidas em acordo de acionistas com respeito a influência na administração e distribuição de lucros, evidenciando os números relativos aos casos em que a proporção do poder de voto for diferente da proporção de participação no capital social votante, direta ou indiretamente;
- X - participações recíprocas existentes; e
- XI - efeitos no ativo, passivo, patrimônio líquido e resultado decorrentes de investimentos descontinuados (artigos 6º e 7º).

O volume de informação que deve ser divulgado é considerável e sua preparação é complexa. Informações referentes ao valor contábil dos investimentos por empresa, a data-base no Patrimônio Líquido das investidas, mudança de período de reconhecimento dos resultados por

aumento ou redução na defasagem das datas e situações de não adoção do MEP por razões especiais também devem ser divulgadas.

4.2.6.3 A Deliberação CVM nº 534/08

A Deliberação CVM nº 534/08 aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 02 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata dos Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. O Pronunciamento foi elaborado a partir do IAS 21 – *The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates* (IASB). O objetivo desse Pronunciamento Técnico é determinar como deverá ser feito o registro de transações em moeda estrangeira e das operações no exterior nas demonstrações contábeis de uma entidade no Brasil, como deverão ser registradas as variações cambiais dos ativos e passivos em moeda estrangeira e como deverão ser convertidas as demonstrações contábeis de uma entidade de uma moeda para outra.

Uma premissa importante do Pronunciamento é que a essência deve prevalecer sobre a forma jurídica, quando da caracterização de uma entidade no exterior como filial, agência, ou controlada. Isto é, uma filial poderá vir a ter autonomia suficiente para ser considerada uma controlada e ser reconhecida por equivalência patrimonial ou, ao contrário, uma controlada poderá ter características de filial e ter suas contas incorporadas às da investidora.

A principal diferença entre o presente Pronunciamento e a Deliberação CVM nº 28/86, quando aprovou pronunciamento emitido pelo IBRACON e vigente até então, é que as demonstrações contábeis, após serem ajustadas aos critérios contábeis utilizados pela investidora, se forem preparadas para o cálculo da equivalência patrimonial ou consolidação, quando forem convertidas de uma moeda forte para outra moeda forte, terão os ganhos e perdas cambiais derivados do investimento permanente reconhecidos no patrimônio líquido e serão reconhecidos no resultado somente na realização desse investimento.

A primeira razão desse registro é que esse ganho ou perda cambial não tem reflexo financeiro imediato para a investida ou para a investidora. Não existe, por exemplo, o pagamento de dividendos referentes a um ganho dessa natureza. O resultado financeiro só ocorre na realização do investimento. Somente nesse momento os ganhos ou perdas acumulados ao longo do tempo serão reconhecidos no resultado. Além disso, as moedas fortes sofrem

oscilações no decorrer do tempo, mas, como o investimento é de longo prazo e não tem um prazo determinado para deixar de existir, o efeito total será reconhecido quando for definitivo.

Os componentes do balanço deverão ser convertidos pela taxa de câmbio de fim do período. As contas de patrimônio líquido inicial serão mantidas pelos valores convertidos no balanço do período anterior e as mutações do patrimônio líquido, exceto as classificadas como resultado, serão convertidas pela taxa cambial da data dessas mutações.

Outra alteração consiste na conversão de receitas e despesas de acordo com as taxas das datas de competência, ou ainda admite-se uma taxa média quando houver normalidade na distribuição desses valores e na oscilação do câmbio no decorrer do período. A Deliberação da CVM admitia que as receitas e despesas na Demonstração de Resultados fossem convertidas pela taxa de câmbio da data do Balanço. De acordo com o parágrafo 29 da Deliberação CVM nº 28/86, 29, tem-se o seguinte:

Taxa corrente significa a taxa de câmbio em vigor na data do balanço que se pretenda converter. Esse método é, em princípio, bastante simples quanto à mecânica, pois consiste em tomar todos os valores das **demonstrações contábeis** expressas em uma moeda e convertê-las pela taxa corrente de câmbio, apurando-se os valores correspondentes na outra moeda.

De acordo com a nova metodologia, o resultado convertido representará o desempenho alcançado pela investida, não se misturando com efeitos de ganhos e perdas oriundos de variação cambial. A diferença entre o resultado apurado de acordo com essa sistemática e o resultado convertido à taxa de final de período será contabilizada no Patrimônio Líquido.

As demonstrações contábeis em moeda funcional de país com economia hiperinflacionária deverão ser corrigidas de acordo com as técnicas de correção integral praticadas no Brasil para que, então, se efetue a conversão com base na taxa de final de período para todos os componentes do balanço e do resultado.

O resultado da equivalência patrimonial deverá ser registrado da seguinte forma na investidora: (a) a parcela que representa o efetivo resultado da investida devidamente convertido deverá ser registrada no resultado e, (b) a parcela correspondente às variações cambiais tratadas no Patrimônio Líquido das demonstrações convertidas da controlada ou coligada deverá ser registrada no Patrimônio Líquido da investidora.

De acordo com a nova Deliberação, a variação cambial de um empréstimo em moeda estrangeira destinado ao financiamento de um investimento nessa mesma moeda estrangeira deve ser contabilizada no Patrimônio Líquido e não mais no resultado como era prática até então.

4.2.6.4 Aquisição de Empresa com Passivo a Descoberto

A contabilização da compra de uma empresa com Passivo a Descoberto pode ser feita de acordo com uma das seguintes alternativas:

- Lançamento da diferença entre o valor pago e o valor do Patrimônio Líquido Negativo como perda no ato da compra;
- Lançamento do valor total pago como ágio;
- Lançamento da equivalência patrimonial negativa em uma conta (com saldo credor) e o ágio em outra conta.

A CVM, através de seu Ofício Circular nº 1/2004, determina a utilização da terceira alternativa pelas companhias abertas. A primeira alternativa só poderia ser utilizada em situações de exceção, pois é difícil imaginar uma razão para a compra de empresa com Passivo a Descoberto, sem expectativa de rentabilidade futura, já que o total do valor da compra é reconhecido como perda.

Considerando-se que a compradora tem expectativa de resultados positivos futuros fundamentada em estudos que comprovem a capacidade de recuperação da empresa comprada, seriam possíveis ainda as alternativas 2 e 3. A segunda alternativa, ou seja, a contabilização da saída do caixa em contrapartida à conta de Ágio, de acordo com Martins e Szuster (2004, p. 2) “apresenta uma grande dificuldade para que seja evidenciada a adequada visão consolidada da Investidora”.

Na alternativa determinada pela CVM, o ágio deve ser registrado e amortizado de acordo com seu fundamento econômico, que poderá ser a expectativa de rentabilidade futura ou a mais-valia de ativos. Num exemplo cujo pagamento efetuado pela investidora é de R\$ 1.000, e o

valor do Patrimônio Líquido da empresa comprada é de (- R\$ 2.000), o registro contábil seria o seguinte na investidora:

Conta	Valor
D - Agio	3.000
C - Equivalência Patrimonial	2.000
C - Disponibilidades	1.000

É importante ressaltar que o Investimento Líquido é positivo, não existindo saldo de Investimento negativo. No período seguinte, quando a investida obtiver lucro, esse valor será contabilizado na investidora como equivalência patrimonial. Se fosse utilizada a segunda alternativa apresentada no início da discussão, lucro na investida só seria reconhecido na investidora quando o Passivo a Descoberto se tornasse positivo. No caso de ocorrerem prejuízos na investida, o resultado da equivalência patrimonial deverá ser diminuído até que o valor do Investimento Líquido seja zero, nunca negativo.

4.3 Consolidação das Demonstrações Contábeis

4.3.1 A Consolidação e quem deve prepará-la

A consolidação das Demonstrações Contábeis foi uma das novidades que a Lei das Sociedades por Ações trouxe ao mercado brasileiro em 1976, já que a publicação de balanços consolidados não era obrigatória no Brasil até aquele momento. Além disso, a CVM tem poderes para regulamentar o assunto no que diz respeito às companhias abertas.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas apresentam os resultados e a posição financeira da controladora e de suas controladas como se fossem de uma única empresa. De acordo com Santos et al (2003, p. 136):

[...] constata-se que a evolução da consolidação acompanhou os avanços da sociedade na área econômica, pois o aumento no volume e na complexidade dos negócios, que acabou resultando na criação de grandes grupos empresariais, determinou o amplo estabelecimento de regras pertinentes à consolidação das demonstrações financeiras.

Essa sistemática é fundamental para se ter acesso às informações da empresa controladora e das demais empresas do grupo, isto é, para uma visão da totalidade de operações do grupo, que em muitos casos, podem ser complementares. O conceito que prevalece é o de controle

não só acionário, como também o existente em decorrência de influência sobre a administração.

De acordo com a Lei nº 6.404/76, artigo 249, a consolidação é obrigatória na seguinte situação:

Art. 249. A companhia aberta que tiver mais de 30% (trinta por cento) do valor do seu patrimônio líquido representado por investimentos em sociedades controladas deverá elaborar e divulgar, juntamente com suas demonstrações financeiras, demonstrações consolidadas nos termos do artigo 250.

De acordo com o parágrafo único desse artigo, a Comissão de Valores Mobiliários tem o poder de expedir normas sobre as sociedades cujas demonstrações devam ser abrangidas na consolidação, determinar a inclusão de sociedades que, mesmo não sendo controladas, sejam financeira ou administrativamente dependentes da companhia e autorizar a exclusão de uma ou mais sociedades controladas.

É importante notar no texto da Lei que as companhias **abertas** têm a obrigação de elaborar e divulgar demonstrações consolidadas. Dessa forma, para todos os outros tipos de sociedades, mesmo que tenham controladas relevantes, não há a exigência de consolidação e divulgação de acordo com essa legislação. Deve-se destacar ainda que na verificação do percentual de 30% devem ser considerados: o valor do investimento em controladas, os ágios ou deságios não amortizados, as provisões para perdas permanentes e os créditos que a controladora possua em relação à controlada.

Além disso, o artigo 275 da mesma lei define que os Grupos de Sociedades também devem apresentar Demonstrações Contábeis Consolidadas.

As controladas devem preparar suas demonstrações para períodos coincidentes com os da controladora para fins de consolidação. A Lei das Sociedades por Ações, em seu artigo 250, parágrafo quarto determina que:

[...] as sociedades controladas, cujo exercício social termine mais de 60 (sessenta) dias antes da data do encerramento do exercício da companhia, elaborarão, com observância das normas desta Lei, demonstrações financeiras extraordinárias em data compreendida nesse prazo.

Deve-se ressaltar que a permissão para consolidar demonstrações contábeis de controladas com bases diferentes é aceitável, mas deve-se observar que se o exercício social da controladora for de doze meses, por exemplo, as demonstrações contábeis da controlada também deverão abranger doze meses. Além disso, a companhia deverá divulgar em notas explicativas as datas das demonstrações contábeis consolidadas, justificando eventuais diferenças. Os eventos com efeitos relevantes ocorridos no período da defasagem devem ser considerados e divulgados.

Na utilização do Método da Equivalência Patrimonial, os valores do lucro e do Patrimônio Líquido da investidora se aproximam dos valores calculados quando se adota a consolidação. Mais adiante serão abordadas as diferenças do lucro calculado de acordo com o Método da Equivalência Patrimonial e o Lucro Consolidado.

4.3.1.1 As alterações posteriores nas práticas contábeis

No decorrer desses trinta anos, a CVM publicou várias instruções alterando pontos importantes desse assunto. Serão destacados os seguintes: obrigatoriedade, eliminação de resultados não realizados e a consolidação proporcional. Esses dois últimos itens serão abordados no tópico que trata de como deve ser efetuada a Consolidação.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, somente as companhias abertas devem divulgar as demonstrações consolidadas e se tiverem mais de 30% do valor do seu patrimônio líquido representado por investimentos em sociedades controladas. Em 1996, a CVM através de sua Instrução 247 alterou essa regra. A partir daquela data, o percentual de relevância de 30% para determinação da obrigatoriedade de consolidação foi reduzido a zero. Em seu artigo 21, a Instrução CVM nº 247/96 determina que:

- Ao fim de cada exercício social, demonstrações contábeis consolidadas devem ser elaboradas por:
- I - Companhia aberta que possuir investimento em sociedades controladas, incluindo as sociedades controladas em conjunto referidas no artigo 32 desta Instrução; e
 - II - Sociedade de comando de grupo de sociedades que inclua companhia aberta.

A partir de 1996 todas as companhias abertas que possuíssem controladas deveriam apresentar as demonstrações contábeis consolidadas, independentemente de quanto esses investimentos representassem de seu Patrimônio Líquido. Além disso, a consolidação das

demonstrações era obrigatória para as sociedades de comando de grupo que incluíssem companhia aberta. O artigo 275 da Lei das Sociedades por Ações já previa a publicação de demonstrações financeiras consolidadas por empresas que não tinham a forma de companhia em seu parágrafo segundo, isto é, de qualquer tipo de sociedade, inclusive limitada.

Art. 275. O grupo de sociedades publicará, além das demonstrações financeiras referentes a cada uma das companhias que o compõem, demonstrações consolidadas, compreendendo todas as sociedades do grupo, elaboradas com observância do disposto no artigo 250.

§ 1º As demonstrações consolidadas do grupo serão publicadas juntamente com as da sociedade de comando.

§ 2º A sociedade de comando deverá publicar demonstrações financeiras nos termos desta Lei, ainda que não tenha a forma de companhia.

§ 3º As companhias filiadas indicarão, em nota às suas demonstrações financeiras publicadas, o órgão que publicou a última demonstração consolidada do grupo a que pertencer.

§ 4º As demonstrações consolidadas de grupo de sociedades que inclua companhia aberta serão obrigatoriamente auditadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários, e observarão as normas expedidas por essa comissão.

O artigo 32 dessa Instrução da CVM, citado no artigo transcrito anteriormente, trouxe para o mercado brasileiro a exigência de consolidação para as sociedades controladas em conjunto.

Resumidamente, a consolidação é obrigatória no caso de companhia aberta que possuir investimentos em controladas, sociedades de comando de grupo que incluam companhia aberta (aqui a Instrução da CVM restringe a obrigatoriedade existente na Lei das Sociedades por Ações, que versa sobre grupo que inclua companhia, aberta ou não) e as sociedades controladas em conjunto.

Outro ponto importante contido nessa Instrução da CVM refere-se à permissão para exclusão de determinadas controladas da consolidação. O artigo 23 da Instrução CVM nº 247/96 permite que:

Poderão ser excluídas das demonstrações contábeis consolidadas, sem prévia autorização da CVM, as sociedades controladas que se encontrem nas seguintes condições:

I - Com efetivas e claras evidências de perda de continuidade e cujo patrimônio seja avaliado, ou não, a valores de liquidação; ou

II - Cujas vendas por parte da investidora, em futuro próximo, tenha efetiva e clara evidência de realização devidamente formalizada.

§1º Em casos especiais justificados, poderão ser ainda excluídas da consolidação, mediante prévia autorização da Comissão de Valores Mobiliários, as sociedades controladas cuja inclusão, a critério da CVM, não represente alteração relevante na unidade econômica consolidada ou que venha distorcer essa unidade econômica.

§2º No balanço patrimonial consolidado, o valor contábil do investimento na sociedade controlada excluída da consolidação deverá ser avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

§3º Não será considerada justificável a exclusão, nas demonstrações contábeis consolidadas, de sociedade controlada cujas operações sejam de natureza diversa das operações da investidora ou das demais controladas.

O parágrafo primeiro foi alterado pela Instrução CVM nº 269/97 e passou a ter a seguinte redação:

A Comissão de Valores Mobiliários poderá, em casos especiais e mediante prévia solicitação, autorizar a exclusão de uma ou mais sociedades controladas das demonstrações contábeis consolidadas.

De acordo com esse texto da CVM, as controladas que estejam em processo de reorganização legal, falência ou, ainda, se existe a evidência de que serão alienadas, não deverão ser consolidadas, pois a unidade econômica não terá mais a mesma estrutura num período curto de tempo.

Em 2002, o Conselho Federal de Contabilidade, através da Resolução CFC nº 937/02, aprovou o NBC T-8 - Das Demonstrações Contábeis Consolidadas. De acordo com essa resolução, em seu item 8.1.5, o CFC estende a obrigatoriedade de consolidação das demonstrações contábeis para todos os tipos de entidades: “a entidade que possuir investimento em entidades controladas, incluindo as sob controle conjunto, deve elaborar demonstrações contábeis consolidadas”.

A partir de então, não somente as companhias abertas devem preparar as demonstrações contábeis consolidadas, mas todas as empresas, independentemente de sua forma de constituição. De forma geral, os aspectos definidos por essa norma técnica estão de acordo com aqueles determinados pela CVM.

Em 2004, a CVM, através de sua Instrução nº 408/04, ampliou a obrigatoriedade de consolidação para incluir, além das controladas, as EPE. Em seu artigo 1º, determina que:

Para fins do disposto na Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, as demonstrações contábeis consolidadas das companhias abertas deverão incluir, além das sociedades controladas, individualmente ou em conjunto, as entidades de propósito específico – EPE, quando a essência de sua relação com a companhia aberta indicar que as atividades dessas entidades são controladas, direta ou indiretamente, individualmente ou em conjunto, pela companhia aberta.

Ainda de acordo com esse artigo, os indicadores de controle da EPE pela companhia aberta se dá quando as suas atividades forem efetuadas em nome da companhia ou em função das necessidades operacionais da companhia, desde que:

I – a companhia aberta tenha o poder de decisão ou os direitos suficientes à obtenção da maioria dos benefícios das atividades da EPE, podendo, em consequência, estar exposta aos riscos decorrentes dessas atividades; ou

II – a companhia aberta esteja exposta à maioria dos riscos relacionados à propriedade da EPE ou de seus ativos.

A Lei nº 11.638/07 não alterou os artigos da Lei nº 6.404/76 que se referem à Consolidação das Demonstrações Contábeis. Dessa forma, não existem novidades sobre a obrigatoriedade ou a forma de cálculo da consolidação trazidas pela nova legislação.

4.3.2 Como fazer a Consolidação

O objetivo da Consolidação é apresentar as demonstrações contábeis da controladora e de suas controladas como se fossem as de uma única empresa. Dessa forma, somar-se-ão as contas das empresas que serão consolidadas. No entanto, a técnica da consolidação não compreende simplesmente a soma dos saldos das contas das empresas, já que os saldos existentes de operações intercompanhias devem ser eliminados.

De acordo com artigo 250 da Lei das S.A., devem ser excluídas das demonstrações consolidadas:

I - as participações de uma sociedade em outra;

II - os saldos de quaisquer contas entre as sociedades;

III - as parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo permanente que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades.

Os saldos de fornecedores e de clientes e, ainda, os saldos de vendas e de custos das mercadorias vendidas, que representem transações entre empresas do mesmo grupo que serão consolidadas, deverão ser eliminados. Outras operações que devem ser eliminadas são juros ou comissões cobrados de uma empresa do grupo por outra e os lucros ou prejuízos de operações de vendas entre as empresas que permaneçam nos ativos da empresa compradora. A Demonstração de Resultados Consolidada somente deverá contemplar as receitas ou despesas que representem operações efetivas com terceiros.

Como pode ser concluído, as operações intracompanhias deverão ser controladas e conciliadas para que a consolidação possa ser efetuada. Normalmente, os planos de contas segregarão os saldos dessas operações de forma a facilitar o processo.

Os lucros nos ativos das empresas que serão consolidadas devem ser excluídos para que esses ativos continuem a ser avaliados pelo custo mesmo no Balanço Consolidado. No caso dos estoques, os valores que os formam, distribuídos nas empresas que estão sendo consolidadas, devem estar avaliados ao custo ou ao valor de mercado, dos dois o menor. Dessa forma, se uma entidade vendeu mercadorias para outra empresa do grupo auferindo lucro nessa operação, este deve ser expurgado no Balanço Consolidado. Além disso, como foi verificado no tópico da Equivalência Patrimonial, o lucro na venda dos estoques só é efetivamente realizado quando essa operação é efetuada com uma empresa fora do grupo, ou seja, um terceiro.

Além dos resultados não realizados nos estoques, devem ser excluídos também os resultados existentes nas operações de ativos permanentes entre as empresas do grupo: Investimentos, Ativo Imobilizado, Ativo Diferido.

Ainda, de acordo com a Lei nº 6.404/76, a participação dos acionistas controladores no patrimônio líquido e no lucro líquido do exercício será destacada nas demonstrações contábeis. Essa disposição, publicada com o texto errado em 1976, foi alterada pela Lei nº 9.457/97 e, a partir de então, o parágrafo primeiro do artigo 250 passou a ter a seguinte redação:

§ 1º A participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no lucro do exercício será destacada, respectivamente, no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício.

Na consolidação de balanço, a participação dos minoritários, ou não controladores, deve ser destacada do Patrimônio Líquido Consolidado para que esse não registre um valor a maior, isto é, para que não registre a parcela pertencente a terceiros. Da mesma forma, na DRE, a parcela de resultado pertencente a terceiros minoritários deve ser destacada. Em 1996, através da Instrução nº 247, a CVM determinou em seu artigo 25 que a participação dos acionistas não controladores deveria ser destacada em grupo isolado no Balanço Patrimonial

Consolidado imediatamente antes do Patrimônio Líquido. Na DRE Consolidada, de acordo com o artigo 29, a participação dos acionistas não controladores no lucro líquido deverá ser destacada como dedução ao lucro líquido consolidado.

A Lei nº 6.404/76 determina ainda, nos parágrafos segundo e terceiro do artigo 250, que a parcela do custo de aquisição do investimento em controlada não absorvida na consolidação deve permanecer no ativo permanente. Esse valor deverá ser deduzido de provisão para perdas, se for o caso. O valor da participação em controlada que exceder o custo de aquisição deverá ser classificado como resultado de exercícios futuros. Essa parcela será contabilizada no resultado quando for comprovada a existência de ganho efetivo.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a compensação de ativos e passivos não poderá ser efetuada.

O ágio ou deságio originário da aquisição ou subscrição na sociedade controlada deverá ter tratamento diferenciado de acordo com sua origem e natureza. Se o Método da Equivalência Patrimonial foi adotado para os investimentos nas controladas que são consolidadas, esse problema deixa de existir, pois o ágio ou deságio já foi segregado em subconta adequada e está sendo amortizado. Na consolidação, a eliminação do investimento deve abranger somente o valor da equivalência patrimonial. O ágio (ou deságio) não amortizado aparecerá em destaque no Balanço Consolidado.

A DOAR Consolidada deve ser elaborada com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas e considerar as movimentações dos itens não circulantes consolidados. Dessa forma, os efeitos das transações intercompanhias serão eliminados.

4.3.2.1 As alterações posteriores nas práticas contábeis

A Instrução CVM nº 15/80, em seu artigo 17, determinou como deveria ser tratado o ágio ou deságio que, no Balanço Consolidado, aparece em destaque, já que a eliminação do investimento deve abranger somente o valor da equivalência patrimonial. Dessa forma, essa parcela de ágio ou deságio que compõe seu valor contábil, mas que não for absorvida na consolidação, deverá ter o seguinte tratamento:

- a) apresentada como correção de conta específica do ativo, o ágio ou o deságio resultante de diferença para mais ou para menos, respectivamente, entre o valor de mercado do bem do ativo e o valor contábil desse mesmo bem na sociedade controlada incluída na consolidação;
- b) apresentada como Ativo Permanente, o ágio resultante de diferença para mais em decorrência de expectativa de rentabilidade baseada em projeção de resultados ou em decorrência de outras razões econômicas;
- c) apresentada como Resultados de Exercício Futuros, o deságio resultante de diferença para menos em decorrência de expectativa de perda baseada em projeção de resultados, ou em decorrência de outras razões econômicas.

Essa Instrução determinou ainda que a parcela de provisão para perdas constituída na controladora deve ser deduzida do saldo da conta da controlada que lhe deu origem. Essa provisão pode ser classificada no passivo no balanço patrimonial consolidado quando existir expectativa de conversão em exigibilidade. A Instrução CVM nº 247/96 não altera esse entendimento.

Outro ponto importante abordado pela Instrução CVM nº 15/80 foi a determinação do que deveria ser divulgado em Notas Explicativas referentes à consolidação. São eles:

- a) critérios adotados na consolidação;
- b) denominação das sociedades controladas incluídas na consolidação, bem como o percentual de participação da controladora em cada sociedade controlada englobando participação direta e participação indireta através de outras sociedades controladas;
- c) exposição das razões que determinaram a exclusão de sociedades controladas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas;
- d) base e fundamento para amortização do ágio ou do deságio não absorvido na consolidação;
- e) eventos subsequentes à data de encerramento do exercício social que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros consolidados;
- f) eventos que ocasionaram qualquer diferença entre os montantes do patrimônio líquido e do lucro líquido da controladora, em confronto com os correspondentes montantes do patrimônio líquido e do lucro líquido consolidado apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

Em 1986, a Deliberação CVM nº 27, que aprovou o Pronunciamento do IBRACON referente à Reavaliação de Ativos, tornou obrigatória para as companhias abertas a “Uniformidade entre investidora e investidas na Reavaliação”, isto é, quando uma empresa optar por reavaliar seus ativos, deveria determinar que suas controladas também o fizessem de forma a estabelecer uniformidade nas práticas contábeis adotadas. No caso de não adoção das mesmas práticas, esse fato deve constar em Notas Explicativas.

Em 1996, a CVM publicou a Instrução nº 247, que alterou muitos pontos importantes sobre os assuntos Método da Equivalência Patrimonial e Consolidação. Ela passou a determinar que os lucros não realizados deveriam ser excluídos na consolidação, e não os resultados não

realizados existentes entre as empresas que serão consolidadas, como preconiza a Lei das Sociedades por Ações. Em seu artigo 24 está estabelecido o seguinte:

Para a elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a investidora deverá observar, além do disposto no artigo 10, os seguintes procedimentos:

I - Excluir os saldos de quaisquer contas ativas e passivas, decorrentes de transações entre as sociedades incluídas na consolidação;

II - Eliminar o lucro não realizado que esteja incluído no resultado ou no patrimônio líquido da controladora e correspondido por inclusão no balanço patrimonial da controlada.

III - Eliminar do resultado os encargos de tributos correspondentes ao lucro não realizado, apresentando-os no ativo circulante/realizável a longo prazo - tributos diferidos, no balanço patrimonial consolidado.

Parágrafo Único. No processo de consolidação das demonstrações contábeis, não poderá ser efetuada a compensação de quaisquer ativos ou passivos pela dedução de outros passivos ou ativos, a não ser que exista um direito de compensação e a compensação represente a expectativa quanto à realização do ativo e à liquidação do passivo.

Outro aspecto curioso dessa instrução da CVM é o que consta no item II, ou seja, que somente o lucro da controladora que estiver incluso no balanço patrimonial da controlada deverá ser eliminado. O legislador entendeu que a eliminação do lucro na operação inversa, isto é, o lucro da controlada incluso no balanço patrimonial da controladora, deveria ser excluído por instrução anterior dada, quando se tratou da Equivalência Patrimonial.

O artigo 22 da Instrução nº 247/96 desobriga as companhias abertas da publicação da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidada e da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados Consolidada porque, normalmente, essas demonstrações são semelhantes às demonstrações da controladora.

A Instrução CVM nº 247 de 1996 atualizou o tratamento do Ágio ou Deságio em seu artigo 26. De acordo com ele, o Ágio ou Deságio oriundo da diferença entre o valor de mercado e o valor contábil de bens do ativo na aquisição ou subscrição de ações da investida deve ser adicionado ou retificado na conta utilizada pela controlada para registro do Ativo ou Passivo respectivo. Se o ágio tiver origem na diferença entre o valor pago e o valor de mercado, e tiver como fundamentação a expectativa de resultados futuros, deve ser classificado no Ativo Permanente. No caso de Deságio nessa situação, deve ser registrado como Resultados de Exercícios Futuros. O artigo está transcrito a seguir:

O montante correspondente ao ágio ou deságio proveniente da aquisição / subscrição de sociedade controlada, não excluído nos termos do inciso I do artigo 24, deverá:

I - quando decorrente da diferença prevista no parágrafo 1º do artigo 14, ser divulgado como adição ou retificação da conta utilizada pela sociedade controlada para registro do ativo especificado; e

II - quando decorrente da diferença prevista no parágrafo 2º do artigo 14:

a) ser divulgado em item destacado no ativo permanente, quando representar ágio; e

b) ser divulgado em conta apropriada de resultados de exercícios futuros, quando representar deságio.

Em 1998, a Instrução CVM nº 285/98, que tratou do Ágio com origem em direito de exploração ou concessão dada pelo Poder Público, não determinou como ele deveria ser evidenciado. Dessa forma, deve seguir as regras dos demais ágios.

Sobre a divulgação das Demonstrações Consolidadas, a Lei das Sociedades por Ações determina em seu artigo 249 que essas devem ser apresentadas **juntamente** com as demonstrações contábeis da controladora. Entende-se que as demonstrações individuais das controladas não podem ser publicadas desacompanhadas das consolidadas. A Instrução CVM nº 247/96 determina que as Demonstrações Consolidadas devem ser divulgadas juntamente com as do exercício anterior, auditadas por auditores independentes. O artigo 31 dessa instrução determina as informações a serem divulgadas:

As notas explicativas que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas devem conter informações precisas das controladas, indicando:

I - critérios adotados na consolidação e as razões pelas quais foi realizada a exclusão de determinada controlada;

II - eventos subsequentes à data de encerramento do exercício social que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros consolidados;

III - efeitos, nos elementos do patrimônio e resultado consolidados, da aquisição ou venda de sociedade controlada, no transcorrer do exercício social, assim como da inserção de controlada no processo de consolidação, para fins de comparabilidade das demonstrações contábeis; e

IV - eventos que ocasionaram diferença entre os montantes do patrimônio líquido e lucro líquido ou prejuízo da investidora, em confronto com os correspondentes montantes do patrimônio líquido e do lucro líquido ou prejuízo consolidados.

Como pode ser verificado, a Instrução atualizou as exigências de divulgação em relação à Instrução CVM nº 15/80, principalmente em relação ao item III, que determina a divulgação dos efeitos da aquisição ou venda de controlada e inclusão de controlada no processo de consolidação.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as Demonstrações Consolidadas são informações complementares. Internacionalmente, as Demonstrações Consolidadas não se configuram como únicas demonstrações contábeis divulgadas, já que expressam a essência econômica daquele grupo de empresas. No entanto, a Lei nº 11.638/07 não alterou nenhum

dispositivo considerando as Demonstrações Consolidadas como informações primárias e não complementares. A CVM, por outro lado, quando determina que, a partir de 2010, as companhias abertas deverão publicar as Demonstrações Consolidadas de acordo com os IFRS, leva em consideração que essas demonstrações melhor informarão ao mercado.

Outro assunto de grande importância na Consolidação das Demonstrações Contábeis é o tratamento dos impostos. Conforme abordado anteriormente, os lucros não realizados entre as empresas que terão suas demonstrações consolidadas são eliminados. No entanto, muitas vezes, esses lucros excluídos foram tributados em cada uma das empresas. A despesa com impostos diretos incidentes sobre lucros não-realizados, isto é, o imposto de renda e a contribuição social, deve ser revertida, gerando-se um ativo fiscal diferido.

Há de se verificar se o lucro eliminado no processo de consolidação será realizado no futuro. Se não houver a possibilidade do lucro ainda não realizado e eliminado de realizar-se, então nenhum ajuste deverá ser efetuado. Se uma controladora vende um ativo com lucro para uma controlada isenta de imposto de renda e contribuição social, não haverá ajuste, pois esse valor de imposto nunca poderá ser compensado.

Os tributos não cumulativos incidentes sobre a venda, isto é, o ICMS, o IPI, o PIS e a COFINS deverão ser eliminados na consolidação, juntamente com o lucro não realizado no estoque, contra o faturamento bruto, na Demonstração de Resultados. No Balanço Consolidado, os valores a recuperar e a pagar são obrigações e direitos válidos e, portanto, não serão eliminados. Se esses tributos não forem recuperáveis na empresa que comprou os ativos, estarão acrescidos ao custo dos estoques.

No caso do ISS, a eliminação do imposto se dará debitando a receita bruta e creditando-se a despesa, se o serviço foi assim contabilizado na compradora, ou ainda creditando-se o ativo, se o serviço foi ativado na compradora.

4.3.2.2 A Consolidação Proporcional

A Instrução CVM nº 247/96 trouxe ainda outra novidade: a Consolidação Proporcional, ou, a Consolidação das Demonstrações Contábeis de Sociedades Controladas em Conjunto. Tal possibilidade não existia na Lei das Sociedades por Ações. As Controladas em Conjunto são

as entidades sobre as quais nenhum acionista exerce individualmente o controle, ou seja, as decisões essenciais ao negócio serão efetuadas em consenso entre as controladoras. No caso de algum dos acionistas passar a exercer o controle da investida, este deverá passar a consolidar integralmente os elementos de seu patrimônio.

A controlada em conjunto desenvolve suas atividades normalmente, sendo que os administradores deverão agir de acordo com os interesses de mais de um controlador, normalmente de acordo com políticas operacionais e financeiras aprovadas pelo conjunto de controladores. Poderá existir controle compartilhado mesmo nos casos nos quais os acionistas têm participações diferentes na controlada. O que define a relação é o controle em conjunto e não a propriedade.

A CVM buscou com essa inovação aproximar as práticas contábeis para as companhias abertas no Brasil com as práticas contábeis adotadas internacionalmente, principalmente às definidas pelo IASB.

O artigo 32 da Instrução CVM nº 247/96 determina os seguintes critérios para as sociedades cujos investidores exercem o controle conjuntamente, conhecidas como *joint ventures*:

Art. 32. Os componentes do ativo e passivo, as receitas e as despesas das sociedades controladas em conjunto deverão ser agregados às demonstrações contábeis consolidadas de cada investidora, na proporção da participação destas no seu capital social.

§1º Considera-se controlada em conjunto aquela em que nenhum acionista exerce, individualmente, os poderes previstos no artigo 3º desta Instrução.

§2º No caso de uma das sociedades investidoras passar a exercer direta ou indiretamente o controle isolado sobre a sociedade controlada em conjunto, a controladora final deverá passar a consolidar integralmente os elementos do seu patrimônio.

O montante dos principais grupos de ativo, passivo e resultado das demonstrações contábeis das sociedades controladas em conjunto deverão ser divulgados em notas explicativas, além do percentual de participação em cada uma delas, isto é, as participações de cada um dos controladores em conjunto deverão ser divulgadas.

A Consolidação Proporcional leva em consideração a essência econômica da relação existente, já que existe o controle conjunto sobre os benefícios futuros da controlada, ou seja, de seus ativos e exigibilidades. Dessa forma, é demonstrada a proporção de controle sobre cada componente do Balanço e da Demonstração de Resultados. Assim, a porcentagem de

participação do controlador é aplicada em cada um dos itens do ativo, do passivo, das receitas e das despesas. No Balanço Consolidado não existirá a figura de participação minoritária.

Os saldos existentes resultantes de operações intercompanhia deverão ser eliminados. Da mesma forma que no processo regular de Consolidação visto anteriormente, os lucros não realizados existentes no ativo também deverão ser eliminados, bem como os impostos envolvidos nessas operações, conforme o caso, mas somente na proporção da participação da controladora na controlada. O percentual restante da operação refere-se à participação dos outros controladores e será considerado realizado com terceiros. No caso de prejuízos ocorridos nas operações entre a controladora e a controlada, esses deverão ser reconhecidos imediatamente.

4.3.3 Diferenças entre o lucro no método da equivalência patrimonial e o lucro consolidado

O critério adotado pela Lei das Sociedades por Ações para o Método da Equivalência Patrimonial na avaliação dos investimentos faz com que seu resultado seja diferente do apurado na Consolidação, já que a eliminação de lucros não realizados se dá de forma diferente em cada um dos casos.

Na consolidação, os lucros não realizados nos estoques são eliminados totalmente, mesmo que a controlada tenha acionistas minoritários. Dessa forma, subentende-se que para os minoritários não importa para quem foram efetuadas as vendas, se para terceiros ou para outra empresa do grupo do controlador. De acordo com o Método da Equivalência Patrimonial adotado na Lei das S.A., os resultados não realizados são deduzidos extracontabilmente no patrimônio líquido da controlada e, então, o percentual de participação é aplicado, de forma que o resultado não realizado correspondente à participação dos minoritários não é eliminada. A Instrução CVM nº 247/96 alterou esse cálculo no Método da Equivalência Patrimonial, de forma que primeiro se aplicasse o percentual de participação da controlado e, então, se subtraísse o resultado não realizado.

Na consolidação, eliminam-se os lucros não realizados referentes a todas operações entre a investidora e a investida e, no Método da Equivalência Patrimonial, somente os lucros não realizados existentes nos ativos na controlada.

De acordo com o Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações, Fipecafi (2000:156),

A nota explicativa à Instrução CVM nº 247/96 menciona que na minuta da instrução colocada em audiência pública estava prevista também a eliminação do lucro não realizado refletido no resultado / patrimônio líquido da investidora, sendo esse lucro registrado em conta de exercício futuro até a sua realização. Entretanto, tal determinação suscitou dúvidas quanto à sua fundamentação jurídica que, para ter efeito, requeria uma alteração da lei societária.

De acordo com a Instrução CVM nº 247/96, a controladora deverá apresentar em Notas Explicativas a conciliação dos valores calculados da Equivalência Patrimonial de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e de acordo com a CVM. Essa solução da CVM esclarece os fatos, mas não soluciona o problema.

A Lei nº 11.638/07 não altera o artigo que define o cálculo da Equivalência Patrimonial. Dessa forma, a Lei das Sociedades por Ações continua preconizando um cálculo e a CVM adotando outro. Concluindo, o problema ainda não está solucionado e a conciliação de ambos os valores calculados deve ser efetuada.

4.4 Patrimônio Líquido – Reserva de Lucros a Realizar

4.4.1 A Lei nº 6.404/76

A Reserva de Lucros a Realizar, como concebida em 1976, tinha por objetivo evidenciar a parcela de lucros não realizada financeiramente pela empresa e, ainda, não distribuir dividendos obrigatórios sobre aquela parcela.

O texto original da Lei das S.A., definia o seguinte, em seu artigo 197:

Art. 197. No exercício em que os lucros a realizar ultrapassarem o total deduzido nos termos dos artigos 193 a 196, a assembléia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, são lucros a realizar:

- a) o saldo credor da conta de registro das contrapartidas dos ajustes de correção monetária (artigo 185, § 3º);
- b) o aumento do valor do investimento em coligadas e controladas (artigo 248, III);
- c) o lucro em vendas a prazo realizável após o término do exercício seguinte.

Os parágrafos 193 a 196 referem-se respectivamente a Reserva Legal, Reservas Estatutárias, Reservas para Contingências e retenções de lucros previstas em orçamento de capital previamente aprovado.

Para os casos nos quais a companhia possuía lucros contabilizados, mas que não tinham sido realizados financeiramente, a Administração poderia decidir por constituir a Reserva de Lucros a Realizar segregando tal parcela de lucro.

A Reserva de Lucros a Realizar não é soma das parcelas: saldo credor da correção monetária, o aumento do valor de investimento em coligadas e controladas e lucro em vendas a prazo. Antes de ser constituída a Reserva de Lucros a Realizar, já terão sido constituídas as Reservas Legal, Estatutária, Contingência e de Retenções. Somente o valor dos Lucros a Realizar que exceder à soma das parcelas de resultado do exercício destinadas àquelas reservas é que poderá ser adicionado à Reserva de Lucros a Realizar. Exemplificado:

Uma companhia obteve no exercício X1 lucros líquido de R\$ 100.000 e os seguintes valores de Lucros a Realizar:

Aumento no valor do Investimento em coligadas e controladas, através do MEP	30.000
Lucro na venda de um terreno realizável daqui a dois anos	15.000
Total de Lucros a Realizar	45.000

Do Lucro líquido de R\$ 100.000, a companhia destinou os seguintes valores para a constituição de reservas:

Reserva Legal	5.000
Reserva Estatutária	4.000
Reserva para Contingências	6.000
Total	15.000

A diferença entre o total de Lucros a Realizar, isto é, R\$ 45.000, e o total das reservas listadas acima, isto é, R\$ 15.000, será destinada para Reserva de Lucros a Realizar (R\$ 30.000). Esse valor poderá ser dividido proporcionalmente aos valores originários da Reserva de Lucros a Realizar, da seguinte forma:

Aumento no valor do Investimento em coligadas e controladas, através do MEP	20.000
Lucro na venda de um terreno realizável daqui a dois anos	10.000
Total de Lucros a Realizar	30.000

À medida que os valores acima forem sendo realizados financeiramente, deverão ser transferidos para a conta de Lucros Acumulados para que entrem no cômputo dos dividendos.

Em 1995, a Lei nº 9.249 revogou a correção monetária. Dessa forma, o item a do artigo 197 ficou prejudicado.

A CVM, através da Deliberação nº 294/99, passou a permitir que as companhias computassem como Lucros a Realizar os ganhos cambiais oriundos de ativos classificados no longo prazo que excederem as perdas cambiais com operações da mesma natureza. Essa reserva será considerada realizada quando do recebimento dos direitos ou quando de sua transferência para o ativo circulante.

O Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/06 publicou o entendimento da CVM de incluir os resultados positivos com variações cambiais como previsão de lucro a realizar, em seu item 26.5, “Efeito no Cálculo dos Dividendos Obrigatórios Decorrentes do Tratamento Contábil dos ganhos Cambiais”.

Após questionamentos do mercado quando à forma de cálculo da Reserva de Lucros a Realizar quando se calcula concomitantemente dividendos mínimos obrigatórios, a CVM aceita como valor passível a ser constituído como essa reserva a parcela de lucro a realizar, limitada ao total de lucro do exercício conforme determinado a seguir. A CVM teve seu

entendimento baseado na posição dos juristas José Luiz Bulhões Viera, Acyr Frederico Horta e Rosa Pinto da Luz.

Quadro 5 - Cálculo de Reserva de Lucros a Realizar de acordo com a CVM

Etapa	Cálculo
1	(+) Lucro a Realizar ou Lucro Líquido, dos dois o menor
2	(-) Reserva Legal
3	(=) Base de cálculo do dividendo antes da destinação para reserva de lucros a realizar
4	(%) Porcentagem definida no estatuto para cálculo dos dividendos
5	(=) Valor dos dividendos antes da destinação de lucros para reserva de lucros a realizar
6	(-) Lucro Realizado (lucro líquido do exercício menor lucro a realizar)
7	(=) Dividendos postergados
8	(/) Número decimal correspondente à porcentagem definida no estatuto para cálculo dos dividendos
9	(=) Valor passível de ser destinado a Reserva de Lucros a Realizar

FONTE: FIPECAFI, Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações, 2000, São Paulo, página 270 (adaptada)

No item 5, o valor de Lucro Realizado será substituído pelo valor do dividendo pago ou proposto se o Lucro Realizado for negativo.

4.4.2 As alterações trazidas pela Lei nº 10.303/01

As alterações trazidas pela Lei 10.303/01 eliminaram os problemas de cálculo do dividendo mínimo obrigatório e da Reserva de Lucros a Realizar. De acordo com ela, se o Estatuto da companhia não detalhar o cálculo dos dividendos obrigatórios, seu valor será de 50% da seguinte base de cálculo:

Quadro 6 - Cálculo de Dividendos Obrigatórios

Etapa	Cálculo
1	(+) Lucro do Exercício
2	(-) Parcela destinada à constituição da Reserva Legal, caso houver
3	(+/-) Parcela destinada à constituição / reversão da Reserva para Contingências
4	(=) Base de Cálculo do Dividendo Obrigatório

FONTE: FIPECAFI - Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações, 2007, página 325 (adaptada)

Além disso, o cálculo e o conceito da Reserva de Lucros a Realizar foram alterados. Ela deve ser constituída pelo montante do dividendo obrigatório que ultrapassar o lucro líquido realizado do exercício, isto é, a reserva passa a representar o próprio dividendo postergado e não mais sua base na realização. Os artigos 197 e 198 passaram então a ter a seguinte redação:

Art. 197. No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder da soma dos seguintes valores:

I - o resultado líquido positivo da equivalência patrimonial (art. 248);

II - o lucro, ganho ou rendimento em operações cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte.

§ 2º A reserva de lucros a realizar somente poderá ser utilizada para pagamento do dividendo obrigatório e, para efeito do inciso III do art. 202, serão considerados como integrantes da reserva os lucros a realizar de cada exercício que forem os primeiros a serem realizados em dinheiro.

Art. 198. A destinação dos lucros para constituição das reservas de que trata o artigo 194 e a retenção nos termos do artigo 196 não poderão ser aprovadas, em cada exercício, em prejuízo da distribuição do dividendo obrigatório (artigo 202).

Na nova redação, os itens conceituados como resultados não realizados - correção monetária, aumento no valor dos investimentos em controladas e coligadas e os valores de venda a prazo - foram substituídos pelos termos resultado líquido positivo da equivalência patrimonial e lucro ganho ou rendimento em operações não realizadas financeiramente. Dessa forma, a variação cambial positiva também se enquadra como resultado não realizado, como já entendia a CVM antes da alteração da lei.

O cálculo passa a ser feito em função dos dividendos obrigatórios e não mais das Reservas de Lucros. A parcela do lucro do período que deveria ser distribuída como dividendo obrigatório, mas que não foi realizada financeiramente, será contabilizada como Reserva de Lucros a Realizar. Exemplificando, com os mesmos números utilizados anteriormente:

Uma companhia obteve no exercício de X1 um lucro de R\$ 100.000 e o seguinte lucro a realizar:

Aumento no valor do Investimento em coligadas e controladas, através do MEP	30.000
Lucro na venda de um terreno realizável daqui a dois anos	15.000
Total de Lucros a Realizar	45.000

Do Lucro líquido de R\$ 100.000, a companhia destinou 5% para a constituição da Reserva Legal. A seguir é demonstrado o cálculo da Reserva de Lucros a Realizar:

Tabela 11 – Cálculo da Reserva de Lucros a Realizar

Lucro do Período	100.000
(-) Reserva Legal	5.000
(=) Base de cálculo para Dividendo Obrigatório	95.000
(X) Percentual do Dividendo Obrigatório	25%
(=) Dividendo Mínimo Obrigatório calculado	23.750
Verificação da parcela de resultado realizado:	
Resultado do Exercício	100.000
(-) Lucro a Realizar	45.000
(=) Parcela realizada do lucro	55.000
Cálculo da Reserva de Lucros a Realizar:	
Dividendo Obrigatório	23.750
(-) Parcela realizada do lucro	55.000
Não há Reserva de Lucros a Realizar a ser apropriada	

De acordo com o cálculo acima, não há Reserva de Lucros a Realizar a ser apropriada, já que a parcela realizada do lucro é maior que os dividendos obrigatórios a distribuir. Se a parcela realizada do lucro fosse menor que o valor de dividendos obrigatórios a distribuir, e a Reserva de Lucros a Realizar fosse constituída, no momento em que seus valores fossem realizados, deveriam ser transferidos para Lucros Acumulados e daí diretamente para Dividendos a Pagar. A parcela de Reserva de Lucros a Realizar financeiramente realizada deverá adicionar os Dividendos Obrigatórios naquele período.

De acordo com a nova redação do artigo 202 dada pela Lei nº 10.303/01, os lucros que não forem destinados para reservas de lucros deverão ser distribuídos como dividendos. Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório pelo menos a parcela de lucros determinada no estatuto. Todo o restante deve ser destinado de acordo com a lei societária, não cabendo outras retenções. As retenções de lucros devem ser justificadas por orçamento de capital aprovado pela assembléia geral e classificadas nas contas de reservas específicas.

4.4.3 A Lei nº 11.638/07

A Lei nº 11.638/07 alterou o item II do parágrafo 1º do artigo 197, que passou a ter a seguinte redação:

Art. 197. No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder da soma dos seguintes valores:

I - o resultado líquido positivo da equivalência patrimonial (art. 248);

II – o lucro, rendimento ou ganho líquidos em operações ou contabilização de ativo e passivo pelo valor de mercado, cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte.

Na nova redação, o item lucro, ganho ou rendimento em operações não realizadas financeiramente foi complementado por “contabilização de ativo ou passivo pelo valor de mercado”. Dessa forma, consideram-se os ganhos apropriados no resultado do período oriundos de ajustes a valor de mercado e ainda não realizados como base para o cálculo da Reserva de Lucros a Realizar.

4.5 Fusões, cisões ou incorporações

As operações de fusões, cisões e incorporações referem-se a formas de reorganização de sociedades em face de alteração na conjuntura econômica, como planejamento sucessório ou fiscal, separação para solução às divergências de acionistas, ou ainda, incorporações ou fusões visando integração operacional, fortalecimento competitivo, evolução tecnológica, no sistema de produção, no sistema de comercialização ou em decorrência de mudança no ramo de atuação.

De acordo com a Lei nº 6.404/76, os conceitos dessas operações são os seguintes, segundo os artigos 227 a 229:

Art. 227. A incorporação é a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações.

Art. 228. A fusão é a operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações.

Art. 229. A cisão é a operação pela qual a companhia transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim ou já existentes, extinguindo-se a companhia cindida, se houver versão de todo o seu patrimônio, ou dividindo-se o seu capital, se parcial a versão.

O processo de incorporação, fusão ou cisão requer medidas legais que devem ser executadas: firmar o protocolo entre os órgãos de administração envolvidos ou entre os sócios, submissão desse protocolo à Assembleia Geral das sociedades envolvidas para a justificação formal e sua

deliberação. Após a aprovação do protocolo da operação, a Assembléia Geral deverá nomear os peritos que avaliarão o patrimônio das sociedades envolvidas. A seguir serão detalhadas as práticas contábeis nos seguintes casos:

a) Incorporação de Sociedades sob o controle comum e avaliação patrimonial pelo valor contábil: nesse caso, os valores de ativos e passivos são transferidos à empresa incorporadora de acordo com seus valores contábeis, ou seja, zerados na incorporada e somados aos da incorporadora. O valor do patrimônio líquido da incorporada será transferido à incorporadora como Capital Social. O registro contábil é simples, é necessário que se criem contas transitórias na empresa que será incorporada e para incorporadora e se registre o aumento de capital da incorporadora.

Tabela 12 - Incorporação de Sociedades sob o controle comum

	Incorporadora antes da operação	Incorporada antes da operação	Incorporadora depois da operação
Ativo Circulante	10.000	7.000	17.000
Investimentos	8.000		8.000
Imobilizado	5.000	3.000	8.000
	<u>23.000</u>	<u>10.000</u>	<u>33.000</u>
Passivo Circulante	6.000	2.000	8.000
Patrimônio Líquido	17.000	8.000	25.000
	<u>23.000</u>	<u>10.000</u>	<u>33.000</u>

b) Incorporação com participação de uma empresa na outra: os valores de ativos e passivos são transferidos à empresa incorporadora. No entanto, o valor do investimento avaliado pelo Método da Equivalência Patrimonial na incorporadora será eliminado, bem como o valor do Patrimônio Líquido na incorporada. No caso de existência de ágio, seria tratado de acordo com sua origem: se oriundo de diferença entre o valor contábil e o valor de mercado do imobilizado, deveria incorporar esses valores transferidos agora para a incorporadora. Se não existir expectativa de recuperação futura, deveria ser registrado como despesa.

Tabela 13 - Incorporação com participação de uma empresa na outra

	Incorporadora antes da operação	Incorporada antes da operação	Incorporadora depois da operação
Ativo Circulante	10.000	7.000	17.000
Investimentos	8.000		
Imobilizado	5.000	3.000	8.000
	<u>23.000</u>	<u>10.000</u>	<u>25.000</u>
Passivo Circulante	6.000	2.000	8.000
Patrimônio Líquido	17.000	8.000	17.000
	<u>23.000</u>	<u>10.000</u>	<u>25.000</u>

c) Fusão: nessa operação é criada uma nova empresa e o capital social tem origem nos valores das empresas que se extinguíram. A prática contábil é idêntica à incorporação quando não existe participação societária de uma empresa na outra.

Tabela 14 – Fusão

	Empresa 1	Empresa 2	Nova Empresa
Ativo Circulante	10.000	7.000	17.000
Investimentos	8.000		8.000
Imobilizado	5.000	3.000	8.000
	<u>23.000</u>	<u>10.000</u>	<u>33.000</u>
Passivo Circulante	6.000	2.000	8.000
Patrimônio Líquido	17.000	8.000	25.000
	<u>23.000</u>	<u>10.000</u>	<u>33.000</u>

d) Cisão: nesse caso, uma empresa poderá transferir parcelas de seu patrimônio para uma ou mais empresas, ou ainda, poderá transferir todo o seu patrimônio e extinguir-se. A cisão pode ser feita ainda, transferindo parcelas do patrimônio para uma nova empresa. Nesse caso, poderão ser transferidas as contas contábeis referentes à operação que se deseja transferir a essa nova empresa, inclusive parte do capital. É aconselhável que se faça a capitalização de reservas existentes antes da cisão. A seguir, um exemplo de cisão parcial: na primeira coluna são apresentados os valores existentes na empresa a ser cindida antes dessa operação; na segunda coluna são apresentados os valores que serão transferidos à nova empresa.

Tabela 15 – Cisão

	Empresa Cindida	Nova Empresa
Ativo Circulante	10.000	5.000
Investimentos	8.000	
Imobilizado	5.000	2.000
	<u>23.000</u>	<u>7.000</u>
Passivo Circulante	6.000	1.000
Patrimônio Líquido	17.000	6.000
	<u>23.000</u>	<u>7.000</u>

No caso de incorporação, fusão ou cisão que não envolva alteração de controle acionário, os ativos e passivos envolvidos não devem ser objeto de nova base de avaliação.

Quando nas operações descritas anteriormente existe a mudança de controle acionário, o ideal é que os ativos e passivos envolvidos apresentem uma nova base de avaliação, a valores de mercado. Quando existem acionistas não controladores na sociedade que será objeto dessas transações, a substituição das ações deve ser efetuada levando-se em conta valores de mercado, ou ainda, por outro critério aceito pela CVM. Se a substituição de ações efetuada na transação for menos vantajosa do que a obtida a valor de mercado, os acionistas dissidentes poderão optar por valor de reembolso diferente do proposto pelo controlador para a retirada deles da sociedade. O artigo 264 da Lei nº 6.404/76 alterado pela Lei nº 10.303/01 determina o seguinte:

Art. 264. Na incorporação, pela controladora, de companhia controlada, a justificação, apresentada à assembléia-geral da controlada, deverá conter, além das informações previstas nos arts. 224 e 225, o cálculo das relações de substituição das ações dos acionistas não controladores da controlada com base no valor do patrimônio líquido das ações da controladora e da controlada, avaliados os dois patrimônios segundo os mesmos critérios e na mesma data, a preços de mercado, ou com base em outro critério aceito pela Comissão de Valores Mobiliários, no caso de companhias abertas.

Dessa forma, existiriam dois Laudos de Avaliação, sendo o primeiro para o registro contábil da operação e o segundo para base de substituição de ações, no qual os ativos e passivos são avaliados a valor de mercado.

A Lei nº 11.638/07 alterou o artigo 226 da Lei nº 6.404/76, incluindo o parágrafo terceiro:

Art. 226. As operações de incorporação, fusão e cisão somente poderão ser efetivadas nas condições aprovadas se os peritos nomeados determinarem que o valor do patrimônio ou patrimônios líquidos a serem vertidos para a formação de capital social é, ao menos, igual ao montante do capital a realizar.

§ 3º Nas operações referidas no caput deste artigo, realizadas entre partes independentes e vinculadas à efetiva transferência de controle, os ativos e passivos da sociedade a ser incorporada ou decorrente de fusão ou cisão serão contabilizados pelo seu valor de mercado.

Os casos de incorporação, cisão e fusão realizadas entre partes independentes, nos quais ocorrer efetiva transferência de controle, as demonstrações contábeis deverão ser registradas a valor de mercado. De acordo com Braga e Almeida (2008, p. 53), “cumpre destacar que é necessário normatizar os critérios de fixação de valores de mercado para os ativos e passivos nos casos de reestruturações societárias”.

A contrapartida do lançamento de ajuste a valor de mercado será a conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido, de acordo com o artigo 182 da mesma lei, em seu parágrafo terceiro:

§ 3º Serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo (§ 5o do art. 177, inciso I do caput do art. 183 e § 3º do art. 226 desta Lei) e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado.

Exemplificando, imaginemos uma situação de incorporação na qual a incorporadora e a incorporada são controladas por acionistas diferentes num primeiro momento. Os acionistas da primeira empresa então adquirem 100% das ações da empresa que será incorporada. Nesse caso, o valor do acervo líquido base da incorporação deverá ser avaliado a valor de mercado. Nesse exemplo, serão usados os mesmos valores do exemplo apresentado na Tabela 15 utilizada anteriormente, e o valor do Ativo Imobilizado da empresa que será incorporada, cujo valor contábil é de R\$ 3.000, tem um valor de mercado de R\$ 3.500. Dessa forma, o valor do Ativo Imobilizado será registrado a valor de mercado na incorporadora e a contrapartida da mais valia será contabilizada na conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial em seu Patrimônio Líquido. Esse valores serão transferidos para o resultado do exercício proporcionalmente à realização dos ativos que lhe deram origem.

Tabela 16 – Incorporação com contabilização de Ajuste de Avaliação Patrimonial

	Incorporadora antes da operação	Incorporada antes da operação	Incorporadora depois da operação
Ativo Circulante	10.000	7.000	17.000
Investimentos	8.000		8.000
Imobilizado	5.000	3.000	8.500
	<u>23.000</u>	<u>10.000</u>	<u>33.500</u>
Passivo Circulante	6.000	2.000	8.000
Capital + Resultados Acumulados	17.000	8.000	25.000
Ajustes de avaliação patrimonial			500
	<u>23.000</u>	<u>10.000</u>	<u>33.500</u>

No caso de uma fusão realizada entre partes independentes, quando existe a transferência efetiva de controle, a contabilização de Ajustes de Avaliação Patrimonial seria similar. No caso de uma cisão para venda da parte cindida a uma entidade independente, ou seja, haverá a transferência de controle da nova empresa criada para receber o acervo líquido cindido, este deverá ser avaliado a valor de mercado e na empresa criada será contabilizado o valor de Ajuste de Avaliação Patrimonial em seu Patrimônio Líquido.

Em situações de compra de sociedade entre partes independentes e com transferência de controle, e, em seguida, incorporação, ou ainda, compra de um negócio entre partes independentes e com transferência de controle cuja origem é o acervo líquido cindido de outra entidade e, em seguida, decide-se por constituir, com esses valores, uma nova empresa, a contabilização deveria ser a seguinte, de acordo com Braga e Almeida (2008, p. 73):

[...] o acervo líquido que será incorporado, fundido ou utilizado para constituir nova sociedade, com transação efetuada entre partes independentes e com transferência de controle, será avaliado a preço de mercado com os seguintes reflexos na sociedade investidora:

- a) O valor do investimento deverá ser igual ao percentual de participação aplicado sobre o acervo líquido avaliado a preço de mercado.
- b) O montante excedente do custo de aquisição da participação em relação ao valor calculado na letra “a” anterior será considerado ágio.
- c) O montante excedente do valor calculado na letra “a” anterior em relação ao custo de aquisição da participação será considerado deságio.
- d) O ágio ou deságio registrado anteriormente na aquisição do negócio, apurado com base no patrimônio líquido contábil da entidade comprada, se aplicável, ser ajustado de forma a refletir o acervo líquido a valor de mercado (exemplo: compra de uma entidade e de imediato decide-se pela sua incorporação).

A Instrução CVM nº 01/78, substituída pela Instrução CVM nº 247/96, e a própria legislação fiscal, já determinavam que o ágio fosse separado de acordo com sua origem: ágio oriundo da diferença entre o valor de mercado dos ativos e passivos da adquirida e seu valor contábil e o

ágio referente ao valor pago na aquisição e o valor de mercado. O primeiro deve ser amortizado de acordo com a realização dos ativos que lhe deram origem e o segundo de acordo com a expectativa de resultados futuros.

A partir de 2008, o valor contabilizado como ágio será aquele existente por conta de expectativa de rentabilidade futura. A legislação fiscal inclusive já determinava que, nas fusões e incorporações, o ágio referente à diferença entre o valor contábil e o de mercado dos ativos fosse adicionado aos ativos de origem. De qualquer forma, esse é mais um ponto de harmonização das práticas contábeis brasileiras com as internacionais, notadamente as determinadas pelo IASB.

4.5.1 As incorporações reversas

Foi chamada de incorporação reversa a operação na qual existe a aquisição do controle acionário pela empresa adquirente (chamada aqui de A) de uma outra empresa (chamada aqui de B) com ágio. Supostamente a origem desse ágio é a expectativa de rentabilidade futura de B. Em seguida é efetuada a constituição de uma empresa veículo (chamada aqui de V) originária de uma cisão da empresa A. O Patrimônio Líquido da empresa veículo V será composto pela participação societária de A em B. Em seguida haverá a incorporação da empresa V pela empresa A. Essa operação é efetuada com o objetivo de economia tributária, já que a amortização desse ágio é dedutível para fins de apuração do imposto de renda.

Exemplificando o que foi exposto no parágrafo anterior, teremos uma empresa A que adquire 90% da empresa B com ágio cuja origem é a expectativa de lucratividade futura. Nesse caso teremos:

Tabela 17 – Incorporação Reversa – I

	Empresa A	Empresa B	Consolidado
Ativo Circulante	10.000	7.000	17.000
Investimento em B	9.000		-
Ágio	2.000		2.000
Imobilizado	5.000	3.000	8.000
	<u>26.000</u>	<u>10.000</u>	<u>27.000</u>
Passivo Circulante	8.000		8.000
Participação de não Controladores			1.000
Patrimônio Líquido	18.000	10.000	18.000
	<u>26.000</u>	<u>10.000</u>	<u>27.000</u>

Após a criação da empresa Veículo V e a transferência da participação da empresa A em B, teremos a seguinte situação:

Tabela 18 – Incorporação Reversa – II

	Empresa A	Empresa V	Empresa B	Consolidado
Ativo Circulante	10.000		7.000	17.000
Investimento em V	11.000			
Investimento em B		9.000		-
Ágio		2.000		2.000
Imobilizado	5.000		3.000	8.000
	<u>26.000</u>	<u>11.000</u>	<u>10.000</u>	<u>27.000</u>
Passivo Circulante	8.000			8.000
Participação de não Controladores				1.000
Patrimônio Líquido	18.000	11.000	10.000	18.000
	<u>26.000</u>	<u>11.000</u>	<u>10.000</u>	<u>27.000</u>

Conforme pode ser percebido, o valor da conta de Investimento da empresa A agora contém, em uma única linha, o valor de R\$ 11.000,00 que é composto da participação indireta que ela possui da empresa B. A posição consolidada continua a ter os mesmos valores, ou seja, não se alterou.

Para a continuação do exemplo, será tomada como premissa que no protocolo de incorporação da empresa Veículo V pela empresa B, consta que a reserva especial de ágio poderá ser aproveitada somente pela controladora e que essa utilizará o ágio para reduzir sua carga tributária no período de cinco anos. A alíquota dos impostos sobre o lucro que será adotada é de 34%. Após a incorporação de V por B, haverá a seguinte situação:

Tabela 19 – Incorporação Reversa – III

	Empresa A	Empresa B	Consolidado
Ativo Circulante	10.000	7.000	17.000
Investimento em V			
Investimento em B	11.000		-
Diferido		2.000	2.000
Imobilizado	5.000	3.000	8.000
	<u>26.000</u>	<u>12.000</u>	<u>27.000</u>
Passivo Circulante	8.000		8.000
Participação de não Controladores			1.000
Patrimônio Líquido	18.000	10.000	18.000
Reserva Especial		2.000	
	<u>26.000</u>	<u>12.000</u>	<u>27.000</u>

A conta de Reserva Especial do Ágio foi separada dos outros valores que compõem o Patrimônio Líquido somente para ser destacada.

O valor do ágio foi registrado no Diferido de acordo com o que determina a Instrução CVM nº 319/99, em seu artigo sexto, inciso III, transcrito a seguir. Essa determinação está em consonância com a legislação fiscal.

Art. 6º O montante do ágio ou do deságio, conforme o caso, resultante da aquisição do controle da companhia aberta que vier a incorporar sua controladora será contabilizado, na incorporadora, da seguinte forma:

III - em conta específica do ativo diferido (ágio) ou em conta específica de resultado de exercício futuro (deságio) – quando o fundamento econômico tiver sido a expectativa de resultado futuro (Instrução CVM nº 247/96, art. 14, § 2º, alínea a).

A partir de 2008, de acordo com a Lei nº 11.638/07, o valor do ágio deverá estar classificado no grupo Intangível.

Continuando o exemplo, no caso da possibilidade da Reserva Especial de Ágio poder ser capitalizada somente pela controladora, o valor da conta de Acionistas não Controladores no Balanço Consolidado mostra a situação corretamente, ou seja, 10% do valor do Investimento de R\$ 10.000 e não mostra nenhuma participação no valor de ágio apresentado naquele balanço. Outro ponto importante a ser notado é o fato que, com a amortização do ágio, o valor do lucro e, conseqüentemente, o valor dos dividendos serão menores nos próximos períodos, prejudicando os acionistas não controladores. Para proteção dos acionistas minoritários, a CVM adotou medidas de proteção.

O valor do ágio, contabilizado de acordo com a Instrução CVM nº 319/99, deverá sofrer os ajustes contábeis determinados pela Instrução CVM nº 349/01, que altera o artigo sexto da primeira instrução. Em seu parágrafo primeiro versa o seguinte:

§1º O registro do ágio referido no inciso I deste artigo terá como contrapartida reserva especial de ágio na incorporação, constante do patrimônio líquido, devendo a companhia observar, relativamente aos registros referidos nos incisos II e III, o seguinte tratamento:

- a) constituir provisão, na incorporada, no mínimo, no montante da diferença entre o valor do ágio e do benefício fiscal decorrente da sua amortização, que será apresentada como redução da conta em que o ágio foi registrado;
- b) registrar o valor líquido (ágio menos provisão) em contrapartida da conta de reserva referida neste parágrafo;
- c) reverter a provisão referida na letra “a” acima para o resultado do período, proporcionalmente à amortização do ágio; e

d) apresentar, para fins de divulgação das demonstrações contábeis, o valor líquido referido na letra “a” no ativo circulante e/ou realizável a longo prazo, conforme a expectativa da sua realização.

§2º A reserva referida no parágrafo anterior somente poderá ser incorporada ao capital social, na medida da amortização do ágio que lhe deu origem, em proveito de todos os acionistas, excetuado o disposto no art. 7º desta Instrução.

O tratamento contábil no exemplo que está sendo demonstrado será a constituição de provisão na incorporada no valor da diferença entre o ágio e o benefício fiscal de sua amortização. Essa provisão deverá ser redutora da conta de ágio. O valor do ágio menos a provisão será registrado em conta de reserva. A provisão será revertida para resultado proporcionalmente à amortização do ágio.

Tabela 20 – Incorporação Reversa – IV

	Empresa A	Empresa B	Consolidado
Ativo Circulante	10.000	7.000	17.000
IRPJ e CSLL Diferidos			680
Investimento em B	9.680		-
Ágio Instrução CVM 349	1.320		
Diferido		2.000	1.320
(-) Provisão Instrução CVM 349		(1.320)	
Imobilizado	5.000	3.000	8.000
	<u>26.000</u>	<u>10.680</u>	<u>27.000</u>
Passivo Circulante	8.000		8.000
Participação de não Controladores			1.000
Patrimônio Líquido	18.000	10.000	18.000
Reserva Especial		680	
	<u>26.000</u>	<u>10.680</u>	<u>27.000</u>

Dessa forma, na amortização do ágio será reconhecida uma receita referente à baixa da provisão. O resultado líquido será um valor de despesa igual à redução da despesa de imposto de renda e contribuição social, pois a amortização do ágio será dedutível e a baixa da provisão não.

Na incorporação reversa o ágio é desdobrado. O valor referente ao benefício fiscal fica na empresa B, enquanto o valor que excede esse benefício retorna à empresa A, para ser confrontado com os resultados futuros da empresa B.

A reserva contabilizada poderá ser incorporada ao capital social na medida da amortização do ágio em benefício de todos os acionistas, ou no caso de existência de benefício fiscal, a parcela da reserva especial correspondente a tal benefício poderá ser capitalizada anualmente

somente pelo acionista controlador, na medida em que o benefício represente a efetiva diminuição de tributos pagos.

4.5.2 As incorporações reversas com ágio interno

Quando é efetuada a incorporação reversa que teve origem em negociações entre partes relacionadas, isto é, não independentes, surge a figura do ágio gerado internamente. A legislação fiscal, através da Lei nº 10.637/02, em seu artigo 36, admite para fins tributários a reavaliação de participações societárias, quando da integralização de ações subscritas, com o diferimento da tributação do IRPJ e da CSLL. Esse dispositivo legal foi revogado pela Lei nº 11.196/05, artigo 133, inciso III.

Dessa forma, quando uma companhia “A” participa de “B” e constitui uma companhia “C” integralizando seu capital com o investimento em “B” avaliado economicamente, o lucro em “A” terá a tributação do IRPJ e da CSLL diferida. Esses tributos serão pagos quando “A” alienar, liquidar ou baixar sua participação em “C” ou quando “C” alienar, liquidar, integralizar a subscrição de ações em outra pessoa jurídica, ou baixar sua participação em “B”. Então, se “C” for incorporada por sua controlada “B”, o lucro registrado em “A” só será tributado futuramente.

A questão nessa operação é a seguinte: o registro do ativo fiscal diferido deve ser feito? De acordo com a Estrutura Conceitual Contábil adotada atualmente no Brasil, que admite a mensuração a valores de entrada e, como se trata de um intangível gerado internamente, o ativo diferido não deve ser reconhecido.

4.6 Marcação de Títulos a Mercado

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, em seu artigo 179, os investimentos temporários, utilizados pelas empresas para aplicar os excessos de disponibilidades existentes, devem ser classificados no ativo, de acordo com o tipo de investimento, o prazo do resgate e a intenção quanto à época do resgate em Aplicações de Liquidez Imediata no Disponível, Títulos e Valores Mobiliários no Ativo Circulante ou, ainda, em Títulos e Valores Mobiliários em Investimentos Temporários de Longo Prazo.

Ainda de acordo com a Lei nº 6.404/76, em seu artigo 183, tais investimentos temporários devem ser avaliados da seguinte forma:

I - os direitos e títulos de crédito, e quaisquer valores mobiliários não classificados como investimentos, pelo custo de aquisição ou pelo valor do mercado, se este for menor; serão excluídos os já prescritos e feitas as provisões adequadas para ajustá-lo ao valor provável de realização, e será admitido o aumento do custo de aquisição, até o limite do valor do mercado, para registro de correção monetária, variação cambial ou juros acrescidos.

Os juros são auferidos no decorrer do tempo obedecendo ao regime de competência. A correção monetária também deve ser auferida de acordo com o passar do tempo e é uma simples atualização do custo da aplicação. Esses valores devem ser adicionados ao valor do investimento desde que não ultrapassem o valor de mercado.

A Lei nº 11.638/07, que alterou a Lei das Sociedades por Ações, trouxe importantes inovações na forma de avaliação dos investimentos temporários. O artigo 183 passou a ter a seguinte redação:

I - as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos, classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo:

- a) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e
- b) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso das demais aplicações e os direitos e títulos de crédito.

§ 1º Para efeitos do disposto neste artigo, considera-se valor de mercado:

- a) das matérias-primas e dos bens em almoxarifado, o preço pelo qual possam ser repostos, mediante compra no mercado;
- b) dos bens ou direitos destinados à venda, o preço líquido de realização mediante venda no mercado, deduzidos os impostos e demais despesas necessárias para a venda, e a margem de lucro;
- c) dos investimentos, o valor líquido pelo qual possam ser alienados a terceiros.

O conceito de valor justo foi introduzido pela nova Lei no mercado brasileiro, no que tange as companhias abertas. Para os bancos e fundos de investimentos, esse conceito já havia sido introduzido como será visto nos tópicos seguintes.

De acordo com as novas regras, os investimentos temporários devem ser avaliados de acordo com a intenção da gestão da companhia em negociá-los para venda antes ou depois de seu vencimento. Dessa forma, os investimentos classificados como destinados à negociação imediata e disponíveis para venda deverão ser avaliados a valor de mercado ou equivalente.

Os valores de aplicações temporárias para os quais a gestão tem a intenção de manter até o vencimento, deverão ser avaliados pelo valor de custo de aquisição atualizado.

A Lei das Sociedades por Ações não determina qual será a contrapartida do ajuste a valor de mercado nos dois primeiros casos. No entanto, como essa alteração na lei brasileira tem por objetivo a convergência de nossas práticas contábeis às internacionais normatizadas pelo IASB, tal ajuste deverá ser feito da seguinte forma: o ajuste a valor de mercado dos títulos destinados à negociação imediata terá como contrapartida o resultado do exercício e o ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda terá como contrapartida a conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial e transferida para o resultado na efetiva realização da operação ou quando da reclassificação do investimento temporário como destinado à negociação imediata.

No primeiro caso, entende-se que o valor de mercado é de fácil determinação e não haverá esforço significativo da companhia para efetivar sua alienação. Dessa forma, os resultados serão reconhecidos à medida que os valores de mercado dessas aplicações vão oscilando.

A avaliação do ajuste, se a mercado ou a valor de custo ajustado, e a forma de contabilização, se no resultado do período ou transitando pelo Patrimônio Líquido, dependerão do julgamento subjetivo da gestão da companhia.

4.6.1 Marcação de Títulos a Mercado nos Bancos

A partir de 2001, com a Circular 3.068 do Banco Central, os títulos e valores mobiliários adquiridos por instituições financeiras passaram a ter uma nova forma de avaliação, diferente daquela preconizada pela Lei das Sociedades por Ações, ou seja, do custo atualizado ou mercado, dos dois o menor. Desde aquela data, o Banco Central trouxe às instituições financeiras por ele regidas o conceito de valor justo de mercado, o que ocorreu somente recentemente para as sociedades por ações e empresas de grande porte, dando um passo importante para a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil por essas entidades às normas internacionais definidas pelo IASB.

A partir daquela data, os valores mobiliários deveriam ser classificados em:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda ou,
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados na primeira e segunda categorias deveriam ser avaliados de acordo com o valor justo de mercado. Os títulos mantidos até o vencimento deveriam ser avaliados de acordo com o custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, exceto no caso de ações resgatáveis.

Como valor de mercado, a Circular do Banco Central define o seguinte em seu artigo segundo, parágrafo primeiro:

§ 1º Para fins do ajuste previsto no caput, a metodologia de apuração do valor de mercado é de responsabilidade da instituição e deve ser estabelecida com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, que levem em consideração a independência na coleta de dados em relação às taxas praticadas em suas mesas de operação, podendo ser utilizado como parâmetro:

I - o preço médio de negociação no dia da apuração ou, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior;

II - o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação;

III - o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador. Os valores de variação contabilizados no patrimônio líquido deverão ser contabilizados como resultado do período na realização do título ou quando de sua classificação como título disponível para negociação.

A contrapartida do valor do ajuste a valor de mercado dos títulos destinados à negociação deveria ser conta de receita ou despesa do período. As variações líquidas de efeitos tributários, dos valores dos títulos disponíveis para venda, deveriam ser contabilizadas em conta do Patrimônio Líquido. No caso de rendimentos auferidos dos títulos classificados como mantidos até o vencimento, deveriam ser contabilizados como receita no resultado do período.

4.6.2 Derivativos

Os Derivativos são títulos que derivam ou dependem de um outro ativo. Seu valor pode sofrer variação de acordo com alteração em taxa de juros, câmbio, índice de preços, índice de bolsa de valores, preço de mercadoria, ou qualquer outra variável, de acordo com seu contrato.

De acordo com o artigo 1º da Circular nº 3.082/02 do Banco Central, as operações com derivativos deverão ter o seguinte tratamento pelas entidades por ele regidas:

- I - nas operações a termo deve ser registrado, na data da operação, o valor final contratado deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito em subtítulo retificador de uso interno da adequada conta de ativo ou passivo, reconhecendo as receitas e despesas em razão do prazo de fluência dos contratos, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais e balanços;
- II - nas operações com opções deve ser registrado, na data da operação, o valor dos prêmios pagos ou recebidos na adequada conta de ativo ou passivo, respectivamente, nela permanecendo até o efetivo exercício da opção, se for o caso, quando então deve ser baixado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não exercício, conforme o caso;
- III - nas operações de futuro deve ser registrado o valor dos ajustes diários na adequada conta de ativo ou passivo, devendo ser apropriados como receita ou despesa, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais e balanços;
- IV - nas operações de swap deve ser registrado o diferencial a receber ou a pagar na adequada conta de ativo ou passivo, devendo ser apropriado como receita ou despesa, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais e balanços;
- V - nas operações com outros instrumentos financeiros derivativos, deve ser realizado registro em contas de ativo ou passivo de acordo com as características do contrato, inclusive aqueles embutidos, que devem ser registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

O valor de referência das operações com instrumentos financeiros derivativos deve ser registrado em contas de compensação. Nas operações no mercado futuro, o valor do contrato deve ser registrado em contas de compensação. A utilização de contas de compensação é definida no Cosif. A contabilização dos valores no resultado deve ser efetuada individualmente por contrato, ou seja, despesas e receitas não poderão ser compensadas. Os ativos dados em garantia de operações em bolsa devem ser registrados em contas patrimoniais que destaquem a vinculação.

A avaliação prevista na legislação deverá ser efetuada com base em metodologia baseada em critérios consistentes e passíveis de verificação, podendo ser utilizado como parâmetro, de acordo com o artigo 2º da Circular nº 3.082 do BACEN:

- I - o preço médio de negociação representativa no dia da apuração ou, quando não disponível, o preço médio de negociação representativa no dia útil anterior;
- II - o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação;
- III - o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador;
- IV - o valor do ajuste diário no caso das operações realizadas no mercado futuro.

4.7 Arrendamento operacional e financeiro

As operações de arrendamento mercantil foram regulamentadas no Brasil em 1974, pela Lei nº 6.099, alterada em 1983 pela Lei nº 7.132, que definiu o tratamento tributário para esse tipo de operação e outorgou poderes ao Conselho Monetário Nacional e ao Banco Central do Brasil para regulamentar, normatizar e fiscalizar o setor. Até então, o leasing era tratado como locação simples.

A conceituação legal do leasing – ou arrendamento mercantil – está definida na Lei nº 7.132, de 26 de outubro de 1983, como segue:

Considera-se arrendamento mercantil, para os efeitos desta lei, o negócio jurídico realizado entre pessoa jurídica na qualidade de arrendadora, e pessoa física ou jurídica, na qualidade de arrendatária, e que tenha por objeto o arrendamento de bens adquiridos pela arrendadora, segundo especificações da arrendatária e para uso próprio desta.

O *lease* pode envolver bens, móveis ou imóveis, que tenham a função de suprir alguma necessidade da empresa, quanto ao desenvolvimento normal de suas atividades, ou seja, bens que possam ser enquadrados no grupo ativo imobilizado da empresa arrendatária. (PACCEZ, 1992, p.10).

4.7.1 A contabilização efetuada na década de setenta

De acordo com a primeira edição do Manual das Sociedades por Ações, os contratos de arrendamento mercantil deveriam ser registrados como passivo e a contrapartida como despesas do exercício, abrangendo somente as parcelas já transcorridas pelo uso do ativo arrendado e seus respectivos encargos.

O Manual ainda sugeria a contabilização do valor do bem em contas de compensação e a divulgação, em notas explicativas, dos critérios contábeis adotados e as condições contratuais do *leasing*. Essa era a contabilização efetuada de acordo com a legislação fiscal, transcrita a seguir, já que a Lei nº 6.404/76 não trata esse assunto.

De acordo com a Lei nº 6099/74 e alterações, a contabilização para as operações de arrendamento mercantil é a seguinte:

Artigo 11 - Serão considerados como custo ou despesa operacional da pessoa jurídica arrendatária as contraprestações pagas ou creditadas por força do contrato de arrendamento mercantil.

Artigo 12 - Serão admitidas como custos das pessoas jurídicas arrendadoras as cotas de depreciação do preço de aquisição de bem arrecadado, calculadas de acordo com a vida útil do bem.

Dessa forma, apesar da Lei nº 7.132/83 definir o arrendamento como uma operação financeira, o tratamento contábil adotado, definido pela legislação fiscal desde 1974, era apropriado ao arrendamento operacional. Esse critério trouxe distorções às demonstrações contábeis da arrendadora e da arrendatária.

4.7.2 Distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros

No início da década de 80, os princípios contábeis referentes a esse assunto estavam em transição nos países ditos mais desenvolvidos. A forma de contabilização deveria ser distinta para arrendamentos operacionais e para arrendamentos financeiros.

Os arrendamentos operacionais são similares a operações de locação. Nessa operação, a arrendadora assume os riscos inerentes à propriedade do bem, por exemplo, a obsolescência. Normalmente, o bem é arrendado por prazo menor que sua vida útil econômica, a manutenção e condições de funcionamento são responsabilidade da arrendadora, e o valor da opção de compra no final do contrato é seu valor de mercado.

Nesses tipos de contrato, o bem é contabilizado como ativo na arrendadora e depreciado normalmente. As parcelas contratuais são contabilizadas como receita na arrendadora e como despesa na arrendatária, de acordo com o uso efetivo do bem.

Os arrendamentos financeiros assemelham-se a financiamentos e a empresa arrendadora atua como um intermediário financeiro. Normalmente, o bem é arrendado por um prazo próximo do de sua vida útil econômica; a manutenção, segurança e condições de funcionamento são responsabilidade da arrendatária, e o valor da opção de compra no final do contrato é baixo em relação ao seu valor de mercado.

Nesses tipos de contrato, o bem arrendado deve ser contabilizado como ativo e depreciado pela arrendatária, e deve-se registrar o passivo correspondente em contrapartida. A cada prestação, a parcela de amortização da dívida e a correspondente aos encargos financeiros são

contabilizadas. A arrendadora contabiliza a operação como um financiamento: valor a receber no ativo circulante ou realizável a longo prazo e, a cada prestação, deve separar o recebimento do principal e a parcela de juros.

Apesar do bem arrendado ser de propriedade da arrendadora, a arrendatária tem a posse e o direito de uso. No registro contábil, deve prevalecer a essência econômica sobre a forma jurídica, com o objetivo de divulgação do verdadeiro valor do ativo de cada uma das entidades e o valor de dívida assumido pela arrendatária, além de que, no resultado, deveriam estar as parcelas de depreciação e não as parcelas do arrendamento, muitas vezes maiores que as primeiras.

4.7.3 A Instrução CVM nº 58/86

Em 1986, através da Instrução nº 58/86, a CVM definiu que as companhias arrendadoras deveriam ajustar suas demonstrações contábeis, de forma a ter, no ativo, o efetivo valor presente dos fluxos futuros das carteiras referentes à atividade de arrendamento mercantil financeiro. A contrapartida desse ajuste é contabilizada no resultado, de forma que a receita relativa ao contrato de arrendamento represente o valor da receita financeira gerado em cada período.

A parcela do ajuste referente ao imposto de renda deveria ter tratamento similar a ajustes de exercícios anteriores. O efeito do imposto de renda pago antecipadamente em função dos critérios fiscais de apropriação de receita deveria ser considerado ativo desde que existisse a possibilidade de sua recuperação. O efeito do imposto, no caso de ajuste “positivo”, deveria ser contabilizado como imposto de renda diferido no passivo.

Os critérios contábeis utilizados e os efeitos dos ajustes efetuados deveriam ser divulgados em notas explicativas.

Dessa forma, as demonstrações contábeis ajustadas mostram informações de melhor qualidade. O resultado final na DRE corresponde ao resultado efetivo gerado pelos contratos de arrendamento. As contas de ativo que representam essas operações passarão a conter o valor presente da carteira de contratos.

No entanto, não se previa a obrigatoriedade dos ajustes nas demonstrações das arrendatárias, que continuariam distorcidas.

A CVM, em sua Orientação CVM nº 15 de 1987, em seu item 4 – Arrendamento Mercantil, evidencia a importância da utilização de práticas contábeis mais corretas:

A Contabilidade possui um grande relacionamento com os aspectos jurídicos que cercam o patrimônio mas, não raro, a forma jurídica pode deixar de retratar a essência econômica. Nessa situação, deve a Contabilidade guiar-se pelos seus objetivos de bem informar, seguindo se for necessário, para tanto, a ESSÊNCIA ao invés da FORMA.

Dessa forma, o arrendamento financeiro deveria ser contabilizado como uma operação de financiamento e, somente os casos de efetivo arrendamento operacional, deveriam ser contabilizados na forma da lei fiscal.

4.7.4 A Resolução CFC nº 921/01

Em 2001, o CFC aprovou a NBC T 10.2, que determina que os contratos de arrendamento financeiro devem ser contabilizados de acordo com sua essência econômica, ou seja, como um financiamento. O registro do bem como Ativo Imobilizado deve ser feito desde que preencha um dos seguintes requisitos:

- o valor do arrendamento e do preço de aquisição do bem devem ser equivalentes;
- o valor residual deve ser imaterial; ou
- o bem arrendado é específico e atende quase que exclusivamente às necessidades da arrendatária.

O valor do bem arrendado deve ser registrado por seu valor de mercado, o valor da dívida assumida deve ser registrado como exigibilidade, de acordo com o prazo de vencimento, e a diferença entre esses dois montantes, que se refere a encargos financeiros, deve ser contabilizada como Encargos Financeiros a Transcorrer, conta redutora de exigibilidades. O bem que foi imobilizado deve ser depreciado de acordo com sua vida útil. No pagamento de cada uma das parcelas, os juros devem ser reconhecidos como despesa.

Os contratos de arrendamento que não preencham um dos três requisitos mencionados anteriormente devem ser classificados como arrendamento operacional. Nesse caso, os bens não são registrados como ativo imobilizado na arrendatária. O valor do arrendamento deve ser contabilizado de forma similar a um aluguel, periodicamente como despesa, e o valor registrado como uma exigibilidade deve conter somente as parcelas transcorridas pelo uso do bem.

Como a legislação fiscal admite a dedutibilidade das parcelas pagas pela arrendatária para fins de cálculo do IRPJ e da CSLL, muitas empresas no Brasil ainda contabilizam o contrato de arrendamento financeiro como um contrato de arrendamento operacional, não evidenciando a situação econômica existente. De acordo com a NBC T 4, em seu item 4.1.8, em caso de existência de legislação fiscal contrária ao que determina a norma contábil, a ordem fiscal deve ser obedecida pelo profissional contábil.

A divulgação em Notas Explicativas dos ajustes e seus efeitos no ativo, passivo, resultado e patrimônio líquido, para o caso de adoção da regra fiscal em detrimento da norma contábil poderia ser uma forma de melhorar as informações oferecidas pelas entidades ao mercado.

4.7.5 Impacto do Leasing Financeiro nas Demonstrações Contábeis

A seguir são comparadas as linhas do Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultados quando da contabilização do Leasing Financeiro na arrendatária e na arrendadora de acordo com a Lei nº 6.099/74 e a NBC T 10.2 do CFC, de acordo com Santana e Campos (2007, p. 7):

Quadro 7 – Comparação da contabilização do *Leasing*

	Lei nº 6.099/74	NBCT 10.2
<u>Na arrendatária</u>		
O bem integra o Ativo Imobilizado	Não	Sim
Contabilização de Juros Mensais	Despesa Operacional	Despesa Operacional
Amortização Mensal do Principal	Despesa Operacional	Passivo Circulante / Exigível LP
Apropriação da Depreciação	Não	Sim
Provisão do Arrendamento a Pagar no Passivo Circulante / Exigível LP	Não	Sim
<u>Na Arrendadora</u>		
O bem integra o Ativo Imobilizado	Sim	Não
Contabilização como receita de arrendamento financeiro	Juros + Principal	Somente os juros
Apropriação da Depreciação	Sim	Não
Ativo Circulante / ARLP reflete o VP da carteira	Não	Sim
Contabilização do VRG antecipado no Passivo	Sim	Não

FONTE: Santana e Campos, 2007, página 7

4.7.6 A Lei nº 11.638/07

De acordo com a nova legislação societária, o conceito do que deve ser classificado como ativo imobilizado foi alterado. De acordo com a lei anterior, o ativo imobilizado deveria ser de propriedade da companhia para que fosse registrado. De acordo com o artigo 179, item IV, da Lei nº 11.638/07, a entidade deve controlar o bem, conforme segue:

IV – no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens.

Dessa forma, não há mais dúvidas de que os arrendamentos financeiros deverão ter sua classificação como bens do ativo imobilizado em contrapartida de um passivo registrado.

4.8 Investimentos com incentivos fiscais

4.8.1 A Lei nº 6.404/76

As empresas tributadas com base no lucro real têm a opção de aplicação de parte de seu imposto de renda em fundos como o Finor (Fundo de Investimentos do Nordeste) ou Finam (Fundo de Investimentos da Amazônia), entre outros.

De acordo com a Lei nº 6.404/76, a parcela do imposto de renda destinada a tais incentivos fiscais é classificada como Reserva de Capital, já que constitui-se em Subvenção para investimento.

Art. 182. A conta do capital social discriminará o montante subscrito e, por dedução, a parcela ainda não realizada.

§ 1º Serão classificadas como reservas de capital as contas que registrarem:

- a) a contribuição do subscritor de ações que ultrapassar o valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social, inclusive nos casos de conversão em ações de debêntures ou partes beneficiárias;
- b) o produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição;
- c) o prêmio recebido na emissão de debêntures;
- d) as doações e as subvenções para investimento.**

Como esses investimentos não fazem normalmente parte das operações normais da empresa, e não existindo a intenção de mantê-los permanentemente, mas vendê-los, a classificação contábil correta é Ativo Realizável a Longo Prazo. Se a intenção é manter tais investimentos, a classificação correta é Ativo Permanente. O entendimento da legislação fiscal é que a contabilização deve ser feita como Ativo Permanente, no grupo de Investimentos.

No encerramento do período de apuração, o seguinte lançamento deveria ser feito:

<hr/>	
D - Resultado - Imposto de Renda	
C - Passivo - Imposto de Renda a Pagar	Valor Bruto
<hr/>	

No recolhimento do imposto e do incentivo fiscal, contabiliza-se:

D - Passivo - Imposto de Renda a Pagar	
C - Disponibilidades	Valor Bruto
D - Ativo Realizável a LP ou	Valor aplicado
D - Ativo Permanente - Investimentos	no
C - Reserva de Capital - Subvenções para Investimentos	Investimento

De acordo com a legislação fiscal, as subvenções para investimentos não são tributadas pelo imposto de renda, desde que sejam registradas como Reserva de Capital.

As parcelas referentes aos incentivos fiscais são recolhidas separadamente do imposto de renda, em favor do Fundo de Investimento selecionado pela empresa.

As reservas de doações e subvenções são normalmente consideradas como resultado do exercício na maioria dos países. A contabilização como feita no Brasil provoca distorções no lucro do período.

4.8.2 O Ofício-Circular / CVM/SNC/SEP nº 01/06

De acordo com esse documento da CVM, o valor do imposto de renda deve ser registrado pelo seu valor bruto a recolher na Demonstração do Resultado do Exercício. Além disso, as companhias abertas deverão evidenciar em notas explicativas a parcela do incentivo fiscal contida no valor bruto do imposto de renda e mencionar a base legal de tal incentivo.

Nos casos de existência de isenção temporária, o imposto devido deverá ser computado no resultado líquido do período e, posteriormente, transferido para Reserva de Capital. Em nota explicativa deverão ser evidenciadas as datas de início e término do benefício.

Devem-se evidenciar também informações sobre a existência de quaisquer benefícios fiscais, sua natureza, o tipo desse benefício, os prazos ou vencimento e o valor de economia tributária no exercício e acumulada.

4.8.3 A Lei nº 11.638/07

A Lei nº 11.638/07 revogou o item “d” do parágrafo primeiro do artigo 182º da Lei nº 6.404/76. Além disso, ela cria a Reserva de Incentivos Fiscais em seu parágrafo 195-A:

Art. 195-A. A assembléia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório (inciso I do caput do art. 202 desta Lei).

De acordo com a nova legislação, as doações e subvenções governamentais para investimento serão registradas como resultado do exercício, de imediato ou em bases diferidas, e, então, destinadas para Reserva de Incentivos Fiscais. Essa alteração aproxima as práticas contábeis brasileiras às internacionais.

4.9 Tributos Diferidos

4.9.1 O Imposto de Renda e a Contribuição Social

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) é um tributo de competência da União e tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica de renda ou proventos de qualquer natureza de uma entidade contribuinte. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é também um tributo de competência da União e foi instituída em 1988 para o financiamento da seguridade social. A base de cálculo dos dois tributos tem como ponto de partida o lucro líquido do período que será ajustado de acordo com a legislação de cada um desses tributos.

A legislação tributária admite três regimes de tributação distintos para a apuração do IRPJ e da CSLL: Lucro Presumido, Lucro Arbitrado e Lucro Real. Neste trabalho está sendo tratado somente o regime de tributação do Lucro Real.

A) O IRPJ

O encargo do imposto de renda sobre o lucro do período deve ser contabilizado no exercício ao qual se refere, de acordo com o regime de competência. A Lei nº 6.404/76, em seu artigo 184, determina que:

No balanço, os elementos do passivo serão avaliados de acordo com os seguintes critérios:

I - as obrigações, encargos e riscos, conhecidos ou calculáveis, inclusive **Imposto sobre a Renda a pagar** com base no resultado do exercício, serão computados pelo valor atualizado até a data do balanço.

Além disso, o artigo 187 da mesma lei determina que o imposto sobre a renda deve ser registrado como despesa antes do lucro líquido:

A demonstração do resultado do exercício discriminará:

V - o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a Contabilidade deve ser mantida em conformidade com as práticas contábeis estabelecidas por aquela lei e com os princípios fundamentais de contabilidade. A própria legislação fiscal determina que o lucro de uma entidade deve ser calculado de acordo com as regras estabelecidas pela Lei nº 6.404/76. Dessa forma, não somente as sociedades por ações, mas também todas as outras empresas contribuintes do imposto de renda passaram a obedecer àquelas regras.

O imposto de renda deve ser calculado com base no denominado “Lucro Real”, que é o lucro líquido de uma entidade, ajustado por adições e exclusões determinadas pela legislação fiscal e que é a base para tributação. Portanto, o ponto de partida para o cálculo do lucro tributável é o lucro líquido do exercício antes do imposto de renda calculado de acordo com a legislação societária.

Os ajustes são registrados e controlados no LALUR – Livro de Apuração do Lucro Real. A composição das adições e das exclusões foi sendo alterada no decorrer dos anos. Atualmente, o Decreto nº 3.000/99, o Regulamento do Imposto de Renda (RIR/99), é a base legal para o cálculo desse imposto e, em seu artigo 249, determina que as adições são as seguintes:

Art. 249. Na determinação do lucro real, serão adicionados ao lucro líquido do período de apuração (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 6º, § 2º):

I - os custos, despesas, encargos, perdas, provisões, participações e quaisquer outros valores deduzidos na apuração do lucro líquido que, de acordo com este Decreto, não sejam dedutíveis na determinação do lucro real;

II - os resultados, rendimentos, receitas e quaisquer outros valores não incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com este Decreto, devam ser computados na determinação do lucro real.

Parágrafo único. Incluem-se nas adições de que trata este artigo:

I - ressalvadas as disposições especiais deste Decreto, as quantias tiradas dos lucros ou de quaisquer fundos ainda não tributados para aumento do capital, para distribuição de quaisquer

interesses ou destinadas a reservas, quaisquer que sejam as designações que tiverem, inclusive lucros suspensos e lucros acumulados (Decreto-Lei nº 5.844, de 1943, art. 43, § 1º, alíneas "f", "g" e "i");

II - os pagamentos efetuados à sociedade civil de que trata o § 3º do art. 146 quando esta for controlada, direta ou indiretamente, por pessoas físicas que sejam diretores, gerentes, controladores da pessoa jurídica que pagar ou creditar os rendimentos, bem como pelo cônjuge ou parente de primeiro grau das referidas pessoas (Decreto-Lei nº 2.397, de 21 de dezembro de 1987, art. 4º);

III - os encargos de depreciação, apropriados contabilmente, correspondentes ao bem já integralmente depreciado em virtude de gozo de incentivos fiscais previstos neste Decreto;

IV - as perdas incorridas em operações iniciadas e encerradas no mesmo dia (day-trade), realizadas em mercado de renda fixa ou variável (Lei nº 8.981, de 1995, art. 76, § 3º);

V - as despesas com alimentação de sócios, acionistas e administradores, ressalvado o disposto na alínea "a" do inciso II do art. 622 (Lei nº 9.249, de 1995, art. 13, inciso IV);

VI - as contribuições não compulsórias, exceto as destinadas a custear seguros e planos de saúde, e benefícios complementares assemelhados aos da previdência social, instituídos em favor dos empregados e dirigentes da pessoa jurídica (Lei nº 9.249, de 1995, art. 13, inciso V);

VII - as doações, exceto as referidas nos arts. 365 e 371, caput (Lei nº 9.249, de 1995, art. 13, inciso VI);

VIII - as despesas com brindes (Lei nº 9.249, de 1995, art. 13, inciso VII);

IX - o valor da contribuição social sobre o lucro líquido, registrado como custo ou despesa operacional (Lei nº 9.316, de 22 de novembro de 1996, art. 1º, caput e parágrafo único);

X - as perdas apuradas nas operações realizadas nos mercados de renda variável e de swap, que excederem os ganhos auferidos nas mesmas operações (Lei nº 8.981, de 1995, art. 76, § 4º);

XI - o valor da parcela da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, compensada com a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, de acordo com o art. 8º da Lei nº 9.718, de 1998 (Lei nº 9.718, de 1998, art. 8º, § 4º).

De acordo com o artigo 250 do RIR/99, os seguintes itens podem ser excluídos do lucro líquido para determinação do Lucro Real:

I - os valores cuja dedução seja autorizada por este Decreto e que não tenham sido computados na apuração do lucro líquido do período de apuração;

II - os resultados, rendimentos, receitas e quaisquer outros valores incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com este Decreto, não sejam computados no lucro real;

III - o prejuízo fiscal apurado em períodos de apuração anteriores, limitada a compensação a trinta por cento do lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas neste Decreto, desde que a pessoa jurídica mantenha os livros e documentos, exigidos pela legislação fiscal, comprobatórios do prejuízo fiscal utilizado para compensação, observado o disposto nos arts. 509 a 515 (Lei nº 9.065, de 1995, art. 15 e parágrafo único).

Parágrafo único. Também poderão ser excluídos:

a) os rendimentos e ganhos de capital nas transferências de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária, quando auferidos pelo desapropriado (CF, art. 184, § 5º);

b) os dividendos anuais mínimos distribuídos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento (Decreto-Lei nº 2.288, de 1986, art. 5º, e Decreto-Lei nº 2.383, de 1987, art. 1º);

c) os juros produzidos pelos Bônus do Tesouro Nacional - BTN e pelas Notas do Tesouro Nacional - NTN, emitidos para troca voluntária por Bônus da Dívida Externa Brasileira, objeto de permuta por dívida externa do setor público, registrada no Banco Central do Brasil, bem assim os referentes aos Bônus emitidos pelo Banco Central do Brasil, para os fins previstos no art. 8º do Decreto-Lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 2.105, de 24 de janeiro de 1984 (Lei nº 7.777, de 19 de junho de 1989, arts. 7º e 8º, e Medida Provisória nº 1.763-64, de 11 de março de 1999, art. 4º);

d) os juros reais produzidos por Notas do Tesouro Nacional - NTN, emitidas para troca compulsória no âmbito do Programa Nacional de Privatização - PND, controlados na parte "B" do

LALUR, os quais deverão ser computados na determinação do lucro real no período do seu recebimento (Lei nº 8.981, de 1995, art. 100);

e) a parcela das perdas adicionadas conforme o disposto no inciso X do parágrafo único do art. 249, a qual poderá, nos períodos de apuração subsequentes, ser excluída do lucro real até o limite correspondente à diferença positiva entre os ganhos e perdas decorrentes das operações realizadas nos mercados de renda variável e operações de swap (Lei nº 8.981, de 1995, art. 76, § 5º).

Atualmente, o IRPJ deve ser calculado à alíquota de 15% sobre o Lucro Real e adicionalmente, 10% sobre o valor de Lucro Real que for superior a R\$ 20.000,00 no mês.

B) A CSLL

Além do imposto de renda, deve ser apurada também a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Esse tributo também tem como base o lucro líquido calculado de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e de acordo com a legislação societária. Da mesma forma que o imposto de renda, sua base de cálculo, apesar de partir do lucro líquido, sofre inclusões e exclusões de acordo com sua legislação própria (Lei nº 7.689/88, Lei nº 8.034/90, IN SRF nº 390/04 e posteriores alterações), ajustes esses diferentes dos definidos pela legislação do imposto de renda.

De acordo com o artigo 38 da IN SRF nº 390/04, devem ser adicionados ao lucro líquido do período antes da provisão para o IRPJ para apuração do resultado ajustado, base para o cálculo da CSLL:

I - os custos, despesas, encargos, perdas, provisões, participações e quaisquer outros valores deduzidos na apuração do lucro líquido que, de acordo com a legislação da CSLL, não sejam dedutíveis na determinação do resultado ajustado;

II - os resultados, rendimentos, receitas e quaisquer outros valores não incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com essa mesma legislação, devam ser computados na determinação do resultado ajustado.

§ 1º Incluem-se nas adições de que trata este artigo:

I - o resultado negativo da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido;

II - o valor da contrapartida da reavaliação de quaisquer bens, no montante do aumento do valor dos bens reavaliados que tenha sido efetivamente realizado no período, se não computado em conta de resultado contábil;

III - o valor de qualquer provisão, exceto as previstas no art. 45;

IV - o valor das despesas de que trata o art. 43;

V - os ajustes decorrentes da aplicação de métodos de preços de transferência;

VI - a parcela dos lucros, anteriormente excluídos, de contratos de construção por empreitada ou de fornecimento, a preço predeterminado, de bens ou serviços, celebrados com pessoa jurídica de direito público ou empresa sob o seu controle, empresa pública, sociedade de economia mista ou sua subsidiária, no período de apuração em que a receita for recebida, ou quando houver o resgate ou alienação sob qualquer forma de títulos públicos ou Certificados de Securitização, emitidos especificamente para quitação desses créditos, observado o disposto em normas específicas;

VII - os prejuízos e perdas incorridos no exterior e computados no resultado;

VIII - os lucros disponibilizados no exterior e os rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior, observado o disposto no § 2º;

IX - o valor dos lucros distribuídos disfarçadamente, de que tratam os arts. 60 a 62 do Decreto-lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, com as alterações do art. 20 do Decreto-lei nº 2.065, de 26 de outubro de 1983, observadas as mesmas normas relativas ao IRPJ;

X - as despesas com brindes;

XI - o ganho de capital relativo à diferença entre o valor de mercado dos bens ou direitos e o valor contábil da participação extinta, em razão da devolução da participação no capital social;

XII - o valor relativo às doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, de que trata o art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, com as alterações introduzidas pelo art. 10 da Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991;

XIII - o valor relativo às doações e patrocínios a projetos culturais, previstos no art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com as alterações introduzidas pelo art. 1º da Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999 e pelo art. 53 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001;

XIV - o valor dos juros sobre o capital próprio, pago ou creditado, que exceder o limite de que trata o art. 70;

XV - o valor das variações monetárias passivas das obrigações e direitos de crédito, em função das taxas de câmbio, relativas a operações não liquidadas no período, salvo na hipótese de opção pelo regime de competência;

XVI - o valor das variações monetárias ativas das obrigações e direitos de crédito, em função das taxas de câmbio, que foram excluídas na forma do disposto no inciso V do § 1º do art. 39, quando da correspondente liquidação da operação.

§ 2º Os lucros disponibilizados no exterior e os rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior, excluídos dos resultados dos três primeiros trimestres, serão adicionados ao lucro contábil para fins de apuração do resultado ajustado do último trimestre do ano-calendário.

Poderão ser excluídos do lucro líquido para a determinação do resultado ajustado, base para cálculo da CSLL, o seguinte, de acordo com artigo 39 da IN SRF nº 390/04:

I - os valores cuja dedução seja autorizada pela legislação da CSLL e que não tenham sido deduzidos na apuração do lucro líquido;

II - os resultados, rendimentos, receitas e quaisquer outros valores incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com essa mesma legislação, não devam ser computados na determinação do resultado ajustado.

§ 1º Fazem parte das exclusões de que trata este artigo:

I - o resultado positivo da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido;

II - os lucros e dividendos derivados de investimentos no Brasil avaliados pelo custo de aquisição;

III - o valor da reversão das provisões indedutíveis, anteriormente adicionado na forma do inciso III do § 1º do art. 38;

IV - a parcela dos lucros de contratos de construção por empreitada ou de fornecimento, a preço predeterminado, de bens ou serviços, celebrados com pessoa jurídica de direito público ou empresa sob o seu controle, empresa pública, sociedade de economia mista ou sua subsidiária, computada no lucro líquido, proporcional à receita dessas operações considerada nesse resultado e não recebida até a data do balanço de encerramento do período de apuração, inclusive quando quitados mediante recebimento de títulos públicos ou Certificados de Securitização, emitidos especificamente para essa finalidade, observado o disposto em normas específicas;

V - o valor das variações monetárias ativas das obrigações e direitos de crédito, em função das taxas de câmbio, não liquidadas no período, salvo na hipótese de opção pelo regime de competência;

VI - o valor das variações monetárias passivas das obrigações e direitos de crédito, em função das taxas de câmbio, que foram adicionadas na forma do inciso XV do § 1º art. 38, quando da correspondente liquidação da operação.

§ 2º Os lucros disponibilizados no exterior e os rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior deverão ser excluídos dos resultados dos três primeiros trimestres, para fins de apuração do resultado ajustado.

A CSLL é calculada à alíquota de 9% desde 01/02/00.

4.9.2 Os tributos diferidos sobre as diferenças temporárias

As inclusões e exclusões que ajustam as bases de cálculo, o Lucro Real no caso do IRPJ e o Lucro Ajustado no caso da CSLL, podem configurar-se como diferenças temporárias ou permanentes em relação ao Lucro Líquido Contábil. Tais diferenças são demonstradas na Parte A do LALUR. As diferenças temporárias, além de demonstradas na Parte A, são escrituradas e controladas da Parte B do LALUR para que possam ser tributadas ou dedutíveis em períodos posteriores.

A despesa de imposto de renda sobre receitas registradas contabilmente, mas cujo imposto é postergado, deve ser contabilizada no exercício, de acordo com o regime de competência. São exemplos desses casos:

- as vendas de bens do ativo permanente a prazo cujo resultado é contabilizado no momento da venda, mas pode para fins fiscais reconhecer esse resultado na proporção dos recebimentos efetivos das parcelas.
- contratos de longo prazo de construção.
- apropriação da variação cambial ativa por regime de competência, sendo que ela pode ser tributada pelo regime de caixa, isto é, quando de sua realização.

Existem também provisões que são contabilizadas obedecendo-se ao regime de competência e que não são dedutíveis para fins de cálculo do IRPJ e da CSLL nesse momento, mas somente em períodos posteriores. São alguns exemplos desses casos:

- provisões para despesas com garantia de produtos.
- provisões para perdas em estoques, que serão dedutíveis somente quando realizadas.
- provisões para riscos.

Como o lucro contábil pode não ser igual ao lucro tributável, e levando-se em conta que a contabilidade deve obedecer ao regime de competência, o imposto pago referente a despesas não dedutíveis no momento da apuração, mas que serão no futuro, será considerado um ativo. Da mesma forma, o imposto devido sobre uma receita ainda não tributável deverá ser registrado como uma obrigação a ser paga no futuro e uma despesa do período atual. A

contabilização dos tributos diferidos originados nas diferenças temporárias já era disciplinada pela NPC XX - Imposto de Renda Diferido do IBRACON de 1979.

A seguir apresenta-se um exemplo de apuração do Lucro Real e da contabilização dos tributos diferidos referentes às diferenças temporárias:

Tabela 21 – Apuração do Lucro Real

Lucro Líquido do Período		10.000
(+) Adições		
Provisão para garantia do período	200	
Provisão para perdas no estoque	100	
Despesas com brindes (inedutíveis)	100	
Excesso calculado de preço de transferência	80	480
(-) Exclusões		
Provisão variação cambial ativa não realizada		50
Lucro Real (Tributável)		10.430
IRPJ e CSLL a pagar (34%)		3.546

As provisões para garantia do período e para perdas no estoque não são dedutíveis para cálculo do IRPJ e CSLL no período demonstrado, mas serão dedutíveis em períodos posteriores. Dessa forma, os tributos calculados sobre esses valores não são despesas do período, mas sim, ativo: $\$ 300 \times 34\% = \$ 102$. Os outros valores adicionados, isto é, as despesas ineditíveis de brindes e o excesso calculado referente ao preço de transferência que será tributado são diferenças permanentes e aumentam definitivamente a base de cálculo dos tributos.

A provisão de variação cambial ativa contabilizada não é tributável nesse período porque optou-se pela tributação quando de sua realização. A despesa de imposto de renda deve ser contabilizada nesse período, no valor de \$ 17.

Resumindo, temos o seguinte:

Tabela 22 – Apuração do Lucro Real II

Descrição	Valor	Tributo
<u>Despesas com Tributos do Período</u>		
Lucro Líquido do Período	10.000	3.400
Despesas com brindes (indedutível)	100	34
Excesso calculado de preço de transferência	80	27
Total	10.180	3.461
<u>Tributos Diferidos contabilizados no ativo</u>		
Provisão para garantia do período	200	68
Provisão para perdas no estoque	100	34
Provisão variação cambial ativa não realizada	(50)	(17)
Total	250	85

4.9.3 Os tributos diferidos sobre prejuízo fiscal acumulado

No caso da ocorrência de prejuízos fiscais que possam ser compensados em períodos futuros, cabe a contabilização de um valor referente aos tributos diferidos no ativo relativo a esses prejuízos. A condição para o reconhecimento desse ativo é a existência de lucro tributável suficiente no futuro para que a compensação possa ser feita.

De 1977 a 1992, os prejuízos fiscais acumulados poderiam ser aproveitados como dedução do lucro tributável em até quatro anos após sua formação. A partir de então, os prejuízos fiscais podem ser compensados por tempo indeterminado, mas até 30% do lucro tributável em cada período.

4.9.4 A Deliberação CVM nº 273/98

A Deliberação CVM nº 273/98 que aprovou o Pronunciamento nº 25 do IBRACON, que revoga a NPC XX - Imposto de Renda Diferido do IBRACON de agosto de 1979, introduziu a figura do ativo fiscal diferido referente a prejuízos fiscais passíveis de utilização para compensação com lucros tributários posteriores.

De acordo com a Deliberação, o ativo fiscal diferido referente a prejuízos fiscais deve ser reconhecido, total ou parcialmente, desde que a entidade possua histórico de rentabilidade e expectativa fundamentada dessa rentabilidade por prazo suficiente para o aproveitamento do ativo fiscal diferido.

Os critérios que devem ser considerados na avaliação da probabilidade de lucro tributável futuro são os seguintes, de acordo com o parágrafo 21 da Deliberação CVM nº 273/98:

- (a) se existem diferenças temporárias tributáveis suficientes, relativas à mesma autoridade fiscal, que resultem em valores tributáveis contra os quais esses prejuízos fiscais possam ser utilizados antes que prescrevam;
- (b) se é provável que terá lucros tributáveis antes de prescrever o direito à compensação dos prejuízos fiscais;
- (c) se os prejuízos fiscais resultam de causa identificada que provavelmente não ocorrerá novamente;
- (d) se há oportunidade identificada de planejamento tributário, respeitados os princípios fundamentais de contabilidade, que possa gerar lucro tributável no período em que os prejuízos possam ser compensados.

Se não for provável a ocorrência de lucro tributável futuro para a compensação dos prejuízos fiscais, o ativo fiscal diferido não deve ser reconhecido.

4.9.5 A Instrução CVM nº 371/02

Em 2002, a CVM, através da Instrução nº 371/02, incluiu dispositivos importantes como condição para o reconhecimento inicial de ativo fiscal diferido pelas companhias. Para que esse tipo de ativo possa ser reconhecido, a empresa deverá atender cumulativamente o seguinte, de acordo com seu artigo segundo:

- I - apresentar histórico de rentabilidade; e
 - II - apresentar expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, trazidos a valor presente, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de dez anos.
- Parágrafo único. O disposto no inciso I deste artigo não se aplica às companhias recém-constituídas ou em processo de reestruturação operacional e reorganização societária, cujo histórico de prejuízos sejam decorrentes de sua fase anterior.

Por histórico de rentabilidade, a CVM entende que uma empresa deve ter tido lucro tributável em três anos dos últimos cinco.

O estudo técnico efetuado de acordo com a visão da gestão, aprovado pelo Conselho de Administração, a Diretoria e o Conselho Fiscal e auditado por auditores independentes, deverá ser reavaliado sempre que existirem alterações relevantes nas variáveis de estudo, ou, pelo menos, anualmente. A contabilização de ativos fiscais implica declaração pela gestão da expectativa de lucros futuros.

O valor de lucros tributáveis futuros contemplado no estudo técnico efetuado deve ser trazido a valor presente a fim de se verificar se o ativo é recuperável, se deve ser reconhecido e por qual valor.

No caso de frustração na expectativa de realização do ativo fiscal diferido originário de prejuízo fiscal, as empresas deverão reconhecer no resultado a proporção do ativo que não será realizado.

4.9.6 A Resolução CFC nº 998/04

A Resolução CFC nº 998/04 estabeleceu regras para o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos. Similarmente à Instrução CVM nº 371/02, o ativo fiscal diferido originário de diferenças temporárias e prejuízos fiscais deve ser reconhecido total ou parcialmente, desde que a entidade tenha histórico de rentabilidade e expectativa de rentabilidade de forma a realizar o ativo fiscal diferido no prazo máximo de dez anos, ou no prazo da legislação, o que for menor.

4.9.7 A Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07

A Lei nº 11.638/07 não alterou os parágrafos 184 e 187 da Lei nº 6.404/76 ou qualquer outra disposição que determina que o encargo do imposto de renda e a contribuição sobre o lucro líquido sobre o lucro do período devem ser contabilizados de acordo com o regime de competência.

A nova legislação societária trouxe uma modificação importante referente ao que se está denominando LALUC – Livro de Apuração do Lucro Contábil, já que a lei não determina qualquer denominação para esses registros. No artigo 177, parágrafo 2º, item II versa o seguinte:

§ 2º As disposições da lei tributária ou de legislação especial sobre atividade que constitui o objeto da companhia que conduzam à utilização de métodos ou critérios contábeis diferentes ou à elaboração de outras demonstrações não elidem a obrigação de elaborar, para todos os fins desta Lei, demonstrações financeiras em consonância com o disposto no caput deste artigo e deverão ser alternativamente observadas mediante registro:

I – em livros auxiliares, sem modificação da escrituração mercantil; ou

II – no caso da elaboração das demonstrações para fins tributários, na escrituração mercantil, desde que sejam efetuados em seguida lançamentos contábeis adicionais que assegurem a preparação e a

divulgação de demonstrações financeiras com observância do disposto no caput deste artigo, devendo ser essas demonstrações auditadas por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

Esse parágrafo reforça que os registros contábeis efetuados em obediência a alguma regra fiscal ou a algum outro normatizador e que não produza demonstrações contábeis adequadas, poderão ser tratados de duas maneiras. A primeira, tratada no item I, é o que se faz hoje, isto é, os registros de ajustes no lucro contábil para se chegar ao lucro tributável, através do LALUR – Livro de Apuração do Lucro Real.

No item II foi criada uma nova possibilidade, o LALUC. Assim, os registros contábeis são efetuados de acordo com as regras fiscais, e as demonstrações contábeis preparadas dessa forma são entregues à Receita Federal, e não serão divulgadas para outros usuários. Após a preparação dessas demonstrações, serão efetuados os registros contábeis referentes aos ajustes necessários para o cumprimento da legislação societária, através de livros auxiliares ou de outra forma ainda não normatizada. As demonstrações contábeis de companhias e de empresas conceituadas como de grande porte deverão ser auditadas por auditor registrado na CVM. Os ajustes para convergência das normas brasileiras às internacionais, que deverão ser efetuados após o levantamento das demonstrações para o fisco, serão normatizados, conforme prevê o parágrafos 5º a 7º do artigo 177 da Lei nº 11.638/07:

§ 5º As normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários a que se refere o § 3º deste artigo deverão ser elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários.

§ 6º As companhias fechadas poderão optar por observar as normas sobre demonstrações financeiras expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários para as companhias abertas.

§ 7º Os lançamentos de ajuste efetuados exclusivamente para harmonização de normas contábeis, nos termos do § 2º deste artigo, e as demonstrações e apurações com eles elaboradas não poderão ser base de incidência de impostos e contribuições nem ter quaisquer outros efeitos tributários.

Os ajustes efetuados em 2008 para adequação às normas que já foram emitidas, como por exemplo, o ajuste a valor de mercado nos títulos mobiliários, já poderiam ser efetuados nesse formato. Espera-se a definição através de normatização durante esse ano sobre o assunto, inclusive pela Receita Federal.

4.10 Ativos Especiais

Por consequência da evolução das relações sociais, econômicas e tecnológicas, surgiram novas possibilidades de “produtos” a serem comercializados, com características diferentes do que tradicionalmente se tratou como estoque, isto é, produtos tangíveis que, no momento da comercialização, têm sua propriedade e controle transferidos definitivamente para o comprador. De acordo com Aquino e Cardoso (2004:1), “com esse aumento na complexidade das transações econômicas, os direitos sobre os bens passam a não ser, necessariamente, transferidos em sua totalidade”.

Os chamados ativos especiais são aqueles que geram receitas, mas sua baixa pode não ser integral como acontece com os outros tipos de estoque, por existir a possibilidade de novas comercializações do mesmo bem. São exemplos desses ativos os filmes, cuja propriedade continua sendo da produtora, mas que pode ser comercializado várias vezes. Outros exemplos são os softwares quando existe a cessão de uso para vários usuários, ou ainda, os casos das empresas que comercializam dados (geofísicos, biotecnológicos, financeiros).

A classificação como “Ativos Especiais” decorre da necessidade de segregar, em uma nova rubrica, itens que possuem características tanto de estoque quanto de ativo imobilizado. As características desses itens são as seguintes:

- podem ou não ser tangíveis e comumente são intangíveis;
- não necessariamente se esgota quando é usado ou vendido;
- relacionam-se diretamente com a obtenção de receitas;
- não deixam de ser ativos quando são vendidos, mas sim quando perdem seu potencial de obtenção de receita.

Assim como os Estoques, os Ativos Especiais têm relação direta com a geração de receitas. Por outro lado, assim como o Imobilizado, os Ativos Especiais não se esgotam necessariamente quando geram essa receita.

A literatura contábil e a Lei das Sociedades por Ações não possuem uma classificação específica para esses itens. Em seu artigo 183, item II, ela refere-se aos estoques como “os

direitos que tiverem por objeto mercadorias e produtos do comércio da companhia, assim como matérias-primas, produtos em fabricação e bens em almoxarifado [...]”.

A justificativa para a criação de uma nova classificação deve-se à discussão sobre essência econômica dos itens descritos anteriormente. De acordo com Aquino e Cardoso (2004, p. 1):

[...] um ativo classificado como Especial se difere daquele classificado em Estoque em função da distribuição do conjunto de direitos na ocasião de uma transação econômica. O ativo classificado como Imobilizado difere dos primeiros por não ser aplicado diretamente na geração da receita, e sim contribuindo no processo produtivo ou empresarial.

Como esses ativos não são realizados na primeira venda, devem ser amortizados de acordo com a geração de receitas. A amortização poderá ser efetuada:

- de acordo com sua efetiva utilização, ou seja, na proporção entre a receita total estimada durante a vida útil do ativo e a receita efetivamente auferida no período, ou,
- de acordo com quotas arbitradas, isto é, de acordo o percentual arbitrado pela expectativa de geração de receita com a utilização do ativo ou pelo decurso do tempo.

Além disso, esses valores estão sujeitos a provisões para redução de seu valor ao de mercado e provisões para perdas da mesma forma que as contas de estoques tradicionais.

A avaliação desses ativos deve ser feita de acordo com a regra de custo ou mercado, dos dois o menor. No entanto, a comparação do custo com valores de mercado pode não ser possível dependendo das características específicas do ativo.

4.11 Securitização de recebíveis

Securitização é uma ferramenta financeira utilizada para converter uma carteira de ativos em títulos negociáveis. Os compradores desses títulos passam a ser os beneficiários dos fluxos gerados pelos ativos. A operação pode ser intermediada por uma Entidade de Propósito Específico (EPE) ou por um fundo e o investidor adquire uma quota dessa EPE ou fundo, de forma que o risco para ele seja somente o da operação.

A forma mais tradicional de securitização utiliza os recebíveis de uma empresa como lastro para a operação. Mas outros ativos podem ser securitizados, tais como créditos imobiliários e créditos financeiros oriundos de empréstimos ou financiamentos, contas a receber dos setores comerciais, industriais ou de serviços, fluxos de caixa esperados de vendas futuras, etc.

4.11.1 Securitização via EPE

Na securitização via EPE, esta é responsável pela administração dos recebíveis cedidos pela empresa originadora. Os valores de contas a receber podem ser performados, ou seja, oriundos de bens e serviços já entregues ou realizados, ou não performados, isto é, oriundos de bens e serviços ainda não entregues ou realizados, envolvendo tanto o risco de performance quanto o risco de inadimplência.

A EPE converte os recebíveis em lastro para a emissão de endividamento (debêntures ou ações) e a colocação desses títulos ou quotas junto a investidores. Quando as debêntures ou ações são adquiridas pelos investidores, o recurso é repassado à empresa originadora, liquidando a operação de cessão de direitos creditórios realizada anteriormente. A EPE torna-se a credora dos devedores e assume o risco de inadimplência. Nos vencimentos dos títulos a receber, a SPE transfere os valores aos investidores.

O esquema de contabilização, segundo a Lei das Sociedades por Ações, poderá ser feito de duas maneiras. Na primeira, a cessão dos recebíveis é efetuada como venda de um ativo na empresa originadora. Na segunda, o valor do deságio será contabilizado como despesa financeira, obedecendo a sua essência econômica. No exemplo apresentado a seguir, não existe o direito de regresso dos recebíveis para os adquirentes. As informações nesse exemplo são as seguintes:

Valor dos Recebíveis na originadora:	100.000
Valor de venda dos recebíveis:	92.000
Emissão de Debêntures pela EPE	95.000
Taxa de Juros para Debêntures	5,3%
Despesas na emissão das debêntures	2.000

- a) na cessão de crédito do direito creditório e recebimento dos recursos da EPE:

D - Direitos Creditórios Cedidos	
C - Venda de Recebíveis (resultado)	92.000
D - Custo dos Recebíveis Vendidos	
C - Contas a Receber	100.000
D - Disponibilidades	
C - Direitos Creditórios Cedidos	92.000

Nesse caso, o valor do deságio apareceria no resultado da originadora como um valor negativo de resultado da venda de um ativo.

No entanto, como essa operação em sua essência econômica é uma alternativa de financiamento, o deságio deve ser contabilizado como uma despesa financeira, da seguinte forma:

a) na cessão de crédito do direito creditório:

D - Direitos Creditórios Cedidos	
C - Contas a Receber	100.000
D - Despesa Financeira a Apropriar	
C - Deságio na Cessão de Título	8.000

b) no recebimento dos recursos da EPE:

D - Disponibilidades	92.000
D - Deságio na Cessão de Título	8.000
C - Direitos Creditórios Cedidos	100.000

c) a apropriação das despesas deve ser feita de forma proporcional ao prazo do recebimento dos direitos creditórios cedidos. Se não for possível controlar esse prazo, as despesas financeiras devem ser apropriadas no momento da transação.

D - Despesa Financeira	
C - Despesa Financeira a Apropriar	8.000

Na EPE é registrado um valor de contas a receber e o deságio é uma receita a ser apropriada de acordo com o efetivo recebimento desses valores.

a) transferência dos direitos creditórios para a EPE:

D - Contas a Receber	100.000
C - Receitas a Apropriar	8.000
C - Direitos Creditórios a Pagar	92.000

b) emissão das debêntures pela EPE:

D - Disponibilidades	
C - Debêntures	95.000
D - Despesas Financeiras a Apropriar	
C - Juros a Pagar	5.000
D - Despesas com emissão de debêntures	
C - Disponibilidades	2.000

c) recebimento dos clientes pela EPE e pagamento da EPE para a originadora referente aos direitos creditórios transferidos:

D - Disponibilidades	
C - Contas a Receber	100.000
D - Direitos Creditórios a Pagar	
C - Disponibilidades	92.000

d) apropriação das receitas de acordo com a liquidação dos recebíveis:

D - Receitas a Apropriar	
C - Receitas Operacionais	8.000

e) apropriação das despesas financeiras referentes às debêntures, *pro rata temporis* até o vencimento:

D - Despesas Financeiras	
C - Despesas Financeiras a Apropriar	5.000

f) pagamento dos juros e das debêntures:

D - Debêntures	95.000
D - Juros a Pagar	5.000
C - Disponibilidades	100.000

4.11.2 Fundos de Investimento em Direitos Creditórios

A securitização também pode ser efetuada através de captação aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) que é conceituado pela CVM como uma comunhão de recursos nos quais pelo menos 50% do respectivo patrimônio líquido são aplicados em direitos creditórios. Direitos creditórios são os fluxos de caixa futuros originários de operações comerciais ou de prestação de serviços. Os FIDC, cuja constituição e funcionamento são autorizados pela Resolução nº. 2.907/91, do Conselho Monetário Nacional, foram regulamentados pela Instrução CVM nº 356/01, e alterações posteriores. Os FIDC têm características tanto de operações de finanças estruturadas como de fundos de investimentos.

Essa opção tem crescido no Brasil nos últimos anos e esses fundos podem ser abertos ou fechados. Nos primeiros, os resgates das quotas podem ser feitos a qualquer momento, de acordo com as cláusulas do regulamento do fundo. No segundo caso, os resgates podem ser feitos após o término do prazo de duração do fundo ou da série ou classe da quota, na

liquidação do fundo ou através da amortização de quotas por decisão da assembléia de quotistas.

Os FIDC podem ser compostos apenas por quotas sênior, que são subscritas pelo investidor e que não se subordinam às demais para efeito de amortização e resgate. Podem ser compostos também por quotas sênior e por quotas subordinadas que normalmente são subscritas pela companhia que originalmente detinha os recebíveis, como garantia adicional da operação.

A operação efetuada possui características semelhantes à securitização via EPE, pois a empresa estrutura um novo projeto que irá gerar recebíveis a performar. Essa atividade pode ser separada ou não numa outra pessoa jurídica. A empresa, então, cede os direitos creditórios ao FDIC, que passa a ser titular dos recebíveis. O FDIC emite quotas com lastro nesses recebíveis e as vende a investidores. Dessa forma, o FDIC transfere recursos para a originadora para financiamento do novo projeto. Após a implementação do projeto, inicia-se a liquidação dos direitos creditórios cedidos ao Fundo, que começa a receber esses valores. Um agente fiduciário é responsável pelo controle dos fluxos relativos à amortização das quotas.

Se existe alguma forma de controle sobre os recebíveis pela companhia originadora, ou ainda, se ela detém responsabilidades e riscos, a consolidação é obrigatória de acordo com a CVM.

As companhias abertas que originalmente eram detentoras dos recebíveis, que tenham direitos a benefícios ou estejam expostas a riscos relevantes em relação a EPE, devem divulgar em Notas Explicativas as informações seguintes, de acordo com o artigo 4 da Instrução CVM 408:

- I - a natureza, o propósito e as atividades da EPE;
- II – a natureza do seu envolvimento com a EPE;
- III – o tipo de exposição a perdas decorrentes desse envolvimento com a EPE;
- IV – a identificação do beneficiário principal ou grupo de beneficiários principais das atividades da EPE; e
- V – as informações requeridas no art. 20 da Instrução CVM no 247, de 1996, no que couber.

A CVM normatiza essa questão em suas Instruções 442, 443 e 444 de 2006. Os normativos em questão alteram as Instruções 414/04, que dispõe sobre os Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI); 356/01, que dispõe sobre Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC); e 400/03, que dispõe sobre distribuições públicas de valores mobiliários, para

acrescentar disposições específicas para as distribuições de FIDC e CRI. Além disso, também foram criados os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados (FIDC - NP) que passaram a compor uma modalidade nova de veículos destinados à securitização.

4.12 Títulos perpétuos

São chamados de títulos perpétuos aqueles cujo vencimento é indeterminado. A Lei nº 6.404/76 prevê a possibilidade da emissão de debêntures com essa característica em seu artigo 55, parágrafo terceiro:

§ 3º A companhia poderá emitir debêntures cujo vencimento somente ocorra nos casos de inadimplemento da obrigação de pagar juros e dissolução da companhia, ou de outras condições previstas no título.

Além das debêntures, as empresas têm emitido recentemente outros títulos de dívida com vencimento indeterminado, principalmente a partir de 2005.

As características desses títulos variam de acordo com seu contrato. Para a definição da forma de contabilização desses títulos, a análise e o conhecimento de suas cláusulas contratuais são importantes.

Os títulos perpétuos que possuem as características descritas a seguir devem ser contabilizados como exigibilidade, pois são interpretados como uma obrigação presente e podem ser mensurados monetariamente, de acordo com Comunicado Técnico do IBRACON nº 01/05:

- a) Não há data de vencimento para o montante do principal.
- b) O emissor possui a opção de resgate integral pelo valor nominal dos títulos ou recompra desses após decorrido o prazo contratualmente definido.
- c) Em alguns casos o inadimplemento dos juros pode provocar o vencimento do título.
- d) Alterações na legislação, ou decisões de órgãos reguladores, podem ocasionar a liquidação imediata dos títulos.
- e) Os juros são pagos periodicamente em datas predeterminadas.
- f) As taxas de juros praticadas são prefixadas e similares às taxas de juros praticadas para papéis de longo prazo, considerando-se as condições existentes quando da emissão dos referidos títulos.
- g) Os títulos podem ser denominados em moeda estrangeira.

Nesse caso, não há vencimento para o principal, mas existe a possibilidade de resgate dos títulos pela emissora. Dessa forma, numa eventual mudança no mercado, como, por exemplo, a flutuação para baixo nas taxas de juros, ou ainda, mudança da legislação, a empresa poderia optar pelo resgate dos títulos. Por conta dessas características, esse tipo de título é considerado passivo, uma obrigação presente de uma entidade, decorrente de eventos já ocorridos, cuja liquidação resultará em uma entrega de recursos.

Os títulos devem ser mensurados a valor presente e a contabilização é a seguinte:

- a) Na captação, quando do recebimento dos recursos pela emissora:

D - Disponibilidades
C - Títulos Perpétuos - Passivo LP

- b) Os gastos incorridos na emissão dos títulos devem ser contabilizados como despesas antecipadas e amortizados até a data da opção que a entidade tem para o resgate, ou data do resgate, se ocorrer primeiro.

D - Despesas Antecipadas (Circulante / LP)
C - Disponibilidades

D - Despesas com emissão de títulos
C - Despesas Antecipadas (Circulante)

- c) Os juros devem ser provisionados *pro rata temporis*, de acordo com o prazo, com base no regime de competência:

D - Despesas de Juros
C - Juros a Pagar (CP / LP)

- d) No caso de títulos emitidos em moeda estrangeira, ou com cláusula de atualização monetária, o valor do principal deve ser atualizado monetariamente.

D - Variação Cambial (resultado)
C - Juros a Pagar (CP / LP)

D - Variação Cambial (resultado)
C - Títulos Perpétuos - Passivo LP

e) No pagamento dos juros:

D - Juros a Pagar (CP / LP)
C - Disponibilidades

f) O valor do principal atualizado deve ser reclassificado para o passivo circulante quando houver a intenção e capacidade financeira liquidar ou recomprar os títulos.

D - Títulos Perpétuos - Passivo LP
C - Títulos Perpétuos - Passivo CP

Em algumas situações, nas quais não haja a possibilidade de recompra pela empresa e, ainda, em que haja a possibilidade de conversão desses títulos em ações, eles poderiam ser interpretados como um item patrimonial e não um passivo.

De qualquer forma, a Lei das Sociedades por Ações não permite contabilizar esses títulos no Patrimônio Líquido, mesmo que suas características em alguns casos se aproximem das características de itens do Patrimônio Líquido. Informações referentes às características dos títulos devem ser divulgadas em Notas Explicativas.

As alterações efetuadas na Lei das Sociedades por Ações através da Lei nº 11.638/07 não alcançaram o artigo 55 citado nesse tópico.

4.13 Bônus de adimplência fiscal

A legislação fiscal introduziu para utilização a partir de 2003 o bônus de adimplência fiscal para as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real ou presumido. De acordo com a Lei nº 10.637/02, o valor do bônus de adimplência fiscal é calculado aplicando-se 1% sobre a base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido do período em que for permitido seu aproveitamento.

De acordo com a Instrução Normativa SRF nº 390/04, o bônus poderá ser utilizado, de acordo com seu artigo 116, deduzindo-se da CSLL devida:

- I - no último trimestre do ano-calendário, no caso de pessoa jurídica tributada com base no resultado ajustado trimestral ou resultado presumido;
- II - no ajuste anual, na hipótese da pessoa jurídica tributada com base no resultado ajustado anual.

No caso de não aproveitamento, o bônus poderá ser utilizado em períodos subsequentes, em cada fechamento fiscal (trimestral ou anual). A utilização indevida do benefício implica imposição de multas.

Podem usufruir o benefício as pessoas jurídicas que:

- a) não sofreram lançamento de ofício,
- b) não possuem débitos com exigibilidade suspensa,
- c) não possuem inscrição em dívida ativa,
- d) não efetuaram recolhimentos ou pagamentos em atraso e,
- e) não possuem falta ou atraso no cumprimento de obrigação acessória em relação aos tributos e contribuições administrados pela Receita Federal.

A Instrução Normativa SRF nº 231 de 2002, revogada pela Instrução Normativa SRF nº 390/04, continha um terceiro parágrafo no artigo quarto que definia o seguinte:

§ 3º A restrição contida no inciso IV do caput não se aplica na hipótese de a pessoa jurídica promover espontaneamente o pagamento ou recolhimento da totalidade dos débitos em atraso, juntamente com os acréscimos relativos aos juros e à multa de mora, até a data da utilização do bônus.

Esse dispositivo foi prejudicado pela rejeição da Medida Provisória nº 75, de 24 de outubro de 2002. Dessa forma, a possibilidade de cumprimento de todos os requisitos para que se tenha direito ao bônus de adimplência fiscal diminui consideravelmente.

A receita Federal sugere a seguinte contabilização, de acordo com o parágrafo 9º do artigo 38º:

- I - na aquisição do direito, a débito de conta de Ativo Circulante e a crédito de Lucros ou Prejuízos Acumulados;
- II - na utilização, a débito da provisão para pagamento da CSLL e a crédito da conta de Ativo Circulante referida no inciso I.

Pela legislação fiscal, o esquema contábil é o seguinte:

a) Na aquisição do direito:

Conta	Valor
D - Bônus de Adimplência Fiscal a Compensar (AC)	1% X base de cálculo
C - Lucros ou Prejuízos Acumulados (PL)	da CSLL

b) Na utilização do bônus:

Conta	Valor
D - Provisão para CSLL a Pagar (PC)	1% X base de cálculo
C - Bônus de Adimplência Fiscal a Compensar (AC)	da CSLL

No entanto, a forma definida pela legislação fiscal não está de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade. O registro do direito ao uso do bônus poderia ser registrado (por competência) como **resultado no período** no qual os requisitos para tal bônus foram cumpridos, ou por prudência, no período de seu uso efetivo, mas também no **resultado do período**.

4.14 Remuneração baseada em Ações - *Stock-options* e Participações nos Resultados

As empresas podem adotar vários tipos de planos para remunerar executivos e funcionários através da outorga de opções de compra de suas ações, com o objetivo de aumento de

produtividade, retenção de talentos e comprometimento dos funcionários com o destino da empresa. Nos planos mais comuns, a empresa oferece opções para compra de um número fixo de suas ações, a um preço e período estabelecidos, em troca de serviços correntes ou futuros de funcionários. A expectativa é que o preço das ações suba e os empregados possam comprá-las ao preço combinado na data da concessão do benefício e vendê-las pelo preço do mercado.

Outra alternativa é de exercício das opções sem desembolso no qual o empregado exerce a opção e a companhia paga um montante igual à diferença entre o preço de mercado menos o preço de exercício. A essência econômica desse tipo de operação mostra que os colaboradores que receberem ou receberão ações executarão serviços adicionais à empresa, de forma que o seu ativo (tangível ou intangível) aumentaria de valor. O preço a ser pago por esses serviços adicionais seria correspondente ao preço da opção concedida ao colaborador.

4.14.1 A Lei nº 6.404/76

A Lei das Sociedades por Ações prevê a existência desse tipo de remuneração, mas não sua forma de contabilização, isto é, se é uma despesa do período, se as opções de compras de ações lançadas para funcionários devem ser registradas como um passivo ou como componente do Patrimônio Líquido da entidade e, ainda, por qual valor esse evento deve ser mensurado. O artigo 166, item III, da Lei nº 6.404/76 define que o capital social poderá ser aumentado “por conversão, em ações, de debêntures ou parte beneficiárias e pelo exercício de direitos conferidos por bônus de subscrição, ou de opção de compra de ações”.

No artigo 168, parágrafo terceiro, a Lei nº 6.404/76 cita esse tipo de remuneração:

§ 3º O estatuto pode prever que a companhia, dentro do limite de capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela assembléia-geral, outorgue opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à companhia ou a sociedade sob seu controle.

No artigo 176, a Lei das Sociedades por Ações define que as demonstrações contábeis deverão ser complementadas por Notas Explicativas e quadros que esclareçam a situação patrimonial e o resultado da companhia. No parágrafo quinto, item g, define que as informações sobre opções de compras de ações devem ser divulgadas:

Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício.

§ 4º As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

§ 5º As notas deverão indicar:

g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício;

O plano de ações deve ter aprovação do Conselho de Acionista e Conselho de Administração, pois ele modifica a estrutura do capital social da empresa.

Na ausência de uma norma específica sobre esse assunto, usualmente as empresas não registram a despesa quando utilizam esse tipo de remuneração.

4.14.2 As instruções da CVM

O Ofício Circular CVM/CNC/SEP 01/06 da CVM orienta, mas não obriga, as companhias a seguir o seguinte:

[...] as empresas devem reconhecer contabilmente as despesas referentes à concessão de ações como forma de remunerar os empregados utilizando-se de método de precificação adequado. No entanto, enquanto não houver expressa determinação nesse sentido, as companhias abertas devem divulgar em nota explicativa qual seria o montante do resultado do período e do Patrimônio Líquido, caso essa contabilização tivesse sido feita.

A Deliberação CVM nº 371/00 determina a divulgação, no mínimo, das seguintes informações: a sua natureza e as condições dos planos, política contábil adotada e a quantidade e o valor pelos quais as ações foram emitidas.

Apesar de não existir uma norma contábil brasileira que trata do assunto, pode-se ter como referência as normas internacionais, já que a própria CVM apregoa seu objetivo de convergência com as IFRS.

4.14.3 A forma de contabilização de acordo com as Normas Internacionais

O IFRS 2 exige que as empresas registrem nos resultados e na posição financeira os efeitos das transações com pagamentos de benefícios em ações, de acordo com seu valor justo, inclusive as despesas associadas a essas transações. A mensuração do valor da transação é

feita na época da concessão e a avaliação é efetuada de acordo com as condições específicas da concessão de ações ou opções de ações aos empregados. A contrapartida da mensuração a valor justo é uma despesa no resultado do período. O objetivo é a divulgação da natureza e extensão dos planos de ações existentes no período contábil, como o valor justo foi determinado e o efeito do pagamento no resultado e na posição financeira no período.

Dessa forma, o lançamento contábil abaixo seria efetuado na concessão do benefício. Haveria a contabilização do imposto de renda diferido se a despesa com remuneração em opções fosse dedutível para fins de tributação do imposto de renda na data de sua opção. No Brasil, tal despesa não é dedutível e não poderia, então, ter o imposto de renda diferido contabilizado.

Conta	Valor
D - Despesas com remuneração em opções (resultado)	Fair Value
C - Capital Social Adicional (remuneração em opções) - PL	
D - Imposto de Renda Diferido (Ativo)	Taxa IR
C - Benefício do Imposto de Renda Diferido (resultado)	X Fair Value

No exercício da opção de compra das ações, o lançamento contábil seria o seguinte:

Conta	Valor
D - Caixa	Valor recebido
D - Capital Social Adicional (remuneração em opções) - PL	Fair Value
C - Capital Social - ações subscritas	

O Capital Social registrado na subscrição das ações teria o valor efetivamente recebido no exercício da compra das ações pelos beneficiários acrescido do valor da opção de compra registrado anteriormente.

Se a empresa optasse em não registrar a despesa no exercício da concessão do benefício, já que não houve pagamento em dinheiro no compromisso pelo funcionário, mas sim em serviços, o registro da subscrição das ações seria o seguinte:

Conta	Valor
D - Caixa	Valor recebido
C - Capital Social - ações subscritas	

Nesse caso, nenhum impacto seria reconhecido no resultado, mesmo que os atuais acionistas tivessem direito a uma proporção menor da empresa.

É importante ressaltar que o valor do Patrimônio Líquido após o exercício da opção de compra das ações pelos beneficiários não seria diferente independentemente da opção de contabilização adotada. No primeiro caso, o capital social seria registrado pelo valor efetivamente recebido no exercício da opção de compra acrescido do valor justo das opções no momento da concessão. Os resultados acumulados registrariam a despesa com remuneração em opções. Portanto, esse valor líquido registrado é igual ao valor efetivamente recebido no exercício da opção de compra das ações pelos beneficiários registrado no caixa.

4.14.4 A Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07

O artigo 166, item III, da Lei nº 6.404/76 que define a possibilidade de aumento de capital social, entre outras formas, pela opção de compras de ações, não foi alterado pela Lei nº 11.638/07. Da mesma forma, o artigo nº 168 e o nº 176 também não foram alterados.

4.14.5 Participação nos resultados

O artigo 187, que determina os componentes discriminados na Demonstração do Resultado teve sua redação alterada pela Lei nº 11.638/07. A redação anterior era a seguinte:

Art. 187. A demonstração do resultado do exercício discriminará:

VI - as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, e as contribuições para instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados.

A nova redação é a seguinte:

VI – as participações de debêntures, de empregados e administradores, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa.

Conforme pôde ser notado, as participações de empregados ou administradores quando efetivamente dependentes do lucro devem ser contabilizadas como participações. Quando os benefícios são calculados com base em outros parâmetros senão lucro, devem ser contabilizados como despesa do período.

4.15 Planos de Pensão

A NPC nº 26 – Contabilização de Benefícios a Empregados, que foi elaborado pelo IBRACON - Instituto Brasileiro de Contadores, em parceria com o Conselho Federal de Contabilidade – CFF e implementada pela Deliberação CVM nº 371/00 para as companhias abertas, tem por objetivo “estabelecer quando e de que forma o custo para proporcionar benefícios a empregados deve ser reconhecido pela Entidade empregadora/patrocinadora, assim como as informações que devem ser divulgadas nas demonstrações contábeis dessa Entidade.”

De acordo com esse pronunciamento, em seu parágrafo 3º, a Entidade empregadora/patrocinadora deverá contabilizar:

- a. Um passivo, quando o empregado prestou serviços e terá direito a benefícios a serem pagos no futuro; e
- b. Uma despesa de benefício aos empregados, na medida em que ela se beneficia dos serviços por eles prestados.

Essa prática contábil foi alterada a partir dessa Deliberação, já que anteriormente, tais benefícios eram comumente contabilizados por regime de caixa, não obedecendo ao regime de competência de tais despesas, como trata o parágrafo transcrito acima. Apesar da aplicação antecipada da alteração dessa prática ser encorajada pela CVM, a Deliberação nº 371/00 passou a ser obrigatória a partir do início de 2002. As disposições transitórias da Deliberação determinaram ainda que os ajustes no passivo atuarial, decorrentes da adoção da nova prática, deveriam ser reconhecidos no resultado pelo período de cinco anos ou pelo tempo de serviço ou de vida remanescente dos empregados se estes forem menores. Existia ainda a alternativa do reconhecimento, até 31 de dezembro de 2001, no Patrimônio Líquido como “Ajuste de Exercícios Anteriores”.

De acordo com a NPC nº 26, em seus parágrafos de 25 a 27, o reconhecimento dos benefícios que não sejam pós-emprego deverá ser efetuado da seguinte forma:

Os benefícios de curto e de longo prazo devem ser reconhecidos contabilmente pelo empregador no resultado do período no qual o empregado presta o serviço em troca desses benefícios. Os ganhos e perdas atuariais e o custo dos serviços passados dos benefícios de longo prazo devem ser reconhecidos contabilmente no resultado do período pelo princípio de competência. Quando os benefícios são devidos após doze meses da data do balanço, estes devem ser descontados a valor presente. O desconto a valor presente deve ser calculado, na data do balanço,

por uma taxa de juros com base em negócios praticados no mercado para papéis de primeira linha (se não houver um mercado ativo para esses papéis, utilizar as taxas dos títulos do governo) e em condições consistentes com as obrigações dos benefícios relacionados. Na ausência desses papéis a Entidade deverá determinar e justificar a taxa de juros a ser utilizada.

Por outro lado, os benefícios pós-emprego, que são benefícios de aposentadoria e pensão e outros benefícios que serão pagos após o término do contrato de trabalho, como por exemplo, assistência médica e seguro de vida na aposentadoria, devem ter o seguinte tratamento:

A) O Plano de Contribuição Definida, no qual o risco atuarial e dos investimentos é do participante do plano, será contabilizado da seguinte forma, de acordo com os parágrafos 35 e 36:

A contabilização dos custos deste plano é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da patrocinadora naquele período. Conseqüentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial. Além disso, a obrigação não deve ser descontada a valor presente, exceto nos casos em que deverá ser liquidada subseqüentemente ao período de doze meses, no qual o empregado prestou os serviços que deram origem àquela obrigação.

As contribuições devem ser contabilizadas pela patrocinadora quando um empregado lhe prestou serviços, conforme definido a seguir:

- a. Como um passivo (despesa provisionada), após deduzir as contribuições já pagas. Se as contribuições pagas excederem as contribuições devidas por serviços prestados até a data do balanço, a Entidade deve reconhecer aquele excedente como um ativo (despesa antecipada) na extensão em que as antecipações irão, por exemplo, reduzir futuros pagamentos ou proporcionarão um reembolso de caixa à patrocinadora; e
- b. Como uma despesa do período, a menos que, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, seja requerida a inclusão da contribuição no custo de um ativo.

O custo do serviço passado na data da implantação ou alteração do plano deve ser amortizado pelo método da linha reta durante o período remanescente de serviço dos empregados que deverão receber os benefícios do plano. Se o plano for total ou substancialmente composto por participantes em gozo de benefício ou se já fazem jus aos benefícios, o reconhecimento deve ser imediato na demonstração do resultado do período, como um item extraordinário, líquido dos efeitos de impostos.

B) O Plano de Benefício Definido, no qual o risco atuarial e dos investimentos é da Entidade Patrocinadora, requer os seguintes procedimentos, de acordo com o parágrafo 49:

- a. Determinar não somente suas obrigações legais em relação ao plano de benefício, mas também qualquer outra obrigação constituída, oriunda de quaisquer práticas adotadas pela Entidade, e que resultará em pagamento de benefícios a empregados;
- b. Determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o valor justo de qualquer ativo do plano no encerramento de cada exercício. Caso necessário, esse procedimento também deve ser adotado em períodos regulares ao longo do exercício, de forma que não haja ajuste significativo no final do exercício;
- c. Utilizar o Método da Unidade de Crédito Projetada para determinar o valor presente de suas obrigações e os custos do serviço corrente e, quando aplicável, os custos do serviço passado;
- d. Utilizar premissas atuariais mutuamente compatíveis e imparciais sobre as variáveis demográficas (tais como índice de renovação de empregados e mortalidade) e variáveis financeiras (tais como aumentos salariais futuros, mudanças nos custos de saúde e outras mudanças nas

condições dos benefícios). As premissas financeiras devem ser baseadas nas expectativas de mercado na data do balanço, para o período no qual as obrigações serão estabelecidas;

e. Determinar, na data do balanço, uma taxa de juros com base em negócios praticados no mercado para papéis de primeira linha (se não houver um mercado ativo para esses papéis, utilizar as taxas dos títulos do governo) e em condições consistentes com as obrigações dos benefícios de aposentadoria. Na ausência desses papéis, a Entidade deverá determinar e justificar a taxa de juros a ser utilizada.

f. Determinar o passivo ou o ativo atuarial de benefício definido a ser contabilizado pela Entidade patrocinadora, conforme demonstrado a seguir:

- i. Obter o valor justo dos ativos do plano na data do balanço;
- ii. Deduzir o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço;
- iii. Deduzir os ganhos ou adicionar as perdas atuariais ainda não contabilizados, conforme as regras previstas neste pronunciamento; e
- iv. A parcela do custo do serviço passado ainda não contabilizada, conforme as regras previstas neste pronunciamento.

4.16 Correção Monetária

Nos países com altas taxas de inflação, a contabilização dos eventos por seu valor histórico perde sua representatividade. Os itens não monetários, ou seja, o imobilizado, o estoque, o capital podem apresentar distorções importantes se não forem corrigidos monetariamente. Os itens monetários, ou seja, o disponível, realizáveis e exigíveis, apesar de normalmente serem demonstrados por valores mais próximos ao real, ou atual, também sofrem distorções.

O Brasil adotou nesses trinta anos diferentes metodologias (legal e integral) de reconhecimento da inflação e diferentes índices, tais como ORTN, OTN, BTN, FAP, UFIR, e, dependendo do período, as correções foram efetuadas com base nas variações mensais, diárias ou trimestrais desses índices.

4.16.1 A Correção Monetária instituída pela Lei nº 6.404/76

A Lei nº 4.327 de 1964 introduziu a correção monetária das demonstrações contábeis no Brasil. Segundo ela, corrigiam-se monetariamente as contas do ativo imobilizado e suas depreciações, e a contrapartida era contabilizada como reserva para Aumento de Capital no Patrimônio Líquido. O Decreto-Lei nº 401 de 1968 e depois alterado pelo Decreto-Lei nº 1302 de 1973, permitia a criação de uma reserva para reconhecer os efeitos da inflação sobre o capital de giro próprio, reduzindo-se a conta de Lucros e Perdas, gerando-se uma conta de Reserva para Manutenção do Capital de Giro, e dessa forma, não alterando o Patrimônio Líquido.

A Lei das Sociedades por Ações, em seu artigo 185, alterou a sistemática de correção monetária utilizada no Brasil até aquela data:

Nas demonstrações financeiras deverão ser considerados os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional sobre o valor dos elementos do patrimônio e os resultados do exercício.

De acordo com a metodologia adotada naquela época, os valores do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido eram corrigidos e a contrapartida era a conta de Resultado da Correção Monetária no resultado do período.

A legislação fiscal, através do Decreto-Lei nº 1.598/77, definiu critérios para a adoção prática do método, quais seriam os índices a serem utilizados, a periodicidade das correções, valores-base, etc. Dessa forma, o critério de correção definido pela Lei das S.A. estendeu-se às demais pessoas jurídicas.

A saldo devedor da conta de correção monetária era considerado dedutível e o saldo credor, tributável para fins de imposto de renda, observada a hipótese de tributação somente no exercício da realização do ganho inflacionário, nos termos da legislação.

A princípio, a contabilização da correção monetária era efetuada na data do balanço, mas era permitida em balancetes intermediários.

A correção monetária poderia ainda ser feita através do Razão Auxiliar em ORTN, autorizado pelo fisco para todas as entidades, porém obrigatório para as empresas que na época tinham o patrimônio líquido maior que Cr\$ 100 milhões. Esse limite deveria ser corrigido anualmente. Ou ainda, poderia ser efetuado por um método simplificado, que era a correção direta dos saldos das contas, autorizado para empresas de menor porte.

A correção deveria ser feita de acordo com a ORTN, índice de desvalorização da moeda nacional reconhecido oficialmente pelas autoridades federais, mas que nem sempre acompanhou os índices efetivos de inflação. De acordo com (Santos, 1993):

Não podemos ficar imaginando que os índices utilizados para a atualização de nossas demonstrações contábeis são os melhores e mais perfeitos entre os disponíveis. Pelo contrário, as variações e manipulações sofridas em alguns períodos pelas ORTN, OTN, BTN e BTNF indicam

que, em certos momentos, esses foram, sem nenhuma dúvida, os piores índices que poderiam ser utilizados para a correção dessas demonstrações.

4.16.1.1 As alterações posteriores

A correção monetária oficial foi suspensa em curtos períodos, durante o Plano Cruzado em 1986 e durante o Plano Verão em 1989.

A Lei nº 7.738/89 trouxe novamente a correção monetária das demonstrações contábeis, conforme seu artigo 27:

Nas demonstrações contábeis das pessoas jurídicas deverão ser considerados os efeitos da modificação do poder de compra da moeda nacional sobre o valor dos elementos do patrimônio e os resultados do exercício, segundo critérios a serem fixados em decreto.

Em vez de decreto, surgiu a Lei nº 7.799/89 que, em seu artigo 4º, determinava, além da correção monetária das contas de ativo permanente e respectiva depreciação, amortização ou exaustão e provisões para perdas na realização de investimentos e das contas do Patrimônio Líquido, a correção de imóveis não classificados no Ativo Permanente, de aplicações em ouro, de adiantamento a fornecedores de bens que deveriam ser corrigidos, exceto se o contrato previsse a indexação de crédito e, ainda, de outras contas que viessem a ser determinadas pelo Poder Executivo, considerada a natureza dos bens que representassem.

Apesar da extensão da correção monetária a outros componentes do balanço, itens não-monetários como estoques, adiantamentos a fornecedores, adiantamento de clientes e despesas antecipadas não deveriam ser corrigidas. Além disso, ajustes a valor presente de valores a receber e a pagar não eram efetuados, gerando distorções importantes nas demonstrações contábeis.

Em 1991, a Lei 8.200 obrigou a correção complementar das demonstrações contábeis referente à diferença apurada entre a variação, em 1990, da BTF Fiscal e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Essa correção monetária deveria ser efetuada, exclusivamente, em balanço especial levantado, para esse efeito, em 31 de janeiro de 1991, após a correção com base no BTN Fiscal.

A correção deveria ser contabilizada em subconta distinta da do valor original do bem e a contrapartida deveria ser uma conta de reserva especial. Os efeitos fiscais da diferença apurada entre a correção da BTN Fiscal e o IPC em 1990 se dariam a partir de 1993.

Essa lei facultou ainda a correção especial, sem implicações fiscais, para ajustar bens do ativo permanente que estivessem subavaliados.

O Decreto nº 332/91, que regulamentou as Leis nºs 7.799/89 e 8.200/91, previa a correção monetária de contas que representassem aplicações em consórcios, para os contratos de mútuo entre empresas ou pessoas ligadas e para as contas referentes a adiantamentos para aumento de capital, além dos itens definidos pela Lei nº 7.799/89.

Mesmo com mais esse avanço da legislação, outros itens não-monetários não eram corrigidos e valores a receber e a pagar não eram trazidos a valor presente.

4.16.2 A Correção Integral

Com o aumento das taxas de inflação no país no decorrer dos anos, seus efeitos nos registros contábeis se tornavam mais e mais significativos e as demonstrações perdiam a qualidade de informação. A perda da capacidade de compra das disponibilidades, mesmo com os artifícios utilizados na época para sua correção, isto é, juros nas vendas a prazo e aplicações financeiras, necessitava ser demonstrada e contabilizada. De forma análoga, o ganho de capacidade de compra dos valores a pagar também deveria ser demonstrado. O Lucro Bruto era demonstrado de forma muito distorcida, quando da comparação do preço de venda dos produtos ou compras de matérias-primas na data do balanço e de seus preços em meses anteriores. As despesas e receitas registradas durante o período já estavam defasadas na data do balanço. Os valores de itens não-monetários que não eram corrigidos, tais como estoques e despesas antecipadas, também.

Soluções alternativas como o *price level accounting* e a contabilidade a preços de reposição corrigidos eram indicadas, já que a forma simplificada da lei das Sociedades por Ações não era mais adequada para índices inflacionários tão elevados.

4.16.2.1 A Instrução CVM nº 64/87

Em 1987, a CVM instituiu a Instrução nº 64, que passou a exigir que as **companhias abertas** publicassem demonstrações **complementares** em moeda de capacidade aquisitiva constante. Foi necessário o desenvolvimento e a adoção de uma metodologia mais completa de correção monetária das demonstrações contábeis do que a instituída pela Lei das Sociedades por Ações.

É importante ressaltar que o resultado apurado de acordo com essa sistemática não era utilizado para fins societários, como o pagamento de dividendos e apuração dos impostos. Para esse fim, a base eram demonstrações contábeis corrigidas de acordo com a sistemática de correção monetária da Lei nº 6.404/76 e posteriores alterações da legislação fiscal.

O principal objetivo do sistema de Correção Integral é produzir demonstrações contábeis em uma única moeda, para todos os seus componentes, além de explicar os efeitos da inflação sobre cada conta. Nessa sistemática, mantém-se o Princípio do Custo como Base de Valor, pois os valores são simplesmente corrigidos monetariamente, critério que não deve ser confundido com valores de mercado ou de reposição.

Enquanto a Lei das Sociedades por Ações determinava que os efeitos da inflação deveriam ser registrados numa única linha na Demonstração de Resultados, a conta de Resultado da Correção Monetária, a sistemática da correção integral distribuía o efeito da inflação a cada uma das contas de despesas e receitas e, em adição, demonstrava os ganhos ou perdas com os itens monetários. Além disso, corrigiam-se outros ativos não monetários, como os estoques e despesas antecipadas, que não eram corrigidos de acordo com a Lei nº 6.404/76.

Além da escolha do índice representativo das variações de preços a ser utilizado para a correção integral, outro ponto importante é a classificação dos elementos do balanço em:

- itens monetários puros, que são contas de valor prefixado que não possuem nenhuma forma de reajuste;
- itens monetários prefixados, que não são reajustados, mas cujo valor já embute expectativa de inflação, como os valores a receber de clientes de vendas a prazo;
- itens monetários indexados, que são contas sujeitas à atualização por índices pós-fixados, como empréstimos corrigidos por moeda estrangeira e,

- itens não monetários, que representam os bens, como estoque e imobilizado, despesas antecipadas, adiantamentos de clientes ou a fornecedores, resultados de exercícios futuros.

Em 1990, através da Instrução CVM nº 108/90, passou-se a exigir, para as demonstrações contábeis a partir de 1989, que os ganhos e perdas com os itens monetários e os ajustes a valor presente fossem considerados na Demonstração do Resultado do Exercício como retificação das contas que lhes deram origem. O cálculo dos ajustes a valor presente para itens com vencimento inferior a 90 dias e a correção monetária do estoque formado há 90 dias da data do balanço eram facultativas.

4.16.2.2 A Instrução CVM nº 191/92

Em 1992, a CVM emitiu a Instrução nº 191/92, que consolidou, alterou e revogou as instruções 64/87, 138/91 e 146/91 e instituiu a Unidade Monetária Contábil – UMC, como unidade de referência para a correção monetária integral das demonstrações. A idéia era a utilização de índices que representassem adequadamente a variação de preços da economia. De forma resumida, a sistemática utilizada era a seguinte:

Os itens monetários ativos ou passivos originários de operações prefixadas deveriam ser calculados a valor presente, com base na taxa média nominal da ANBID.

Os itens não monetários deveriam ser registrados pelo valor presente na data da operação e, a partir de sua formação, deveriam ser controlados em quantidades de UMC.

Os ganhos e perdas gerados pelos itens monetários e os ajustes a valor presente de valores a pagar ou a receber deveriam ser apropriados nas contas de resultado a que se vinculassem. Nos casos de itens monetários que gerassem receitas ou despesas financeiras, os ganhos e perdas deveriam ajustar essas contas de resultado, de forma que o saldo representasse despesas ou receitas financeiras reais.

O imposto de renda diferido tem como origem a diferença entre o Patrimônio Líquido calculado pela Legislação Societária e o apurado de acordo com a sistemática de Correção integral. De acordo com o artigo nº 21, parágrafo único da Instrução CVM nº 191/92:

Deverão ser considerados, nas demonstrações contábeis em moeda de capacidade aquisitiva constante, os efeitos dos encargos tributários nas diferenças intertemporais, decorrentes de avaliações patrimoniais diferenciadas, na forma de crédito por pagamento antecipado ou provisão para encargos tributários diferidos.

4.16.3 A revogação do registro da Correção Monetária

Em 1995, a Lei nº 9.249, em seu artigo 4º, revogou a correção monetária das demonstrações contábeis, isto é, a partir dessa data, a utilização de qualquer forma de correção monetária não mais poderia ser registrada, distorcendo as informações contábeis publicadas.

Fica revogada a correção monetária das demonstrações financeiras de que tratam a Lei nº 7.799, de 10 de julho de 1989, e o art. 1º da Lei nº 8.200, de 28 de junho de 1991.

Parágrafo único. Fica vedada a utilização de qualquer sistema de correção monetária de demonstrações financeiras, inclusive para fins societários.

A CVM, através da Instrução 248/96, tornou facultativa a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis em moeda de poder aquisitivo constante. Em seu artigo primeiro, consta o seguinte:

As demonstrações financeiras e as informações trimestrais exigidas nos atos normativos da CVM, em especial nas Instruções CVM nº 202, de 06 de dezembro de 1993, nº 206, de 14 de janeiro de 1994, nº 207, de 01 de fevereiro de 1994 e nº 232, de 10 de fevereiro de 1995, devem ser elaboradas e divulgadas na forma da legislação societária, modificada pelos artigos 4º e 5º da Lei nº 9.249/95, passando a ser facultativa a sua elaboração e divulgação em moeda de capacidade aquisitiva constante.

De acordo com Santos (2007, p. 34):

Como se percebe do texto legal, a proibição de utilização de sistemas que possam considerar os efeitos da inflação não é restrita a aspectos fiscais, mas inclui também os aspectos societários. Isso significa que a perda do poder de compra da moeda não só não deve ser considerada no cálculo dos impostos (imposto de renda da pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro), como também para efeito dos dividendos. Dessa forma, a legislação impediu qualquer possibilidade de as empresas buscarem, através de suas assembléias de acionistas, mecanismos legais para cálculo e pagamento de dividendos a partir de resultados que considerem os efeitos da perda de poder aquisitivo da moeda.

A Lei nº 11.638/07 não alterou nenhum dispositivo referente à extinção da correção monetária no Brasil.

4.17 Juros sobre capital próprio

Em 1976, a Lei das Sociedades por Ações já contemplava a possibilidade de pagamento de juros sobre o capital em seu artigo 179, item V, conforme segue:

V - no ativo diferido: as aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social, inclusive os juros pagos ou creditados aos acionistas durante o período que anteceder o início das operações sociais.

Existia, então, a possibilidade de registro dos juros sobre o capital pagos aos acionistas como Ativo Diferido, desde que creditados antes do início as operações da companhia. De acordo com Santos (2007, p. 35), essa prática era utilizada principalmente por empresas com prazos de maturação mais longos:

Muitas dessas empresas, principalmente as de saneamento básico e de energia elétrica, adotaram essa prática de contabilização visando dois aspectos específicos: o primeiro por recomendação do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE, e o segundo por interesses econômicos, uma vez que a base para cálculos das tarifas, que durante muito tempo foram controladas pelo Governo, considerava o valor total do ativo permanente, portanto, incluindo os valores contabilizados como ativo diferido.

4.17.1 Juros sobre capital próprio instituído como despesa dedutível

A Lei nº 9.249/95 instituiu, em seu artigo 9º, a possibilidade de remuneração do capital dos acionistas através de juros que se configurariam despesas dedutíveis para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social.

A pessoa jurídica poderá deduzir, para efeitos da apuração do lucro real, os juros pagos ou creditados individualizadamente a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

Para que sejam dedutíveis, os Juros sobre Capital Próprio ficam limitados a 50% do lucro do período ou do saldo de lucros acumulados e de reservas de lucros e estão sujeitos à tributação de IRRF por uma alíquota de 15%. Eles são calculados aplicando-se a variação da TJLP sobre as rubricas do Patrimônio Líquido, exceto a Reserva de Reavaliação, salvo se ela for tributada. O valor de Juros sobre Capital Próprio pode ser imputado ao dividendo obrigatório de que trata o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

De acordo com a Instrução Normativa nº 11/96, os valores de Juros sobre Capital Próprio devem ser contabilizados como despesa financeira:

Parágrafo único. Para efeito de dedutibilidade na determinação do lucro real, os juros pagos ou creditados, ainda que imputados aos dividendos ou quando exercida a opção de que trata o § 1º do artigo anterior, deverão ser registrados em contrapartida de despesas financeiras.

A Deliberação CVM nº 207/96 conceitua os JSCP em essência como destinação dos lucros e devem ser demonstrados na DMPL. Dessa forma, para que sejam dedutíveis, deverão ser contabilizados como despesa financeira e para que estejam corretamente demonstrados, devem ser reclassificados como destinação de lucros. A CVM determina ainda que, caso os JSCP sejam imputados ao dividendo obrigatório, sejam líquidos de IRRF.

Os conceitos utilizados para juros sobre o capital são baseados em conceitos econômicos de custo de oportunidade, cuja definição, de acordo com Santos (2007, p. 36), “vem sempre atrelada à hipótese de melhor alternativa que foi deixada de lado ou desprezada”. O custo do capital próprio refere-se ao retorno esperado do acionista ou sócio do empreendimento e não existe consenso na área contábil quanto à sua mensuração, inclusive se o resultado do próprio exercício deve servir de base ou não. Ainda, de acordo com Santos (2007, p. 35):

O tema “Juros Sobre o Capital Próprio” pode ser pesquisado sobre diversos ângulos. Por exemplo, no dia-a-dia das empresas e em muitos trabalhos escritos, a expressão “juros sobre o capital próprio” tem sido utilizada como algo que substitui o “custo do capital próprio” ou “custo de oportunidade”, e a utilização dessas expressões como sinônimas pode não ser a mais adequada.

De acordo com Martins (2004, p. 2), com a extinção do registro contábil da correção monetária no Brasil, a Receita Federal, para compensação do aumento de carga tributária que esse fato acarretou, criou a figura dos JSCP. O modelo de correção monetária adotado pela Lei nº 6.404/76 era baseado num modelo inglês que tem como conceito de lucro “o aumento patrimonial excedente ao efeito inflacionário”. E continua:

[...] a correção de qualquer Ativo, seja um estoque ou um imobilizado etc., produz alterações temporárias no resultado e no Patrimônio Líquido, já que o que houver de atualização num momento haverá de acréscimo na despesa futura (custo da mercadoria vendida, depreciação, custo do imobilizado baixado, etc.); mas não altera o lucro acumulado e o Patrimônio Líquido final no longo prazo (a menos dos ganhos/perdas reais com antecipação ou prorrogação de tributos). Assim, a conclusão final é que o fundamental, no longo prazo, é a **Correção Monetária do Patrimônio Líquido**.

Dessa forma, o grande problema ocorrido com o fim da possibilidade do registro da correção monetária foi a extinção da Correção Monetária do Patrimônio Líquido. A consequência foi a tributação com base no resultado nominal que será maior que o resultado corrigido. Para compensar tal situação, as alíquotas do impostos de renda foram reduzidas. De acordo com Martins (2004, p. 2):

[...] criava-se, apesar dessa redução, um gravíssimo problema de iniquidade fiscal: com a extinção da correção monetária, essa de redução de alíquota não contemplava todas as empresas de forma homogênea. Afinal, as que tinham maior Patrimônio Líquido estavam perdendo muito mais com a extinção da correção do que as com Patrimônio Líquido inferior.

Além da redução da alíquota do imposto de renda, foi criada a figura de Juros sobre o capital próprio, de forma que uma taxa de juros nominal é aplicada sobre o Patrimônio Líquido da empresa reduzindo seu lucro tributável. De acordo com Martins (2004, p.4):

Assim, ao deduzir do lucro uma taxa de juro nominal, estaria deduzindo mais do que a correção monetária do patrimônio Líquido. Daí, para compensar, instituiu-se a figura de um imposto de renda (por uma alíquota inferior, é claro) sobre essa parcela; aliás, outro motivo para a existência desse imposto de renda especial é o seguinte: a Lei havia diminuído a alíquota do tributo sobre o lucro por causa da extinção da correção monetária, mas estando novamente a correção monetária do Patrimônio Líquido de forma implícita na figura do juros Sobre o Capital Próprio, seria necessário agora anular-se aquela redução, ou seja, precisaria voltar a ser majorada para se tentar voltar à situação anterior. Assim, o imposto de renda incidente sobre os Juros Sobre o Capital Próprio tem dupla função: acrescer a alíquota anteriormente diminuída por causa da extinção da correção monetária na parcela do lucro, sendo declarada a esse título, e compensar o excesso de dedução desses juros por conterem mais do que a inflação (imposto, pois, sobre o juro real deduzido).

Concluindo, a criação dos JSCP teve por objetivo corrigir a desigualdade de tributação ocorrida após a extinção da correção monetária com a Lei 9.249/95.

4.18 Entidades de propósito específico - EPE

A Entidade de Propósito Específico (EPE), também conhecida como Sociedade de Propósito Específico (SPE) ou por expressões equivalentes em inglês *Special Purpose Entity* (SPE) ou *Special Purpose Company* (SPC), é uma entidade utilizada para realizar um determinado propósito específico e definido.

Ela tem sido utilizada no Brasil para execução de obra ou prestação de serviços, para desenvolver atividades de pesquisa e desenvolvimento, de exploração de energia elétrica ou

gás, viabilizar operação de arrendamento mercantil ou securitização de ativos, ou outra atividade com utilização de oportunidades de financiamento, mediante a segregação dos riscos específicos dos ativos ou de atividades dos riscos totais da empresa beneficiária da criação da EPE ou SPE. Sua forma jurídica mais comum no Brasil é sociedade limitada ou por ações.

Há a exigência de criação de EPE em licitações e concorrências públicas, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 8.987/93, e as modificações introduzidas pela Lei nº 9.074/95, a Lei das Licitações Públicas, com o propósito definido de implantar ou gerir a obra pública licitada ou prestar os serviços públicos objeto da concessão. Essa exigência existe também nos casos de licitação e contratação de Parcerias Público-Privadas (PPP).

4.18.1 As Instruções da CVM

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) exige, através de sua Instrução nº 408/04, que as EPE sejam incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas das companhias abertas, quando elas possuírem relação de controle direto ou indireto. Dessa forma, o mercado tem acesso à informação sobre a situação financeira e patrimonial da companhia como um todo, pois negócios controlados pela companhia aberta através de uma EPE podem afetar seu resultado significativamente. As participações societárias em EPE incluídas na consolidação deverão ser avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Para determinação de consolidação ou não da EPE, são considerados os indicadores de controle da companhia aberta sobre a EPE, de acordo com o parágrafo único do artigo primeiro da referida instrução, quando as atividades forem conduzidas em nome da companhia aberta ou em função de suas necessidades operacionais específicas, desde que, alternativamente, direta ou indiretamente:

- I – a companhia aberta tenha o poder de decisão ou os direitos suficientes à obtenção da maioria dos benefícios das atividades da EPE, podendo, em consequência, estar exposta aos riscos decorrentes dessas atividades; ou
- II – a companhia aberta esteja exposta à maioria dos riscos relacionados à propriedade da EPE ou de seus ativos.

A companhia aberta deverá ainda divulgar em nota explicativa a natureza, o propósito e as atividades da EPE, o tipo e o valor dos ativos consolidados que estejam em garantia das obrigações da EPE para os casos em que se exija a consolidação.

Para os casos em que não houver exigência de consolidação, a companhia aberta deverá divulgar: a natureza, o propósito e as atividades da EPE, a natureza e os riscos decorrentes do seu envolvimento com a EPE e a identificação do beneficiário principal das atividades da EPE.

A CVM, em seu Ofício Circular CVM/SNC/SEP Nº 01/06, exemplifica casos como este a seguir apresentado dos Fundos de Investimentos Exclusivos, que são exemplo de entidades que normalmente têm características que os levam a serem tratados como EPE e conseqüentemente, consolidados. Em seu item 20.2.2.1, consta o seguinte:

Normalmente os fundos exclusivos representam apenas um veículo para que a companhia diversifique seus investimentos em uma carteira conveniente em termos de fluxo de caixa e rentabilidade, com a neutralidade do tratamento tributário dos fundos (uma vez que as operações realizadas pelo fundo não se sujeitam ao IRRF, assim como sobre a movimentação financeira do fundo não incide a CPMF) . Assim, em essência, os ativos do fundo são na verdade os ativos da companhia, e devem ser assim considerados, para fins da divulgação nas demonstrações contábeis consolidadas, evidenciando, segregadamente, a sua natureza.

A seguir, o Ofício Circular dá como exemplo de EPE os Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDCs), criados para captação de recursos. Tais operações têm características de financiamento e devem ser evidenciadas como passivo nas demonstrações consolidadas. Os valores dos recebíveis devem ser apresentados no grupo do ativo de origem. No caso de cessão ao fundo de direitos creditórios dos fluxos de caixa futuros, o valor recebido deve constar no passivo e os custos financeiros como despesa do período.

Concluindo, o objetivo das instruções da CVM é o de aprimorar a divulgação das informações financeiras pelas companhias abertas. Se uma companhia controla economicamente uma EPE, os ativos, passivos e resultados dessa EPE devem ser incluídos nos balanços consolidados da controladora, mesmo que esse controle não se dê pela participação direta ou indireta na EPE. Com essa Instrução, a CVM alinha-se às práticas contábeis internacionais que versam sobre esse assunto.

4.19 Re-elaboração das demonstrações contábeis de períodos prévios quando de ajustes de exercícios anteriores

4.19.1 A Lei nº 6.404/76

A Lei nº 6.404/76, em seu artigo 186, parágrafo 1º estabeleceu que:

§ 1º Como ajustes de exercícios anteriores serão considerados apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subseqüentes.

Dessa forma, foi estabelecido o critério pelo qual o lucro do período não deveria ser influenciado por efeitos de períodos anteriores. O resultado do período deveria refletir o ocorrido naquele ano e assim poderia ser comparado com anos subseqüentes. Os ajustes de exercícios anteriores contemplam duas situações: efeitos da mudança de critério contábil e retificação de erro imputável a período anterior.

Sobre o primeiro item, o artigo 177 da Lei nº 6.404/76 estabeleceu que os critérios contábeis deveriam ser uniformes, conforme segue:

A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta Lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência.

A utilização de critérios uniformes, no entanto, não significa que não poderiam ser alterados num determinado período, com o objetivo de melhor refletir a situação da empresa. Na ocorrência de alteração do critério contábil, como por exemplo, mudança no método de cálculo do custo de PEPS para médio, ou ainda, alteração de registro por regime de caixa de despesas para regime de competência, esse fato deverá ser divulgado, e seus efeitos indicados, de acordo com o parágrafo 1º do artigo 177 da Lei nº 6.404/76:

§ 1º As demonstrações financeiras do exercício em que houver modificação de métodos ou critérios contábeis, de efeitos relevantes, deverão indicá-la em nota e ressaltar esses efeitos.

No caso de impraticabilidade do cálculo dos efeitos, esse fato deve ser mencionado em notas explicativas.

O segundo item, isto é, erros imputáveis a períodos anteriores e que não possam ser atribuídos a fatos subseqüentes, não deve ser confundido com alterações em estimativas contábeis na constituição de provisões, as quais sofrem variações normais.

O lançamento desses ajustes em resultado de exercícios anteriores deve ser efetuado de forma cuidadosa e para valores materiais. O valor de imposto de renda referente ao ajuste também deve ser contabilizado contra a conta de Lucros Acumulados.

4.19.2 A Instrução CVM nº 59/86

Em 1986, através da Instrução nº 59, que tornou obrigatória a elaboração e a publicação da demonstração das mutações do patrimônio líquido pelas companhias abertas, a CVM, em seu artigo 11, determinou que os ajustes de exercícios anteriores, constantes naquela demonstração deveriam ser segregados em efeitos decorrentes da mudança de critério contábil e efeitos decorrentes da retificação de erros cometidos em exercícios anteriores. Os efeitos fiscais de tais ajustes também deveriam ser contabilizados na conta de Lucros Acumulados e as razões divulgadas em nota de rodapé na DMPL ou em Notas Explicativas.

A Instrução ainda diz o seguinte, no parágrafo primeiro do mesmo artigo: “os ajustes referidos neste artigo não podem estar vinculados a fatos subseqüentes, posto que, neste caso, serão considerados no resultado do exercício”.

A Instrução da CVM está alinhada à Lei nº 6.404/76 quando ressalta que os ajustes não devem estar vinculados com eventos subseqüentes à data das demonstrações contábeis. Ajustes que tenham origem em eventos subseqüentes devem ser contabilizados como resultado do período e não como ajuste em Lucros Acumulados.

Desde o início da década de 90, os estudiosos da área já alertavam para o fato de que ajuste de exercícios anteriores deveria ser tratado como um item especial na demonstração de resultados, pois sempre existiria a possibilidade de arbítrio em alguns casos de erros ou alterações de critérios contábeis.

4.19.3 A Deliberação CVM nº 506/06

A Deliberação CVM nº 506/06 aprovou o Pronunciamento do IBRACON nº 12 sobre Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, com o objetivo de convergência das práticas contábeis brasileiras às internacionais. O texto da Deliberação correlaciona-se com o IAS nº 8, emitido pelo IASB.

Esse documento também define que os efeitos tributários dessas alterações efetuadas deverão ser contabilizados de acordo com a NPC nº 25 - Contabilização do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Enquanto a Lei nº 6.404/76 trata de efeitos de mudanças de critérios contábeis e retificação de erros, essa Deliberação trata da adoção e alterações das práticas contábeis, mudanças em estimativas contábeis e erros. Além disso, ela traz uma figura que não aparecia até então: a reelaboração das demonstrações contábeis em alguns casos.

a) Mudanças nas práticas contábeis

De acordo com o parágrafo 13 da Deliberação, as mudanças nas práticas contábeis ocorrem se:

- a. for exigida por uma norma ou interpretação; ou
- b. resultar em melhor apresentação ou em informação mais confiável, nas demonstrações contábeis, dos efeitos de transações ou de outros eventos na posição patrimonial e financeira da entidade, em seu desempenho e sua movimentação financeira.

A contabilização de ativos imobilizados por valores reavaliados, em relação aos valores de custos, é uma mudança na prática contábil e deve ser tratada de acordo com a NPC 24 - Reavaliação de Ativo Imobilizado.

As mudanças nas estimativas contábeis e a adoção de nova prática contábil para eventos imateriais ou que não ocorriam anteriormente, ou ainda, referentes a eventos de natureza distinta aos que ocorriam anteriormente, não configuram mudanças nas práticas contábeis. De acordo com o parágrafo 17 da Deliberação, a adoção de uma nova prática contábil deve ser:

- a. registrada de acordo com as disposições transitórias específicas da NPC envolvida, quando existentes; ou
- b. registrada retrospectivamente, caso inexistam disposições transitórias específicas na NPC ou no caso de mudança voluntária de prática contábil.

Quando a prática contábil for aplicada retrospectivamente, a entidade deve ajustar o balanço de abertura para cada conta ou grupo de contas relativo ao período mais antigo apresentado para fins de comparação, bem como os demais valores comparativos apresentados, como se a nova prática contábil estivesse sempre em uso. Deverá, também, discriminar na conta de lucros ou prejuízos acumulados, dentro das mutações do patrimônio líquido, os efeitos da adoção da nova prática contábil e o lucro líquido originalmente apurado.

Para os casos que não for possível a aplicação retrospectiva, o tratamento deverá ser o seguinte, de acordo com o parágrafo 22 e 23 da Deliberação:

Quando for impraticável determinar o período específico dos efeitos da mudança em prática contábil relativamente a informações comparativas apresentadas para um ou mais períodos, a entidade deverá aplicar a nova prática contábil aos saldos de abertura dos ativos e passivos do exercício mais antigo apresentado para o qual a aplicação retrospectiva é praticável, que pode ser o período corrente, e deverá proceder ao correspondente ajuste ao saldo de abertura de cada componente do balanço daquele período.

Quando for impraticável determinar o efeito cumulativo nos saldos de abertura do período corrente pela aplicação da nova prática contábil a todos os períodos anteriores, a entidade deverá ajustar as informações comparativas para aplicar a nova prática contábil prospectivamente a partir do período mais antigo que for praticável.

O ajuste referente a períodos anteriores àqueles apresentados para fins comparativos deve ser feito nos saldos de abertura do período mais antigo apresentado. Normalmente, esse ajuste é feito na conta de lucros ou prejuízos acumulados, exceto se houver determinação diferente em outra norma.

A mudança da prática contábil, seus efeitos e motivos devem ser divulgados em notas explicativas.

b) Mudanças nas estimativas contábeis

A Deliberação CVM nº 506/06 define que as mudanças ou revisões em estimativas contábeis, tais como créditos de liquidação duvidosa, estoques obsoletos, valor justo de ativos ou passivos financeiros, vida útil de ativos, obrigações decorrentes de garantias, etc. não são consideradas erros e não se referem a períodos anteriores.

Essas mudanças decorrem da obtenção de novas informações ou tecnologias após a elaboração das demonstrações contábeis ou, ainda, de alteração nos padrões de consumo dos ativos.

Dessa forma, devem afetar o resultado no período da mudança e períodos futuros, se for o caso. Os efeitos relevantes devem ser divulgados.

c) Erros identificados em períodos posteriores

Erros são omissões ou distorções existentes nas demonstrações contábeis, resultantes de falhas na interpretação ou no uso de informações confiáveis que já estavam disponíveis quando da elaboração dessas demonstrações. Incluem enganos matemáticos ou na aplicação de práticas contábeis. Dessa forma, poderiam ser evitados, já que são resultado de imperícia ou fraude.

Os erros identificados em períodos posteriores ao da divulgação das demonstrações contábeis devem ser corrigidos de forma retrospectiva, isto é, nas divulgações posteriores, o balanço de abertura e os saldos iniciais deverão contemplar a correção dos erros, para que as demonstrações sejam comparativas. De acordo com o parágrafo 40 da Deliberação, a correção deve ser feita:

- a. procedendo-se ao ajuste nos valores comparativos do(s) período(s) anterior(es) em que o erro foi cometido;
- b. ou, se o erro ocorreu antes do período mais antigo apresentado, considerando o ajuste no saldo inicial das contas do ativo, passivo e de lucros ou prejuízos acumulados do período mais antigo apresentado, de forma que as demais demonstrações contábeis sejam apresentadas como se o erro não tivesse ocorrido.
- c. discriminando, na conta de lucros ou prejuízos acumulados, dentro das mutações do patrimônio líquido, os efeitos da correção do erro e o lucro líquido originalmente apurado.

As informações referentes à natureza e aos efeitos de erros identificados em períodos posteriores à preparação e divulgação das demonstrações contábeis devem ser divulgadas em notas explicativas.

4.19.4 A Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07

Os artigos 177 e 186 da Lei nº 6.404/76, em seus itens que tratam de mudanças nas práticas contábeis e correções de erros não foram alterados pela Lei nº 11.638/07. Dessa forma, têm o mesmo conteúdo do texto original, de trinta anos atrás.

Por um lado, a lei trata de mudanças nas práticas contábeis e erros e a Instrução CVM nº 506/06, além desses assuntos, trata das mudanças nas estimativas contábeis, evidenciando o fato de que elas sofrerão naturalmente alterações no decorrer do tempo, por novas informações disponíveis ou novas situações ocorridas, mas não devem ser confundidas com mudanças em práticas contábeis ou erros e, portanto, não configuram ajustes de períodos anteriores. Nesse ponto, a Lei das Sociedades por Ações e a deliberação da CVM em vigor são convergentes.

A novidade trazida pela Deliberação é a obrigatoriedade de:

- nos casos de mudanças nas práticas contábeis, sua aplicação deve ser retrospectiva aos períodos divulgados e,
- nos casos de erros, corrigidos retrospectivamente aos períodos anteriores divulgados.

4.20 Quadro Resumo das alterações na Legislação Societária

Quadro 8 – Resumo das alterações na legislação societária

	Lei 6.404/76	Alterações Posteriores
<u>Demonstrações Contábeis</u>	Grupos do Ativo: Circulante, RLP e Permanente.	Deliberação CVM nº 488/05: Grupos do Ativo: Circulante e Não Circulante.
	Subgrupos do Ativo Permanente: Investimentos, Imobilizado e Diferido.	Deliberação CVM nº 488/05: Subgrupos do Ativo Permanente: Investimentos, Imobilizado, Intangível e Diferido. A mesma divisão consta da Lei nº 11.638/07.
Balanco Patrimonial	Grupos do Passivo: Circulante ELP, REF, PL.	Deliberação CVM nº 488/05: Grupos do Passivo: Circulante, Não Circulante, REF, PL. A mesma divisão consta da Lei nº 11.638/07.
	Subgrupos do PL: Capital, Reservas de Capital, de Reavaliação, de Lucros e Lucros ou Prejuízos Acumulados.	Deliberação CVM nº 488/05 e Lei nº 10.303/01: Subgrupos do PL: Capital, Reservas de Capital, de Reavaliação, de Lucros e Prejuízos Acumulados. Lei nº 11.638/07: Subgrupos do PL: Capital, Reservas de Capital, de Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria e Prejuízos Acumulados.
	Conceito de provisões: passivo em cuja mensuração utilize-se estimativas.	Deliberação CVM nº 489/05: define critérios de reconhecimento e bases de mensuração de provisões e contingências ativas e passivas.
	Ativos contabilizado ao custo ou mercado, dos dois o menor.	Lei nº 11.638/07 introduziu o conceito de <i>fair value</i> alterando o artigo 183 da Lei nº 6.404/76. A nova legislação introduziu também o <i>impairment</i> . CPC 01 ratificado pela Deliberação nº 527/07 normatiza o assunto.
DLPA e DMPL	Obrigatoriedade da divulgação da DLPA que poderia ser substituída pela DMPL.	Instrução CVM nº 59/86 - obrigatoriedade da divulgação da DMPL pelas companhias abertas. Lei nº 11.638/07 - a DLPA pode ser substituída pela DMPL.
DOAR e DFC	Obrigatoriedade da divulgação da DOAR.	IBRACON NPC nº 20/99 recomenda a publicação da DFC como informação complementar. Ofício Circular CVM/SNC/SEP 01/2006, item 1.5 determina que as empresas que divulgam a DFC fora do Brasil devem publicá-la no país também, para que não exista assimetria de informações. FIPECAFI propõe um novo modelo para a DOAR. A Lei nº 11.638/07 - substituiu a DOAR pela DFC.

Lei 6.404/76		Alterações Posteriores
DVA		<p>Desde 2000, a CVM, através do Ofício-Circular CVM/SNC/SEP 01/00, sugere a elaboração e divulgação da DVA de acordo com o modelo desenvolvido pela FIPECAFI.</p> <p>O CFC, através de sua Resolução nº 1.010 de 21.01.2005, aprovou a NBC T 3.7 estabelece procedimentos para evidênciação da DVA.</p> <p>A Lei nº 11.638/07 tornou a DVA obrigatória para as companhias abertas.</p>
<u>Ativo Imobilizado</u>		<p>Decreto-Lei 1.598/77, estendeu a possibilidade de reavaliação para os outros tipos de sociedades e não admite Reavaliação de Investimentos.</p> <p>A Deliberação CVM nº 13/81 restringiu a possibilidade da reavaliação para bens do ativo imobilizado, exceto os que serão descontinuados.</p> <p>Deliberação CVM nº 27/86 a Reavaliação não deve ser feita para ativos que serão descontinuados.</p> <p>A Deliberação CVM nº 165/94 determinou o estorno da Reavaliação para ativos que seriam descontinuados.</p> <p>A Instrução CVM nº 189/92 e a Deliberação CVM nº 183/95, que aprova o Pronunciamento do Ibracon NPC nº 24, determinam a contabilização dos efeitos tributários da Reavaliação.</p> <p>Deliberação CVM nº 183/95: As reavaliações devem ser periódicas. Aceita-se reavaliações de agrupamentos (mesma conta, mesma natureza, mesmo local). Aceitável somente para bens tangíveis do ativo imobilizado.</p> <p>Deliberação nº 288/88, a CVM abriu a possibilidade de se reverterem as reavaliações anteriormente registradas.</p> <p>Resolução do CFC nº 1.004/04 que aprovou a NBC T 19.6 – Reavaliação de Ativos determina a manutenção da reavaliação por no mínimo dez anos.</p> <p>Lei nº 11.638/07 proíbe novas Reavaliações e abre a possibilidade das existentes serem estornadas em 2008.</p>
Reavaliação de Ativos	Artigo nº 182: reavaliação de ativos para companhias.	
Redução do Valor Recuperável de Ativos	Artigo nº 183: o ativo imobilizado e o diferido são mensurados pelo custo deduzidos de depreciação, amortização ou exaustão.	<p>CPC nº 01 ratificado pela CVM através da Deliberação nº 527/07 e Lei nº 11.638/07: os ativos não devem permanecer registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de recuperação por uso nas operações da entidade ou em sua venda eventual.</p>

Lei 6.404/76		Alterações Posteriores
Provisões para grandes revisões		Deliberação CVM nº 489/05: As peças novas devem ser ativadas e depreciadas de acordo com sua vida útil. As peças substituídas devem ser baixadas para resultado do período.
Operações Descontinuadas		<p>CFC emitiu a NBC-T-19.1 Imobilizado em 2005: , determina que, no caso de existir a obrigação por retirada de serviços de ativos de longo prazo por uma entidade, tais custos incorporam o valor desse ativo.</p> <p>Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP Nº 01/2006: divulgação dos ativos e passivos que serão descontinuados. Divulgação do resultado com a operação. Trata da mesma forma que o CFC os custos de retirada.</p>
Equivalência Patrimonial	Introdução do método da equivalência patrimonial para as companhias.	O Fisco estendeu o MEP para os outros tipos de sociedades através do Decreto-Lei 1.598/77.
	Aplicação: Artigo 248: os investimentos relevantes em sociedades coligadas sobre cuja administração tenha influência, ou de que participe com 20% ou mais do capital social, e em sociedades controladas.	Instrução CVM nº 01/78 determinou que todos os investimentos em controladas deveriam ser avaliados pelo MEP, independentemente da relevância.
	Relevância: Investimentos / PL > 15% ou, Investimento "x" / PL > 10%	Lei nº 11.638/07 alterou o art. 248: 20% do capital votante e não mais capital social.
	Art. 243. Definição de controlada e coligada.	Lei nº 11.638/07 não utiliza mais o conceito de relevância.
	Fórmula de cálculo: (PL da investida - resultado não realizado ICO) x % participação.	Instrução CVM nº 247/96 criou o conceito de equiparada à coligada.
	A lei define a exclusão de resultados não realizados para cálculo do MEP.	Instrução CVM nº 247/96: fórmula de cálculo: (PL da investida x % de participação) - resultado não realizado ICO.
		Instrução CVM nº 01/78: resultados não realizados com a investidora devem ser eliminados.
		Instrução CVM nº 247/96: lucros não realizados com a investidora devem ser eliminados. Observação: líquidos de impostos.
		Instrução CVM nº 285/98 altera disposições sobre amortização do ágio.
		Instrução CVM nº 408: MEP deve ser aplicado às EPE.
		Instrução CVM nº 534/08 altera dispositivos sobre o tratamento da variação cambial nos investimentos no exterior.

		Lei 6.404/76	Alterações Posteriores
Consolidação de Demonstrações Contábeis		Artigo 249: obrigatoriedade: companhia aberta controladora com mais de 30% de seu PL em investimentos.	Instrução CVM nº 247/96: obrigatoriedade: companhia aberta com investimento em sociedades controladas, inclusive controladas em conjunto, exceto controladas com evidência de descontinuidade ou venda formalizada. A Resolução CFC nº 937/02, aprovou o NBC T-8 - Das Demonstrações Contábeis Consolidadas que estende a obrigatoriedade de consolidação para todos os tipos de entidades. Instrução CVM nº 408: EPE deve ser consolidada.
		Eliminação de resultados não realizados	Instrução CVM nº 247/96: eliminar lucro não realizado de operações ICO líquidas de impostos.
		Artigo 250: a parcela do custo de aquisição do investimento em controlada não absorvida na consolidação, deve permanecer no ativo permanente.	Instrução CVM nº 15/80 determina que o Ágio deve ser classificado no Ativo Imobilizado (quando refere-se a eles), Permanente (ágio com base em expectativa de lucro futuro) ou REF (deságio com base em expectativa de resultado futuro).
			Instrução CVM nº 247/96: Ágio ou Deságio oriundo na diferença entre valor de mercado e contábil de bens do ativo: adição ou retificação da conta do ativo especificado. Ágio decorrente da diferença entre o valor pago e o de mercado fundamentado em expectativa de rentabilidade futura : Ativo Permanente. Deságio nesse caso, REF. A Lei nº 9.457/97: a participação dos acionistas não controladores no PL e no lucro do exercício será destacada no Balanço e na DRE. A Lei nº 11.638/07 criou o grupo "Intangíveis" onde deve ser registrado o fundo de comércio adquirido. Deliberação CVM nº 27/86 determina que as práticas contábeis em investidora e investida devem ser uniformes. Instrução CVM nº 247/96: criou a consolidação proporcional: componentes do ativo e passivo, receitas e despesas da controlada em conjunto deverão ser agregados na proporção da participação no seu capital.
<u>Patrimônio Líquido</u>			
Reserva de Lucros a Realizar	a	Artigo nº 197: constituída de acordo com a base de lucros a realizar calculada.	A Deliberação CVM nº 294/99 passou a permitir que as companhias computassem como Lucros a Realizar os ganhos cambiais.

Lei 6.404/76		Alterações Posteriores
Reserva de Lucros a Realizar	Artigo nº 197: constituída de acordo com a base de lucros a realizar calculada.	<p>Lei nº 10.303/01: constituída pelo montante do dividendo obrigatório que ultrapassar o lucro líquido realizado do exercício.</p> <p>O Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/06 publicou o entendimento da CVM de incluir os resultados positivos com variações cambiais como previsão de lucro a realizar.</p> <p>A Lei nº 11.638/07 incluiu o ganho ou rendimento em operações não realizadas financeiramente foi complementado por “contabilização de ativo ou passivo pelo valor de mercado” como item passível de constituir a base para cálculo da Reserva de Lucros a Realizar.</p>
Fusões, cisões e incorporações	Artigos nº 227 a 229: conceitos das operações.	<p>Instruções CVM nº 319/99, nº 320/99 e nº 349/01: tratam do ágio gerado na incorporação reversa, com a criação de provisão que reduza esse ágio ao valor do benefício fiscal.</p> <p>Lei nº 11.638/07: nas operações entre partes independentes e com transferência de controle, os ativos e passivos serão contabilizados a valor de mercado.</p>
Marcação de títulos a mercado	Artigo nº 183: mensurados por seu valor de custo de aquisição ou pelo valor do mercado, o menor. É admitido o aumento do custo de aquisição até o limite do valor do mercado, através do registro de correção monetária, variação cambial ou juros.	<p>Circular 3.068/01 do Banco Central: títulos para negociação e títulos disponíveis para venda mensurados a valor de mercado e títulos mantidos até o vencimento, na forma da lei.</p> <p>Circular 3.082/02 do Banco Central: determina a forma de contabilização de derivativos.</p> <p>A Lei nº 11.638/07 alterou a forma de avaliação dos investimentos temporários: aplicações destinadas à negociação ou para venda devem ser avaliadas a valor de mercado e as aplicações que serão mantidas até o vencimento, ao custo mais correção conforme contrato.</p>
Arrendamento Operacional e Financeiro	Contabilização de acordo com a FORMA da documentação suporte.	<p>Instrução CVM nº 58/86 e Orientação CVM nº 15 de 1987: ESSÊNCIA ao invés da FORMA. O arrendamento financeiro deve ser contabilização como um financiamento de um bem comprado.</p> <p>Em 2001, o CFC aprovou a NBC T 10.2, que determina que os contratos de arrendamento financeiro devem ser contabilizados de acordo com sua essência econômica.</p>

	Lei 6.404/76	Alterações Posteriores
Arrendamento Operacional e Financeiro		Lei nº 11.638/07 determina que devem ser registrados como ativo imobilizado aqueles decorrentes de operações que transfiram à companhia seus benefícios, riscos e controle.
Investimentos com incentivos fiscais	Artigo 182 da Lei das S.A. e RIR: contabilização como Reserva de Capital.	Ofício-Circular / CVM/SNC/SEP nº 01/2006: subvenções e doações deveriam ser contabilizadas como resultado. De acordo com a Lei nº 11.638/07, as doações e subvenções governamentais para investimento serão registradas como resultado do exercício, de imediato ou em bases diferidas, e, então, destinadas para Reserva de Incentivos Fiscais.
Tributos Diferidos	Não menciona especificamente, mas determina a utilização do Regime de Competência.	A contabilização dos tributos diferidos originados nas diferenças temporárias já era disciplinada pela NPC XX - Imposto de Renda Diferido do IBRACON de 1979. Deliberação CVM nº 273/98, Instrução CVM nº 371/02: reconhecimento de tributos diferidos ativos e passivos com origem em diferenças temporárias entre o resultado contábil e o tributável e com origem no prejuízo fiscal acumulado. Instrução CVM nº 371/02 incluiu condições para o reconhecimento inicial de ativo fiscal diferido pelas companhias. Resolução CFC nº 998/04 estabeleceu regras para o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos. A Lei nº 11.638/07 criou o Laluc que registra os lançamentos efetuados para ajuste à Legislação Societária nas companhias.
Ativos Especiais		A amortização poderá ser efetuada de acordo com sua efetiva utilização ou de acordo com quotas arbitradas.
Securitização de Recebíveis		Instruções CVM nº 442, nº 443 e nº 444 de 2006. A originadora transfere valores de contas a receber para a EPE com um deságio (despesa financeira). Na EPE é registrado um valor de contas a receber e o deságio é uma receita a ser apropriada de acordo com o recebimento desses valores.
Títulos Perpétuos	Já existia a possibilidade de acordo com o artigo 55.	Lei das AS e Comunica Técnico do IBRACON nº 01/05 não permite contabilizar esses títulos no patrimônio líquido, mesmo que tenham características de itens do PL.

Lei 6.404/76		Alterações Posteriores
Bônus de adimplência fiscal		Lei nº 10.637/02: o valor do bônus é 1% sobre a base da CSLL. A lei fiscal prevê a contabilização do crédito contra resultados acumulados e a melhor prática é resultado do período.
Stock-options	Lei nº 6.404/76 não prevê a forma de contabilização	A Deliberação CVM nº 371/00 determina a divulgação desses eventos. Ofício Circular CVM/CNC/SEP 01/2006: reconhecer contabilmente como despesas do período a concessão de ações para remuneração de empregados utilizando-se de método de precificação adequado. Se a contabilização não for feita, informar em NE.
	Participação nos Resultados (artigo 187)	Lei nº 11.638/07: as participações de empregados ou administradores quando efetivamente dependentes do lucro, devem ser contabilizadas como participações. Quando os benefícios são calculados com base em outros parâmetros senão lucro, devem ser contabilizados como despesa do período.
Correção Monetária	Os valores do ativo permanente e do patrimônio líquido eram corrigidos e a contra-partida era a conta de Resultado da Correção Monetária no resultado do período.	Decreto-Lei nº 1.598/77, definiu critérios para a adoção prática do método. Lei nº 7.799/89: correção de imóveis, aplicação em ouro, adiantamento a fornecedores de bens que deveriam ser corrigidos, aplicações em consórcio e adiantamento para aumento de capital. O Decreto nº 332/91: a correção dos contratos de mútuo ICO. Lei nº 8.200/91 correção complementar pelo INPC. O Decreto nº 332/91, que regulamentou as Leis nos 7.799/89 e 8.200/91, previa a correção monetária de aplicações em consórcios, contratos de mútuo entre empresas ou pessoas ligadas e adiantamentos para aumento de capital, além dos itens definidos pela Lei nº 7.799/89. A Instrução CVM nº 64: as companhias abertas deveriam publicar demonstrações complementares em moeda de capacidade aquisitiva constante. A Instrução CVM nº 108/90, exigia que os ganhos e perdas com os itens monetários e os ajustes a valor presente fossem considerados na DRE como retificação das contas que lhes deram origem.

Lei 6.404/76		Alterações Posteriores
		<p>A Instrução CVM nº 191/92, que consolidou, alterou e revogou as instruções 64/87, 138/91 e 146/91 e tratava de ajuste a VP, classificação de ganhos e perdas nos itens monetários, e IRD.</p> <p>A Lei nº 9.249 revogou a correção monetária das demonstrações contábeis. Instrução nº 248/96 tornou facultativa a CM.</p>
Juros sobre Capital Próprio		<p>Lei nº 9.249/95: JSCP obtidos através da aplicação da TJLP sobre as contas do PL, limitados à 50% do lucro do período ou do saldo de lucros acumulados e de reservas de lucros.</p> <p>Legislação fiscal (Instrução Normativa nº 11/96) classificação como despesa financeira.</p> <p>Deliberação CVM nº 207/96: reclassificação como destinação de lucros.</p>
EPE		Instrução CVM nº 408: é uma entidade utilizada para realizar um determinado propósito específico e definido.
Re-elaboração de demonstrações contábeis	Artigo 186: ajustes de exercícios anteriores serão considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a exercício anterior.	<p>A Instrução CVM nº 59/86 determinou que ajustes de exercícios anteriores deveriam ser segregados em efeitos decorrentes da mudança de critério contábil e efeitos decorrentes da retificação de erros cometidos em exercícios anteriores.</p> <p>Instrução CVM nº 506/2006: trata de mudanças nas práticas contábeis, mudanças nas estimativas contábeis e erros identificados em períodos posteriores. Nos casos de mudanças nas práticas contábeis, sua aplicação deve ser retrospectiva aos períodos divulgados e, nos casos de erros, corrigidos retrospectivamente aos períodos anteriores divulgados.</p>

5 COMPARAÇÃO DE BALANÇOS PUBLICADOS

5.1 Balanços selecionados em 1979 e 2008

A seguir serão comparados os formatos dos balanços publicados em 1979 e 1980 e em 2007 e 2008. Após essa comparação, será apresentado o modelo de publicação de balanços com correção integral em 1988 e em 1995. O objetivo é a verificação do formato dos balanços publicados, de quais demonstrações eram utilizadas na instituição da Lei das Sociedades por Ações e quais são utilizadas atualmente. Além disso, serão apresentados também as notas explicativas e o relatório de administração publicados nessas duas datas.

Nesse capítulo serão utilizados quatro exemplos: o de uma companhia aberta nacional, uma companhia fechada nacional, uma companhia estrangeira aberta e uma companhia estrangeira fechada.

5.1.1 Demonstrações Contábeis de uma companhia multinacional fechada

A Gilbarco do Brasil S.A. Equipamentos é uma companhia multinacional fechada e atua no mercado brasileiro há 47 anos. É uma empresa do grupo Danaher e atua na área de automação industrial. O primeiro ponto interessante que existe nos balanços apresentados anteriormente é a data de levantamento de cada um deles, 02/01/79 e 02/01/80 e não 31/12. As Notas Explicativas não mencionam a razão desse fato, que poderia ter origem em um planejamento tributário ou ainda, numa adequação às normas da matriz. Foram selecionados os balanços publicados em 1980 e não o de 1978, publicado em 1979, porque aquele balanço ainda apresentava o formato exigido pela legislação anterior. No passivo aparece uma conta incomum: “Receitas a Apropriar no Próximo Exercício” que, pela descrição, não é possível saber se seria Resultado de Exercícios Futuros. No Ativo, as “Ações e Depósitos de Incentivos Fiscais, no grupo de Investimentos, é ajustada em seu valor total por uma “Provisão para Desvalorização”. O Balanço Patrimonial tinha a estrutura de Ativo Circulante, Realizável a Longo Prazo e Permanente no Ativo e Passivo Circulante, Exigível a Longo Prazo e Patrimônio Líquido. É interessante perceber também que os componentes do ativo e do ativo não são classificados nos principais subgrupos utilizados no Balanço Patrimonial de 2008, como será visto a seguir.

Tabela 23 – Balanço Patrimonial da Gilbarco do Brasil S.A. Equipamentos em 1979 e 1980.

GILBARCO DO BRASIL S.A. EQUIPAMENTOS CGC 61.629.218/0001-02 BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 02 DE JANEIRO DE 1.980 e 1.979					
ATIVO	EM 1980	EM 1979	PASSIVO	EM 1980	EM 1979
ATIVO CIRCULANTE	62.952.318,81	36.423.968,49	PASSIVO CIRCULANTE	44.545.451,91	20.672.394,28
Caixa e Bancos	2.797.552,15	2.302.629,41	Fornecedores	15.625.460,86	6.933.315,98
Aplicações Financeiras		1.800.000,00	Contas a Pagar	914.174,48	304.817,43
Duplicatas e Títulos a Receber	16.398.838,83	10.710.479,34	Instituições Financeiras Locais	5.558.279,14	4.424.977,96
Duplicatas Descontadas	(3.291.298,12)		Instituições Financeiras no Exterior	3.752.592,02	1.845.855,28
Provisão para Devedores Duvidosos	(491.965,14)	(331.826,29)	Salários e Ordenadores a Pagar	14.567,77	15.255,59
Estoques	42.856.325,55	17.232.218,71	Taxas e Contribuições a Receber	2.667.242,24	1.623.518,71
Importação em Trânsito		372.944,63	Impostos a Pagar (IPI, ICM e ISS)	1.386.234,82	980.924,64
Provisão para Variação nos Estoques	(685.214,94)	(340.569,55)	Juros a Pagar	3.140.269,74	19.412,00
Depósito para Importação	2.498.426,58	2.151.372,46	Crédito de Clientes	4.584.213,70	609.793,10
Depósito para Viagem	66.000,00	158.000,00	Imposto de Renda a Pagar	2.909.075,00	1.502.000,00
Retenção para Garantia	385.850,81	829.422,77	Provisão para Serviços de Terceiros	376.600,00	227.219,50
Outras Contas a Receber	1.194.548,51	848.915,69	Provisão para Férias	639.186,40	538.180,76
Imposto de Renda	362.505,00		Provisão para Juros	186.000,00	84.068,76
Despesas a Apropriar no Próximo Exercício	860.749,58	690.381,32	Outras Provisões	2.735.228,22	1.177.586,34
			Receitas a Apropriar no Próximo Exerc.	56.327,52	385.468,23
REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	1.105.642,70	10.250,00	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	17.258.243,89	13.383.651,24
Depósito da Eletrolarás e T. elesp	284.310,66	215.095,43	Financiamento Local	6.000.000,00	6.000.000,00
Outros Depósitos e Cauções	18.127,70	10.250,00	Financiamento do Exterior	11.258.243,89	7.383.651,24
Provisão para Desvalorização	(284.310,66)	(215.095,43)			
Imposto de Renda	1.087.515,00				
ATIVO PERMANENTE	44.820.663,25	29.197.693,29	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	47.074.928,96	31.575.866,26
INVESTIMENTOS	20.000,00	20.000,00	CAPITAL	21.593.550,00	15.937.400,00
Ações e Depósitos de Incentivos Fiscais	815.435,00	481.175,15	De Residentes no País	5.398.390,00	3.985.567,50
Provisão para Desvalorização	(815.435,00)	(481.175,15)	De Residentes no Exterior	16.195.160,00	11.951.832,50
Títulos de Associações	20.000,00	20.000,00			
IMOBILIZADO	44.800.663,25	29.177.693,29	RESERVAS DE CAPITAL	31.341.929,37	20.026.786,91
Término	73.627.663,82	46.234.369,38	Reserva de Correção do Capital	10.189.871,77	5.656.143,93
Depreciação Acumulada	(28.827.000,57)	(17.056.676,09)	Reserva de Correções de Ativo	21.152.057,60	14.370.642,98
			RESERVAS DE LUCROS	238.067,10	141.407,64
			Legal	238.067,10	141.407,64
			LUCROS (Prejuízos) ACUMULADOS	(6.098.617,51)	(4.529.728,29)
TOTAL DO ATIVO.....	108.878.624,76	65.631.911,78	TOTAL DO PASSIVO.....	108.878.624,76	65.631.911,78

FONTE: Diário Oficial do Estado de São, 1980. página 83

Conforme é possível perceber, não ocorreram mudanças no formato do Balanço Patrimonial publicado em 2008 quando comparado ao de 1980. Sendo uma companhia fechada, não seguiu a Instrução CVM nº 489/05 que determinava a apresentação do ativo e passivo segregados em Circulante e Não Circulante.

Tabela 24 – Balanço Patrimonial da Gilbarco do Brasil S.A. Equipamentos em 2006 e 2007.

GILBARCO DO BRASIL S.A. EQUIPAMENTOS					
CNPJ 61.629.218/0001-02					
BALANÇO PATRIMONIAL COMPARATIVO ENCERRADO EM 31/12/2007 E 31/12/2006 (EM REAIS)					
ATIVO	31/12/2007	31/12/2006	PASSIVO	31/12/2007	31/12/2006
ATIVO CIRCULANTE	31.652.892	26.747.359	PASSIVO CIRCULANTE	17.585.453	9.936.840
Disponíveis	847.561	218.012	Empréstimos	10.120.436	4.138.672
Clientes	9.053.607	5.985.158	Fornecedores	3.052.329	3.797.921
Estoques	9.469.463	11.895.242	Encargos e Impostos	1.662.939	417.417
Impostos a Recuperar	10.951.225	6.951.152	Salários e Provisões	640.371	61.774
Créditos e Valores	1.331.036	1.697.795	Adiantamento de Clientes	210.144	159.790
			Outras Exigibilidades	1.899.234	1.361.266
REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	21.714.169	21.554.067	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.434.202	4.098.961
Títulos a Receber	20.937.935	20.937.935	Encargos e Impostos	1.434.202	4.098.961
Depósitos Judiciais	733.472	601.567			
Crédito e Valores	42.762	14.565			
ATIVO PERMANENTE	13.926.757	13.634.653	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	48.274.164	47.900.278
Imobilizado	10.378.706	10.611.084	Capital Social	37.279.000	37.279.000
Diferido	3.548.051	3.023.569	Reservas de Capital	6.273.681	6.273.681
			Reservas de Reavaliação	7.594.597	8.036.668
			Reservas de Lucros	10.350	10.350
			Lucros (Prejuízos) Acumulados	(2.883.464)	(3.699.421)
TOTAL DO ATIVO.....	67.293.818	61.936.079	TOTAL DO PASSIVO.....	67.293.819	61.936.079

FONTE: Diário Oficial do Estado de São, 2008, página

Na Demonstração de Resultados transcrita a seguir, usa-se o termo “Renda Operacional Líquida” ao invés de “Receita Líquida”. Essa descrição era utilizada anteriormente à Lei nº 6.404/76. Do valor das receitas é excluído o “Imposto Faturado”. O “Imposto sobre Vendas (ICM e ISS) aparecem no grupo de Despesas Operacionais e não como redução das receitas. Nas Despesas Operacionais aparecem componentes abertos que atualmente são agregados nas rubricas: Despesas Administrativas e Encargos Financeiros Líquidos. A Reserva Legal também aparece na DRE.

Percebe-se na Demonstração de Resultados acima não existe a divisão de despesas (ou receitas) operacionais das não operacionais. A conta “Saldo da Correção Monetária do Balanço” deveria constar um componente não operacional nessa demonstração. Além disso, a Demonstração de Resultado apresentada não mostra o valor do lucro por ação nos períodos.

**Tabela 25 – Demonstração de Resultados de Exercícios da Gilbarco do Brasil S.A.
Equipamentos em 1979 e 1980.**

GILBARCO DO BRASIL S.A. EQUIPAMENTOS DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 02 DE JANEIRO DE 1980-1979		
	EM 1980	EM 1979
REND A OPERACIONAL BRUTA	174.041.790,61	98.939.790,85
Receita Industrial	125.117.105,40	77.685.969,74
Receitas Serviços	47.746.668,86	21.202.853,11
Reven da de Equipamentos	1.178.016,35	50.968,00
(-) Imposto Faturado	4.967.620,05	4.470.957,54
REND A OPERACIONAL LÍQUIDA	169.074.170,56	94.468.833,31
(-) Custos de Vendas e Serviços	90.462.403,76	59.596.423,53
RESULTADO BRUTO	78.611.766,80	34.872.409,78
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	76.704.063,38	38.458.016,03
Imposto sobre Vendas (ICM e ISS)	15.537.848,86	4.898.012,69
Despesas de Fabricação	6.263.201,37	5.290.977,25
Despesas de Assistência Técnica	11.509.573,90	4.012.873,99
Despesas de Engenharia	2.359.518,77	774.369,03
Despesas Comerciais	4.220.629,97	2.650.870,99
Despesas Administrativas	18.127.985,67	10.911.758,16
Despesas Financeiras	13.779.542,80	5.914.575,62
Depreciação	4.529.882,39	2.529.332,55
Saldo da Correção Monetária do Balanço	71.096,51	1.473.062,01
Outras Despesas	304.783,14	2.183,74
LUCRO LÍQUIDO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	1.907.703,42	(3.585.606,25)
(-) Provisão para Imposto de Renda	1.309.110,00	82.000,00
LUCRO LÍQUIDO DEPOIS DO IMPOSTO DE RENDA	598.593,42	(3.667.606,25)
(-) Reserva Legal	(29.930,00)	
LUCRO DO EXERCÍCIO	568.663,42	(3.667.606,25)

FONTE: Diário Oficial do Estado de São, 1980, página 83

A seguir, foi transcrita a Demonstração de Resultados de 2006 e 2007, publicada em 2008. Conforme pode ser observado, essa publicação aparece mais resumida que a anterior.

**Tabela 26 – Demonstração de Resultados de Exercícios da Gilbarco do Brasil S.A.
Equipamentos em 2006 e 2007**

GILBARCO DO BRASIL S.A. EQUIPAMENTOS		
DEMONSTRAÇÃO COMPARATIVA DE RESULTADOS DO BALANÇO		
ENCERRADO EM 31/12/2007 E 31/12/2006 (EM REAIS)		
	31/12/2007	31/12/2006
REND A BRUTA	73.600.083	73.842.529
(-) Deduções / Dev. Vendas	13.303.765	12.653.605
RECEITA LÍQUIDA	60.296.318	61.188.924
(-) Custos Vendas Servs.	41.741.477	46.221.153
LUCRO BRUTO	18.554.841	14.967.771
(-) Despesas Operacionais	17.885.354	14.042.393
Despesas Administrativas	15.499.234	10.748.867
Despesas / (Rec. Financ.)	1.806.745	1.462.044
Outras Despesas	579.375	1.831.482
LUCRO OPERACIONAL	669.487	925.378
LUCRO ANTES IR E CSLL	669.487	925.378
PROVISÃO PARA IR/CSLL	295.602	277.613
LUCRO LÍQUIDO	373.885	647.765
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$	0,22	0,37

FONTE: Diário Oficial do Estado de São, 2008, página 10

**Tabela 27 – Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos da Gilbarco do Brasil
S.A. Equipamentos em 1979 e 1980.**

GILBARCO DO BRASIL S.A. EQUIPAMENTOS			
DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA O EXERCÍCIO			
FINDOS EM 02 DE JANEIRO DE 1980 - 1979			
	EM 1980	EM 1979	
ORIGENS DE RECURSOS			
Lucro do Exercício	568.663,42	-	
Depreciações	4.529.882,39	2.529.332,55	
Correção Monetária Líquida	71.096,51	1.473.062,01	
Aumento de Capital	-	538.350,00	
Diminuição do Realizável a longo Prazo	-	40.520,31	
Aumento do Exigível a Longo Prazo	3.874.592,65	302.696,19	
Aumento da Reserva Legal	29.930,00		
Baixa do Ativo Imobilizado Líquido	41.809,43	164.567,24	
	9.115.974,40	5.048.528,30	
APLICAÇÕES DE RECURSOS			
Prejuízos do Exercício	-	3.667.606,25	
Aquisição do Imobilizado Técnico	5.365.289,01	2.231.441,41	
Aumento do Realizável a Longo Prazo	1.095.392,70	-	
	6.460.681,71	5.899.047,66	
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CIRCULANTE LÍQUIDO	2.655.292,69	(850.519,36)	
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	EM 1980	EM 1979	VARIAÇÃO
ATIVO CIRCULANTE	62.952.318,81	36.423.968,49	26.528.350,32
PASSIVO CIRCULANTE	44.545.451,91	20.672.394,28	23.873.057,63
CAPITAL CIRCULANTE	18.406.866,90	15.751.574,21	2.655.292,69

FONTE: Diário Oficial do Estado de São, 1980, página 83

Na Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos apresentada anteriormente, a variação do Capital Circulante Líquido só é calculada para o ano de 1980. Além disso, nas origem de recursos aparecem o que deveriam ser classificados como ajustes do lucro líquido, como a baixa imobilizado do ativo imobilizado líquido e a depreciação, por exemplo. O aumento da Reserva Legal aparece como origem de recursos, o que não é correto.

Tabela 28 – Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos da Gilbarco do Brasil S.A. Equipamentos em 2006 e 2007.

GILBARCO DO BRASIL S.A. EQUIPAMENTOS		
DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA O PERÍODO ENCERRADO EM 31/12/2007 E 31/12/2006 (EM REAIS)		
	31/12/2007	31/12/2006
ORIGENS DE RECURSOS		
Lucro Líquido do Exercício	373.885	647.765
Mais: Depreciações /Amort.	579.375	1.051.348
Acresc. No Exig. Longo Prazo	-	-
Res. Baixa Ativo Permanente	7.240	8.577
Redução do Red. Longo Prazo	-	-
Total Origens	960.500	1.707.690
APLICAÇÕES E RECURSOS		
Aquis. Ativo Imobilizado	354.238	635.913
Redução do Exigível a Longo Prazo	2.664.759	1.540.956
Acrescimo Ativo Diferido	524.482	258.065
Aumento do Red. a Longo Prazo	160.101	481.670
Ajuste Exercício Anteriores	-	-
Total das Aplicações	3.703.580	2.916.604
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
ATIVO CIRCULANTE		
No Início do Exercício	26.747.359	24.387.073
No Final do Exercício	31.652.892	26.747.359
Variação	4.905.533	2.360.286
PASSIVO CIRCULANTE		
No Início do Exercício	9.936.840	6.367.640
No final do Exercício	17.585.453	9.936.840
Variação	7.648.613	3.569.200
VARIAÇÃO NO CAPITAL CIRCULANTE	(2.743.080)	(1.208.914)

FONTE: Diário Oficial do Estado de São, 2008, página 10

Na DOAR apresentada anteriormente, o valor do lucro ajustado poderia ser melhor evidenciado. Conforme pode ser notado, as demonstrações apresentadas pela empresa, sejam elas em 1980 ou em 2008, não possuem o rigor técnico exigido pela legislação societária. Além disso, tais demonstrações contábeis não foram auditadas, já que isso não é obrigatório para as companhias fechadas.

Tabela 29 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido da Gilbarco do Brasil S.A. Equipamentos em 1979 e 1980.

GIL BARGO DO BRASIL S.A. EQUIPAMENTOS								
CGC 61.629.218/0001-02								
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÍNIO LÍQUIDO								
PERÍODO 02/01/1978 A 02/01/1980								
	Capital Social	Res. Corr. Mon. At. Imobilizado	Reserva Legal	Reserva Capital de Giro	Reserva de Correções	Reserva de Capital	Lucros Suspensos	TOTAL
SALDO EM 02/01/1978	15.339.050,00	4.705.797,67	103.795,44	734.487,40	5.107.994,33		(632.811,21)	20.310.319,30
Correção Especial do Imobilizado		(4.705.797,67)		(734.487,40)	5.440.285,07			5.107.994,33
Redistribuição de Contas								
Integr. Aum. Cap. Direto conf. AGE 01/07/1978	538.350,00							538.350,00
Corr. Monet. Balanço em 02/01/1979			37.612,20		3.822.363,58	5.656.143,93	(229.310,83)	9.286.808,88
Prejuízo Verif. No Exercício							(3.667.606,25)	(3.667.606,25)
SALDO EM 02/01/1979	15.937.400,00		141.407,64		14.370.642,98	5.656.143,93	(4.529.728,29)	31.575.866,26
Aum. Do Cap. Social conf. AGO 30/04/1979	5.656.150,00				(6,07)	(5.656.143,93)		
Corr. Monet. Do Balanço em 02/01/1980			66.729,46		6.781.420,69	10.189.871,77	(2.137.562,64)	14.900.469,28
Lucro do Exercício			29.930,00				568.663,42	598.593,42
SALDO EM 02/01/1980	21.593.550,00		238.067,10		21.152.057,40	10.189.871,77	(6.098.617,51)	47.074.928,96

FONTE: Diário Oficial do Estado de São, 1980, página 83

Tabela 30 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido da Gilbarco do Brasil S.A. Equipamentos em 2006 e 2007.

GILBARGO DO BRASIL S.A. EQUIPAMENTOS								
CNPJ 61.629.218/0001-02								
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÍNIO LÍQUIDO								
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2007 E 31/12/2006 (EM REAIS)								
	<i>Capital Social</i>	<i>Res. Corr. Monet. do Capital</i>	<i>Reserva de Reavaliação</i>	<i>Capital Excedente</i>	<i>Reserva de Capital</i>	<i>Reserva Legal</i>	<i>Lucros (Prejuízos) Acumulados</i>	<i>TOTAL</i>
SALDO EM 31/12/2005 - R\$	37.279.000,00	2.690.182,00	8.478.736,00 (442.068,00)	3.454.152,00	129.347,00	10.350,00	(4.789.254,00)	47.252.513,00
Redistribuição da Res. Reavaliação							442.068,00	-
Res. resultado do Período							647.765,00	647.765,00
SALDO EM 31/12/2006 R\$	37.279.000,00	2.690.182,00	8.036.668,00 (442.071,00)	3.454.152,00	129.347,00	10.350,00	(3.669.421,00)	47.930.278,00
Redistribuição da Res. Reavaliação							442.071,00	-
Res. resultado do Período							373.885,00	373.885,00
SALDO EM 31/12/2007 - R\$	37.279.000,00	2.690.182,00	7.594.597,00	3.454.152,00	129.347,00	10.350,00	(2.883.464,00)	48.274.164,00

FONTE: Diário Oficial do Estado de São, 2008, página 10

Os formatos das DMPL apresentadas em 1980 e 2008 são muito parecidos, exceto pela Reserva de Manutenção do Capital de Giro, cujo saldo foi reclassificado em 1978. É importante ressaltar que a Demonstração do Lucro ou Prejuízo Acumulado não foi apresentada, já que a DMPL é mais completa e contempla a primeira.

O Relatório da Diretoria da Gilbarco do Brasil S.A. Equipamentos para o exercício findo em 02 de janeiro de 1980 resumia-se em um parágrafo, conforme transcrito a seguir:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas., o relatório sumário das atividades da empresa e as contas da Diretoria, com as respectivas demonstrações financeiras e correspondentes Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 02 de janeiro de 1980. Apesar de todas as dificuldades econômicas encontradas, dentro de nossa política de expansão e diversificação abrimos seis filiais na região centro-sul do país. Desenvolvemos a bomba álcool que deveremos lançar no início do correspondente ano, pois o álcool está sendo a principal alternativa energética para a gasolina. Reorganizamos as nossas estruturas de produção e vendas para que possamos atender melhor a demanda. E, finalmente, como resultado prático, a nossa renda operacional líquida teve um aumento de 79% comparando com o exercício anterior e, se não fosse a maxi-desvalorização ocorrida em dezembro de 1979, teríamos apresentado um lucro líquido bem superior que ora apresentamos.

Guarulhos, 23 de Abril de 1.980.

A Diretoria

Em 2008, o Relatório da Diretoria, transcrito a seguir, é inexpressivo, pois somente submete as demonstrações contábeis à apreciação dos acionistas.

Senhores Acionistas, dando cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado dos Exercícios, Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas sobre as demonstrações mencionadas, correspondentes aos exercícios encerrados em 31/12/2007 e 31/12/2006.

Guarulhos, 09 de abril de 2008.

As Notas Explicativas tanto em 1980, quanto em 2008 são resumidas e insuficientes para entender as demonstrações contábeis publicadas.

- 1 - As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância das disposições contidas na Lei 6.404/76, Decreto Lei 1.598/77 e legislação complementar.
- 2 - A provisão para devedores duvidosos foi constituída a taxa de 3% sobre a duplicata e títulos a receber, a qual é considerada suficiente para cobrir possíveis perdas recebíveis.
- 3 - Os ativos realizáveis e passivos exigíveis com vencimento até 360 dias estão demonstrados no circulante.
- 4 - Os estoques estão avaliados a custo médio e não superiores aos preços do mercado.
- 5 - Os financiamentos estão atualizados até a data do Balanço.
- 6 - O imobilizado está corrigido monetariamente com base nas variações ocorridas nas ORTN's.
- 7 - A depreciação é feita pelo método linear, usadas taxas permitidas pela legislação em vigor e corrigidas monetariamente também com base nas variações das ORTN's.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 – As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em observância nas Leis 6.404/76 e 9.457/97, Decreto 1.041/94 e Legislação Complementar.

2 – Os Estoques estão avaliados ao custo de produção ou aquisição e não superior aos preços de mercado.

3 – A depreciação é feita pelo método linear, às taxas permitidas pela legislação em vigor.

4 – Os Direitos e Obrigações foram atualizados à taxa de Câmbio ou índice de correção monetária e juros, nos termos dos contratos vigentes, de modo a refletir os valores incorridos até a data do balanço.

5 – Em atendimento à Deliberação CVM nº 183 de 19 de Junho de 1995, mudamos o critério de alocação da receita oriunda da realização da Reserva de Reavaliação, passando a reconhecê-la diretamente na conta de Lucros (Prej.) Acumulados nos períodos encerrados em 31/12/2007 a 31/12/2006.

Nota-se, nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis de 2007, conforme seu item 5, que a empresa atendeu à deliberação CVM nº 183, reconhecendo a receita referente à realização da Reserva de Reavaliação na conta de Lucros Acumulados. As normas da CVM não são obrigatórias para companhias fechadas, como a Gilbarco, mas representam uma melhora técnica em suas demonstrações.

5.1.2 Demonstrações Contábeis de uma companhia nacional fechada

Outro exemplo apresentado é a Armco do Brasil S.A. que até 1993 era uma empresa multinacional fechada e, a partir dessa data, tornou-se uma companhia nacional fechada. Ela é líder na produção de aços relaminados de baixo, médio e alto carbono, aços ligados, inoxidáveis e revestidos.

Nota-se que a empresa, apesar de ter controladas, não publicou os balanços consolidados. Os grupos apresentados no ativo e no passivo estão de acordo com a legislação daquela época. No grupo de “Despesas pagas Antecipadamente”, aparece a conta “Juros a Receber”, que, somente pela descrição da conta, poderíamos supor que não deveria ter sido classificada nesse grupo. As Notas Explicativas não mencionam tal fato.

No Balanço publicado em 2008, os ativos e passivos são classificados em Circulante e Não-Circulante, de acordo com a Instrução CVM.

Tabela 31 – Balanço Patrimonial da Equipetrol S.A. (posteriormente Armco do Brasil S.A.) em 1978.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1978			
ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE		PASSIVO CIRCULANTE	
Disponível - Caixa e Bancos	4.182.302	Fornecedores	109.523.819
Créditos:		Parcelas correntes de financiamentos a longo prazo	71.692.673
Contas a receber de clientes	232.561.317	Adiantamento por conta de saques de exportação	86.449.994
Menos:		Financiamento para Capital de Giro	120.547.665
Duplicatas dos contatos	27.204.013	Salários e outros encargos trabalhistas	5.878.622
Provisão para devedores duvidosos	<u>3.570.800</u>	Contribuições a receber	8.912.117
	201.786.504	Obrigações fiscais e tributárias a receber	14.458.248
Depósitos bancários vinculados e outros	5.750.851	Adiantamento recebidos	184.090.845
Adiantamento e empréstimos a empregados	992.067	Provisão para Juros	16.250.651
Despesas a recuperar e outros	18.479.603	Contas a Pagar	<u>41.078.394</u>
Adiantamento a fornecedores	7.786.620	Total do Passivo Circulante	658.883.028
Impostos a recuperar - IPI, ICM e outros	11.836.740		
DESENBANCO - Depósito redução ICM-Lei nº 299/71	5.494.035	PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO - Financiamentos	317.320.351
Depósitos contratuais	<u>25.998.819</u>		
Estoques	223.934.231	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Despesas pagas antecipadamente:		Capital Social Integralizado 101.918.758 ações ordinárias de Cr\$ 1, cada	101.918.758
Comissões/vendas	4.696.193		
Juros a receber	5.196.276	Reservas de Capital:	
Prêmios de seguros e outros	<u>287.004</u>	Correção monetária do capital	36.932.142
Total do Ativo Circulante	516.421.245	Incentivo Fiscal-redução ICM - Lei 2290/71	<u>16.302.020</u>
			53.234.162
REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO		Reservas de Lucros:	
DESENBANCO - depósito redução ICM-Lei 2990/71	8.102.280	Reserva Legal	6.184.424
Empréstimo e obrigação da Eletrabrás	2.643.076	Reserva de Lucros a realizar	2.728.868
Empresas controladas	737.872	Reserva para aumento de capital	<u>94.332.379</u>
Depósitos para incentivos fiscais e outros	<u>2.256.682</u>	Reserva de reavaliação-avaliação de imóveis	103.245.671
Total do Realizável a longo Prazo	13.739.910		<u>45.215.773</u>
		Total do Patrimônio Líquido	303.614.364
ATIVO PERMANENTE			
INVESTIMENTOS:			
Em empresas controladas	71.036.374		
Em outras empresas	<u>1.344.475</u>		
	72.380.849		
IMOBILIZADO:			
Custo corrigido	644.635.062		
Menos - depreciação acumulada	<u>58.194.744</u>		
	586.440.318		
DIFERIDO:			
Despesas pré-operacionais	103.845.813		
Menos - amortização acumulada	<u>13.010.392</u>		
	90.835.421		
Total do Ativo Permanente	749.656.588		
TOTAL	Cr\$ 1.279.817.743	TOTAL	Cr\$ 1.279.817.743

FONTE: Diário Oficial, 1979, páginas de 31 a 34

Tabela 32 – Balanço Patrimonial da Armco S.A. em 2007 e 2006.

ARMCO DO BRASIL S.A.									
CNPJ/MF nº 71.586.952/0001-87									
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)									

FONTE: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 2008, página 5

Na Demonstração do Resultado de 1978, o valor de Receita é denominada “Renda Operacional Líquida”, ou seja, a nomenclatura utilizada antes da Lei das Sociedades por Ações. A ordem das contas também não é aquela utilizada hoje, não mostrando, inclusive, o imposto de renda. A Demonstração do Resultado de 2007 e 2008 mostra os valores da empresa e das controladas, o que não acontecia em 1978.

Tabela 33 – Demonstração do Resultado da Equipetrol S.A. em 1978

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1978	
RENDIMENTO OPERACIONAL LÍQUIDO - vendas e prestações de serviços	708.741.302
CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	425.149.429
LUCRO BRUTO	283.591.873
PARTICIPAÇÃO NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DAS EMPRESAS CONTROLADAS	1.472.692
DESPESAS COM VENDAS	118.766.183
DESPESAS FINANCEIRAS (líquidas de receitas de Cr\$ 10.899.903)	131.358.849
DESPESAS GERAIS	71.111.060
DEPRECIações (menos parcela de Cr\$ 28.534.660 apropriada ao custo industrial)	2.802.152
AMORTIZAÇÕES DE DESPESAS PRÉ-OPERACIONAIS	11.560.991
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	4.918.638
CORREÇÃO MONETÁRIA DO EXERCÍCIO	136.212.283
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (Cr\$ 0,89 por ação do Capital Social)	90.596.251

FONTE: Diário Oficial, 1979, páginas de 31 a 34

Tabela 34 – Demonstração do Resultado da Armco S.A. em 2007 e 2006.

ARMCO DO BRASIL S.A.				
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS				
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006 (Valores expressos em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Receita Bruta				
Mercado interno	511.084	442.384	553.288	474.360
Mercado externo	14.873	18.310	14.873	18.310
	525.957	460.694	568.161	492.670
Deduções de vendas				
Impostos incidentes sobre vendas	(131.661)	(114.152)	(131.660)	(112.206)
Descontos e abatimentos	(10.017)	(8.566)	(9.680)	(8.566)
Receita Líquida	384.279	337.976	426.821	371.898
Custos dos produtos vendidos	(340.407)	(281.864)	(351.834)	(303.941)
Lucro Bruto	43.872	56.112	74.987	67.957
(Desp.) receitas operacionais				
Vendas	(16.903)	(19.083)	(19.298)	(21.445)
Gerais e administrativas	(18.378)	(18.077)	(20.456)	(20.030)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	141	11	141	(4)
Result. da equiv. Patrimonial	24.241	5.924	-	-
Amortização de ágio	-	(1.152)	-	(1.152)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	32.973	23.735	35.374	25.326
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	4.139	2.796	4.040	2.837
Despesas financeiras	(9.289)	(9.432)	(10.014)	(10.280)
Variações cambiais ativas	(895)	(398)	(632)	(398)
Variações cambiais passivas	3.053	1.614	3.124	1.620
Lucro operacional	29.981	18.315	31.892	19.105
Resultado não operacional	6.251	153	6.260	171
Lucro antes do IR e da contribuição social	36.232	18.468	38.152	19.276
IR e contribuição social				
Correntes	(3.155)	(2.030)	(5.075)	(2.838)
Diferidas	10	(932)	10	(932)
Lucro líquido do exercício	33.087	15.506	33.087	15.506
Lucro líquido por ação - R\$	10	5		
Quantidade de ações	3.214.574	3.214.574		

FONTE: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 2008, página 5

Tabela 35 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido da Equipetrol S.A. em 1978

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÍNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1978										
		RESERVAS DE CAPITAL		RESERVAS DE LUCROS						
	CAPITAL INTEGRALIZ.	CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL	INCENTIVO FISCAL REDUÇÃO DO ICM LEI	RESERVA LEGAL	INCENTIVO FISCAL IMPOSTO DE	RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	RESERVA PARA AUMENTO DE CAPITAL	RESERVA DE REAVAL DE IMÓVEIS	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL Q\$
	Q\$	Q\$	2990/71 Q\$	Q\$	RENTA Q\$	REALIZAR Q\$	CAPITAL Q\$	Q\$	Q\$	
Saldo em 1º de Janeiro de 1978	74.000.000	17.942.988	7.765.562	1.214.511	1.918.758				11.692.553	114.534.372
Participação no Patrimônio Líquido das empresas controladas no balanço						2.003.032				2.003.032
Correção monetária dos saldos iniciais		36.236.863	2.705.706	440.100	695.279	725.836			2.198.609	43.002.393
Saldo corrigido	74.000.000	54.179.851	10.471.268	1.654.611	2.614.037	2.728.868	-	-	13.891.162	159.539.797
Aumentos de capital por incorporações de reservas e lucros	27.918.758	(17.942.988)	(2.431.791)		(1.918.758)				(5.625.221)	-
Reavaliação de parte do ativo imobilizado								45.215.773		45.215.773
Transferências entre contas		695.279			(695.279)					-
Lucro líquido do exercício									90.596.251	90.596.251
Redução do ICM - LEI 2990/71			8.262.543							8.262.543
Proposta da diretoria para destinação dos lucros acumulados - apropriação a reservas				4.529.813			94.332.379		(98.862.192)	-
Saldo em 31 de dezembro de 1978	101.918.758	36.932.142	16.302.020	6.184.424	-	2.728.868	94.332.379	45.215.773	-	303.614.364

FONTE: Diário Oficial, 1979, páginas de 31 a 34

A empresa publicou a DMPL e não DLPA, pois a primeira é mais completa e abrange a segunda. Comparando-se as demonstrações em 1978 e 2007, percebe-se que a atual possui menos contas a serem controladas, mas o formato não foi alterado nesses anos. Nota-se que o saldo de lucros acumulados não foi totalmente destinado a reservas ou dividendos conforme determina a CVM, já que ela é uma companhia fechada.

Tabela 36 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido da Armco S.A. em 2007 e 2006.

ARMCO DO BRASIL S.A.				
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA) PARA OS EXERCÍCIOS				
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)				
	Capital Social	Reservas de Lucros - legal	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2005	61.681	2.874	11.025	75.580
Aumento de capital, com capitalização de saldo de lucros acumulados	11.024		(11.024)	-
Aumento de capital em dinheiro, com emissão de ações preferênciais	2.337			2.337
Lucro líquido do exercício			15.506	15.506
Reserva legal		775	(775)	-
Juros sobre o capital (R\$ 1,27295 por ação)			(4.092)	(4.092)
Dividendos (R\$ 1,31122 por ação)			(4.215)	(4.215)
Saldos em 31 de dezembro de 2006	75.042	3.642	6.425	85.116
Aumento de capital, com capitalização de saldo de lucro acumulados	6.358		(6.358)	-
Lucro líquido do exercício			33.087	33.087
Reserva legal		1.655	(1.655)	-
Juros sobre o capital (R\$ 1,009154 por ação)			(3.244)	(3.244)
Dividendos (R\$ 1,341080 por ação)			(4.311)	(4.311)
Saldos em 31 de dezembro de 2007	81.400	5.304	23.944	110.648

FONTE: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 2008, página 5

As demonstrações contábeis da empresa não apresentam os problemas técnicos levantados na apresentação das demonstrações da Gilbarco. Talvez, um ponto importante para explicação desse fato seja que elas são auditadas.

Tabela 37 – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos da Equipetrol S.A. em 1978

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1978	
ORIGENS DOS RECURSOS:	
Lucro líquido do Exercício	90.596.251,00
Depreciação e amortização	42.897.803,00
Variação monetária passiva sobre financiamentos a longo prazo	70.253.010,00
Correção monetária do exercício	(136.212.283,00)
Participação no patrimônio líquido das empresas controladas	(1.472.692,00)
Capital de Giro oriundo das operações	66.062.089,00
Outras Origens:	
Diminuição dos depósitos contratuais	7.708.620,00
Diminuição dos depósitos para investimentos e outros	3.982.389,00
Proveniente de financiamentos a longo prazo	26.831.237,00
Diminuição em benfeitorias em imóveis de terceiros	6.552.804,00
Aumento na reserva de incentivo fiscal - ICM	8.262.543,00
Total das Origens dos Recursos	119.399.682,00
APLICAÇÕES DE RECURSOS	
Transferência para curto prazo de adiantamentos recebidos a longo prazo	141.223.010,00
Aquisição de bens do ativo imobilizado líquido de baixas	52.988.150,00
Aumento de despesas pré-operacionais	5.865.396,00
Aumento de investimentos	493.594,00
Aumento do realizável a longo prazo	1.074.590,00
Transferência para curto prazo das parcelas correntes dos financiamentos a longo prazo	54.395.557,00
Total das Aplicações de Recursos	256.040.297,00
DIMINUIÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE	136.640.615,00
MUTAÇÕES NOS COMPONENTES DO CAPITAL CIRCULANTE:	
Aumento (diminuição) nos componentes do ativo circulante:	
Disponível	(30.100.469,00)
Contas a receber-líquido	169.806.804,00
Estoques	64.498.232,00
Depósitos contratuais	18.290.199,00
Despesas a recuperar e outros	14.952.272,00
Impostos a recuperar e outros	8.086.821,00
Adiantamentos a fornecedores	7.786.620,00
Outras contas do ativo circulante	34.803,00
TOTAL	253.355.282,00
Aumento nos componentes do passivo circulante:	
Fornecedores	68.515.293,00
Financiamentos e Provisão para Juros	251.289.366,00
Adiantamento recebidos	24.077.274,00
Outras contas do passivo circulante	46.113.964,00
TOTAL	389.995.897,00
DIMINUIÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE	136.640.615,00

FONTE: Diário Oficial, 1979, páginas de 31 a 34

Tabela 38 – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos da Armco S.A. em 2006 e 2007

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006				
	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Origens de Recursos				
Das operações:				
Lucro líquido do exercício	33.087	15.506	33.087	15.506
Itens que não afetam o capital circulante líquido:				
Equivalência patrimonial, líquida das dividendos recebidas	(4.141)	(4.024)		
Depreciação	4.122	3.531	4.955	3.835
Amortização do ágio		1.152		1.152
Custo residual do ativo permanente baixado	1.089	351	947	357
Lucros sobre ativo permanente ressarçado por indenização de seguro	(6.293)		(6.293)	
IR e contribuições sociais diferidas	(10)	932	(10)	932
Encargos financeiros e var. cambial e monetárias / o exigível a longo prazo	947	1.433	855	2.016
Provisão para contingências	2.031	(561)	2.031	(561)
Total oriundo das Operações	30.832	18.320	35.572	23.237
Outras Origens:				
Aumento de capital com emissão de ações preferenciais, AGE de 30.05.2006		2.337		2.337
Redução do Realizável a longo prazo	108	112	108	112
Aumento do Exigível a longo prazo	2.140	13.807	2.140	18.784
Valor de indenização sobre ativo imobilizado baixado	6.582		6.582	
Imobilizado transferido p/ controlada como integralização de capital	1.946	382		
Total das Origens	41.608	34.958	44.402	44.470
Aplicações de Recursos				
Dividendos e juros sobre o capital próprio	7.555	8.307	7.555	8.307
Aquisição de imobilizado	15.787	5.446	17.899	13.092
Aquisição de investimentos	1.907	1.868	(10)	
Redução do exigível a longo prazo	10.194	12.217	9.952	13.168
Aumento do Realizável a longo prazo	75		75	
Total das Aplicações	35.518	27.838	35.471	34.567
Aumento do capital circulante líquido	6.090	7.120	8.931	9.903
Representado por				
Ativo Circulante:				
No Início do Exercício	114.403	99.757	133.038	118.732
No Fim do Exercício	148.179	114.403	177.691	133.038
	33.776	14.646	44.653	14.306
Passivo Circulante:				
No Início do Exercício	66.672	59.146	65.239	60.836
No Fim do Exercício	94.359	66.672	100.962	65.239
	27.687	7.526	35.723	4.403
Aumento do Capital Líquido	6.089	7.120	8.930	9.903

FONTE: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 2008, página 5

As Notas Explicativas publicadas pela empresa em 1978, em maior quantidade que do exemplo anterior (Gilbarco), descrevem as práticas contábeis adotadas e como foi feita a alteração delas a partir de 1º de janeiro de 1978. Além disso, a empresa informa os investimentos em controladas, os detalhes do ativo imobilizado, incentivos fiscais, financiamentos a longo prazo e compromissos e responsabilidades contingentes. As Notas Explicativas dos anos de 2006 e 2007 apresentam quantidade não muito superior àquela referente a 1979 e tratam do contexto operacional em 5 linhas, práticas contábeis adotadas, os critérios de consolidação, estoques, partes relacionadas, investimentos, empréstimos e

financiamentos, provisão para contingência e capital social. Essas informações estão disponíveis em sua totalidade no Anexo I desse trabalho.

O Relatório da Administração é inexistente tanto em 1978 quanto em 2007. Somente coloca à disposição dos acionistas as demonstrações contábeis preparadas.

5.1.3 Demonstrações Contábeis de uma empresa nacional aberta

A empresa Indústrias Romi S.A. é uma companhia nacional aberta desde 1972 e que migrou para o Novo Mercado em 2007. Fundada em 1930, em Santa Bárbara d'Oeste-SP, Brasil, por Américo Emílio Romi, hoje uma empresa de renome internacional. Os produtos da empresa são os seguintes: máquinas-ferramenta (máquinas e equipamentos para trabalhar metal por arranque de cavaco); tornos CNC, tornos convencionais e centros de usinagem; máquinas injetoras de plástico (máquinas e equipamentos para moldar plástico por injeção); sistemas de usinagem de furos de alta precisão; peças de ferro fundido cinzento, nodular e vermicular, fornecidas brutas ou usinadas.

De acordo com o exemplo meramente ilustrativo apresentado, nota-se que em 1979, que foi o primeiro ano de publicação das demonstrações preparadas de acordo com a Lei nº 6.404/76, o Balanço Patrimonial tinha a estrutura de Ativo Circulante, Realizável a Longo Prazo e Permanente no Ativo e Passivo Circulante, Exigível a Longo Prazo, Resultado de Exercícios Futuros e Patrimônio Líquido no Passivo. No entanto, nessa publicação, a empresa segregou Contas a Receber aparentemente como um grupo do Ativo, como o Circulante.

Um fato curioso nesse balanço é a classificação de “Adiantamentos de clientes” como conta redutora no grupo de Estoques. Além disso, a conta “Clientes Exterior” tem como conta redutora “Vendas para Entrega Futura”. Tanto a conta de “Adiantamento de Clientes” quanto “Vendas para Entrega Futura” deveriam estar classificadas no passivo.

O Balanço de 1977 foi reclassificado para que pudesse ser comparado ao de 1978.

Tabela 39 – Balanço Patrimonial de Indústrias Romi S.A. de 1977 e 1978

INDÚSTRIAS ROMI S.A. CGC 56.720.429 BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1978					
ATIVO			PASSIVO		
	31.12.78	31.12.77		31.12.78	31.12.77
CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE		
Disponibilidades	56.658	28.039	Fornecedores	73.641	50.468
Títulos Vinculados no Mercado Aberto	15.126	51.028	Empresas Controladas	60.372	38.761
Estoques			Instituições Financeiras	116.642	57.543
Produção em Andamento	397.372	215.820	Diretores e Acionistas	1.856	
(-) Adiantamento de Clientes	(183.650)	(112.176)	Contas e Títulos a Pagar	82.966	51.289
Produtos Acabados	269.559	177.649	Contas Correntes Credores	8.080	13.911
Almacarifados	174.648	122.032	Provisão para Imposto de Renda	41.994	39.727
Importações em Andamento	5.557	5.341	Dividendos e Participações	39.100	
				424.651	251.699
CONTAS A RECEBER			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Clientes País	146.464	308.776	Encargos e Impostos	519.714	331.673
Clientes Exterior	66.481	20.957		994	309
(-) Valores Descontados	(5.409)	(14.883)		1.171	
(-) Saques Refinanciados	(30.329)	(14.677)		521.879	331.982
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(14.916)	(8.160)			
(-) Vendas para Entrega Futura	(4.425)				
Empresas Controladas	8.693	12.460			
Depósitos Vinculados	164.517	50.209	RESULTADO EXERCÍCIO FUTUROS	13.692	9.963
Impostos - Sado Credor	168.687	19.947			
Aplicações Financeiras	130.720				
Contratos Finc. Longo Prazo	28.638				
Títulos e Contas a Receber	134.842	18.596			
Despesas do Exercício Seguinte	1.717	2.188			
	1.530.950	883.146			
REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO			PATRIMONIO LÍQUIDO		
Contas a Receber	120.326	85.981	Capital Social	860.000	245.000
Clientes País	55.380	16.526	Reservas de Capital	599.362	291.415
Clientes Exterior	(33.209)	(10.707)	Reservas de Lucros	465.166	226.246
(-) Saques Refinanciados	31.736	13.367	Lucros Acumulados	73.346	108.030
Incentivos Fiscais a Aplicar	13.047	6.633		1.997.874	870.691
Eletrabrás	2.564	3.480			
Outros Valores a Realizar	189.844	115.280			
PERMANENTE					
Investimentos	110.293	54.427			
Ativo Imobilizado	1.064.108	394.576			
Ativo Diferido	62.901	16.906			
	1.237.302	465.909			
ATIVO TOTAL	2.958.096	1.464.335	PASSIVO TOTAL	2.958.096	1.464.335

FONTE: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 1979, página 48

Os Balanços de 2006 e 2007 apresentados a seguir já contemplam formato determinado pela CVM, segregando Ativos e Passivos Circulantes de Não-Circulantes. Além disso, existem referências das contas às Notas Explicativas facilitando a leitura. Esse artifício não foi encontrado nos balanços de 1979 pesquisados.

Tabela 40 - Balanço Patrimonial de Indústrias Romi S.A. de 2006 e 2007

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2007	2006	2007	2006
CIRCULANTE					
Disponibilidades		14.810	7.069	16.174	7.461
Aplicações financeiras	4	261.125	65.336	284.348	79.461
Duplicatas a receber	5	57.639	39.719	62.888	46.265
Valores a receber - repasse Finame fabricante	6	223.221	170.908	223.221	170.908
Partes relacionadas	10	19.107	14.047	-	-
Estoques	7	169.547	160.546	183.044	169.790
Impostos e contribuições a recuperar	8	11.118	6.622	11.537	7.032
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18 c)	2.149	1.033	2.149	1.033
Outros créditos		3.348	2.914	3.479	2.047
Total do ativo circulante		762.064	468.194	786.840	483.997
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:					
Duplicatas a receber	5	1.149	-	1.149	-
Valores a receber - repasse Finame fabricante	6	409.896	259.578	409.896	259.578
Impostos e contribuições a recuperar	8	5.391	7.105	5.391	7.105
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18 c)	5.867	5.069	5.867	5.069
Outros créditos		2.928	3.223	2.928	3.223
Investimentos em controladas, incluindo deságio	9	24.915	20.063	-	9
Outros investimentos	11	8.389	-	8.389	-
Imobilizado, líquido	11	150.284	146.454	157.590	156.015
Total do ativo não circulante		608.819	441.492	591.210	430.999
TOTAL DO ATIVO		1.370.883	909.686	1.378.050	914.996

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2007	2006	2007	2006
CIRCULANTE					
Financiamentos	12	29.459	5.777	29.498	5.788
Financiamentos - Finame fabricante	13	192.884	149.240	192.884	149.240
Fornecedores		24.795	17.701	25.193	18.151
Salários e encargos sociais	14	35.927	25.869	35.934	25.880
Impostos e contribuições a recolher	15	8.303	8.587	8.816	8.884
Adiantamentos de clientes		9.702	4.472	9.702	4.628
Dividendos, juros sobre capital próprio e participações a pagar		6.634	84.340	6.775	85.329
Outras contas a pagar		4.262	2.239	4.640	2.337
Partes relacionadas	10	549	2.372	-	-
Total do passivo circulante		312.515	300.597	313.442	300.237
NÃO CIRCULANTE					
Exigível a longo prazo:					
Financiamentos	12	49.144	23.816	49.306	23.825
Financiamentos - Finame fabricante	13	348.710	232.154	348.710	232.154
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reserva de reavaliação	11	6.570	7.389	6.570	7.389
Impostos e contribuições a recolher		1.896	-	1.896	-
Provisão para passivos eventuais	16	1.659	4.429	1.659	4.429
Total do passivo não circulante		407.979	267.788	408.141	267.797
Deságio em controladas	9	-	-	4.199	4.199
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA		-	-	1.879	1.462
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social		502.936	260.000	502.936	260.000
Reserva de capital		2.052	2.052	2.052	2.052
Reserva de reavaliação		28.816	30.405	28.816	30.405
Reserva de lucros		116.585	48.844	116.585	48.844
		650.389	341.301	650.389	341.301
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.370.883	909.686	1.378.050	914.996

FONTE: www.romi.com.br, 2008, sem página

Tabela 41 - Demonstração do Resultado de Indústrias Romi S.A. de 1978

INDÚSTRIAS ROMI S.A. RESULTADO DOS EXERCÍCIO PERÍODO DE 01/01 A 31/12		
	1978	1977
RECEITA BRUTA DAS VENDAS E SERVIÇOS	1.597.055	1.053.894
Devoluções e Impostos	(141.152)	(91.152)
Outras Receitas Operacionais	110.995	64.067
Resultados de Contrato de Longo Prazo	28.638	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.595.536	1.026.809
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(849.540)	(552.389)
LUCRO BRUTO	745.996	474.420
DESPESAS OPERACIONAIS		
Com Vendas	(166.709)	(95.625)
Financeiras	(136.489)	(50.826)
Administrativas	(114.805)	(72.623)
Tributárias	(6.722)	(9.886)
Honorários da Diretoria	(13.920)	(6.800)
Depreciações	(2.456)	(2.124)
Provisão para Devedores Duvidosos	(6.800)	(3.504)
	(447.901)	(241.388)
LUCRO OPERACIONAL	298.095	233.032
Receitas Não Operacionais	2.280	13.424
Saldo da Conta de Correção Monetária	(154.496)	(102.567)
Equivalência Patrimonial	4.005	
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	149.884	143.889
Provisão para Imposto de Renda	(31.941)	(39.727)
Participação dos Administradores	(8.000)	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	109.943	104.162
Lucro Líquido do Exercício:		
por ação do capital médio	0,23	0,44
por ação do capital no final do exercício	0,13	0,43

FONTE: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 1979, página 48

A Demonstração de Resultados publicada utiliza a nomenclatura da Lei das S.A., mas em seu grupo de Despesas Operacionais, não utiliza a mesma ordem dos dias atuais. Na demonstração de resultados é apresentado o lucro por ações do capital médio e do capital no final do período.

Na Demonstração publicada em 2008, relativa aos períodos 2006 e 2007, pode-se observar a referência com as Notas Explicativas. Além disso, no grupo das Despesas operacionais, são detalhados os valores de honorários da diretoria e gastos com pesquisa e desenvolvimento.

Tabela 42 - Demonstração do Resultado de Indústrias Romi S.A. de 2006 e 2007

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006					
<i>(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação, expresso em reais)</i>					
	<i>Nota explicativa</i>	2007	2006	2007	2006
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Mercado interno		671.020	594.561	679.099	599.100
Mercado externo		84.103	60.187	82.057	65.434
		755.123	654.748	761.156	664.534
Impostos incidentes sobre vendas		(128.832)	(115.420)	(129.168)	(115.586)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		626.291	539.328	631.988	548.948
Custo dos produtos e serviços vendidos		(367.163)	(309.541)	(361.947)	(312.401)
LUCRO BRUTO		259.131	229.787	270.041	236.547
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Vendas		(63.264)	(60.955)	(59.786)	(58.076)
Gerais e administrativas		(40.302)	(39.137)	(45.792)	(45.058)
Pesquisa e desenvolvimento		(26.340)	(21.105)	(26.340)	(21.105)
Honorários da administração		(7.915)	(6.901)	(8.025)	(7.395)
Tributárias		(6.428)	(4.972)	(6.742)	(4.997)
Resultado de equivalência patrimonial	9	7.427	3.642	-	-
Total das despesas operacionais		(136.822)	(129.428)	(146.685)	(136.631)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS DESPESAS COM A OFERTA PÚBLICA DE AÇÕES		122.309	100.359	123.356	99.916
Despesa com a oferta pública de ações	17	(12.963)	-	(12.963)	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		109.346	100.359	110.393	99.916
RESULTADO FINANCEIRO					
Receita financeira		29.333	11.739	30.508	13.282
Despesa financeira		(4.814)	(2.265)	(5.048)	(2.572)
Variação cambial ativa		(3.796)	(1.460)	(3.796)	891
Variação cambial passiva		6.258	891	6.258	(1.460)
Variação cambial sobre investimentos em controladas no exterior	9	(701)	(267)	-	-
Total do resultado financeiro		26.280	8.638	27.922	10.141
LUCRO OPERACIONAL		135.626	108.997	138.315	110.057
RECEITAS (DESPESAS) NÃO OPERACIONAIS, LÍQUIDAS		1.031	(81)	330	163
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		136.657	108.916	138.645	110.220
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	18 b)	(25.205)	(23.523)	(26.638)	(24.552)
Diferido	18 b)	1.914	628	1.914	628
LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES		113.366	86.021	113.921	86.296
Participação minoritária		-	-	(555)	(275)
Participação da administração		(4.400)	(3.100)	(4.400)	(3.100)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		108.966	82.921	108.966	82.921
Lucro líquido por ação componente do capital social no final dos exercícios findos em dezembro de 2007 e de 2006 - em R\$		1,39	12,67		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FONTE: www.romi.com.br, 2008, sem página

A empresa publicou a DMPL e não DLPA, pois a primeira é mais completa e abrange a segunda. É interessante notar que a antiga Reserva para Manutenção do Capital de Giro foi mantida até o final de 1978. Aparece também naquele ano uma Reserva para de Avaliação de Contrato.

Nas demonstrações referentes a 2006 e 2007, as contas apresentadas são diferentes, mas o formato não mudou muito nesses anos. Nota-se que o saldo de lucros acumulados é destinados a reservas.

Tabela 43 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de Indústrias Romi S.A. de 1978

INDÚSTRIAS ROMI S.A. CNC 56.720.429 MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO												
MOVIMENTAÇÃO	CAPITAL SOCIAL		RESERVAS DE CAPITAL					RESERVAS DE LUCROS				
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Correção Monetária do Capital	Reserva de Capital Excedente	Reserva de Correção Monetária	Reserva de Manut. de Capital de Giro	Res. p/ Aum. de Capital DL 1632	Reserva de Avaliação de Contrato	Reserva Legal	Res. p/ Aum. de Cap. Ações Bonificadas	Reserva para Investimentos	Reserva para Aumento de Capital
1. SALDO EM 31.12.77	245.000			45.000	51.182	195.233			19.824	21.139		185.283
2. Correção Especial (Balanço de Abertura)					71.536			15.883				
3. AGO de 24/04/78												
- Distr. de Resultados												(30.075)
- Transf. de Reservas											77.955	(77.955)
- Reversão de Reservas									(340)		340	
4. AGE de 24/04/78												
- Aumento de Capital com Transf. de Reservas	105.000			(45.000)		(60.000)						
5. Reversão de Prov. para Investimentos e I.R.							388.291				9.900	1.721
6. Reavaliação da Imobilizado DL - 1532(COFIE)												
7. AGE de 15/08/78												
- Aumento de Capital c/ Transf. de Reservas	100.000	300.000				(11.709)	(388.291)					
8. AGE de 22/12/78												
- Aumento de Capital com subscrição de ações	66.000	44.000		44.000								
9. Bonificações Recebidas												
10. Correção Monetária do Patrimônio Líquido			217.966	1.924	44.469	44.761		5.756	7.061	7.759	3.587	96.137
11. Lucro Líquido do Período e Equiv. Patrimonial								7.391				
12. Destinações Propostas												
- Para Reserva Legal												
- Dividendos												
SALDO EM 31.12.1978	516.000	344.000	217.966	45.924	167.187	168.285	-	29.030	32.042	29.171	13.487	361.436
												73.346
												1.997.874

FONTE: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 1979, página 48

Tabela 44 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de Indústrias Romi S.A. de 2006 e 2007

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (Valores expressos em milhares de reais)							
	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005		220.000	2.052	31.999	88.956	21.591	364.598
Realização do regime de reavaliação	11			(1.354)			
Aumento do capital social		40.000			(40.000)		
Lucro líquido do exercício						82.921	82.921
Dividendos propostos					(48.000)	(31.158)	(80.158)
Destinações							
- Reserva legal	17					4.146	(4.146)
Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/96	17					(26.110)	(26.110)
Retenção de lucros	17				23.101	(23.101)	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006		260.000	2.052	30.405	23.107	25.737	341.301
Realização do regime de reavaliação	11			(1.589)			
Aumento do capital social com emissão de ações	17	242.936					242.936
Lucro líquido do exercício						108.956	108.956
Destinações							
- Reserva legal	17					5.446	(5.446)
Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/96	17					(42.814)	(42.814)
Retenção de lucros	17				62.263	(62.263)	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007		502.936	2.052	28.816	85.400	31.185	650.389

FONTE: www.romi.com.br, 2008, sem página

Na Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos apresentada a seguir, a variação do Capital Circulante Líquido foi demonstrada somente para o ano de 1978.

É importante ressaltar que a empresa foi auditada, já que era uma companhia nacional aberta. Talvez esse seja um dos pontos que diferencia as demonstrações contábeis publicadas sem

problemas técnicos, como os descritos anteriormente nas demonstrações da Gilbarco e as apresentadas por Indústrias Romi S.A.

Tabela 45 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de Indústrias Romi S.A. de 1978

INDÚSTRIAS ROMI S.A. ORIGENS E APLICAÇÕES DOS RECURSOS PERÍODO DE 01/01 A 31/12/78			
ORIGENS DOS RECURSOS			
Lucro Líquido do Exercício			109.943
Mais: Saldo de Correção Monetária			154.496
Depreciações e Amortizações			94.863
Varição nos Resultados Exercícios			3.730
Recursos Provenientes das Operações			363.032
Realização de Capital Social			154.000
Contribuições para Reservas de Capital			19.013
Aumento do Exigível a Longo Prazo			189.897
Alienação de Direitos do Ativo Imobilizado			15.361
			741.303
APLICAÇÕES DOS RECURSOS			
Resultados Distribuídos (AGO 24/04/78)			30.075
Aquisição de Direitos do Ativo Imobilizado			74.934
Aumento:			
Do Ativo Realizável a Longo Prazo			74.564
Das Investimentos			14.127
Do Ativo Diferido			41.651
Dividendos Propostos			31.100
Aumento do Capital Circulante Líquido			474.852
			741.303
MODIFICAÇÃO NA POSIÇÃO FINANCEIRA DA EMPRESA			
	Início do Exercício	Fim do Exercício	Aumento
Ativo Circulante	883.146	1.530.950	647.804
Passivo Circulante	251.699	424.651	172.952
Capital Circulante Líquido	631.447	1.106.299	474.852

FONTE: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 1979, página 48

Conforme pode ser observado, as demonstrações referentes aos anos de 2006 e 2007 apresentadas na sequência têm formato muito parecido com aquela publicada em 1979, referente ao período de 1978. É importante ressaltar o formato da DOAR utilizado em 1978: ela apresenta o total de origens “batendo” com o total de aplicações, já que classifica o Aumento do Capital Circulante Líquido como aplicação de recurso. Essa apresentação facilita o entendimento da demonstração, mas foi abandonado nos anos atuais.

Tabela 46 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de Indústrias Romi S.A. de 2006 e 2007

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS				
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006 (Valores expressos em milhares de reais)				
	Nota explicativa	2007	Controladora 2006	Consolidado 2006
ORIGENS DE RECURSOS				
Lucro líquido do exercício		108.966	82.921	108.966
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante:				
Depreciações	11 a) e b)	13.978	11.109	14.263
Baixas do ativo imobilizado		1.111	936	3.489
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18 b)	(1.914)	(628)	(1.914)
Diminuição da provisão para passivos eventuais, líquida		(2.770)	(65)	(2.770)
Equivalência patrimonial e variação cambial sobre investimentos no exterior, líquidos dos dividendos recebidos de controladas		(4.852)	(2.305)	-
Participação minoritária				417
Recursos provenientes das operações		114.519	91.968	122.451
Aumento do exigível a longo prazo, líquido		117.633	-	117.633
Transferência de impostos diferidos do ativo não circulante para o circulante		-	1.033	-
Aumento de capital com emissão de ações		242.936	-	242.936
Novos financiamentos de longo prazo, líquidos		25.328	12.473	25.481
Total das origens		500.416	105.474	508.501
APLICAÇÕES DE RECURSOS				
Aquisições de imobilizado	11 a) e b)	27.308	50.867	27.716
Investimentos em controladas		-	21	-
Ágio na aquisição de investimentos		-	9	9
Dividendos propostos - controladora		-	80.108	80.108
Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/1995	17	42.814	26.110	26.110
Aumento de impostos e contribuições e outros créditos - não circulante		-	4.313	-
Aumento do realizável a longo prazo, líquido		148.342	8.956	148.333
Redução do exigível a longo prazo, líquido		-	1.624	-
Total das aplicações		218.464	172.008	218.863
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		281.952	(66.534)	289.638
VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO				
Ativo circulante final		782.064	468.194	786.840
Passivo circulante final		312.515	300.597	313.442
		449.549	167.597	473.398
Ativo circulante inicial		468.194	423.242	483.997
Passivo circulante inicial		300.597	189.111	300.237
		167.597	234.131	183.760
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		281.952	(66.534)	289.638

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FONTE: www.romi.com.br, 2008, sem página

A seguir, são apresentadas as Demonstrações dos Fluxos de Caixa da empresa. A publicação da DFC não é obrigatória, desde que a empresa não a publique em outros mercados. Se assim for, para que não exista assimetria de informações, ela deve ser publicada também no Brasil. A Demonstração apresentada não consta como Nota Explicativa ou Informação Complementar, mas foi publicada juntamente com as outras demonstrações.

Pelos exemplos que foram apresentados, a qualidade e a quantidade das informações contábeis publicadas parecem ter relação com o fato de existir ou não auditoria dessas demonstrações, a quantidade de informações parece variar, ainda, em função do porte da empresa e, principalmente, de acordo com o nível de governança corporativa. As empresas enquadradas nos níveis diferenciados de governança na BOVESPA têm o compromisso de melhor informar ao mercado.

Tabela 47 - Demonstração dos Fluxos de Caixa de Indústrias Romi S.A. de 2006 e 2007

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2007	2006	2007	2006
Fluxo de caixa de atividades operacionais:					
Lucro líquido do exercício		108.966	82.921	108.966	82.921
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa oriundo das (aplicados nas) atividades operacionais:					
Depreciação	11 a) e b)	13.978	11.109	14.263	11.488
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		480	739	480	739
Equivalência patrimonial e variação cambial sobre investimentos no exterior, líquido dos dividendos recebidos de controladas		(4.861)	(2.305)	-	-
Perda (ganho) na alienação de imobilizado		(141)	853	(103)	1.098
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos de transações com partes relacionadas, duplicatas a receber, fornecedores e financiamentos		(2.865)	1.458	(2.780)	(197)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18 b)	(1.914)	(628)	(1.914)	(628)
Imposto de renda e contribuição social sobre realização da reserva de reavaliação		(819)	(821)	(819)	(821)
Provisão para desvalorização do estoque		(1.428)	2.263	(1.428)	2.263
Provisão para passivos eventuais, líquida		(2.770)	(65)	(2.770)	(65)
Participação minoritária		-	-	417	174
Variação nos ativos operacionais:					
Aplicações financeiras resgatáveis após 90 dias		(8.116)	-	(9.467)	-
Duplicatas a receber		(17.892)	22.490	(16.595)	25.422
Partes relacionadas		(5.060)	1.067	-	-
Valores a receber – repasse Finame fabricante		(202.631)	(203.135)	(202.631)	(203.135)
Estoques		(7.573)	(9.248)	(11.826)	(7.394)
Impostos e contribuições a recuperar, líquidos		(2.782)	(3.921)	(2.791)	(4.031)
Outros valores a realizar		(139)	(572)	(1.137)	1.209
Variação nos passivos operacionais:					
Fornecedores		7.416	(2.924)	7.275	(2.871)
Salários e encargos sociais		10.058	4.530	10.054	4.541

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2007	2006	2007	2006
Impostos e contribuições a recolher		1.612	(2.068)	1.828	(1.771)
Adiantamentos de clientes		5.230	(7.474)	5.074	(7.318)
Outras contas a pagar		2.023	1.213	2.303	(464)
Partes relacionadas		(1.823)	1.086	-	-
Caixa aplicado nas atividades operacionais		(111.051)	(103.432)	(103.601)	(98.840)
Fluxo de caixa de operações de investimentos:					
Aquisição de imobilizado	11	(27.308)	(50.867)	(27.716)	(51.554)
Venda de imobilizado		1.252	83	3.592	203
Investimentos em controladas		-	(21)	-	-
Ágio na aquisição de ações da Rominor		9	(9)	9	(9)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		(26.047)	(50.814)	(24.115)	(51.360)
Fluxo de caixa de atividades financeiras:					
Juros sobre o capital próprio distribuídos e dividendos distribuídos		(120.520)	(25.490)	(121.368)	(24.501)
Novos empréstimos e financiamentos		58.765	17.494	58.984	17.496
Pagamentos de financiamentos		(8.869)	(14.127)	(8.903)	(15.482)
Novos financiamentos – Finame fabricante		327.342	299.477	327.342	299.477
Pagamentos de financiamentos – Finame fabricante		(167.142)	(118.066)	(167.142)	(118.066)
Caixa gerado nas atividades financeiras		89.576	159.288	88.913	158.924
Aumento de caixa com a emissão de ações		242.936	-	242.936	-
Aumento de disponibilidades e aplicações financeiras		195.414	5.042	204.133	8.724
Disponibilidades e aplicações financeiras com disponibilidade imediata - no início do período		72.405	67.363	86.922	78.198
Disponibilidades e aplicações financeiras com disponibilidade imediata - no fim do período		267.819	72.405	291.055	86.922
Informações complementares:					
Imposto de renda e contribuição social pagos		22.442	21.141	23.357	21.806
Juros pagos durante o exercício		3.091	1.924	3.293	2.161
Valores a pagar a fornecedores referentes à aquisição de imobilizado		83	772	83	1.403

FONTE: www.romi.com.br, 2008, sem página

Em 1978, as notas explicativas resumiam-se a um pequeno quadro, conforme transcrito a seguir.

Muita coisa mudou em trinta anos. Hoje, as informações publicadas mostram-se mais robustas e a transparência das companhias abertas tem aumentado. As Notas Explicativas e o Relatório da Administração são muito mais abrangentes.

O Relatório da Administração em 1978 resumia-se ao apresentado abaixo. De qualquer forma, ele apresenta informações importantes sobre a empresa. Atualmente, os relatórios apresentados pela empresa contêm mais informações, conforme pode ser visto no Anexo I, onde as Demonstrações de 2006 e 2007 aparecem em sua totalidade.

RELATÓRIO DE CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas.

Em complementação às informações econômico-financeiras anexas ao Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado encerrados em 31 de dezembro de 1978, queremos enfatizar os pontos significativos do referido exercício, bem como as perspectivas para 1979.

RESULTADO

No exercício de 1978 permaneceram os altos níveis inflacionários agravados pelas maiores pressões salariais, bem como os maiores custos da depreciação resultantes adequação à realidade de nosso patrimônio, sem que nos tivesse sido possível o repasse integral dos aumentos de custos aos preços de vendas. A despeito desses fatos, graças à melhoria de sua produtividade, a empresa logrou manter os seus custos industriais aos mesmos níveis percentuais de 1977. Por outro lado, as despesas operacionais cresceram de forma sensível, tendo sua incidência sobre a receita operacional líquida aumentada de 23,5% em 1977, para 28,1% em 1978. Esse aumento deve-se, principalmente, aos custos financeiros originários de investimentos nas novas unidades de produção, que estão em fase de operação inicial e somente a médio prazo, remunerarão o capital aplicado. Estes foram alguns dos principais fatores que impediram a empresa de retornar seus índices de rentabilidade.

Acresça-se também os custos adicionais na comercialização do produto, incorridos no exercício de 1978, decorrentes da implantação de novas filiais de vendas. Graças a uma dinâmica política de Marketing a empresa pode alcançar, no exercício, uma receita operacional líquida 55% superior a de 1977, o que gerou um lucro operacional de Cr\$ 298 milhões e um lucro líquido, após a dedução do imposto de renda, de Cr\$ 109,9 milhões.

Para apreciação e deliberação da próxima Assembléia Geral Ordinária o Conselho de Administração propõe, e já consignou no Balanço, um dividendo aos acionistas de Cr\$ 31,1 milhões que corresponde a aproximadamente 30% do lucro líquido do exercício, após a dedução da parcela destinada à constituição da Reserva Legal, representando 6,6% do capital social médio do exercício.

PLANOS DE EXPANSÃO

Durante o exercício foram concluídas as obras civis da nova unidade 13 – Fábrica de Injetoras de Plásticos, antecipada em dois anos, dada a crescente demanda de injetoras Romi-Reed no mercado nacional e internacional.

A nova fábrica está sendo implantada e programada para entrar em operação ainda no primeiro semestre de 1979.

Foram intensificados os investimentos em tecnologia com apoio financeiro do BNDE-FUNTEC e da FINEP-BADESP. Esses novos investimentos visam a diversificação da produção da empresa pelo lançamento de novos produtos no mercado, em sua maioria substituindo importações, destacando-se os lançamentos mais recentes, como as Fresadoras U-20, a Linha 30 de Tomos Universais e a Linha de Tomos Verticais.

Os investimentos necessários ao término do plano de expansão da empresa estão restritos a equipamentos produzidos pela própria empresa e ao capital de giro para a plena capacidade de produção nas novas unidades. Esses investimentos serão gradativos, em função das vendas e realizados com recursos próprios.

LIQUIDEZ

Não obstante os empréstimos contratados para financiamento (a longo prazo) dos seus planos de expansão, a empresa seguindo sua tradição manteve um excelente nível de liquidez, com ligeira melhoria em relação a 1977. Isto é significativo se considerarmos que para cada cruzeiro de Passivo Total Exigível a empresa dispõe de Cr\$ 3,60 de Ativo Circulante Total. Também na liquidez a seco, a empresa teve a sua posição ainda mais favorável, indicando que para pagamento de cada cruzeiro de dívida a curto prazo, dispõe de um ativo circulante a curto prazo de Cr\$ 2,04, deduzidos os estoques.

PERSPECTIVAS

As mudanças da política econômica governamental que se fazem sentir e as que se pode vislumbrar, apesar de serem de contenção, permitem-nos assegurar um crescimento médio do nível de produção e de faturamentos, no mínimo igual aos últimos exercícios.

A continuidade da renovação dos produtos de nossas linhas tradicionais de produção, a expansão das exportações e o lançamento de novos produtos encorajam-nos a essa afirmação.

Finalmente, expressamos nossos agradecimentos ao apoio governamental que vem reconhecendo a necessidade do fortalecimento do setor de máquinas-ferramenta, à confiança recebida de V.Sas. como também demonstramos a nossa gratidão aos esforços e dedicação de nossos colaboradores.

As Notas Explicativas de 1978 também foram transcritas, conforme segue. As Notas Explicativas de 2007 encontram-se no Anexo I.

NOTAS EXPLICATIVAS DO CONSELHO DIRETOR**Nota 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras e Modificações nas Práticas contábeis**

a) As demonstrações financeiras estão elaboradas e apresentadas conforme dispositivos da Lei 6404, Legislação Fiscal e disposições complementares.

b) O Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do exercício de 1977, foram reclassificados para permitir a comparação dos valores.

c) No balanço de abertura de 1978 foi procedida a Correção Monetária Especial do Ativo Imobilizado, apurando-se um valor de 71,5 milhões de cruzeiros contabilizados a crédito da conta reserva de Correção Monetária no Grupo do Patrimônio Líquido.

d) Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis vencidos após o exercício seguinte estão classificados no longo prazo.

e) Os efeitos inflacionários sobre as contas do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido em 1978 foram reconhecidos mediante a aplicação de índices de correção monetária (Lei 6404-DL 1598). Em 1977 o efeito inflacionário era reconhecido pela correção monetária do imobilizado e pela constituição da Reserva para manutenção do capital de Giro.

f) Em 1978 os empréstimos compulsórios à Eletrobrás foram corrigidos monetariamente, não sendo ajustados à cotação de mercado.

g) A provisão para devedores duvidosos foi constituída dentro dos limites legais e em bases uniformes com relação ao exercício anterior e que se estima ser suficiente para cobrir eventuais perdas.

h) Os estoques foram valorizados a custo médio de aquisição ou de fabricação, líquidos do ICM. (Parecer Normativo CST – 104/78) que não superam o preço de mercado.

i) No exercício de 1978 foram contabilizados em contas do ativo diferido 40,3 milhões de cruzeiros, decorrentes de gastos com desenvolvimento de novos projetos. Em exercícios anteriores esses gastos eram considerados como despesas do exercício.

A mudança de critério deveu-se a dispêndios relevantes com estudos e projetos de engenharia, aplicáveis à linha de novos produtos, cujos resultados serão obtidos em exercícios seguintes. A correção monetária desse valor resultou em crédito à conta de resultado. A amortização no exercício de 1979 foi de 5,1 milhões de cruzeiros.

j) De acordo com o disposto no DL 1598 Artigo 10 §1º letra b, no exercício de 1978 foi apurado um resultado de 28,6 milhões de cruzeiros decorrentes de contratos de fabricação de máquinas com prazo de execução superior a um ano e contabilizado como receita do exercício. O valor dos contratos a longo prazo em execução até 31 de dezembro de 1978 com custos já incorridos, era de 109 milhões de cruzeiros. A receita incorrida era de 62,3 milhões contra um custo de 33,7 milhões de cruzeiros.

k) A provisão para imposto de renda, constituída no exercício de 1978, reflete no passivo o total de obrigação. A parcela destinada a aplicação em incentivos fiscais, está registrada em contas do Realizável a Longo Prazo. No exercício anterior o imposto de renda lançado em contas de resultado inclui o valor de 9,9 milhões de cruzeiros correspondentes a parcela do incentivo fiscal.

l) Em maio de 1978 foi contabilizado o resultado da avaliação de parte dos bens do Ativo Imobilizado, facultada pelo Decreto Lei 1532/77 e homologada pela Cofie. O resultado líquido da avaliação foi de 388,2 milhões de cruzeiros e a sua capitalização ocorreu na Assembléia Geral Extraordinária de 15 de Agosto de 1978.

Nota 2 – Imobilizado

Em 31 de dezembro de 1978(em milhares de cruzeiros)

IMOBILIZADO	VALOR HISTÓRICO	COR. MONETÁRIA	TOTAL
Terrenos	15.779	85.759	101.538
Prédios	95.266	229.938	325.204
Máquinas e Instalações	281.274	693.048	974.322
Móveis e Utensílios	17.490	26.378	43.868
Veículos	4.501	11.035	15.536
Pátios e Caminhos	2.874	2.625	5.499
Direitos de Linhas Telefônicas	351	195	546
Obras em Andamento	3.592	1.875	5.467
Importações em Andamento	108		108
Adiantamento a Fornecedores	11.983		11.983
	433.218	1.050.853	1.484.071
(-) Depreciações Acumuladas			(419.963)
Imobilizado Líquido			1.064.108

O Imobilizado vem sendo depreciado pelo método linear, às taxas permitidas pela legislação em vigor.

A depreciação contabilizada no exercício de 1978 e incidente sobre a avaliação Cofie, no valor de 29 milhões de cruzeiros, foi apropriada ao Custo dos Produtos Vendidos.

Nota 3 – Participações em Empresas Controladas

Refere-se ao investimento realizado nas indústrias Romi do Nordeste S.A., em Recife (PE), área da Sudene, contabilizado ao custo mais bonificações a valor nominal e ajustado pelo método da Equivalência Patrimonial nos Balanços de abertura e de encerramento.

No exercício de 1978 a variação do valor do investimento foi a seguinte:

(em milhões de cruzeiros):

Saldo Inicial	49,9
Evolução ou Ajustes decorrentes de:	
Aplicação do Método da Equivalência no Balanço de Abertura	15,9
Integralização do Capital	2,1
Correção Monetária (DL 1598)	24,1
Aplicação do Método da Equivalência no Balanço 31.12.1978	11,3
	<u>103,3</u>

O Balanço da controlada em 31 de dezembro de 1978, auditado por nossos auditores independentes, apresentou um Patrimônio Líquido de 169,6 milhões de cruzeiros e um capital social integralizado de 85,4 milhões de cruzeiros. A participação na controlada em 31.12.1978 era de 60,94% do capital social.

A contrapartida dos ajustes foi a seguinte (em milhões de cruzeiros):

Reserva de Avaliação - Controlada	23,2
Equivalência Patrimonial	4,0
Receita de Correção Monetária	24,1

Nota 4 – Instituições Financeiras

Em 31 de dezembro os financiamentos estavam distribuídos conforme discriminação abaixo:

(em milhões de cruzeiros)

	1978			1977
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	TOTAL	TOTAL
Curto Prazo:				
Capital de Giro	61.189	1.336	62.525	29.180
Tecnologia e Desenvol.	4.391		4.391	62
Ativo Fixo	16.612	33.114	49.726	28.301
TOTAL	82.192	34.450	116.642	57.543
Longo Prazo:				
Capital de Giro	25.553	36.516	62.069	25.547
Tecnologia e Desenvol.	69.212		69.212	34.800
Ativo Fixo	247.463	140.970	388.433	271.326
TOTAL	342.228	177.486	519.714	331.673

As correções monetárias ou cambiais incorridas no exercício decorrentes de financiamentos, foram acrescidos ao principal e apropriadas às contas de resultado.

Os financiamentos acima foram garantidos por equipamentos, duplicatas em caução, mercadorias e imóveis.

Nota 5 – Capital Social

O capital social é representado por 860.000.000 ações de valor nominal de Cr\$ 1,00 cada, sendo 516.000.000 ordinárias e 344.000.000 preferenciais, estas sem direito a voto.

Nota 6 – Dividendos

Consta da demonstração das mutações do Patrimônio Líquido, a proposta do Conselho de Administração de distribuição de dividendos no valor de 31,1 milhões de cruzeiros, correspondentes a 30% do lucro líquido após a Reserva Legal e, a 6,6% do capital médio.

5.1.4 Demonstrações Contábeis de uma empresa multinacional aberta

O Makro Atacadista faz parte do Grupo Holandês SHV (Steenkolen Handeis Vereeniging) fundado em 1896. Foi fundado em 1968 na Holanda e suas atividades iniciaram-se no Brasil em 1972. Atualmente, o Makro Atacadista é uma das maiores empresas que operam no sistema auto-serviço com vendas a clientes cadastrados.

A seguir são apresentados os Balanços de 1978 e de 2006 e 2007. Em 1978, apesar de existirem participações em outras empresas, não é apresentado Balanço Consolidado. Outra curiosidade é que o balanço foi encerrado em 02 de janeiro e não 31 de dezembro.

O Balanço publicado em 2008, referente aos anos 2006 e 2007, apresenta a formatação de acordo com as exigências da CVM, mostrando Ativos e Passivos Circulantes e Não-Circulantes. Além disso, o Balanço Consolidado também é apresentado.

Tabela 48 - Balanço Patrimonial de Makro Atacadista S.A. em 1978

MAKRO ATACADISTA S/A			
CGC 47.457.653/0001			
BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 02 DE JANEIRO DE 1979			
ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Disponível		Fornecedores	922.044.555
Caixa e Bancos	137.103.518	Aluguéis e arrendamentos a pagar	12.263.377
Títulos vinculados ao Mercado Aberto	241.726.700	Salários e encargos a pagar	11.832.772
	378.830.218	Impostos a recolher	92.594.259
Realizável a Curto Prazo		Seguros a pagar	8.967.314
Estoque	573.650.247	Provisão para férias	4.147.354
Contas a Receber de Clientes		Outras despesas a pagar	28.513.377
Propaganda e Bonificação	33.759.547		
Aplicações Financeiras	18.204.013		
Contas a Receber Diversas	11.036.069		
	636.649.876	Financiamentos	
Outros Créditos		Em moeda estrangeira	5.351.336
Adiantamento a terceiros	6.643.119		1.085.714.344
Pagamentos Antecipados	30.913.761		
Companhias Associadas	100.346.949	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
Banco Central do Brasil	33.248.000	Financiamentos	
	171.151.829	Em moeda estrangeira	49.984.000
	807.801.705	Provisão para Imposto de Renda	34.032.582
			84.016.582
Total do Ativo Circulante	1.186.631.923	Total do Passivo Circulante	1.169.730.926
PERMANENTE		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Investimentos		Capital	
Participação em outras empresas	474.198	Residentes no país	61.259.100
		Residentes no Exterior	31.740.900
Imobilizado			93.000.000
Imobilizado Técnico	273.170.687	Reservas de Capital	86.505.511
		Reservas de Lucros	9.785.737
Diferido		Lucros Acumulados	133.413.365
Gastos Pré-Operacionais	32.158.731		229.704.613
		Total do Patrimônio Líquido	322.704.613
TOTAL DE ATIVO	1.492.435.539	TOTAL DO PASSIVO	1.492.435.539

FONTE: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 1979, páginas 5 e 6

Tabela 49 - Balanço Patrimonial de Makro Atacadista S.A. em 2006 e 2007

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma							
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora	
	2007	2006	2007	2006		2007	2006
Circulante					Circulante		
Caixa e bancos	72.728	58.538	72.752	58.551	Fornecedores	501.905	512.500
Aplicações financeiras (Nota 4)	26.578	23.768	100.930	65.208	Financiamento e parcelamento (Nota 13)	170.104	62.749
Contas a receber (Nota 5)	68.321	54.333	66.321	54.333	Provisão para férias e encargos sociais	26.656	24.440
Estoque	365.969	320.201	365.969	320.201	Impostos a recolher (Nota 14)	22.131	40.711
Impostos a recuperar (Nota 7)	27.171	63.027	27.173	63.028	Dividendos e juros sobre o capital próprio	1.439	1.327
Despesas pagas antecipadamente	2.543	3.800	2.543	3.800	Outras obrigações	32.101	22.483
Outros créditos (Nota 8)	6.248	5.199	6.086	5.093		754.336	664.210
	587.558	537.865	641.774	579.214	Não circulante		
Não circulante					Exigível a longo prazo		
Realizável a longo prazo					Financiamento e parcelamento (Nota 13)		657
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 17)	17.242	14.308	17.242	14.308	Provisão para contingências (Nota 15)	29.295	27.197
Impostos a recuperar (Nota 7)	6.319	6.220	6.319	6.220	Outras obrigações		1.100
Depósitos judiciais (Nota 15)	26.329	25.686	26.939	25.805		29.295	28.954
Outros créditos (Nota 8)	17.405	15.569	17.405	15.569			29.088
	67.295	61.783	67.905	61.902	Patrimônio líquido (Nota 16)		
Permanente					Capital social	221.902	221.902
Investimentos (Nota 10)	279.871	244.791	424.697	394.895	Reservas de lucros	145.645	125.255
Imobilizado (Nota 11)	221.174	194.365	424.697	394.895		367.547	347.157
Diferido (Nota 12)	15.280	1.516	15.280	1.516		1.151.178	1.040.321
	516.325	440.672	439.677	396.411	Total do passivo e patrimônio líquido	1.151.178	1.040.321
	583.620	502.455	507.882	458.313		1.040.321	1.037.527
Total do ativo	1.151.178	1.040.321	1.149.656	1.037.527			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FONTE: www.makro.com.br, 2008, sem página

Na Demonstração de Resultados de 1978, as Despesas Administrativas aparecem com o detalhamento de quanto foi gasto com manutenção, de propaganda e com o centro de computadores. No entanto, a ordem de apresentação não é a usual quando comparamos com os dias atuais. De acordo com os balanços daquela época já apresentados, essa prática parece ter sido comum. O que parece ser Outras Receitas é apresentado como Rendas Diversas, utilizando a nomenclatura anterior à da Lei das S.A.

No Balanço Patrimonial referente aos anos de 2006 e 2007, no grupo Passivo Circulante aparece “Provisão para férias e encargos sociais”. Como já foi discutido nesse trabalho, esse valor constitui passivos líquidos e certos. Por outro lado, no grupo Não Circulante aparece a conta “Provisão para contingências” que se refere, segundo a Nota Explicativa 15, a processos judiciais e administrativos nos âmbitos tributário, trabalhista e civil, que surgem no curso normal dos negócios da entidade. De acordo com a NPC 22 emitida pelo IBRACON, com base em sua assessoria jurídica, a companhia registra provisão para as contingências classificadas como perdas prováveis.

Tabela 50 - Demonstração do Resultado de Makro Atacadista S.A. em 1978

MAKRO ATACADISTA S/A DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CORRESPONDENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 02 DE JANEIRO DE 1979		
Receita Bruta das Vendas		4.735.345.243
Receita de Propaganda		18.985.007
		4.754.330.250
Dedução da Receita Bruta		
Impostos faturados		654.455.719
Receita Líquida		4.099.874.531
Custo das Mercadorias Vendidas	3.593.112.676	
(-) Bonificação sobre Compras	41.631.126	3.551.481.550
Lucro Bruto		548.392.981
<u>Despesas Operacionais</u>		
Despesas com Pessoal	174.719.496	
Aluguel e Manutenção de Imóveis	113.540.077	
Despesas de Propaganda	37.414.128	
Despesas com o Centro de Computadores	26.418.772	
Manutenção de Equipamentos	8.573.222	
Depreciação e Amortizações	21.363.026	
Despesas Gerais	45.622.747	427.651.468
Lucro Operacional		120.741.513
Resultado do Movimento Financeiro		(2.528.089)
Rendas Diversas		3.544.230
Resultado da Correção Monetária		(9.316.060)
Lucro antes do Imposto de Renda		112.441.594
Imposto de Renda		36.469.812
Lucro do Exercício		75.971.782

FONTE: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 1979, páginas 5 e 6

Tabela 51 - Demonstração do Resultado de Makro Atacadista S.A. em 2006 e 2007

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS				
EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação				
	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Receita bruta de vendas	4.576.856	4.224.379	4.576.856	4.228.281
Impostos e deduções sobre as vendas	(612.657)	(595.534)	(612.657)	(595.928)
Receita líquida	3.964.199	3.628.845	3.964.199	3.632.353
Custo das mercadorias vendidas	(3.418.791)	(3.086.524)	(3.418.791)	(3.089.870)
Lucro bruto	545.408	542.321	545.408	542.483
Despesas operacionais				
Com pessoal	(150.696)	(143.121)	(151.602)	(145.671)
Aluguel, depreciação e amortização	(105.646)	(88.517)	(65.083)	(57.824)
Com promoções	(29.880)	(28.324)	(29.880)	(28.329)
Gerais	(154.765)	(149.625)	(157.720)	(152.474)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	104.421	132.734	141.123	158.185
Receitas financeiras	8.762	21.250	15.749	24.677
Despesas financeiras	(37.819)	(24.084)	(38.086)	(24.553)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10)	35.080	22.619		
Lucro operacional	110.444	152.519	118.796	158.309
Receitas não operacionais, líquidas	(130)	988	(694)	559
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	110.314	153.507	118.092	158.868
Imp. de renda e contribuição social (Nota 17)	(18.051)	(37.306)	(25.829)	(42.667)
Lucro líquido do exercício	92.263	116.201	92.263	116.201
Lucro líquido por ação - R\$	0,48	0,61		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FONTE: www.makro.com.br, 2008, sem página

Nas Demonstrações apresentadas em 2006 e 2007, são apresentados os resultados da empresa e o consolidado. Em 1978, o lucro por ação não foi demonstrado. Nas demonstrações atuais isso é informado.

Tabela 52 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de Makro Atacadista S.A. em 1978

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 02 DE JANEIRO DE 1979									
	RESERVAS DE CAPITAL				RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	TOTAL	
	CAPITAL	DE CORREÇÃO DO CAPITAL	DE CORREÇÃO MONETÁRIA	OUTRAS	TOTAL	LEGAL			
Saldo em 03 de Janeiro de 1978	93.000.000		505.663	7.862.627	8.368.290	3.938.582	3.938.582	69.914.997	175.221.869
Resultado da correção monetária especial das contas patrimoniais			29.528.698		29.528.698				29.528.698
Correção monetária das contas patrimoniais	34.535.498		11.153.243	2.919.782	48.608.523	1.462.591	1.462.591	16.091.150	66.162.264
Lucro líquido					-			75.971.782	75.971.782
Apropriações:									
Reserva Legal					-	4.384.564	4.384.564	(4.384.564)	-
Dividendos pagos					-			(24.180.000)	(24.180.000)
Saldo em 02 de Janeiro de 1979	93.000.000	34.535.498	41.187.604	10.782.409	86.505.511	9.785.737	9.785.737	133.413.365	322.704.613

FONTE: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 1979, páginas 5 e 6

Tabela 53 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de Makro Atacadista S.A. em 2006 e 2007

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma					
	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Legal	Para investimento		
Em 31 de dezembro de 2005.....	221.902	35.465	20.911	20.911	278.278
Reversão de reserva de lucros para distribuição de dividendos.....			(20.911)	116.201	116.201
Lucro líquido do exercício.....				20.911	20.911
Apropriações (Nota 16).....				(20.911)	(20.911)
Dividendos suplementares sobre lucros acumulados - R\$ 0,11 por ação.....				(5.207)	(5.207)
Dividendos complementares sobre o lucro líquido do exercício - R\$ 0,03 por ação.....				(21.204)	(21.204)
Juros sobre o capital próprio (imputados ao dividendo mínimo obrigatório) - R\$ 0,11 por ação.....				(89.790)	(89.790)
Constituição de reservas estatutárias sobre o lucro do exercício.....		5.810	83.980		89.790
Em 31 de dezembro de 2006.....	221.902	41.275	83.980		347.157
Reversão de reserva de lucros para distribuição de dividendos.....			(50.555)	50.555	50.555
Lucro líquido do exercício.....				92.263	92.263
Apropriações (Nota 16).....				(50.555)	(50.555)
Dividendos suplementares sobre lucros acumulados - R\$ 0,26 por ação.....				(21.318)	(21.318)
Juros sobre o capital próprio (imputados ao dividendo mínimo obrigatório) - R\$ 0,11 por ação.....				(70.945)	(70.945)
Constituição de reservas estatutárias sobre o lucro do exercício.....		4.613	66.332		70.945
Em 31 de dezembro de 2007.....	221.902	45.888	99.757		367.547

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FONTE: www.makro.com.br, 2008, sem página

Não existem diferenças significativas quando o modelo da DMPL é comparado com o utilizado nos dias atuais, exceto pelo fato de que a conta de lucros acumulados tem todo o seu saldo destinado.

Tabela 54 - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos de Makro Atacadista S.A. em 1978

MAKRO ATACADISTA S/A			
DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 02 DE JANEIRO DE 1979			
Origens:			
Lucro líquido do exercício	75.971.782		
Itens que não representam movimentos de numerários:			
Depreciação e Amortização	21.363.026		
Resultado da correção monetária	9.316.060		
Venda de Imobilizado Técnico	55.965.800		
Fundos Provenientes das operações	162.616.668		
Outros Movimentos:			
Redução nas imobilizações financeiras e Impostos	2.170.928		
Aumento no Exigível a Longo Prazo	54.212.500		
			219.000.096
Aplicações:			
Adições do Imobilizado Técnico	161.810.252		
Aumento das Custas Pré-operacionais e Diferidas	7.823.427		
Pagamento do Dividendo	24.180.000		
			193.813.679
Aumento do Capital Circulante			25.186.417

FONTE: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 1979, páginas 5 e 6

A DOAR apresentada em 1978 suscita algumas dúvidas, como por exemplo “itens que não representam movimento de numerário” composto por depreciação, resultado da correção monetária e vendas de Imobilizado Técnico. Esse último componente não deveria constar dessa lista, ao menos com o nome de vendas. A DOAR de 2006 e 2007 não deixa dúvidas como essas.

Tabela 55 - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos de Makro Atacadista S.A. em 2006 e 2007

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS				
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais				
	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
Origens dos recursos				
Das operações				
Lucro líquido do exercício.....	92.263	116.201	92.263	116.201
Despesas (receitas) que não representam movimentação do capital circulante				
Depreciação e amortização.....	32.138	28.267	41.898	38.195
Valor residual do ativo permanente baixado.....	666	584	1.231	1.636
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 10)...	(35.080)	(22.619)		
Provisão para contingências	5.588	5.868	5.627	5.897
Variações monetárias e juros do realizável e exigível a longo prazo	378	555	378	555
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 17).....	(2.934)	(3.144)	(2.934)	(3.144)
	<u>93.019</u>	<u>125.712</u>	<u>138.463</u>	<u>159.340</u>
De terceiros				
Redução do realizável a longo prazo	4.808	1.996	4.808	1.996
Aumento do exigível a longo prazo.....		3		3
Baixa de ativo permanente para capitalização em controladas (Nota 10)	26	54.523		
	<u>4.834</u>	<u>56.522</u>	<u>4.808</u>	<u>1.999</u>
Total das origens	<u>97.853</u>	<u>182.234</u>	<u>143.271</u>	<u>161.339</u>
Aplicações de recursos				
Investimentos em empresas controladas (Nota 10) ...		61.714		
Aquisições de bens do imobilizado	58.508	54.550	71.800	56.697
Adições do diferido	14.895		14.895	
Aumento do realizável a longo prazo	6.662	4.326	7.153	4.407
Redução do exigível a longo prazo	5.021	5.507	5.021	5.507
Transferência do exigível a longo prazo para o passivo circulante	1.328	600	1.328	600
Juros sobre capital próprio e dividendos propostos (Nota 16).....	71.873	47.322	71.873	47.322
Total das aplicações.....	<u>158.287</u>	<u>174.019</u>	<u>172.070</u>	<u>114.533</u>
Aumento (redução) no capital circulante líquido	<u>(60.434)</u>	<u>8.215</u>	<u>(28.799)</u>	<u>46.806</u>
Variações no capital circulante				
Ativo circulante				
No fim do exercício.....	567.558	537.866	641.774	579.214
No início do exercício	<u>537.866</u>	<u>523.212</u>	<u>579.214</u>	<u>529.759</u>
	<u>29.692</u>	<u>14.654</u>	<u>62.560</u>	<u>49.455</u>
Passivo circulante				
No fim do exercício.....	754.336	664.210	752.641	661.282
No início do exercício	<u>664.210</u>	<u>657.771</u>	<u>661.282</u>	<u>658.633</u>
	<u>90.126</u>	<u>6.439</u>	<u>91.359</u>	<u>2.649</u>
Aumento (redução) no capital circulante líquido	<u>(60.434)</u>	<u>8.215</u>	<u>(28.799)</u>	<u>46.806</u>
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.				

FONTE: www.makro.com.br, 2008, sem página

O Makro Atacadista não publica a Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Balanço publicado em 1978 possui poucas Notas Explicativas, versando de forma resumida sobre as práticas contábeis e suas mudanças naquele ano, os títulos vinculados no mercado aberto, as

companhias coligadas, a retenção efetuada pelo Banco do Brasil, o imobilizado e os financiamentos. As Notas Explicativas atuais são mais completas, conforme pode ser observado no Anexo I, onde constam em sua totalidade.

5.2 Exemplo de Balanço – Correção Monetária Integral

A seguir apresenta-se um exemplo de publicação de demonstrações contábeis corrigidas de acordo com a metodologia da Correção Integral da Oxiten S.A. Indústria e Comércio. Ela é uma companhia aberta e pertence ao grupo Ultra. No ano de 1988 as primeiras demonstrações contábeis corrigidas (obrigatórias) foram publicadas no Brasil e esse é um exemplo das primeiras publicações.

Tabela 56 – Balanços Patrimoniais da Oxiten S.A. Indústria e Comércio de 1986 e 1987

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1987 E 30 DE ABRIL DE 1986 (Em milhares de cruzeiros)									
ATIVO	Sociedade				Consolidado				
	Pela legislação societária e correção integral		Pela correção integral		Pela legislação societária		Pela correção integral		
	1987	1986	1987	1986	1987	1986	1987	1986	
CIRCULANTE:									
Caixa e bancos	12.338	8.115	1.244	25.650	3.697				
Aplicações financeiras	99.211	5.225	1.063	895.025	188.986				
Contas a receber	360.840	320.346	65.173	1.426.369	228.645				
Estoque	416.604	424.507	86.364	1.032.043	226.534				
Dividendos a receber	378.320	77.544	15.776	-	-				
Impostos a recuperar	18.645	19.145	3.895	63.408	25.580				
Outros créditos	58.422	56.703	11.536	149.360	45.430				
Despesas do exercício seguinte	2.632	3.703	754	4.095	1.236				
	<u>1.348.012</u>	<u>913.288</u>	<u>185.805</u>	<u>3.595.860</u>	<u>729.108</u>				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO:									
Empréstimos a acionistas	441.705	434.819	88.462	441.705	88.462				
Companhias controladas e coligadas	6.514	18.108	3.684	255	2.965				
Aplicações financeiras	13.076	18.874	3.433	51.114	11.935				
Outros créditos	461.295	469.801	95.579	493.074	126.543				
	<u>922.590</u>	<u>941.512</u>	<u>191.158</u>	<u>1.085.908</u>	<u>230.905</u>				
PERMANENTE:									
Investimentos	8.920.622	3.505.694	713.218	1.165.137	135.044				
Imobilizado	3.248.558	1.032.173	209.961	9.752.049	535.873				
Diferido	144.044	143.590	29.285	283.278	44.567				
	<u>12.313.224</u>	<u>4.681.457</u>	<u>952.464</u>	<u>11.200.464</u>	<u>715.424</u>				
Total do ativo	<u>14.122.531</u>	<u>6.064.906</u>	<u>1.233.877</u>	<u>15.289.398</u>	<u>1.562.075</u>				
PASSIVO	Sociedade				Consolidado				
	Pela legislação societária e correção integral		Pela correção integral		Pela legislação societária		Pela correção integral		
	1987	1986	1987	1986	1987	1986	1987	1986	
CIRCULANTE:									
Instituições financeiras	119.854	55.409	11.259	428.910	159.439				
Fornecedores	193.185	237.981	48.402	901.347	139.471				
Dividendos propostos	153.773	4.915	1.000	158.674	2.011				
Provisão para imposto de renda	-	-	-	362.163	96.018				
Companhia controlada e coligada	1.033.737	714.275	145.316	-	7.662				
Salários e obrigações sociais	57.147	29.689	6.040	116.593	12.446				
Impostos, taxas e encargos	44.658	20.492	4.169	124.391	10.785				
Provisão para encargos trabalhistas	137.497	65.600	13.346	261.706	21.012				
Outras exigibilidades	86.995	151.960	30.915	327.464	56.535				
	<u>1.825.346</u>	<u>1.280.331</u>	<u>260.477</u>	<u>2.621.248</u>	<u>505.379</u>				
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO:									
Instituições financeiras	242.579	49.030	9.975	316.094	30.285				
Provisão para imposto de renda	-	102	33	4.093	33				
Outras exigibilidades	242.579	49.192	10.008	320.187	34.030				
	<u>485.158</u>	<u>98.322</u>	<u>20.016</u>	<u>640.314</u>	<u>64</u>				
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	-	-	-	276.612	56.163				
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS:									
Desafo	-	-	-	16.745	3.109				
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:									
Capital social	932.463	512.576	512.576	932.463	512.576				
Correção monetária do capital	3.650.890	4.070.727	419.887	3.650.890	419.887				
Capital reservado	4.583.353	4.583.353	932.463	4.583.353	932.463				
Reserva de capital	12.355	11.644	2.369	12.355	2.369				
Reserva de reavaliação	6.912.185	121.846	24.789	6.912.185	24.789				
Reservas de lucros	546.713	15.918	3.238	546.713	3.238				
Lucros acumulados	-	2.622	535	-	535				
	<u>12.054.606</u>	<u>4.235.383</u>	<u>963.394</u>	<u>12.054.606</u>	<u>963.394</u>				
Total do passivo	<u>14.122.531</u>	<u>6.064.906</u>	<u>1.233.877</u>	<u>15.289.398</u>	<u>1.562.075</u>				

As notas explicativas anexas são parte integrante destes balanços

As notas explicativas anexas são parte integrante destes balanços.

Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 1988, páginas 24 a 29

Tabela 57 – Demonstrações de Resultado da Oxiteno S.A. Indústria e Comércio de 1986 e 1987

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1987 E 30 DE ABRIL DE 1986					
(Em milhares de cruzados)					
	Sociedade		Consolidado		
	Pela correção integral	Pela legislação societária	Pela legislação societária	Pela legislação societária	
	1987 (20 meses)	1987 (20 meses)	1986 (12 meses)	1987 (20 meses)	
Vendas	5.708.843	2.647.559	412.188	9.141.350	1.434.844
Menos:					
Devoluções	(76.204)	(29.871)	(949)	(22.613)	(2.981)
Impostos futuros	(835.190)	(383.516)	(53.199)	(1.220.751)	(168.899)
Vendas líquidas	4.797.449	2.240.170	358.040	7.897.986	1.262.964
Custo dos produtos vendidos	(3.835.919)	(1.495.476)	(233.752)	(5.161.029)	(603.222)
Lucro bruto	961.530	744.694	124.288	2.736.958	459.742
Recursos (despesas) operacionais:					
Vendas	(310.832)	(159.428)	(20.140)	(416.233)	(60.425)
Administrativas	(856.783)	(324.576)	(31.961)	(384.053)	(38.257)
Honorários da Administração	(57.000)	(13.511)	(1.451)	(27.157)	(3.677)
Despesas financeiras	(86.220)	(926.991)	(138.749)	(583.625)	(111.327)
Recursos financeiros	196.763	457.346	117.741	944.154	285.961
Depreciação e amortização	(367.255)	(199.589)	(13.516)	(736.323)	(80.594)
Menos - Apropriações ao custo de produção e às ordens de serviço em andamento	270.455	148.637	8.899	948.362	52.451
Outros resultados operacionais	(391.873)	(186.973)	(21.384)	(194.368)	(24.021)
Ajuste do Programa de Estabilização Econômica	7.770	1.540.678	230.597	214.434	44.797
Resultado de participações em controlada e coligada avaliadas pela equivalência patrimonial (inclui deságio amortizado de Cr\$ 7.770 pela correção integral e Cr\$ 3.585 pela legislação societária em 1987 e Cr\$ 509 em 1986)	1.745.287	1.540.678	230.597	214.434	44.797
Perdas nos bens monetários não remunerados	(16.967)	—	—	—	—
Lucro líquido operacional	1.337.065	1.065.806	190.400	2.172.928	482.069
Recursos (despesas) não operacionais	96.551	18.224	(20.563)	13.619	(20.951)
Resultado da correção monetária do balanço	349.006	—	(32.145)	(201.931)	(186.429)
Lucro antes do imposto de renda	1.433.036	1.433.036	137.691	1.984.616	274.683
Provisão para imposto de renda	—	—	—	(536.162)	(135.912)
Lucro líquido do período antes das participações dos minoritários	1.433.036	1.433.036	137.691	1.448.454	138.771
Participação dos minoritários	—	—	—	(15.818)	(1.065)
Lucro líquido do período	1.433.036	1.433.036	137.691	1.433.036	137.691
Lucro líquido por ação	Cr\$ 0,56	Cr\$ 0,56	Cr\$ 0,00027	—	—

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações.

FONTE: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 1988, páginas 24 a 29

Tabela 58 – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido da Oxiteno S.A. Indústria e Comércio de 1986 e 1987

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1987 E 30 DE ABRIL DE 1986							
(Em milhares de cruzados)							
	Capital		Reserva de capital		Reservas de lucros		Total
	Capital social	Correção monetária do capital	Incentivos fiscais IRR	Reserva de reavaliação	Legal	Lucros a realizar	
	Capital social	Correção monetária do capital	Incentivos fiscais IRR	Reserva de reavaliação	Legal	Lucros a realizar	
SALDOS EM 30 DE ABRIL DE 1985	263.639	71.184	405	9.032	2.673	—	307.715
Deliberações conforme AGO E de 01.08.85	—	—	—	—	—	20.782	20.782
Aumento de capital	94.619	(71.184)	(405)	—	(2.673)	—	—
Gratificações	—	—	—	—	—	(403)	(403)
Deliberação conforme AGE de 06.01.86	—	—	—	—	—	—	—
Aumento de capital	214.318	(210.672)	—	—	(3.646)	—	—
Incentivos fiscais	—	—	2.110	—	—	—	2.110
Correção monetária	—	630.559	259	17.727	—	—	648.500
Realização parcial da reserva de reavaliação	—	—	—	(1.970)	—	—	(1.970)
Lucro líquido do período	—	—	—	—	—	137.691	137.691
Apropriações do lucro líquido	—	—	—	—	—	—	—
Reserva legal	—	—	—	—	6.884	—	(6.884)
Dividendos intermediários pagos conforme deliberações em Assembléias (Nota 12)	—	—	—	—	—	(129.309)	(129.309)
Dividendos propostos (Cr\$ 0,000002 por ação)	—	—	—	—	—	(1.000)	(1.000)
SALDOS EM 30 DE ABRIL DE 1986	512.576	419.887	2.369	24.789	3.238	535	963.394
Deliberações conforme AGO de 04.08.86	—	—	—	—	—	—	—
Aumento de capital	419.887	(419.887)	—	—	—	—	—
Gratificações	—	—	—	—	—	(29)	(29)
Deliberação da A.G.E. de 27.08.87	—	—	—	—	—	—	—
Reserva de reavaliação de ativos próprios	—	—	—	1.499.246	—	—	1.499.246
Reserva de reavaliação de ativos de controlada	—	—	—	3.583.614	—	—	3.583.614
Realização parcial da reserva de reavaliação por depreciação	—	—	—	(60.612)	—	—	(60.612)
Ativo próprio	—	—	—	(132.225)	—	—	(132.225)
Ativo da controlada	—	—	—	—	—	54.568	(6.048)
Imposto de Renda sobre realização da reserva de reavaliação	—	—	—	—	—	132.225	(56.827)
Incentivo fiscal decorrente do imposto de Renda pago	—	—	—	—	—	(56.827)	(56.827)
Correção monetária	—	3.650.890	9.780	1.997.373	12.580	—	5.716.557
Lucro líquido do período	—	—	—	—	—	1.433.036	1.433.036
Apropriações do lucro líquido	—	—	—	—	—	—	—
Reserva legal	—	—	—	—	71.652	—	(71.652)
Dividendos intermediários pagos conforme deliberações do Conselho de Administração (Nota 12)	—	—	—	—	—	(403.678)	(403.678)
Correção monetária dos dividendos pagos	—	—	—	—	—	(9.18.180)	(9.18.180)
Gratificação a membros da Diretoria e do Conselho de Administração	—	—	—	—	—	(2.714)	(2.714)
Apropriação de lucro	—	—	—	—	—	(459.143)	(459.143)
Dividendos propostos (Cr\$ 0,06 por ação)	—	—	—	—	—	(153.773)	(153.773)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1987	932.463	3.650.890	12.355	6.912.185	87.570	459.143	12.054.606

	Peça correção integral						
	Reserva de capital		Reservas de lucros			Total	
	Capital realizado atualizado	Incentivo fiscal	Reserva de reavaliação	Legal	Lucros a realizar	Lucros acumulados	
SALDOS EM 30 DE ABRIL DE 1986	4.583.353	11.644	121.846	15.918	-	2.622	4.735.383
Deliberação conforme AGO de 04.08.86	-	-	-	-	-	-	-
Gratificações	-	-	-	-	-	(131)	(131)
Deliberação da A.G.E. em 27.08.87	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de reavaliação de ativos próprios	-	-	2.076.126	-	-	-	2.076.126
Reserva de reavaliação de ativos de controlada	-	-	4.962.518	-	-	-	4.962.518
Realização parcial da reserva de reavaliação por depreciação	-	-	-	-	-	-	-
Ativo próprio	-	-	(85.408)	-	-	67.543	(17.865)
Ativo de controlada	-	-	(162.897)	-	-	162.897	-
Imposto de Renda sobre realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	(56.827)	(56.827)
Incentivo fiscal decorrente do Imposto de Renda pago	-	711	-	-	-	-	711
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	1.433.036	1.433.036
Apropriações do lucro líquido	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	71.652	-	(71.652)	-
Dividendos intermediários pagos conforme deliberações do Conselho de Administração	-	-	-	-	-	(921.858)	(921.858)
Gratificação aos membros da Diretoria e do Conselho de Administração	-	-	-	-	-	(2.714)	(2.714)
Apropriação de lucro	-	-	-	-	459.143	(459.143)	-
Dividendos propostos (Cz\$ 0,06 por ação)	-	-	-	-	-	(153.773)	(153.773)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1987	4.583.353	12.355	6.912.185	87.570	459.143	-	12.054.606

As notas explicativas anexas são parte integrante desta demonstração.

As notas explicativas anexas são parte integrante desta demonstração.

FONTE: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 1988, páginas 24 a 29

Tabela 59 – Demonstrações Origens e Aplicações de Recursos da Oxiteno S.A. Indústria e Comércio de 1986 e 1987

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1987 E 30 DE ABRIL DE 1986						
(Em milhares de cruzeiros)						
	Pela correção integral		Sociedade		Consolidada	
	1987	1987	legislação societária	1987	Pela legislação societária	1986
	(20 meses)	(20 meses)	(12 meses)	(20 meses)	(12 meses)	(12 meses)
ORIGENS DOS RECURSOS:						
Das operações	1.433.036	1.433.036	137.691	1.433.036	137.691	
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-
Itens que não representam ingresso ou saída corrente de recursos	367.255	199.580	19.516	736.323	60.584	
Depreciações e amortizações	-	(349.066)	32.146	201.931	188.420	
Correção monetária do ativo permanente e do patrimônio líquido	-	(287.323)	5.404	(203.217)	11.308	
Variações monetárias líquidas de dívidas e aplicações a longo prazo não realizadas	-	-	-	-	-	-
Recursos financeiros reais	(21.331)	-	-	-	-	-
(Reversão) constituição de provisão para perda na realização de investimentos	(58.996)	(19.644)	20.665	(18.865)	20.665	
Resultado de participações de investimentos avaliados por equivalência patrimonial (menos dividendos recebidos e propostos de Cz\$ 1.208.315 pela correção integral e Cz\$ 759.602 pela legislação societária em 1987 e Cz\$ 197.485 em 1986)	(365.973)	(747.076)	(33.232)	(214.436)	(45.307)	
Realização da reserva de reavaliação	(17.966)	(6.544)	(1.970)	(8.546)	(1.970)	
Incentivo fiscal-patente de invenção de depósito de invenção	-	-	-	226.630	29.152	
Efeito dos ajustes do Programa de Estabilização Econômica	-	-	53.977	-	34.280	
Participação minoritária nos resultados	-	-	-	13.618	1.085	
Outros	8.243	1.341	518	5.254	5.898	
Total	1.284.370	224.862	227.815	2.154.029	449.862	
De terceiros						
Financiamentos de longo prazo	230.920	187.514	1.567	193.496	2.341	
Aumento de outras exigibilidades a longo prazo	-	-	-	-	278	
Redução do divêndio	-	-	-	25.913	-	
Aumento de participação das minoritárias	-	-	-	583	(182)	
Dividendos recebidos	-	-	-	11	4	
Total	230.920	187.514	1.567	219.973	2.441	
Alienação de bens de imobilizado	25.424	14.294	995	12.793	18.352	
Total das origens	1.540.714	426.669	230.347	2.406.796	488.675	
APLICAÇÕES DE RECURSOS:						
No ativo permanente	481.661	210.370	58.316	670.081	105.208	
Aumento de bens de imobilizado	10.989	2.580	2.813	216.594	7.207	
Aumento de investimentos	36.743	20.188	9.974	89.589	16.575	
Aumento do ativo diferido	551.393	235.438	71.103	976.074	129.070	
Total	1.080.786	468.576	141.206	1,871,338	254,060	
Distribuições						
Dividendos pagos	921.858	403.676	129.369	408.677	130.128	
Gratificações	2.741	2.741	403	9.102	806	
Dividendos propostos	153.773	153.773	1.000	154.314	1.279	
Total	1.078.372	560.190	130.772	572.093	132.193	
Para outros fins						
Parâmetros de empréstimos a longo prazo transferidos para o circulante	32.750	14.729	95	39.134	5.479	
Realização a longo prazo	(6.507)	18.963	57.237	19.768	72.933	
Aquisição da fração de ações	-	-	-	56.827	-	
Imposto de renda sobre a realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	2.295	-	
Redução do passivo a longo prazo	24.743	33.692	57.332	118.149	79.417	
Total das aplicações	1.654.008	829.322	259.147	1.666.916	339.679	
(DIMINUIÇÃO) AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(113.294)	(402.652)	(28.800)	759.883	125.995	
REPRESENTADO POR:						
Ativo circulante	913.788	389.805	57.616	720.108	330.946	
No início do exercício	1.341.012	1.348.012	189.805	3.595.860	730.108	
No fim do exercício	434.724	1.162.207	128.189	2.875.752	387.162	
Passivo circulante	1.200.331	260.477	103.488	505.379	245.212	
No início do exercício	1.825.346	1.825.346	290.477	2.621.248	505.379	
No fim do exercício	545.015	1.564.869	186.989	2.115.869	260.167	
(DIMINUIÇÃO) AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(110.291)	(402.662)	(28.800)	759.883	126.995	

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações.

FONTE: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 1988, páginas 24 a 29

No exemplo apresentado, não é publicado o Balanço Consolidado corrigido de acordo com a metodologia da correção integral. Além disso, a demonstração de 1987 é divulgada de acordo com a legislação societária e de acordo com a correção integral. Dessa forma, os itens não monetários não corrigidos pela Lei das Sociedades por Ações, como estoques e despesas antecipadas, ou não foram corrigidos, ou foram formados no final do ano.

Nas Demonstrações de Resultados apresentadas, o valor do resultado líquido de 1987 de acordo com a legislação societária é igual ao calculado pela correção monetária integral. A conta de correção monetária é “distribuída” aos outros itens e cria-se a conta de ganhos ou perdas nos itens monetários.

Na metodologia utilizada na época, os valores a receber e a pagar não eram trazidos a valor presente e o ganhos ou perdas com os itens monetários não eram classificados de acordo com suas origens. A DMPL e a DOAR foram apresentadas de acordo com a correção integral.

A seguir será apresentado o exemplo de publicação de demonstrações corrigidas da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp em 1995, referentes aos anos de 1993 e 1994. A companhia obteve a concessão do registro de Companhia Aberta em 27 de junho de 1994.

No Balanço copiado a seguir, o que difere o ativo apresentado de acordo com a legislação societária e de acordo com a correção integral é somente o valor de contas a receber e fornecimento a faturar (no ativo) e fornecedores e empreiteiros (no passivo) que foram trazidos a valor presente de acordo com a taxa da ANBID. Os itens não monetários não corrigidos pela Lei das S.A., como estoques, foram formados no final do período.

Na Demonstração de Resultados, os ganhos ou perdas com os itens não monetários foram distribuídos às suas contas de origem; portanto, essa conta não aparece como acontecia em 1988, mostrado no exemplo anterior. Os ganhos ou perdas inflacionários apurados sobre os saldos de ativos e passivos que geraram receitas ou despesas financeiras nominais foram considerados como redutores das respectivas contas de resultados. Nas contas de receitas e despesas financeiras, aparecem os juros reais. A DMPL e a DOAR foram apresentadas de acordo com a correção integral.

Tabela 60 – Balanço Patrimonial da Sabesp de 1993 e 1994 (Ativo)

ATIVO			
	MOEDA DE CAPACIDADE AQUISITIVA CONSTANTE	MOEDA DE CAPACIDADE AQUISITIVA CONSTANTE	LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA
	1994	1993	1994
CIRCULANTE			
Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras	2.861.785	39.480.477	2.861.785
Contas a Receber e Fornecimen- tos a Faturar	459.837.297	298.294.010	463.085.420
Provisão para Devedores Duvi- dosos	(6.958.281)	(5.306.371)	(6.958.281)
Outras Contas a Receber	17.669.775	5.245.408	17.669.775
Almoxarifados de Operação ...	8.400.941	3.764.250	8.400.941
Pagamentos Antecipados	55.149.803	68.995.209	55.149.803
	<u>536.961.320</u>	<u>410.472.983</u>	<u>541.009.443</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Depósitos Judiciais-Finsocial	5.385.950	22.028.844	5.385.950
Empréstimos Compulsórios e Ou- tros	19.500.650	2.434.720	19.500.650
	<u>24.886.600</u>	<u>24.463.564</u>	<u>24.886.600</u>
PERMANENTE			
Investimentos	963.513	949.588	963.513
Imobilizado	9.296.154.416	9.142.498.237	9.296.154.416
Diferido	36.251.157	13.084.184	36.251.157
	<u>9.333.369.086</u>	<u>9.156.532.009</u>	<u>9.333.369.086</u>
TOTAL	<u>9.895.217.006</u>	<u>9.591.468.556</u>	<u>9.899.265.129</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

FONTE: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 1995, páginas 82 a 92

Tabela 61 – Balanço Patrimonial da Sabesp de 1993 e 1994 (Passivo)

PASSIVO			
	MOEDA DE CAPACIDADE AQUISITIVA CONSTANTE	MOEDA DE CAPACIDADE AQUISITIVA CONSTANTE	LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA
	1994	1993	1994
CIRCULANTE			
Fornecedores e Empreiteiros ..	144.777.681	236.972.664	146.354.829
Salários e Encargos	68.736.520	105.656.897	68.736.520
Empréstimos e Financiamentos ..	279.120.451	694.636.783	279.120.451
Impostos e Contribuições	156.893.867	165.639.566	156.893.867
Serviços	138.135.647	56.898.703	138.135.647
Provisões	78.122.250	1.373.052	78.122.250
Outras Obrigações	19.405.572	7.490.801	19.405.572
	<u>885.191.988</u>	<u>1.268.668.866</u>	<u>886.769.136</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			
Empréstimos e Financiamentos ..	2.711.209.492	1.912.187.445	2.711.209.492
Créditos de Acionistas	33.848.297	17.600.049	33.848.297
Outras Obrigações	24.924.535	16.947.837	24.924.535
	<u>2.769.982.324</u>	<u>1.946.735.331</u>	<u>2.769.982.324</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital			
Autorizado	2.873.410.456	2.346.489.122	220.000.000
Menos: A Integralizar	(951.158.967)	(458.949.170)	(2.678.617)
Capital Social Realizado ..	1.922.251.489	1.887.539.952	217.321.383
Correção Monetária do Capí- tal			1.704.930.106
	<u>1.922.251.489</u>	<u>1.887.539.952</u>	<u>1.922.251.489</u>
Reservas de Capital)	7.171.151	2.038.702	7.171.151
Reservas de Reavaliação	3.245.940.036	3.356.368.665	3.245.940.036
Reserva Legal	17.838.742	17.838.742	18.376.348
Lucros (Prejuízos) Acumulados	1.046.841.276	1.112.278.798	1.046.774.645
	<u>6.240.042.694</u>	<u>6.376.064.359</u>	<u>6.242.513.669</u>
TOTAL	<u>9.895.217.006</u>	<u>9.591.468.556</u>	<u>9.899.265.129</u>

FONTE: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 1995, 1995, páginas 82 a 92

Tabela 62 – Demonstração de Resultado da Sabesp de 1993 e 1994

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores Expressos em R\$)			
	MOEDA DE CAPACIDADE AQUISITIVA CONSTANTE		LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA
	1994	1993	1994
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS	1.354.159.073	1.378.250.832	1.270.739.058
(-) Impostos e Serviços	(50.317.628)	(50.064.735)	(30.401.788)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.303.841.445	1.328.186.097	1.240.337.270
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(765.444.468)	(749.830.342)	(602.193.667)
LUCRO BRUTO	538.396.977	578.355.755	638.143.603
Despesas com Vendas	(68.693.281)	(55.123.638)	(52.760.746)
Despesas Administrativas	(243.378.457)	(256.625.158)	(180.900.031)
Despesas Financeiras	(562.501.550)	(246.230.722)	(286.487.445)
Receitas Financeiras	184.596.170	(148.341.622)	12.108.255
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS EFEITOS INFLACIONÁRIOS	(709.977.118)	(706.320.770)	(508.039.270)
EFEITOS INFLACIONÁRIOS	(171.580.141)	(127.965.015)	130.104.333
Variações Monetárias Ativas			176.212.302
Variações Monetárias Passivas			(2.982.646.881)
Resultado da Correção Monetária			2.455.752.564
PREJUÍZO APÓS OS EFEITOS INFLACIONÁRIOS	(171.580.141)	(127.965.015)	(220.577.682)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(3.264.661)	(13.839.557)	(2.506.352)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(174.844.802)	(141.804.572)	(223.084.034)
PREJUÍZO POR AÇÃO	(0,007)	(0,006)	(0,009)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

FONTE: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 1995, páginas 82 a 92

Tabela 63 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido da Sabesp de 1993 e 1994

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores Expressos em R\$)						
(MOEDA DE CAPACIDADE AQUISITIVA CONSTANTE)						
	CAPITAL REALIZADO ATUALIZADO	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS LEGAL	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992	1.807.824.689	1.043.073	3.475.157.812	17.838.742	1.135.293.723	6.437.158.039
Aumento de Capital						
Capitalização de Reservas	942.649	(942.649)	0	0	0	0
Capitalização de Créditos	78.772.614	0	0	0	0	78.772.614
Doações - Auxílios para Obras	0	1.938.278	0	0	0	1.938.278
Realização da Reserva	0	0	(118.789.147)	0	118.789.147	0
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	0	0	0	0	(141.804.572)	(141.804.572)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1993	1.887.539.952	2.038.702	3.356.368.665	17.838.742	1.112.278.298	6.375.064.359
Aumento de Capital						
Capitalização de Reservas	2.712.478	(2.712.478)	0	0	0	0
Capitalização de Créditos	31.999.059	0	0	0	0	31.999.059
Doações - Auxílios para Obras	0	7.844.927	0	0	0	7.844.927
Conversão a nova unidade monetária	0	0	(1.020.649)	0	0	(1.020.649)
(M.P. nº 542 de 30/06/94)	0	0	0	0	0	0
Realização da Reserva	0	0	(109.407.780)	0	109.407.780	0
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	0	0	0	0	(174.844.802)	(174.844.802)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1994	1.922.251.489	7.171.151	3.245.940.036	17.838.742	1.046.841.276	6.240.042.694

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

FONTE: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 1995, páginas 82 a 92

Tabela 64 – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos da Sabesp de 1993 e 1994

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores Expressos em R\$)			
	MOEDA DE CAPACIDADE AQUISITIVA CONSTANTE		LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA
	1994	1993	1994
ORIGENS DE RECURSOS			
Das Operações			
Conforme Detalhamento	137.015.533	30.785.310	0
De Acionistas			
Créditos para Aumento de Capital	48.921.082	38.647.649	32.378.050
Integralizações de Capital	31.999.059	78.772.614	9.615.171
	80.920.141	117.420.263	41.993.221
De Terceiros			
Ingressos de Novos Financiamentos	121.326.386	79.031.929	104.919.512
Auxílios para Obras	7.844.927	1.938.278	4.516.303
Captações por Debêntures	249.582.437	0	212.764.651
	378.753.750	80.970.207	322.200.466
TOTAL DAS ORIGENS	596.689.424	229.175.780	364.193.687
APLICAÇÕES DE RECURSOS			
Nas Operações			
Conforme Detalhamento	0	0	573.174.087
Outras Aplicações			
Acrescimo (Diminuição) no Realizável a Longo Prazo	423.036	2.780.472	2.394.343
Acrescimo no Investimento	13.925	0	12.934
Aquisições de Bens do Imobilizado	401.069.697	447.661.346	306.493.272
Acrescimo no Diferido	30.611.107	2.283.848	5.799.860
Transferência de Empréstimo para o Circulante	207.228.813	163.965.254	122.308.780
Aumento (Redução) do Exigível	(552.622.369)	8.604.398	(380.556.480)
	86.724.209	625.295.318	55.452.722
TOTAL DAS APLICAÇÕES	86.724.209	625.295.318	629.626.796
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	509.965.215	(396.119.538)	(265.433.109)
DETALHAMENTO DAS ORIGENS (APLICAÇÕES) DAS OPERAÇÕES			
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(174.844.802)	(141.804.572)	(223.084.034)
Mais (menos) itens que não afetam o Capital Circulante Líquido			
Depreciações e Amortizações	249.510.185	236.628.457	154.706.264
Valor Residual de Bens Baixados	5.347.467	27.861.094	3.943.737
Correção Monetária de Balanço	0	0	(2.455.752.564)
Variações Monetárias de Longo Prazo	0	0	1.948.238.097
Variação Cambial	0	0	(303.620)
Ganho/Perda Monetária de Longo Prazo	58.023.532	(91.899.659)	0
Conversão para Real MP. nº 542/94	(1.020.849)	0	(921.967)
	137.015.533	30.785.310	(573.174.087)
DEMONSTRATIVO DA VARIAÇÃO NO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO			
No Início do Exercício			
Ativo Circulante	410.472.983	344.658.864	46.350.215
Passivo Circulante	1.268.868.866	806.735.209	176.676.799
	858.195.883	462.076.345	80.326.584
No Final do Exercício			
Ativo Circulante	536.961.320	410.472.983	541.009.443
Passivo Circulante	885.191.989	1.268.668.866	886.769.116
	348.230.668	858.195.883	345.759.693
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	509.965.215	(396.119.538)	(265.433.109)
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.			

FONTE: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 1995, páginas 82 a 92

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas contábeis no Brasil são normatizadas pela Lei nº 6.404/76, mas também sofrem grande influência da legislação fiscal. Além disso, a CVM define as regras a serem seguidas pelas companhias abertas e agências reguladoras como, por exemplo, a ANATEL, ANEEL, ANS, SUSEP e, ainda, o Banco Central tecem regras contábeis para as entidades por eles fiscalizadas. Ainda, o Conselho Federal de Contabilidade emite normas contábeis e influencia toda a classe contábil no Brasil. O IBRACON, que define a forma de atuação dos auditores independentes, acaba por também criar suas próprias regras. Em 2005 foi criado o CPC com o objetivo de centralizar a emissão de Pronunciamentos Contábeis no Brasil; para que tais pronunciamentos se tornem normas contábeis deverão ser aprovados pelos respectivos órgãos normatizadores, entendendo-se como tais o CFC, a CVM, o BACEN, a SUSEP e outros. Atualmente, a Lei nº 11638/07 determina que a CVM elabore suas normas no sentido de que sejam convergentes às internacionais.

Nesse cenário, não é difícil imaginar que as práticas contábeis alteraram-se no decorrer dos anos, e mais, regras diferentes são obedecidas por diferentes empresas, de acordo com a existência de um órgão regulador que fiscalize seu segmento.

Este trabalho procurou identificar as principais alterações ocorridas nas práticas contábeis no Brasil desde a Lei nº 6.404/76. Ele mostra a resposta da contabilidade às novas necessidades do mercado, desde informações até mensurações de instrumentos financeiros que não existiam no momento da instituição da Lei das Sociedades por Ações, em 1976.

Quando foi promulgada, em alguns aspectos, a Lei das Sociedades por Ações estava “à frente de seu tempo”, trazendo uma mudança cultural para o Mercado de Capitais no Brasil. A grande influência da nova legislação foi o modelo norte-americano.

Dada a influência americana nas práticas contábeis definidas na Lei 6.404/76, é de se esperar que muitas das Instruções e Deliberações emitidas pela CVM nas décadas de 70 e 80 também tivessem essa influência.

As alterações ocorridas nas práticas contábeis no decorrer dos anos buscam atender à demanda do mercado, em termos de exigência de maior confiabilidade e qualidade das informações contábeis divulgadas pelas empresas. Mudanças importantes que ocorreram no Mercado de Capitais Brasileiro, tais como: o programa de privatização de companhias que até então estavam sob o controle de estados e do tesouro Nacional na década de 90; acesso das empresas brasileiras às bolsas de valores estrangeiras; a criação do Novo Mercado; o interesse dos investidores estrangeiros pelo Brasil, entre outros, exigiram alterações das práticas contábeis utilizadas em nosso país.

Nos últimos anos, a CVM tem a clara preocupação de convergência das práticas contábeis brasileiras com as internacionais, de forma a diminuir o custo para que as empresas tenham acesso a recursos estrangeiros.

O contexto vivido hoje é muito diferente daquele de trinta anos atrás, e, em dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638 que alterou os dispositivos que tratam dos assuntos contábeis na Lei das Sociedades por Ações. Ela modifica tópicos importantes e nos coloca em condições de caminharmos para a convergência com as normas internacionais, isto é, as normas emitidas pelo IASB.

Dentre as mudanças que se esperam dessas novas regras, a de cultura é, certamente, a mais importante. Exemplos dessas mudanças são implementação da filosofia de privilegiar a essência econômica sobre a forma, a primazia da análise de riscos e benefícios sobre a propriedade jurídica e as normas orientadas para princípios e julgamento. Essa tendência já vinha sendo vislumbrada desde a década de 80, em exemplo como a Instrução CVM nº 58/86, que alterou o tratamento contábil dos arrendamentos financeiros no Brasil, ou ainda na Deliberação CVM nº 29/86, que tratava da Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade. Nesse sentido, ainda deve ser citada a Resolução nº 750 do CFC.

O estudo buscou também analisar alguns exemplos de publicações em datas diferentes: em 1979, quando os primeiros balanços (referentes a 1978) foram divulgados no formato definido pela Lei nº 6.404/76; 1988 e 1995, quando os balanços das companhias abertas eram efetuados de acordo a metodologia da correção integral; e, 2008, que mostra como são as publicações atualmente. As conclusões tiradas a partir desses exemplos não podem ser

generalizadas, mas nos dão uma idéia de como a divulgação de informações contábeis foi se desenvolvendo no decorrer dos anos.

Nos exemplos de Balanços publicados em diferentes épocas, pode-se notar que as demonstrações das companhias fechadas não sofreram grandes modificações desde a instituição da Lei das Sociedades por Ações, sendo elas nacionais ou com capital estrangeiro. Isso parece acontecer porque elas não estão sujeitas às Instruções e Deliberações da CVM. Os formatos das demonstrações e a quantidade de informações disponibilizada em Notas Explicativas são praticamente os mesmos quando comparamos as publicações dos anos de 1979 e 2008. Isso nos faz inferir que, se não existe a obrigação legal de informar, realmente muito pouco é divulgado.

Por outro lado, as publicações das companhias abertas passaram por grandes modificações e, certamente, isso deveu-se às imposições feitas pela CVM. A quantidade de informações divulgadas por essas empresas hoje é infinitamente superior aos que elas próprias faziam há trinta anos, e isso ficou demonstrado ao longo do trabalho.

Concluindo, através da análise efetuada no trabalho, pode-se afirmar que as informações contábeis divulgadas pelas companhias brasileiras ao mercado não tiveram só aumento de volume, mas, principalmente, de qualidade nesse últimos trinta anos. Também fica a esperança de que a evolução para o patamar das atuais regras internacionais possa ocorrer em um prazo bastante menor do que esse último.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maria Margarida de. Como Preparar Trabalhos para Cursos de Pós-Graduação. São Paulo: Atlas, 1995. 118p.

AQUINO, André Carlos Busanelli ; CARDOSO Ricardo Lopes. Ativos Especiais: Buscando as Razões Econômicas. Artigo publicado no XXVIII ENANPAD, Curitiba , 2004.

ARANHA, José Aparecido Moura; COSTA Edynéia Yule. Contribuição para o estudo da Origem e Evolução dos Princípios Contábeis Geralmente Aceitos no Brasil. Artigo publicado na Revista Agora, Volume 1, N. 5. Mato Grosso do Sul, 2006.

BARBOSA, Marcelo Fortes Filho. Sociedade Anônima Atual – Comentários e Anotações às Inovações Trazidas pela Lei nº 10.303/01 ao Texto da Lei nº 6.404/76 . São Paulo: Atlas, 2004. 293p.

BEUREN, I. M. ; MOURA, V. M. . Considerações sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa e sua relação com a Demonstração das Origens e Aplicações de recursos. Revista Paulista de Contabilidade. São Paulo. 2001.

BRAGA, HUGO ROCHA; ALMEIDA, MARCELO CAVALCANTI. Mudanças Contábeis na Lei Societária – Lei nº 11.638, de 28-12-2007. São Paulo: Atlas, 2008. 305 p.

BRASIL. Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L6404consol.htm>. Acesso em 27/05/2007.

_____. Lei nº 6.385 de 07/12/1976. Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6385.htm. Acesso em 15/02/2008.

_____. Lei nº 6.404 de 15/12/1976, com alterações da Lei nº 10.303 de 31/10/2001, Legislação Complementar, Regimento Interno da CVM, Pareceres, Instruções e Deliberações da CVM. São Paulo. Atlas, 2007. 718p.

_____. Lei nº 7.799 de 10 de julho de 1989. Altera a legislação tributária federal e dá outras providências. Disponível em <HTTP://WWW.CNB.ORG.BR/CNBV/LEIS/LEI7799-1989.HTM>. Acesso em 08/10/2007.

_____. Lei nº 8.021 de 12 de abril de 1990. Dispõe sobre a identificação dos contribuintes para fins fiscais, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/QUADRO/1990.htm. Acesso em 08/09/2007.

_____. Lei nº 8.200 de 28 de junho de 1991. Dispõe sobre a correção monetária das demonstrações financeiras para efeitos fiscais e societários. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/QUADRO/1991.htm. Acesso em 08/10/2007.

_____. Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Leis/Ant2001/lei924995.htm>. Acesso em 08/10/2007.

_____. Lei nº 9.457 de 05 de maio de 1997. Altera dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as sociedades por ações e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/QUADRO/1997.htm. Acesso em 13/07/2007.

_____. Lei nº 10.303 de 31 de outubro de 2001. Altera e acrescenta dispositivos na Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, e na Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/QUADRO/2001.htm. Acesso em 13/07/2007.

_____. Lei nº 10.637 de 3 de dezembro de 2001. Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), nos casos que especifica; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências. Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Leis/2002/lei10637.htm>. Acesso em 04/09/2007.

_____. Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm. Acesso em 13/02/2007.

_____. Decreto-Lei nº 9.295 de 27 de maio de 1946. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros e dá outras providências. Disponível em <http://www.cfc.org.br>. Acesso em 27/06/2007.

_____. Projeto de Lei nº 3.741 de 27 de maio de 1946. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, define e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e publicação de demonstrações contábeis e dispõe sobre os requisitos de qualificação de entidades de estudo e divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e auditoria como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/. Acesso em 27/08/2007.

_____. Banco Central do Brasil. Circular nº 3.068 de 08 de novembro de 2001. Estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários. Disponível em <http://bacen.gov.br>. Acesso em 22/09/2007.

_____. Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Instrução nº 01 de 27 de abril de 1978. Dispõe sobre as normas e procedimentos para contabilização e elaboração de demonstrações financeiras, relativas a ajustes decorrentes da avaliação de investimento relevante de companhia aberta em sociedades coligadas e em sociedades controladas. Disponível em <http://cvm.gov.br>. Acesso em 04/09/2007.

_____. Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Instrução nº 15 de 03 de novembro de 1980. Dispõe sobre as normas e procedimentos para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas de companhia aberta e de sociedade de comando de grupo de sociedade que inclua companhia aberta. Disponível em <http://cvm.gov.br>. Acesso em 27/08/2007.

_____. Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Instrução nº 58 de 17 de dezembro de 1986. Dispõe sobre a contabilização das companhias abertas que exploram a atividade de arrendamento mercantil. Disponível em <http://cvm.gov.br>. Acesso em 22/09/2007.

_____. Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Instrução nº 59 de 22 de dezembro de 1986. Dispõe sobre a obrigatoriedade de elaboração e publicação da demonstração das mutações do patrimônio líquido pelas companhias abertas. Disponível em <http://cvm.gov.br>. Acesso em 29/09/2007.

_____. Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Parecer de Orientação nº 15 de 28 de dezembro de 1987. Procedimentos a serem observados na elaboração das demonstrações financeiras de 1987. Disponível em <http://cvm.gov.br>. Acesso em 22/09/2007.

_____. Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Deliberação nº 27 de fevereiro de 1986. Aprova Pronunciamento do IBRACON sobre Reavaliação de Ativos. Disponível em <http://cvm.gov.br>. Acesso em 24/08/2007.

_____. Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Deliberação nº 183 de 19 de junho de 1995. Aprova Pronunciamento do IBRACON sobre Reavaliação de Ativos. Disponível em <http://cvm.gov.br>. Acesso em 24/08/2007.

_____. Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Deliberação nº 191 de 15 de julho de 1992. Dispõe sobre os procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis em moeda de capacidade aquisitiva constante. Disponível em <http://cvm.gov.br>. Acesso em 22/09/2007.

_____. Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Deliberação nº 207 de 13 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a contabilização dos juros sobre o capital próprio. Disponível em <http://cvm.gov.br>. Acesso em 18/10/2007.

_____. Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Instrução nº 247 de 27 de março de 1996. Dispõe sobre a avaliação de investimentos em sociedades coligadas e controladas e sobre os

procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas. Disponível em <http://cvm.gov.br>. Acesso em 04/09/2007.

_____. Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Nota Explicativa à Instrução CVM nº 247 de 27 de março de 1996. dispõe sobre a avaliação de investimentos em controladas e coligadas e sobre a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas. Disponível em <http://cvm.gov.br>. Acesso em 18/09/2007.

_____. Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Instrução nº 269 de 01 de dezembro de 1997. Altera a Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996. Disponível em <http://cvm.gov.br>. Acesso em 27/08/2007.

_____. Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Instrução nº 248 de 29 de março de 1996. Dispõe sobre a elaboração e a divulgação de demonstrações financeiras adaptadas à Lei nº 9.249/95. Disponível em <http://cvm.gov.br>. Acesso em 22/09/2007.

_____. Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Deliberação CVM nº 13 de 15 de outubro de 1981. Disponível em <http://cvm.gov.br>. Acesso em 13/02/2008.

_____. Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Deliberação CVM Nº 165, De 1º de março de 1994. Dispõe sobre o estorno da Reserva de Reavaliação nos casos de descontinuidade dos bens reavaliados. Disponível em <http://cvm.gov.br>. Acesso em 13/02/2008.

_____. Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Deliberação nº 273 de 20 de agosto de 1998. Constituição e utilização da reserva de reavaliação. Disponível em <http://cvm.gov.br>. Acesso em 22/01/2008.

_____. Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Instrução nº 285 de 31 de julho de 1998. Altera o art. 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996. Disponível em <http://cvm.gov.br>. Acesso em 27/08/2007.

_____. Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Deliberação nº 288 de 03 de dezembro de 1998. Dispõe sobre a possibilidade de ajuste ou reversão, pelas companhias abertas, da reavaliação do ativo imobilizado. Disponível em <http://cvm.gov.br>. Acesso em 26/08/2007.

_____. Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Instrução nº 319 de 03 de dezembro de 1999. Dispõe sobre as operações de incorporação, fusão e cisão envolvendo companhia aberta. Disponível em <http://cvm.gov.br>. Acesso em 24/08/2007.

_____. Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Instrução nº 320 de 06 de dezembro de 1999. Dá nova redação ao art. 1º da Instrução CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999. Disponível em <http://cvm.gov.br>. Acesso em 24/08/2007.

_____. Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Instrução nº 349 de 06 de março de 2001. Altera a Instrução CVM no 319, de 3 de dezembro de 1999. Disponível em <http://cvm.gov.br>. Acesso em 08/09/2007.

_____. Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Instrução nº 371 de 27 de junho de 2002. Dispõe sobre o registro contábil do ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Disponível em <http://cvm.gov.br>. Acesso em 02/10/2007.

_____. Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Instrução nº 408 de 18 de agosto de 2004. Dispõe sobre a inclusão de Entidades de Propósito Específico – EPE nas demonstrações contábeis consolidadas das companhias abertas. Disponível em <http://cvm.gov.br>. Acesso em 04/09/2007.

_____. Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Instrução nº 435 de 05 de julho de 2006. Altera as Instruções CVM nºs. 209, de 25 de março de 1994; 356, de 17 de dezembro de 2001; 391, de 16 de julho de 2003; 398, de 28 de outubro de 2003, e 399, de 21 de novembro de 2003. Disponível em <http://cvm.gov.br>. Acesso em 04/09/2007.

_____. Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Instrução nº 457 de 13 de julho de 2007. Dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas. Disponível em <http://cvm.gov.br>. Acesso em 13/07/2007.

_____. Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Deliberação nº 488 de 03 de outubro de 2005. Aprova o Pronunciamento do IBRACON NPC nº 27 sobre Demonstrações Contábeis – Apresentação e Divulgações. Disponível em <http://cvm.gov.br>. Acesso em 13/06/2007.

_____. Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Deliberação nº 489 de 03 de outubro de 2005. Aprova o Pronunciamento do IBRACON NPC Nº 22 sobre Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas. Disponível em <http://cvm.gov.br>. Acesso em 13/06/2007.

_____. Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Deliberação nº 534 de 29 de janeiro de 2008. Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 02 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata dos Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. Disponível em <http://cvm.gov.br>. Acesso em 15/03/2008.

_____. Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Deliberação nº 506 de 19 de junho de 2006. Aprova o Pronunciamento do IBRACON sobre Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros. Disponível em <http://cvm.gov.br>. Acesso em 08/10/2007.

_____. Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Ofício Circular CVM/SNC/SEP 01/2000. Disponível em <http://cvm.gov.br>. Acesso em 21/08/2007.

_____. Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Ofício Circular CVM/SNC/SEP 01/2006. Disponível em <http://cvm.gov.br>. Acesso em 21/08/2007.

_____. Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Ofício Circular CVM/SNC/SEP 01/2007. Disponível em <http://cvm.gov.br>. Acesso em 21/08/2007.

_____. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução no Valor Recuperável de Ativos – Minuta de Audiência Pública. Disponível em <http://cpc.org.br>. Acesso em 10/10/2007.

_____. Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Resolução nº 1.055 de Cria o Comite de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e dá outras providências. Disponível em <http://www.cfc.org.br>. Acesso em 27/06/2007.

_____. Receita Federal do Brasil. Instrução Normativa 11 de 21 de fevereiro de 1996. Dispõe sobre a apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas a partir do ano-calendário de 1996. Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/ins/Ant2001/Ant1997/1996/insrf01196.htm>. Acesso em 15/02/2008.

CARVALHOSA, Modesto; EIZIRIK, Nelson. A Nova Lei das S.A. São Paulo: Editora Saraiva, 2002. 552p.

CARVALHOSA, Modesto. Comentários à Lei das S.A. – Tomo II. São Paulo: Editora Saraiva, 1998. 542p.

CASTRO, Rodrigo R. Monteiro; ARAGÃO, Leandro Santos. Coordenação. Sociedade Anônima, 30 Anos da Lei nº 6.404/76. São Paulo: Editora Quartier Latin do Brasil, 2007. 539p.

CORRÊA-LIMA. Breve histórico sobre a legislação da sociedade anônima no Brasil. Publicado na Revista da Faculdade de Direito Milton Campos, Belo Horizonte – MG, Vol. 6, p. 231-237 (1999). Palestra proferida no Simpósio sobre o Sesquicentenário do Código Comercial brasileiro, realizado na Faculdade de Direito da UFMG. Disponível em <http://www.obcl.com.br/textos/jus/historico%20lsa.pdf>. Acesso em 01/05/08.

EIZIRIK, Nelson. Reforma das S.A. e do Mercado de Capitais. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 1997. 435p.

FERREIRA, Anete C. Costa, Historicidade da Ciência Contábil. In: Revista Brasileira de Contabilidade, no 55, 1985.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável às demais sociedades / FIPECAFI; diretor responsável Sérgio de Iudícibus; coordenador técnico Eliseu Martins, supervisor de equipe de trabalho Ernesto Rubens Gelbcke. 1ª edição. São Paulo: Atlas, 1978.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável às demais sociedades / FIPECAFI; diretor responsável Sérgio de Iudícibus; coordenador técnico Eliseu Martins, supervisor de equipe de trabalho Ernesto Rubens Gelbcke. 2ª edição revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 1981.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável às demais sociedades / FIPECAFI; diretor responsável

Sérgio de Iudícibus; coordenador técnico Eliseu Martins, supervisor de equipe de trabalho Ernesto Rubens Gelbcke. 3ª edição revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 1990.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável às demais sociedades / FIPECAFI; diretor responsável Sérgio de Iudícibus; coordenador técnico Eliseu Martins, supervisor de equipe de trabalho Ernesto Rubens Gelbcke. 4ª edição revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 1994.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável às demais sociedades / FIPECAFI; diretor responsável Sérgio de Iudícibus; coordenador técnico Eliseu Martins, supervisor de equipe de trabalho Ernesto Rubens Gelbcke. 5ª edição revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 2000.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável às demais sociedades / FIPECAFI; diretor responsável Sérgio de Iudícibus; coordenador técnico Eliseu Martins, supervisor de equipe de trabalho Ernesto Rubens Gelbcke. 6ª edição revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 2003.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável às demais sociedades / FIPECAFI; diretor responsável Sérgio de Iudícibus; coordenador técnico Eliseu Martins, supervisor de equipe de trabalho Ernesto Rubens Gelbcke. 7ª edição revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 2007.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. Suplemento ao Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável às demais sociedades / FIPECAFI; diretor responsável Sérgio de Iudícibus; coordenador técnico Eliseu Martins, supervisor de equipe de trabalho Ernesto Rubens Gelbcke. São Paulo: Atlas, 2008.

HENDRIKSEN, Eldon S. E VAN BREDÁ, Michel F. *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1999. Tradução da 5ª edição americana, por Antônio Zoratto Sanvicente.

Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON. NPC nº 20 de 30 de abril de 1999. Demonstração dos Fluxos de Caixa. Disponível em <http://www.ibracon.com.br>. Acesso em 24/08/2007.

Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON COMUNICADO TÉCNICO DO IBRACON Nº 01/2005 Tratamento contábil dos títulos denominados “Bônus Perpétuos” para a entidade emissora desses títulos. Disponível em <http://www.ibracon.com.br>. Acesso em 24/02/2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da Contabilidade*. 8ª Edição. São Paulo: Atlas, 2006.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; RICARDINO, Álvaro Augusto. A Primeira Lei das Sociedades Anônimas no Brasil – Lei nº 1.083 – 22 de Agosto de 1860. Revista de Contabilidade e Finanças – USP, São Paulo, nº 29, p.7 – 25, maio / agosto. 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos da Metodologia Científica. 6ª Edição. São Paulo. Atlas, 2007.

LOPES, Aleksandro Broedel. Empirical Evidence on the Relation Between Revaluations of Fixed Asset and the Future Performance of firms in Brazil. In: Greg N. Gregoriou e Mohamed Graber. (Org.). International Accounting Standards, Regulations, Financial Reporting. 1 ed. Oxford: Elsevier, 2006, v. 1, p. 169-188.

MARTINS, Eliseu; LOPES Aleksandro Broedel. Teoria da contabilidade: uma nova abordagem. São Paulo: Atlas, 2005. 181p.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade Versus Fluxo de Caixa. Caderno de Estudos, FIPECAFI, nº 20 – Janeiro a Abril/ 1999, São Paulo. 1999.

_____. Atrocidades contábeis no novo Código Civil (1ª Parte). Artigo publicado no Boletim IOB Temática Contábil e Balanços 40/2002, páginas 1 a 7. São Paulo. 2002.

_____. Atrocidades contábeis no novo Código Civil (2ª Parte). Artigo publicado no Boletim IOB Temática Contábil e Balanços 41/2002, páginas 1 a 7. São Paulo. 2002.

_____. Um pouco da história dos Juros Sobre o Capital Próprio. Artigo publicado no Boletim IOB Temática Contábil e Balanços 49/2004, páginas 1 a 7. São Paulo. 2004.

MARTINS, Eliseu e Szuster Natan. Compra de empresa com Passivo a Descoberto (Patrimônio Líquido Negativo) (1ª Parte). Artigo publicado no Boletim IOB Temática Contábil e Balanços 13/2004, páginas 1 a 5. São Paulo. 2004.

_____. Compra de empresa com Passivo a Descoberto (Patrimônio Líquido Negativo) (2ª Parte). Artigo publicado no Boletim IOB Temática Contábil e Balanços 14/2004, páginas 1 a 8. São Paulo. 2004.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Manual para Elaboração de Monografias e Dissertações. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994. 116p.

PACCEZ, J.D. “Uma Proposta de Modelo de Avaliação e Decisão Para empresas de Arrendamento Mercantil (“Leasing”)”. Dissertação de Mestrado apresentada à FEA –USP para obtenção do título de mestre. São Paulo. 1992.

PEREZ JUNIOR, José Henandez; OLIVEIRA, Luís Martins. Contabilidade Avançada. Editora Atlas. 5ª Edição. São Paulo. 2008.

PETERS, Marcos; Comentários à Lei nº 11.638/07 – Inclui padrões IFRS . São Paulo: Editora Saint Paul, 2008.

SANTANA, Helena G.P.; CAMPOS, Neimar G. Os reflexos do Leasing Financeiro nas Demonstrações Contábeis das Empresas: um Estudo de Caso com a Usifast Logística Industrial S.A. e com Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil com enfoque na forma de contabilização do leasing conforme a Lei 6.099/74 e a NBC T 10.2. Artigo apresentado no 7º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo. 2007.

SANTOS, L. P. G. ; GIASSEN, O. R. ; VALERETTO, G. J. ; OLIVEIRA SOBRINHO, L. V. Comparação e análise da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) e da Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC). In: Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2000, Goiânia. Anais do Congresso Brasileiro de Contabilidade. Goiânia, 2000.

SANTOS, Ariovaldo. Demonstração do Valor Adicionado – como elaborar a DVA. Editora Atlas. São Paulo. 2003.

_____. Quem está pagando juros sobre capital próprio no Brasil? R. Cont. Fin. USP - Edição 30 Anos de Doutorado. Páginas 33 a 44. São Paulo. 2007.

_____. Alguns Efeitos da Utilização de Índices inadequados na Correção dos Balanços de Empresas Estrangeiras no Brasil. Tese apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA-USP. São Paulo. 1993.

SANTOS, José Luiz; SCHMIDT, Paulo; FERNANDES, Luciane Alves. Contabilidade Avançada. 3ª Edição. Editora Atlas. São Paulo. 2003.

SCHMIDT, Paulo. Uma Contribuição ao Estudo da História do Pensamento Contábil. Tese apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA-USP. São Paulo. 1996.

SILVA, Carlos Ribeiro; Martins, Wilson Thomé Sardinha. História do Pensamento Contábil - Com Ênfase na História da Contabilidade Brasileira. Editora Juruá, 2006. 240 p.

SILVA, Sérgio Martins. Regulamento do Imposto de Renda Anotado – Decreto 3.000 de 1999 – anotado com legislação correlata, decisões, jurisprudência, notas explicativas e apreciações. Editora Atlas. 783p.

STUBER, Walter Douglas. Artigo - As Entidades de Propósito Específico no Brasil. Cenofisco, São Paulo, 2004. Disponível em www.fiscosoft.com.br. Acesso 29/09/2007.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Novo Código Civil, Texto Comparado: Código Civil de 2002 e Código Civil de 1916. Editora Atlas, 2003 – 3ª edição. 928p.

ANEXOS

ANEXO 01 - Demonstrações Contábeis de Gilbarco S.A. Equipamentos em 1979 e 1980

ANEXO 02 - Demonstrações Contábeis de Gilbarco S.A. Equipamentos em 2006 e 2007

ANEXO 03 - Demonstrações Contábeis de Equipetrol S.A. em 1978

ANEXO 04 - Demonstrações Contábeis de Armco S.A. em 2006 e 2007

ANEXO 05 - Demonstrações Contábeis de Indústrias Romi S.A. em 1977 e 1978

ANEXO 06 - Demonstrações Contábeis de Indústrias Romi S.A. em 2006 e 2007

ANEXO 07 - Demonstrações Contábeis de Makro Atacadista S.A. em 1979

ANEXO 08 - Demonstrações Contábeis de Makro Atacadista S.A. em 2006 e 2007

ANEXO 09 - Demonstrações Contábeis de Oxiteno S.A. em 1986 e 1987

ANEXO 10 - Demonstrações Contábeis de SABESP em 1993 e 1994

LONDON MULTIPLEX S.A.Credito Financeiro e Investimento
Associação de Investimento

C.G.C.N.F. nº 33.517.743/0001-11

ATA DA REUNIÃO DE DIRETORIA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 1.980.

Aos vinte e cinco dias do mês de março de mil, novecentos e oitenta, às nove horas, reuniu-se na sede social à Rua Benjamin Constant, nº 75, em São Paulo, Capital, a Diretoria da LONDON MULTIPLEX S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, representada pelos diretores infra assinados, sob a presidência do Diretor Presidente, Sr. RONALDO CEZAR COELHO, conforme disposição estatutária, para tratar de assunto de interesse da Sociedade. Iniciada a reunião, o Diretor NORMAN CAMPBELL MACKENZIE propôs aos demais diretores a mudança de endereço da sede social, atualmente instalada na Rua Benjamin Constant, nº 75 para a Rua XV de Novembro, nº 165, 7º andar (parte). Submetida a referida proposição aos demais diretores, estes delibera-

ram, unânimes, aprová-la, devendo esta decisão ser comunicada ao Banco Central do Brasil, mediante remessa, através de carta, de cópia desta ata, bem como tomar providências para alteração de endereço nos órgãos e repartições públicas onde a empresa está inscrita. Ainda mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, determinando a lavratura desta ata que, lida e achada conforme, vai agora ser assinada pelos diretores presentes. São Paulo, 25 de março de 1980. Ass: RONALDO CEZAR COELHO - Diretor Presidente; DAVID BLAIR PIRRELL - Diretor Primeiro Vice Presidente; ARCHIBALD BROWN BUCHANAN - Diretor Segundo Vice Presidente; ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA CARNEIRO - Diretor; NORMAN CAMPBELL MACKENZIE - Diretor e JOSÉ LAFIAS VIDAL - Diretor.

Declaro que a presente é cópia fiel da ata lavrada no "Livro de Atas de Reuniões de Diretoria" desta Sociedade. São Paulo, 25 de março de 1.980. NORMAN CAMPBELL MACKENZIE - Diretor. CERTIDÃO - JUNTA COMERCIAL - Certifico que este documento foi registrado sob número e data estampados mecanicamente. JUCESP - Registrado sob nº 764.942/480 - São Paulo, 10 de abril de 1.980. Percival Leite Brito - Secretário Geral.

GILRANCO DE BRASIL S.A. EQUIPAMENTOS

C.G.C.N.F. 61.299.28/0001-02

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à aprovação da V.Sas. o relatório mundial das atividades da empresa e as contas da Diretoria, com as respectivas demonstrações financeiras e correspondentes Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 02 de janeiro de 1980. Apesar de todas as dificuldades econômicas enfrentadas, dentro da nossa política de expansão e diversificação abrimos seis filiais na região centro-sul do país. Desenvolvemos a bomba álcool que devemos lançar no início do corrente ano, pois o álcool está sendo a principal alternativa energética para as gasolinas. Reorganizamos as nossas estruturas de produção e de vendas para que possamos atender melhor a demanda. E finalmente como resultado prático a nossa renda operacional líquida teve um aumento de 79% comparando com o exercício anterior e a não houve a maxi-desvalorização ocorrida em dezembro de 1.979, teríamos apresentado um lucro líquido bem superior que ora apresentamos.

São Paulo, 23 de abril de 1.980

A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 02 DE JANEIRO DE 1.980 E 1.979

A T I V O	EX-1980	EX-1979	P A S S I V O	EX-1980	EX-1979
ATIVO CIRCULANTE	62.952.318,81	36.423.968,49	PASSIVO CIRCULANTE	44.545.421,91	20.672.394,28
Caixa e Bancos	2.797.552,15	2.302.629,41	Fornecedores	15.625.460,86	6.933.335,98
Aplicações Financeiras	1.800.000,00	1.800.000,00	Contas a Pagar	914.174,48	304.817,43
Duplicatas e Efeitos a Receber	16.398.838,83	10.710.479,34	Instituições Financeiras Locais	5.558.279,14	4.424.977,14
Duplicatas Descontadas	(3.291.298,12)	---	Instituições Financeiras no Exterior	3.752.592,02	1.845.855,28
Provisão Para Devedores Duvidosos	(491.965,14)	(331.826,29)	Salários e Ordenados a Pagar	14.567,77	15.255,59
Estoque	42.856.325,55	17.232.215,71	Taxas e Contribuições a Receber	2.667.244,24	1.623.245,71
Importações em Trânsito	---	372.544,63	Impostos a Pagar (IPI, ICM e ISS)	1.386.234,82	980.504,64
Depósitos Para Variação nos Estoque	(685.259,94)	(340.569,55)	Juros a Pagar	3.140.269,74	19.432,00
Depósitos Para Importação	2.498.426,58	2.151.372,46	Créditos de Clientes	4.584.213,70	609.793,10
Depósitos Para Viagem	66.000,00	158.000,00	Imposto de Renda a Pagar	2.909.075,00	1.502.000,00
Retenção Para Garantia	385.850,81	829.422,77	Provisão Para Serviços de Terceiros	376.600,00	227.239,50
Outras Contas a Receber	1.194.548,51	848.915,69	Provisão Para Férias	639.186,40	538.186,76
Imposto de Renda	362.505,00	---	Provisão Para Juros	186.000,00	84.068,76
Despesas a Apropriar no Próprio Exercício	860.749,58	690.381,32	Outras Provisões	2.735.228,22	1.177.586,34
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.105.645,70	10.250,00	Reservas a Apropriar no Próprio Exercício	56.327,52	395.468,23
Depósitos de Eletrodomésticos e Telex	284.310,66	235.095,43	RESERVA A LONGO PRAZO	17.258.243,89	13.383.621,24
Outros Depósitos e Câmbios	18.127,70	10.250,00	Financiamento Local	6.000.000,00	6.000.000,00
Provisão Para Desvalorização	(284.310,66)	(235.095,43)	Financiamento do Exterior	11.258.243,89	7.383.621,24
Imposto de Renda	1.087.315,00	---	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	47.074.528,96	31.578.866,26
ATIVO PERMANENTE	44.820.663,25	29.197.693,29	CAPITAL	21.593.520,00	15.937.400,00
INVESTIMENTOS	20.000,00	20.000,00	De Residentes no País	5.398.390,00	3.985.567,50
Ações e Depósitos de Incentivos Fiscais	815.415,00	481.175,15	De Residentes no Exterior	16.195.160,00	11.951.832,50
Provisão Para Desvalorização	(815.415,00)	(481.175,15)	RESERVA DE CAPITAL	31.340.929,17	20.026.786,91
Efeitos de Associações	20.000,00	---	Reserva de Correção do Capital	10.189.874,77	5.656.143,93
IMOBILIZADO	44.800.663,25	29.177.693,29	Reserva de Correção de Ativos	21.352.057,60	14.370.642,98
Términos	73.627.663,82	46.234.369,38	RESERVA DE LUCROS	238.067,10	141.407,64
Depreciações acumuladas	(28.827.000,57)	(17.056.676,09)	LUCROS (PREJUIZOS) ADJUDICADOS	(6.096.617,51)	(5.638.218,28)
TOTAL DO ATIVO	108.878.524,76	65.631.911,78	TOTAL DO PASSIVO	108.878.524,76	65.631.911,78

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS

FIMOS EM 02 DE JANEIRO DE 1980-1979

	EX-1980	EX-1979		EX-1980	EX-1979
RENTA OPERACIONAL BRUTA	174.048.790,01	96.939.790,85	OUTROS DE RECURSOS	---	---
Receita Industrial	125.117.105,40	77.685.969,74	Lucro do Exercício	568.663,42	---
Receita Serviços	47.746.668,86	21.802.933,11	Depreciações	4.529.882,19	2.529.132,55
Receita de Equipamentos	1.118.016,35	50.968,00	Correção Monetária Líquida	71.094,51	1.471.060,01
(-) Imposto Patrocinado	4.897.620,09	4.470.957,54	Aumento do Capital	338.350,00	---
RENTA OPERACIONAL LÍQUIDA	169.074.170,55	94.668.833,31	Distribuição de Realizável a Longo Prazo	---	40.520,31
(-) Custo de Vendas e Serviços	20.462.423,76	28.596.423,23	Aumento do Suprível a Longo Prazo	3.874.592,65	302.696,19
RESULTADO BRUTO	78.611.746,80	34.872.409,78	Aumento da Reserva Legal	29.930,00	---
(-) DESGASTOS OPERACIONAIS	76.704.063,28	38.458.016,01	Receita de Ativo Imobilizado Líquido	41.809,43	164.367,24
Imposto Sobre Vendas (ICM e ISS)	15.537.848,86	4.898.012,69	APLICAÇÕES DE RECURSOS	9.115.974,40	5.046.528,30
Despesas de Fabricação	6.263.201,37	5.290.977,25	Prejuízo do Exercício	---	3.667.606,25
Despesas de Amortização Técnica	11.509.573,90	4.012.873,99	Aquisição do Imobilizado Técnico	5.365.289,01	2.231.441,61
Despesas de Depreciação	2.359.518,77	774.369,03	Aumento do Realizável a Longo Prazo	1.095.395,70	---
Despesas Gerais	4.220.625,97	2.650.870,99	6.460.683,71	5.899.047,66	---
Despesas Administrativas	18.127.985,67	10.911.758,16	ADICIONADO (DISTRIBUIÇÃO) DO CAPITAL	2.655.292,69	(850.519,36)
Despesas Financeiras	13.779.542,80	5.914.575,62	CIRCULANTE LÍQUIDO	---	---
Depreciações	4.529.882,19	2.529.132,55	VARIÁVEL DO CAPITAL	EX-1980	EX-1979
Saldo da Correção Monetária do Balanço	7.096,50	1.473.062,01	CAPITAL	62.952.318,81	36.423.968,49
Outras Despesas	304.783,14	2.183,74	PASSIVO CIRCULANTE	44.545.421,91	20.672.394,28
LUCRO LÍQUIDO APÓS DO IMPORTE DE RENDA	1.907.703,42	(3.585.606,25)	CAPITAL CIRCULANTE	18.406.866,90	15.751.574,21
(-) Provisão Para Imposto de Renda	1.309.110,00	82.000,00	ATIVO CIRCULANTE	62.952.318,81	36.423.968,49
LUCRO LÍQUIDO LÍQUIDO DO IMPORTE DE RENDA	598.593,42	(3.667.606,25)	PASSIVO CIRCULANTE	44.545.421,91	20.672.394,28
(-) Reserva Legal	(29.930,00)	---	CAPITAL CIRCULANTE	18.406.866,90	15.751.574,21
LUCRO DO EXERCÍCIO	568.663,42	(3.667.606,25)			

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PERÍODO 02.01.78 A 02.01.80

	CAPITAL SOCIAL	RES. T. C. M. M. AT. IMOBILIZADO	RESERVA LÍQUIDA	RES. CAPITAL GIRO	RESERVA DE DEPRECIAC.	RESERVA DE CAPITAL	LUCROS SUSPENSOS	TOTAL
Saldo em 02.01.78	15.399.050,00	4.705.791,67	103.795,44	734.487,40	---	---	(632.811,21)	20.310.319,30
Correção Especial do Imobilizado	---	---	---	---	---	---	---	---
Reclassificação de Contas	---	(4.705.791,67)	---	(734.487,40)	5.440.285,07	---	---	---
Integr. Am. Cap. Financeiro conf. A.R. 1/7/78	538.350,00	---	---	---	---	---	---	538.350,00
Corr. Monet. Balanço 2/7/79	---	---	37.612,20	---	3.822.333,58	5.656.143,93	(229.310,33)	9.266.808,98
Prejuízo Verif. no Exercício	---	---	---	---	---	---	(3.667.606,25)	(3.667.606,25)
Saldo em 02.01.79	15.937.400,00	---	141.407,64	---	14.370.642,98	5.656.143,93	(4.579.728,29)	31.578.866,26
Aus. de Cap. Social conf. A.R. 30/04/79	5.656.130,00	---	---	---	(5,07)	(5.656.143,93)	---	---
Corr. Monet. do Balanço em 2/7/80	---	---	66.729,46	---	6.781.428,69	10.189.874,77	(213.755,64)	14.900.469,28
Lucro do Exercício	---	---	---	---	29.930,00	---	568.663,42	568.663,42
Saldo em 02.01.80	21.593.520,00	---	238.067,10	---	21.352.057,60	10.189.874,77	(6.096.617,51)	47.074.528,96

CP. 21546658-20

Demonstração dos Resultados para os Exercícios
findos em 31 de Dezembro (Em milhares de reais)

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias esta Diretoria submeteu a vossa apreciação o Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, colocando-se à vossa inteira disposição para prestar quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

findos em 31 de Dezembro (Em milhares de reais)		
	2006	2005
Receita bruta de vendas	374.501	301.240
Importos e deduções sobre vendas	(94.393)	(51.242)
Receita líquida de vendas	280.108	249.998
Custo dos produtos vendidos	(210.235)	(166.508)
Lucro bruto	99.943	72.690
Despesas operacionais		
Com vendas	(38.658)	(32.367)
Gerais e administrativas	(29.250)	(21.284)
Resultados de equivalência patrimonial	1.918	1.918
Outras operações, líquidas	685	1.132
Lucro após as receitas (despesa) de vendas	(90.475)	(52.594)
Despesas financeiras	35.466	1.926
Despesas tributárias	(6.394)	(7.672)
Despesas com juros	10.305	9.108
Variações monetárias e cambiais líquidas	5.798	1.270
Lucro após as despesas (receitas) de vendas	47.096	3.964
Receitas não operacionais, líquidas	105	23
Despesas não operacionais, líquidas	(1.172)	(1.231)
Imp. de renda e contrib. social	(1.172)	(1.231)
Imp. de renda e contrib. social - Diferido	(2.985)	(6.716)
Lucro com transação e com o balanço sobre o lucro antes de participações estatutárias dos administradores e empregados	(1.424)	(6.655)
Participação dos administradores e empregados	32.198	16.800
Lucro líquido após a participação estatutária dos administradores e empregados	(1.424)	(6.655)
Lucro líquido após a participação estatutária dos administradores e empregados	28.924	14.772
Lucro líquido após a participação estatutária dos administradores e empregados	14.114	7.177

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)

Origens dos recursos	(em milhares de reais)	2007	2006
Das operações sociais			
Lucro líquido do exercício	28.904	14.828	14.828
Depreciação (reversal) que não afetam o capital			
Depreciação e amortização	8.724	7.672	7.672
Reversal de provisões e provisões realizadas do balanço	14	14	14
Juros e var. mont. st. itens de longo prazo, líquidos	(800)	(800)	(800)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.955	3.955	3.955
Provisão para contingências	(50)	(50)	(50)
	40.432	22.661	22.661
De terceiros			
Redução do realístico a longo prazo			
Transferências para o circulante	1.270	6.676	6.676
Operações de fomento a longo prazo - Empreendimentos	14.470	2.245	2.245
Total das origens	46.172	32.777	32.777
Aplicações de recursos			
Na realização a longo prazo			
Diversos contos a receber	780	1.281	1.281
No ativo permanente: Imobilizado	5.982	90	90
Imobilizado	16.908	17.071	17.071
Transf. de sig. a longo prazo circ. - Empreend. (1)	4.241	3.846	3.846
Total das aplicações	11.107	3.406	3.406
Total das aplicações	45.916	25.905	25.905
Aumento (diminuição) do capital circulante			
Diversos créditos	286	673	673
Capital circulante - Fim do exercício			
Ativo circulante	136.767	106.356	106.356
Passivo circulante	(15.880)	(65.727)	(65.727)
	40.887	40.629	40.629
Capital circulante - Início do exercício			
Ativo circulante	108.358	89.650	89.650
Passivo circulante	(65.727)	(55.901)	(55.901)
	40.631	33.749	33.749
Aumento (diminuição) do capital circulante			

Antonio Marcos Moraes Barros
Gilberto Paulo Salm
Salesio Nuha
Laudemiro Martini Filho
Juares Cavalcanti Bozerra
José Carlos Fernandes Corrêa da Silva
Eduardo Vodianitskaia - Contador

...a, encontram-se na sede da Companhia, as

Os demais quadros financeiros, assim como as Notas Explicativas, na íntegra, encontram-se na sede da Companhia, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, sem ressalvas.

DEMONSTRAÇÃO COMPARATIVA DE RESULTADOS DO BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO COMPARATIVA DE RESULTADOS DO BALANÇO			
ENCERRADO EM 31/12/2007 E 31/12/2006 (EM REAIS)			
Descrição	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2005
Receita Líquida	79.020.003	79.842.757	79.842.757
(-) Deduções das Vend.	13.003.726	12.655.613	12.655.613
Receita Líquida	66.016.278	67.187.144	67.187.144
(-) Custos das Vend.	41.741.477	46.252.252	46.252.252
Lucro Bruto	24.274.801	20.934.892	20.934.892
(-) Despesas Oper.	17.885.354	14.042.322	14.042.322
Lucro Operacional	6.389.447	6.892.570	6.892.570
Despesa Financeira	1.806.745	1.462.002	1.462.002
Outras Despesas	90.575	1.831.401	1.831.401
Lucro Operacional	4.582.697	3.600.167	3.600.167
Lucro antes IR e CSLL	6.090.487	5.032.570	5.032.570
Provisão para IRLCSL	295.602	277.616	277.616
Lucro Líquido	5.794.885	4.754.954	4.754.954
Lucro antes do Lote da Mil Açúcar - R\$	5.794.885	4.754.954	4.754.954

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE REC. P/C
PERÍODO ENCERRADO EM 31/12/2007 E 31/12/2008 / EM REAIS

Origens de Recursos	31/12/2007	31/12/2006
Lucro Líquido Exercício	973.856	647.770
Mais: Depreciação/Amort.	576.375	1.051.343
Acréscio no Exig. L. Prazo	-	-
Res. Bacia Ativa Form.	7.240	85
Redução do Real. L. Prazo	-	-
Total Origens	980.500	1.709.188
Aplicações de Recursos		
Ativo Imobilizado	354.238	636.049
Redução do Exig. L. Prazo	2.694.759	1.450.590
Arrecasso Ativo Diferido	524.468	258.060
Aumento do Real. L. Prazo	185.101	481.651
Ajuda Exercícios Anteriores	-	-
Total das Aplicações	3.703.580	2.916.359
Variação do Capital Circulante Líquido	(2.723.080)	(1.206.959)
Ativo Circulante		
No Início do Exercício	28.747.359	24.387.070
No Fim do Exercício	31.652.892	26.747.339
Variação	4.905.533	2.360.269
Passivo Circulante		
No Início do Exercício	9.360.539	6.387.875
No Fim do Exercício	17.535.453	9.026.938
Variação	8.174.914	2.639.063
Variação no Capital Circulante Líquido	(2.723.080)	(1.206.959)

Índice de correção monetária e juros, nos termos dos contratos vigentes de modo a refletir os valores incorridos até a data do balanço. 5 - **Intendimento à Deliberação CVM nº 183 de 10 de Junho de 1995, mudando o critério de alocação da receita oriunda da realização da Reserva Realizável, passando a reconhecer a diretamente na conta de Lucros (Prejuízos) Acumulados nos períodos encerrados em 31/12/2007 e 31/12/2008.**

Moseli Aperecida Martins da Silva - Contadora - CRC 1SP220294/O-4

ANSANI USINAGEM INDUSTRIAL LTDA EPP, torna pública que recebeu da CETESB a Licença Prévia 430016569 e a Instalação 43002866, e requereu a Licença de Operação para prestação de serviço de usinagem, à Av. Dolores Martini Rubinho X Av. Lázaro Ribeiro, S/n Lote 04 Qde, Distrito Industrial, São João de Boa Vista/SP.

Mercedes-Benz do Brasil Ltda. torna público que recebeu o
 Cotech e a Licença de Operação nº 16005426 válida até 28/03/2010, por
 Equipamentos para usinagem nos Prédios 021 e 122, em seu parque fabril
 sito à Av. Alfred Jurzykowski, 582, V. Paulicéia, São Bernardo do Campo, S

Mercedes-Benz do Brasil Ltda. toma público que recebe da Cetesb, a Licença de Operação n.º 16005427 válida até 26/03/2010, para Montagem Final Caminhões nos Prédios 032, 041 e 042, em seu parque fabril localizado à Av. Alfred Jurzykowski, 562, V. Paulicéia, São Bernardo do Campo.

V **COMPETROL S.A.**
(EX-CONIFETROL, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A)
C.O.C. - Nº 22.545.682/0001-67

RELATION TO DIRECTOR

GenProbes Acidobacterales

No decreto que ora vem de se firmar, a Equipatam realizou a operação, no Centro Industrial do Arco - CIA, de diversas obras unidades de produção e abastecimento, a transformação para CIA de fôrça de produção de sua unidade fabrica localizada em Capim-Verde, localizada, assim como, todas as operações industriais como a "fôrça" e que vão trazer inúmeros benefícios de ordem administrativa e econômica.

A empresa protegeu a fabricação de cordão modulado - a perfuração, em seu canteiro naval e a entrega dessas sondas - fabricadas pela primeira vez na América Latina - está prevista para o ano-calendário de 1979.

A Equipe está obtendo um resultado extremamente positivo em seus esforços de exportação. Começamos com as seguintes prioridades: estabelecer Contatos de Negócios e estreitar associações com o INILCO e a Associação Nacional de Cervejas para um excelente nível de ocupação das diversas unidades de produção, complementando e demandando a produção cuja prioridade era a relação dos fornecedores da Equipe com o ponto essencial na atuação da empresa.

Queremos agradecer desta oportunidade a Fundação, C. F. e M. Santos. Agradecemos a sua valiosa contribuição pela colaboração prestada a esta pesquisa durante o período de sua estadia.

Finalizando, colocamos-na à disposição de Vossa Senhoria para quaisquer outras informações que serem julgadas necessárias.

Salvador, 23 de março de 1979

Director, Education

THOMAS C. LINDENWICH
Director, Executive Office

[illegible]

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1978

REDA OPERACIONAL (CUSTO = UNIDADES x PREÇOS DE SERVIÇOS)	
CUSTO DAS PRINCIPAIS UNIDADES DE PRODUÇÃO	R\$ 704.761,302
DE SERVIÇOS	
LUCRO BRUTO	329.339,478
PARTICIPAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NA SOCIEDADE	261.991,475
DAZ CONTRIBUIÇÃO	
RESERVA DE DEVEDORES	1.472,899
RESERVA FINANCEIRA (Liquidez de passivos de R\$ 10.899,963)	119.795,183
RESERVA GERAL	121.356,848
DEBITAÇÕES (entre parâmetros de R\$18.936,440)	74.664,292
apropriação ao custo (industrial)	2.809,152
ACREDITAÇÃO DE DEVEDORES OPERACIONAIS	33.368,982
RECEITAS DE OPERACIONAIS	4.918,636
CUSTO (entre parâmetros de R\$18.936,440)	126.710,282
Lucro Líquido no Exercício (R\$ 3,40 por a =	
(do do Capital Social)	R\$ 90.595,295

side notes replicating each other

quinta-feira
12 de abril de 1979

DIÁRIO OFICIAL – Pág. 33

ESSENCE OF PETROLEUM 31/8

(25-GRUPETROL INDUSTRIA E COMERCIO S/A)
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

[illegible]

Source: <http://www.fishbase.org>

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1979

ganhos dos imóveis,	
lucro líquido do exercício.....	R\$ 90.556.261
depreciação e amortização.....	63.997.892
Variações monetárias passivas sobre financia- mentos a longo prazo.....	70.252.093
variação monetária do exercício.....	(126.214.183)
Participação no patrimônio líquido das empresas controladas.....	1.472.412
Outras alterações no patrimônio das operações.....	46.952.069
Outras Origens:	
Diminuição dos depósitos corporativos.....	7.732.284
Diminuição dos débitos para investimentos e outros.....	5.982.389
Pagamento de financiamentos a longo prazo.....	26.493.237
Diminuição de inventários (incluindo liquida- ção de balanço).....	6.502.851
Aumento da reserva de incentivo fiscal - ICM.....	8.262.342
Total das origens dos recursos.....	119.209.982
APLICAÇÃO DOS RECURSOS:	
Transferência para curto prazo de adiantamentos recebidos a longo prazo.....	141.222.010
Compra de equipamentos, veículos, móveis, imo- veis de balanço.....	52.988.150
Aumento de despesas pré-operacionais.....	5.968.266
Aumento de investimentos.....	485.594
Aumento do passivo a longo prazo.....	1.074.550
Transferência para curto prazo das parcelas cor- rentes dos financiamentos a longo prazo.....	146.265.562
Transferência da aplicação de lucro líquido de ex- ercício anterior.....	250.840.292
Total das aplicações dos recursos.....	(136.444.114)

SITUAÇÃO NOS COMPONENTES DO CAPITAL CIRCULANTE:

Aumento (diminuição) nas componentes do ativo circulante:	
Disponíveis.....	R\$ (30.502.445)
Contas a receber-líquido.....	169.896.894
Impostos.....	84.491.232
Depósitos contratuais.....	18.280.180
Impensas e encargos e outros.....	14.152.272
Impostos a recuperar e outros.....	8.096.561
Antecipações e fornecedores.....	7.104.620
Outros totais do ativo circulante.....	34.821
TOTAL.....	US\$ 245,36

Excesses are recorded as in negative

Circulantes:	
Pessoal	88.125.193
Fornecedores e Provedor para Juros	151.189.166
Adiantamentos recebidos	26.075.178
Saldo de contas do passivo circulante	46.127.986

CONTRIBUIÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE	R\$ 138.623.615
------------------------------------	-----------------

HUNTER HILL ROBERTS JESSE (FBIHQ: 100-112124) CIO-58433390	HUNTER HILL ROBERTS (FBIHQ: 100-112124) CIO-58433390
--	--

WALTER HEGALISTEN SOLDA
INC. CRO. CRO-CA
BY CRO-P
CRO. CRO. CRO. CRO.

NOTAS REPLICATIVAS E DEMONSTRAÇÕES CONTÍNUAS
PARA O TESTE T-TESTO FIMD EM 11 DE DEZEMBRO DE 1977

1 - **REQUISITOS BÁSICOS CONSIDERADOS**

As principais práticas essenciais adotadas pela Companhia, no
percurso de suas demonstrações contábeis são as seguintes:

- [illegible]

2 - técnicas de políticas comerciais

A partir de 19 de janeiro de 1976, a lei das sociedades por ações e a legislação de imposto de renda introduziram certos procedimentos visando a fim de regularizar os efeitos da tributação,

- O ativo imobilizado, investimentos, ativo diferido e o patrimônio líquido são ajustados com base no valor de QUIN. Inicialmente apenas o ativo imobilizado era corrigido, de acordo com a legislação tributária.

A Companhia adotou essas novas procedimentos. Como resultado do mesmo trabalho, o lucro de consórcio foi aumentado em R\$ 81.448.989 pela correção nominal das contas patrimoniais sob as indicações e pela contabilização das verticais associadas por meio como despesas financeiras.

	Cz\$
Ativo Imobilizado líquido.....	139.705.785
Investimentos.....	2.416.149
Despesas pré-operacionais-líquido.....	25.092.432
Capital, reservas e juros acumulados.....	1.426.227.233
Valor líquido da correção monetária.....	139.733.283
Reserva de variações monetárias passivas.....	6.746.733.224
Valor líquido do ativo.....	61.442.789

Em caso anterior, as variações monetárias passivas eram compensadas com a correção monetária do ativo imobilizado.

Não foi praticada nenhuma alteração no valor decorrente do aumento da depreciação resultante da mudança na sistemática de correção monetária do ativo imobilizado.

Também, de acordo com a nova legislação, a Companhia avalia seus investimentos referentes a equities negociadas pelo mercado de ações (bolsa de valores) e suas participações em outras sociedades, anteriormente contabilizadas pelo custo arrojado das negociações. O resultado dessa mudança foi de aumento no investimento em Cz\$ 6.811.557, e lucro em Cz\$ 1.472.632 e reservas de lucros em Cz\$ 2.109.895.

A Companhia segue a prática de contabilizar as parcelas de liquidação (parcela de liquidação do ICM, depreciação durante o ano, em conformidade com o regulamento da Lei Federal nº 2990/71, nota 4).

5 - INVESTIMENTOS EM EMPRESAS CONTROLADAS

	COMPANHIA	INVESTIMENTOS	INVESTIMENTOS	INVESTIMENTOS	INVESTIMENTOS	INVESTIMENTOS	INVESTIMENTOS
	LIQUIDADA	LIQUIDADA	LIQUIDADA	LIQUIDADA	LIQUIDADA	LIQUIDADA	LIQUIDADA
	Cz\$	Cz\$	Cz\$	Cz\$	Cz\$	Cz\$	Cz\$
INVESTIMENTOS EM EMPRESAS CONTROLADAS	139.705.785	139.705.785	139.705.785	139.705.785	139.705.785	139.705.785	139.705.785
INVESTIMENTOS EM EMPRESAS CONTROLADAS	139.705.785	139.705.785	139.705.785	139.705.785	139.705.785	139.705.785	139.705.785
TOTAL	139.705.785	139.705.785	139.705.785	139.705.785	139.705.785	139.705.785	139.705.785

A Companhia Especial Administração e Participações Ltda. foi constituída em 28 de dezembro de 1976, a integralização do capital subscrito pela Companhia, no valor em base de ações imobilizadas, cujo valor de Cz\$ 60.000.000 foi determinado por meio de avaliação de peritos. O aumento de Cz\$ 45.215.773 decorrente da avaliação baseou-se no valor de Cz\$ 60.000.000.

O período líquido das ações das empresas acima indicadas, a que se refere a base para a avaliação das ações imobilizadas, foi de 31 de dezembro de 1976.

As operações entre a Companhia e suas controladas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 1976, estão descritas na seguinte:

Companhia Especial Administração e Participações Ltda.	Cz\$ 60.000.000
Integralização de capital subscrito em base de ações imobilizadas (avaliadas).....	Cz\$ 60.000.000
Despesas de corretagem e corretagem, despesas de equipamentos, honorários advocatícios e honorários de auditoria.....	Cz\$ 5.449.510
Reserva de lucros e reservas.....	Cz\$ 2.118.800
Reserva de lucros e reservas.....	Cz\$ 145.430

6 - ATIVO IMOBILIZADO

	CUSTO	DEPRECIACÃO	VALOR LÍQUIDO
	CONSTRUTIVO	CONSTRUTIVO	CONSTRUTIVO
Terras e melhoramentos.....	Cz\$ 50.034.824		
Edifícios.....	255.136.420	Cz\$ 8.236.768	
Móveis e equipamentos.....	186.395.814	29.942.725	
Passagem.....	18.180.270	3.836.825	
Veículos e meios de transportes.....	38.727.273	6.828.210	
Instalações industriais.....	27.449.179	1.638.097	
Móveis e utensílios.....	11.290.845	2.921.179	
Imobilizações em curso.....	30.538.658		
TOTAL	Cz\$ 644.638.653	Cz\$ 28.194.784	

7 - DESPESAS PRÉ-OPERACIONAIS

	CUSTO	AMORTIZAÇÃO	VALOR LÍQUIDO
	CONSTRUTIVO	CONSTRUTIVO	CONSTRUTIVO
Despesas financeiras (juros).....			
Variações monetárias.....	Cz\$ 18.208.840	Cz\$ 7.449.839	
Gastos com pessoal e aluguel.....			
Manutenção administrativa.....	Cz\$ 45.446.971	Cz\$ 5.348.553	
TOTAL	Cz\$ 103.845.811	Cz\$ 12.818.392	

8 - FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO

Os financiamentos a longo prazo, atualizados pelas variações cambiais e/ou correções monetárias, estão assim representados:

	1980	1981	1982
Em moeda estrangeira:			
Dólar (juros até 1,5 e 1,75%).....			
1. Dólar New York Internacional.....	Cz\$ 28.428.802	Cz\$ 28.775.101	
2. Banco Dólar.....	1.648.000	310.000	
Outros-Singapore Foreign Trade.....			
3. (Juros de 7% ao ano).....	2.346.705	1.185.000	
Total moeda estrangeira.....	Cz\$ 32.423.507	Cz\$ 30.270.101	

Antes anteriores as parcelas depositadas eram creditadas a Lucros e perdas e depois transferidas para a reserva de lucros - Impostivo Fiscal - redução de ICM em 1978 três parcelas totalizando Cz\$ 8.262.543, foram creditadas diretamente na conta de reserva de capital.

3 - ESTOQUES

	Cz\$
Produtos e Serviços Fornecidos.....	23.109.409
Produtos e Serviços em Processo.....	50.845.544
Matérias-primas.....	45.858.745
Partes e peças Acumuladas.....	30.114.287
Material de reposição, manutenção, ferramentas e outros.....	29.608.168
TOTAL.....	179.536.153

4 - INCENTIVOS FISCAIS - ICM - LEI FEDERAL Nº 2990/71

A Companhia goza de um benefício fiscal de redução de 10% do imposto sobre administração de sociedades - ICM, devido sobre os produtos, até o exercício social de 1982. De acordo com a Lei acima mencionada, o valor dessa redução é depositada no Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S/A - CDBENBAC - e creditada em nome da reserva de capital (avaliada em Cz\$ 1.472.632). A interpretação da legislação social é feita à medida em que as parcelas são liberadas, de acordo com o cronograma de liberação dos projetos de expansão.

Em moeda nacional:

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BND-credenciado - juros de 5% a.a. sobre variações monetárias na base das variações nas COT's, mantidas a 72% em 1976, concedendo benefício do Decreto - Lei nº 1452/76.....	Cz\$ 209.164.405	Cz\$ 14.795.122
Fineco - juros até 6 e 9% ao ano e correção monetária na base das variações nas COT's.....	35.417.228	9.357.958
Banco do Brasil - juros de 12% ao ano e correção monetária na base das variações nas COT's, mantidas a 101% em 1976.....	13.336.000	6.845.000
TOTAL moeda nacional.....	Cz\$ 257.917.633	Cz\$ 31.008.080
TOTAL.....	Cz\$ 467.522.738	Cz\$ 45.803.202

As parcelas a longo prazo tem seus pagamentos previstos para:

1980.....	Cz\$ 77.054.311
1981.....	66.582.824
1982.....	41.714.845
1983.....	31.891.037
1984.....	31.549.314
1985 em diante.....	76.822.589
TOTAL.....	Cz\$ 325.620.910

9 - COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

Os compromissos existentes em 31 de dezembro de 1976 para a aquisição de base para o ativo imobilizado referiam-se quase exclusivamente à dilatação da construção de unidade fabril no campo industrial de Acari. Estima-se que serão ainda investidos para conclusão do projeto, previstos para 1978, o total aproximado de Cz\$ 50.000.000.

Revista em 31 de dezembro de 1976 a responsabilidade contingente da Companhia por duplicatas descontadas em banco na Intox e União de Crd 27.284.913.

Em 31 de dezembro de 1978 a Companhia possuía alguns contratos de vendas para o exterior com prazos de entregas futuras. Para esses contratos a Companhia agenciou com alguns bancos o fechamento de crédito de câmbio. Dessa forma, existe uma obrigação relacionada com os encargos financeiros desses adiantamentos de câmbio, caso as exportações não sejam efetuadas.

PAISEER DOB ALKITHOBI

Times, servidores, Diretores e Administradores
de Equipamentos S/A

Examinamos o balanço patrimonial, anexo, da Equipetrol S/A (Ex-Equipetrol Indústria e Comércio S/A), levantado em 31 de dezembro de 1978 e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das obrigações e aplicações de recursos, relativas ao exercício findo naquela data. Nessa sessão foi efetuado de acordo com as normas de auditoria independente emitidas e, conseqüentemente, incluídas as provas nos registros contábeis e nos respectivos procedimentos de auditoria que julgamos necessários para a elaboração deste parecer.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima citadas representam, adequadamente, o estágio patrimonial e financeiro da Dynaplast S/A em 31 de dezembro de 1978, o resultado de suas operações e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos, aplicáveis, com exceção das mutações decorrentes do Nolla 2, aos procedimentos de avaliação em exercício anterior.

Pico de Janeiro, 28 de março de 1979.

INSTITUTE MARKING & SEALS
Radiation Independent
CNC-AJ-RC-48

PEREIRA SANTOS COELHO
Orestes
CNC-02-00 INEAS ATU

STANLEY GREENMAN, D.D.

ATA DA ASSIMILAÇÃO DAS KINHAGREMIAS DA FRAÇÃO DURAN S.R., INSCRI-
TA NO C.R.C. R.P. SOB Nº 23.130.570/000-07 REALIZADA EM 26 DE JANEIRO
DE 1978.

[illegible][illegible]

VERONICA PERAZZINI
Veronica Perazzini

SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
UNIDADE COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA

[illegible]

A taxa de arrendamento fixa paga ao valor de R\$ 400,00
 É para cobrir os passivos e passivos variáveis com o Conselho de Administração da Companhia
 de 1979. O valor a ser pago é de R\$ 400,00
 de 1979. O valor a ser pago é de R\$ 400,00
 de 1979. O valor a ser pago é de R\$ 400,00

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DA
BORDA DO LAGO DE SOBRADINHO LTDA - COOPLAGO

Ata da Assembleia Geral de Constituição da Cooperativa Agropecuária de Santa Joana do Vale do Rio Grande, Lda. - CONFILGO.

[illegible]

quinta-feira
12 de abril de 1979

[illegible]

SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
UNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA

[illegible]

PARTE B

100

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

SÃO PAULO, 11 DE ABRIL DE 1979

PÁGINA 49

BANCO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1978

		PASSIVO	
		31.12.78	31.12.77
CIRCULANTE		73.641	51.668
Empréstimos		60.372	38.761
Reservas e Ações		13.269	12.907
Outros		1.000	1.000
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		51.714	33.673
Capital Social		51.714	33.673
Reserva de Capital		1.000	1.000
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS		13.269	12.907
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		137.624	98.248
Capital Social		51.714	33.673
Reserva de Capital		1.000	1.000
Reserva de Lucros		84.910	63.575
Outros		1.000	1.000
PASSIVO TOTAL		137.624	98.248

NOTAS EXPLICATIVAS DO CONSELHO DIRETOR

NOTA 1 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E MODIFICAÇÕES NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas conforme disposições da Lei 5642, de 1976, e suas alterações.

As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas conforme disposições da Lei 5642, de 1976, e suas alterações.

As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas conforme disposições da Lei 5642, de 1976, e suas alterações.

As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas conforme disposições da Lei 5642, de 1976, e suas alterações.

As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas conforme disposições da Lei 5642, de 1976, e suas alterações.

As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas conforme disposições da Lei 5642, de 1976, e suas alterações.

As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas conforme disposições da Lei 5642, de 1976, e suas alterações.

As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas conforme disposições da Lei 5642, de 1976, e suas alterações.

As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas conforme disposições da Lei 5642, de 1976, e suas alterações.

As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas conforme disposições da Lei 5642, de 1976, e suas alterações.

As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas conforme disposições da Lei 5642, de 1976, e suas alterações.

		CAPITAL SOCIAL		RESERVAS DE CAPITAL		RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS		TOTAL	
		31.12.78	31.12.77	31.12.78	31.12.77	31.12.78	31.12.77	31.12.78	31.12.77	31.12.78	31.12.77
ACÇÕES ORDINÁRIAS		240.000	240.000	45.000	45.000	195.233	195.233	106.283	106.283	870.691	870.691
ACÇÕES PREFERENCIAIS		105.000	105.000	45.000	45.000	195.233	195.233	106.283	106.283	870.691	870.691
ACÇÕES DE CAPITAL		100.000	100.000	45.000	45.000	195.233	195.233	106.283	106.283	870.691	870.691
ACÇÕES DE RESERVA		65.000	65.000	45.000	45.000	195.233	195.233	106.283	106.283	870.691	870.691
ACÇÕES DE CAPITAL		516.000	516.000	45.000	45.000	195.233	195.233	106.283	106.283	870.691	870.691

		ORÇAMENTOS DOS RECURSOS		MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA DA EMPRESA	
		1978	1977	1978	1977
ORÇAMENTOS DOS RECURSOS		1.597.055	1.053.894	1.597.055	1.053.894
MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA DA EMPRESA		1.597.055	1.053.894	1.597.055	1.053.894

		SÍNTESE DOS AUDITORES	
		1978	1977
SÍNTESE DOS AUDITORES		1.597.055	1.053.894

		SÍNTESE DOS AUDITORES	
		1978	1977

		SÍNTESE DOS AUDITORES	
		1978	1977

		SÍNTESE DOS AUDITORES	
		1978	1977

		SÍNTESE DOS AUDITORES	
		1978	1977

		SÍNTESE DOS AUDITORES	
		1978	1977

		SÍNTESE DOS AUDITORES	
		1978	1977

		SÍNTESE DOS AUDITORES	
		1978	1977

		SÍNTESE DOS AUDITORES	
		1978	1977

		SÍNTESE DOS AUDITORES	
		1978	1977

		SÍNTESE DOS AUDITORES	
		1978	1977

		SÍNTESE DOS AUDITORES	
		1978	1977

Indústrias Romi S.A.

NOTAS EXPLOSIVAS É O QUINQUAGÉSIMO QUINTO PUBLICAÇÃO DA SÉRIE NOTAS EXPLOSIVAS E SEUS CÍRCULOS E PÁG. 271 EM DEZEMBRO DE 2007 E EM 2008.

[illegible]

	1997	1998
com despesas extras	500 000	500 000
(1) Despesa decorrente de		
(1) Despesa de natureza administrativa	6 400	6 400
com prestação de serviços	940 000	940 000
Despesa prevista		
com obras e capital fixo	100 000	100 000
Despesa decorrente de		
Despesa prevista		
com obras e capital fixo, Despesa decorrente de natureza variável	20 000	20 000

[illegible][illegible]

Descrição	2010	2011
Despesa com pessoal	1.000,00	1.000,00
Despesa com material	1.000,00	1.000,00
Despesa com energia elétrica	1.000,00	1.000,00
Despesa com água e esgoto	1.000,00	1.000,00
Despesa com gás	1.000,00	1.000,00
Despesa com telefone	1.000,00	1.000,00
Despesa com internet	1.000,00	1.000,00
Despesa com transporte	1.000,00	1.000,00
Despesa com alimentação	1.000,00	1.000,00
Despesa com saúde	1.000,00	1.000,00
Despesa com cultura	1.000,00	1.000,00
Despesa com recreação	1.000,00	1.000,00
Despesa com esporte	1.000,00	1.000,00
Despesa com lazer	1.000,00	1.000,00
Despesa com turismo	1.000,00	1.000,00
Despesa com viagens	1.000,00	1.000,00
Despesa com hospedagem	1.000,00	1.000,00
Despesa com aluguel	1.000,00	1.000,00
Despesa com manutenção	1.000,00	1.000,00
Despesa com reparação	1.000,00	1.000,00
Despesa com substituição	1.000,00	1.000,00
Despesa com aquisição	1.000,00	1.000,00
Despesa com compra	1.000,00	1.000,00
Despesa com contratação	1.000,00	1.000,00
Despesa com prestação	1.000,00	1.000,00
Despesa com serviço	1.000,00	1.000,00
Despesa com obra	1.000,00	1.000,00
Despesa com construção	1.000,00	1.000,00
Despesa com reforma	1.000,00	1.000,00
Despesa com ampliação	1.000,00	1.000,00
Despesa com modernização	1.000,00	1.000,00
Despesa com atualização	1.000,00	1.000,00
Despesa com melhoria	1.000,00	1.000,00
Despesa com otimização	1.000,00	1.000,00
Despesa com eficiência	1.000,00	1.000,00
Despesa com sustentabilidade	1.000,00	1.000,00
Despesa com meio ambiente	1.000,00	1.000,00
Despesa com preservação	1.000,00	1.000,00
Despesa com conservação	1.000,00	1.000,00
Despesa com proteção	1.000,00	1.000,00
Despesa com segurança	1.000,00	1.000,00
Despesa com defesa	1.000,00	1.000,00
Despesa com ordem	1.000,00	1.000,00
Despesa com disciplina	1.000,00	1.000,00
Despesa com organização	1.000,00	1.000,00
Despesa com planejamento	1.000,00	1.000,00
Despesa com gestão	1.000,00	1.000,00
Despesa com administração	1.000,00	1.000,00
Despesa com controle	1.000,00	1.000,00
Despesa com fiscalização	1.000,00	1.000,00
Despesa com auditoria	1.000,00	1.000,00
Despesa com avaliação	1.000,00	1.000,00
Despesa com monitoramento	1.000,00	1.000,00
Despesa com acompanhamento	1.000,00	1.000,00
Despesa com supervisão	1.000,00	1.000,00
Despesa com coordenação	1.000,00	1.000,00
Despesa com direção	1.000,00	1.000,00
Despesa com liderança	1.000,00	1.000,00
Despesa com gestão de pessoas	1.000,00	1.000,00
Despesa com gestão de recursos humanos	1.000,00	1.000,00
Despesa com gestão de talentos	1.000,00	1.000,00
Despesa com gestão de competências	1.000,00	1.000,00
Despesa com gestão de conhecimento	1.000,00	1.000,00
Despesa com gestão de inovação	1.000,00	1.000,00
Despesa com gestão de processos	1.000,00	1.000,00
Despesa com gestão de projetos	1.000,00	1.000,00
Despesa com gestão de operações	1.000,00	1.000,00
Despesa com gestão de logística	1.000,00	1.000,00
Despesa com gestão de cadeia de suprimentos	1.000,00	1.000,00
Despesa com gestão de distribuição	1.000,00	1.000,00
Despesa com gestão de vendas	1.000,00	1.000,00
Despesa com gestão de marketing	1.000,00	1.000,00
Despesa com gestão de comunicação	1.000,00	1.000,00
Despesa com gestão de relacionamento	1.000,00	1.000,00
Despesa com gestão de imagem	1.000,00	1.000,00
Despesa com gestão de reputação	1.000,00	1.000,00
Despesa com gestão de marca	1.000,00	1.000,00
Despesa com gestão de identidade visual	1.000,00	1.000,00
Despesa com gestão de estilo	1.000,00	1.000,00
Despesa com gestão de comportamento	1.000,00	1.000,00
Despesa com gestão de valores	1.000,00	1.000,00
Despesa com gestão de cultura organizacional	1.000,00	1.000,00
Despesa com gestão de clima organizacional	1.000,00	1.000,00
Despesa com gestão de engajamento	1.000,00	1.000,00
Despesa com gestão de produtividade	1.000,00	1.000,00
Despesa com gestão de qualidade	1.000,00	1.000,00

[illegible]

Descrição	2010		2011		2012	
	Valor	Índice	Valor	Índice	Valor	Índice
Despesa com pessoal	10.200	100	11.500	113	12.800	126
Despesa com material	5.000	100	5.500	110	6.000	120
Despesa com energia elétrica	2.000	100	2.200	110	2.400	120
Despesa com aluguel	1.500	100	1.600	107	1.700	113
Despesa com transporte	1.000	100	1.100	110	1.200	120
Despesa com manutenção	800	100	850	106	900	113
Despesa com outros	700	100	750	107	800	114
Total	30.400	100	33.650	111	36.800	119

Finançament por parte dos indivíduos privados	12 120	2 270	1 200	2 700	1 000	4 500
Finançament por parte das entidades	2 270	1 120	200	1 200	970	220
Finançament institucional	990	1 100	60	1 200	400	1 50
Mobilização	2 720	1 120	-	1 200	5 500	820
Participação das administrações	2 200	-	200	200	2 200	-
Participação das entidades privadas	10 920	2 270	1 200	2 700	7 200	1 500
Finançament das entidades institucionais	29 260	2 270	1 200	2 700	2 200	2 200
Comércio	-	-	-	2 200	-	1 200

[illegible]

	1999		2000		2001	
	mil	mil	mil	mil	mil	mil
1999	1	1	1.000	0,0	0,0	0,0
2000	2.000	200	2.000	0,0	0,0	0,0
2001	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2002	100	10	100	0,0	0,0	0,0
2003	10	1	10	0,0	0,0	0,0
2004	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2005	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2006	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2007	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2008	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2009	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2010	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2011	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2012	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2013	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2014	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2015	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2016	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2017	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2018	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2019	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2020	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2021	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2022	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2023	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2024	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2025	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2026	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2027	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2028	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2029	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2030	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2031	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2032	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2033	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2034	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2035	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2036	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2037	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2038	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2039	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2040	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2041	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2042	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2043	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2044	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2045	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2046	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2047	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2048	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2049	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2050	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2051	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2052	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2053	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2054	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2055	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2056	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2057	1.000	100	1.000	0,0	0,0	0,0
2058	1.000	100	1.000	0,0	0,0</	

As empresas agropecuárias, no conjunto do Polo Granel de Brasília-Luz (PGBL) e do Polo Granel de Brasília (PGB), também integram a cadeia produtiva do leite.

C. BORDALLO, DO AMARAL E CIA Lda		C. BORDALLO FILHO, Lda	
Indústria de Lã e Fios de Lã Produção	C. e S. de Ind. e Com. de Lã Ind. e Com. de Lã	Indústria de Lã e Fios de Lã Produção	Indústria de Lã e Fios de Lã Produção
Indústria de Lã e Fios de Lã Produção	Indústria de Lã e Fios de Lã Produção	Indústria de Lã e Fios de Lã Produção	Indústria de Lã e Fios de Lã Produção

PUN RICH DE 20

Se analiza lungimea raportului indicelui Ruzici, interpretarea psihopedagogică a rezultatelor, evaluarea afecțiunii de învățare și a motivației. Tratatul este prezentat în contextul teoriei și dezvoltării copilului. Tema este prezentată sub forma unei prezentări, pentru a fi utilizată în cadrul activității de învățare și dezvoltare, de către 25 de profesori de psihologie, teorie și dezvoltare.

PUN RICH DE 20

Se analizează lungimea raportului indicelui Ruzici, interpretarea psihopedagogică a rezultatelor, evaluarea afecțiunii de învățare și a motivației. Tratatul este prezentat în contextul teoriei și dezvoltării copilului. Tema este prezentată sub forma unei prezentări, pentru a fi utilizată în cadrul activității de învățare și dezvoltare, de către 25 de profesori de psihologie, teorie și dezvoltare.

[illegible]

Em consequência, os efeitos dos testes foram avaliados para o intervalo de 2007 a 2010, e os dados de cada empresa, de

	Receita	São Paulo (R\$)
dos Bens e Direitos	20.000.000,00	20.000.000,00
dos Equipamentos	20.000.000,00	20.000.000,00
dos Imoveis	20.000.000,00	20.000.000,00

[illegible][illegible][illegible]

Atividade	R\$ Milhões			
	Emprego	Salário	Produção	Relação entre Emprego e Salário
1. Operacional (bruto)	206.210	975.035	1.000.000	1
2. Gerenciamento e administração	1.35.630	571.523,1	575.000	2
3. Operacional (líquido)	194.880	963.512	117,5.000	3
4. Gerenciamento e administração	128.370	537.313,1	537,5.000	4

Variable	Mean	SD	Min	Max	Median	Mode	Skewness	Kurtosis
Age	35.50	10.50	20	55	35	35	0.00	3.00
Gender	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Marital Status	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Education	15.50	2.50	10	20	15	15	0.00	3.00
Occupation	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Income	15.50	2.50	10	20	15	15	0.00	3.00
Health	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Religion	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Political	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Family	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Social	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Personal	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Work	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Life	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Death	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Afterlife	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Universe	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Human	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Nature	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Society	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Culture	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
History	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Future	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Present	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Past	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Time	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Space	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Energy	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Information	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Communication	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Transportation	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Infrastructure	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Environment	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Climate	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Weather	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Geography	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Topography	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Hydrology	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Biogeography	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Ecology	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Evolution	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Genetics	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Immunology	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Microbiology	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Botany	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Zoology	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Anthropology	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
Archaeology	1.50	0.50	1	2	1	1	0.00	3.00
History of Science	1.50	0.50						

[illegible]

	MAY 2004			
	Simplex Furniture	Simplex in Store	Simplex Online	Simplex Online Furniture
Simplex Furniture	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%
Simplex in Store	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%
Simplex Online	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%
Simplex Online Furniture	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%

[illegible][illegible]

Industria de dezvoltare tehnologică specializată în dezvoltarea unor soluții tehnice inovatoare de energie solară pentru proiecte rezidențiale și comerciale. Compania este înregistrată în Registrul de Comerț al Județului Iași, cu numărul 1512/2015, în cadrul societății comerciale S.C. "Industria de Dezvoltare Tehnologică" S.R.L. cu sediul în Iași, Strada Ștefan cel Mare nr. 10, județul Iași, România. Compania este înregistrată în Registrul de Comerț al Județului Iași, cu numărul 1512/2015, în cadrul societății comerciale S.C. "Industria de Dezvoltare Tehnologică" S.R.L. cu sediul în Iași, Strada Ștefan cel Mare nr. 10, județul Iași, România. Compania este înregistrată în Registrul de Comerț al Județului Iași, cu numărul 1512/2015, în cadrul societății comerciale S.C. "Industria de Dezvoltare Tehnologică" S.R.L. cu sediul în Iași, Strada Ștefan cel Mare nr. 10, județul Iași, România.

[illegible]

REPOZICION

1. **Objetivo:** Analisar o impacto da implementação do sistema de gestão da qualidade (SGQ) na produtividade e na satisfação dos clientes de uma empresa de fabricação de componentes mecânicos.

2. **Metodologia:** O estudo foi conduzido através de uma pesquisa quantitativa, utilizando questionários aplicados aos funcionários e clientes antes e depois da implementação do SGQ.

3. **Resultados:** Os dados coletados indicam que a implementação do SGQ resultou em um aumento de 15% na produtividade e em uma melhoria de 20% na satisfação dos clientes.

4. **Conclusão:** A implementação do SGQ é uma estratégia eficaz para melhorar a performance operacional e a fidelidade do cliente.

5. **Palavras-chave:** Gestão da Qualidade, Produtividade, Satisfação do Cliente.

PGP 21 168610-6
 6 Impresiones Gráficas
 P1
 P1 PGP 168610-6

MAKRO ATACADISTA S/A

DEMONSTRAÇÃO DAS METAS DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2 DE JANEIRO DE 1979

	Reservas de Capital				Reservas de Lucros			
	Capital	de correção do capital	de correção monetária	Outras	Total	Legal	Total	Lucros Acumulados
Saldo em 3 de janeiro de 1978	93.000.000	-	505.663	7.862.627	8.368.290	3.938.582	3.938.582	69.914.997
Resultado da correção monetária especial	-	-	29.528.698	-	29.528.698	-	-	39.528.698
das imobilizações técnicas	-	-	-	-	-	-	-	-
Correção monetária das contas patrimoniais	-	34.535.498	11.153.243	2.919.782	48.608.523	1.462.591	1.462.591	16.091.150
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	75.971.782
Apropriações:								
Reserva Legal	-	-	-	-	-	4.384.564	4.384.564	(4.384.564)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	-	(24.180.000)
Saldo em 2 de janeiro de 1979	93.000.000	34.535.498	41.187.604	10.782.409	86.505.511	9.785.737	9.785.737	133.413.365

As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 2 DE JANEIRO DE 1979

1. Sumário das principais políticas contábeis

São as seguintes as principais políticas contábeis adotadas pela Makro Atacadista S/A, na preparação e apresentação de suas demonstrações contábeis:

a) Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei 6404/76) e pelas alterações na legislação tributária (D.L. 1598/77).

b) Títulos vinculados ao mercado aberto

As aplicações financeiras em títulos vinculados ao mercado aberto estão demonstradas ao valor de custo, acrescido das receitas auferidas até a data do balanço.

c) Estoques

Os estoques estão avaliados ao preço da última compra, o qual é aproximadamente igual ao preço de mercado.

d) Depreciação e amortizações

As quotas de depreciação do valor do custo e da correção monetária das imobilizações técnicas, estão calculadas pelo método linear, às taxas usuais. A amortização de instalações e benfeitorias em propriedades arrendadas é feita em função dos prazos dos contratos de arrendamento.

e) Investimentos

As participações em outras empresas, que não se constituem em investimentos re levantados, estão demonstradas pelos seus valores líquidos de realização.

f) Gastos pré-operacionais

Os gastos pré-operacionais estão sendo amortizados linearmente em 5 anos, contados da data de abertura das lojas.

g) Despesas de propaganda

Os custos com propaganda são debitados aos resultados quando incorridos.

h) Lucro por ação

O lucro por ação foi calculado com base na média ponderada do capital durante o exercício.

2. Mudanças de práticas contábeis

A principal mudança de práticas contábeis, decorrente da aplicação das disposições mencionadas na Nota 1a, foi o tratamento da correção monetária, conforme abaixo descrito:

O reconhecimento dos efeitos inflacionários do período foi determinado mediante correção monetária das contas do ativo permanente e do patrimônio líquido, com base nas variações das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN). O saldo líquido dessa correção, no montante de Cr\$ 9.516.060 foi apropriado ao resultado do exercício.

A correção monetária especial, prevista pelo Decreto-Lei 1598, foi contabilizada em 3 de janeiro de 1978, creditando-se a Reserva de Correção Monetária do Ativo Imobilizado no montante de Cr\$ 29.528.698.

3. Títulos vinculados ao mercado aberto

O saldo de Cr\$ 241.726.700, em 2 de janeiro de 1979, corresponde, basicamente, às aplicações em letras do Tesouro Nacional e Obrigações Reajustáveis do Tesouro Paulista, com vencimento em 2 de janeiro de 1979.

4. Companhias coligadas

O valor de Cr\$ 100.346.949, corresponde em sua maioria, a valores a receber da coligada SHV Mineira - Administração Ltda., decorrentes de adiantamentos efetuados / para construção de loja.

5. Banco Central do Brasil

O valor de Cr\$ 33.248.000 corresponde ao saldo das retenções efetuadas pelo Banco Central do Brasil, do empréstimo obtido junto ao Banco Neufilize (Veja Nota 7), com base Circular 349 de 23 de junho de 1977 do Banco Central do Brasil.

6. Imobilizado técnico

O imobilizado técnico compõe-se de:

	Valores em Cruzeiros		
	Custo Corrigido	Amortização e depreciação corrigidas	Total
Terrenos	14.051.759	-	14.051.759
Equipamentos, empilhadeiras e carrinhos	132.403.526	53.347.346	79.056.180
Instalações e benfeitorias em propriedades arrendadas	71.155.744	23.481.443	47.674.301
Móveis e utensílios	3.699.041	1.407.177	2.291.864
Veículos	645.007	114.211	530.816
Imobilização em andamento	129.560.767	-	129.560.767
	351.550.844	78.350.177	273.170.667

7. Instituições financeiras

Os financiamentos obtidos junto a instituições financeiras consistem de:

Banco Jordaan - US\$25.800, com juros de 2 percento acima da taxa interbancária de Londres, pagável em 12 de junho de 1979	1.167.336
Algemeen Bank Nederland - US\$600.000, com juros anuais de 1,75 percento acima da taxa interbancária de Londres, pagável em três parcelas anuais de US\$200.000, até 27 de maio de 1981	12.552.000
Banco Neufilize - US\$2.000.000 com juros anuais de 1,875 percento acima da taxa interbancária de Londres pagável em seis parcelas semestrais de US\$333.333, começando em 26 de agosto de 1981	41.616.000
	25.335.336
Restos Parcela pagável a curto prazo	5.351.336
Saldo a longo prazo	49.984.000

DIRETORIA	J. W. FERREIRA - Diretor		
REPRESENTANTE DA CONTROLADORIA	CAROL J. SCHWELB - Diretor	MANOEL RIBEIRO MARGINEIRO - Represent. CRE SP 55.614	
HARVEY FIANCHINI WILES - Diretor	1112 NUNES LOPES - Diretor		

PARTE DOS ACIONISTAS

Examinamos o Balanço Patrimonial da Makro Atacadista S/A, levantado em 2 de janeiro de 1979 e as respectivas demonstrações de resultados, das transações e aplicações de caixa e das mutações do Patrimônio Líquido, correspondentes ao exercício findo naquela data. Nosso exame foi efetuado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas e, consequentemente, incluem as provas nos registros contábeis e notas explicativas, bem como a auditoria que julgamos necessária nas circunstâncias.

Em nossa opinião, o Balanço Patrimonial e as demonstrações de resultados e a demonstração das mutações e aplicações de caixa, na forma referida, representam adequadamente

a posição patrimonial e financeira da Makro Atacadista S/A, em 2 de janeiro de 1979, e o resultado de suas operações e das transações e aplicações de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceitos, aplicados de modo coerente em relação ao exercício anterior, com exceção das mudanças mencionadas na Nota 2, em algumas circunstâncias.

São Paulo, 19 de fevereiro de 1979.

EDUARDO V. FERRAZ, Contador

CRM SP 20.272

FRANCISCO J. FERREIRA

Contador - CRM SP 20.272 e 20.273

CRM SP 20.272

MAKRO ATACADISTA S/A

C G C 47.457.653/0001

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas,

A Diretoria da Sociedade tem a satisfação de submeter à consideração de V.Sas. o Balanço Geral, a Demonstração do Resultado do Exercício e a Demonstração de Lucros Acumulados, acompanhados das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício de 1978, correspondente ao período de 03.01.78 a 02.01.79.

Colocamo-nos à inteira disposição de V.Sas. para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

A DIRETORIA

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 02 DE JANEIRO DE 1979

A T I V O		P A S S I V O	
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Disponível		Fornecedores	922.044.555
Caixa e Bancos	137.103.518	Aluguéis e arrendamentos a pagar	12.263.377
Títulos vinculados ao Mercado Aberto (Nota 3)	241.726.700	Salários e encargos a pagar	11.832.772
	378.830.218	Impostos a recolher	92.594.259
Realizável a Curto Prazo		Seguros a pagar	8.967.314
Estoque	573.650.247	Provisão para férias	4.147.354
Contas a Receber de Clientes, Propaganda e Bonificação	33.759.547	Outras despesas a pagar	28.513.377
Aplicações Financeiras	18.204.013	Financiamentos (Nota 7)	
Contas a Receber Diversas	11.036.069	Em moeda estrangeira	5.351.336
	636.649.876		1.085.714.344
Outros Créditos		EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
Adiantamentos a terceiros	6.643.119	Financiamentos (Nota 7)	
Pagamentos Antecipados	30.913.761	Em moeda estrangeira	49.984.000
Companhias Associadas (Nota 4)	100.346.949	Provisão para imposto de Renda	34.032.582
Banco Central do Brasil (Nota 5)	33.248.000		84.016.582
	171.151.829	TOTAL DO PASSIVO	1.169.730.926
	807.801.705	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	1.186.631.923	Capital:	
PERMANENTE		Residentes no país	61.259.100
Investimentos		Residentes no exterior	31.740.900
Participações em outras empresas	474.198	Reservas de Capital	86.505.511
Imobilizado		Reservas de Lucros	9.785.737
Imobilizado Técnico (Nota 6)	273.170.687	Lucros Acumulados	133.413.365
Diferido		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	322.704.613
Gastos Pré-Operacionais	32.158.731	TOTAL DO PASSIVO	1.492.435.539
TOTAL DO ATIVO	1.492.435.539		
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CORRESPONDENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 2 DE JANEIRO DE 1979		DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 2 DE JANEIRO DE 1979	
Receita Bruta das Vendas	4.735.345.243	Origens:	
Receita de Propaganda	18.985.007	Cr\$	Cr\$
	4.754.330.250	Lucro líquido do exercício	75.971.782
Deduções da Receita Bruta		Itens que não representam movimentos de Numerário:	
Impostos faturados	654.455.719	Depreciações e Amortizações	21.363.026
Receita Líquida	4.099.874.531	Resultado da correção monetária	8.316.060
Custo das Mercadorias Vendidas	3.593.112.676	Venda de Imobilizado Técnico	55.965.800
(-) Bonificação sobre Compras	41.631.126	Fundos provenientes das operações	162.616.668
Lucro Bruto	548.392.981	Outros movimentos:	
Despesas Operacionais		Redução nas Imobilizações Financeiras e Depósitos	2.170.948
Despesas com Pessoal	174.713.436	Aumento no Exigível a longo Prazo	54.212.590
Aluguel e Manutenção de Imóveis	113.540.077		219.000.096
Despesas de Propaganda	37.414.128	Aplicações:	
Despesas com o Centro de Computadores	26.418.772	Adição do Imobilizado Técnico	144.810.532
Manutenção de Equipamentos	8.571.222	Aumento nos Gastos Pré-Operacionais e Diferidos	7.821.127
Depreciações e Amortizações	21.363.026	Pagamento de dividendos	24.190.700
Despesas Gerais	45.622.247	Aumento do Capital Circulante	25.186.417
Lucro Operacional	120.741.311	Demonstração da Variação do Capital Circulante:	
Resultado do Movimento Financeiro	2.508.083	Capital Circulante	2.431.728
Receitas Diversas	3.544.210	Ativo Circulante	541.095.700
Resultado da Correção Monetária	8.316.060	Passivo Circulante	347.111.127
Lucro Antes do Imposto de Renda	112.141.555		193.984.573
Imposto de Renda	30.909.942		657.587.424
Lucro líquido do Exercício	77.971.781		1.059.971.202
			27.186.417
Lucro líquido por Ação - C.R.			
As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações contábeis.		As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações contábeis.	

[illegible]

OXITENO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

C.G.C. 62.545.686/0001-53

COMPANHIA ABERTA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO: MAIO/86 A DEZEMBRO/87

A OXITENO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO alterou o encerramento de seu exercício social de Abril para Dezembro de cada ano. Este é o primeiro balanço encerrado em Dezembro, tratando-se portanto de resultados correspondentes a um período de 20 meses.

a) MERCADO

A OXITENO S.A. e sua controlada OXITENO NORDESTE S.A., atuam no setor petroquímico, na produção e comercialização de Óxido de Eteno e seus derivados: Glicóis Estilênicos, Éteres Glicólicos, Etanolaminas e Acetatos. Os dados apresentados a seguir são consolidados das duas empresas.

VENDAS:

	MERCADO INTERNO (1000 l)	MERCADO EXTERNO (1000 l)
• Janeiro a Dez. 86	136,6	71,3
• Janeiro a Dez. 87	136,8	55,6

O Mercado Interno, em 1986, apresentou um grande crescimento (mais de 20%) em relação ao ano de 1985. Em 1987, o patamar anual foi mantido apesar da retração geral no consumo ocorrida em alguns meses.

O Mercado Externo apresentou uma retração de volume, mas esta tendência já se reverteu e temos a expectativa de um acréscimo neste mercado para 1988.

Quanto a preços, temos a observar que a OXITENO manteve os seus preços rigorosamente congelados durante toda a vigência do Plano Cruzado. Isto fez com que chegassemos ao final de 1986 com as margens bastante sacrificadas. Em 1987, sobretudo no último trimestre houve recuperação parcial de preços, colocando a empresa numa situação melhor em termos de margens do que em Dezembro/86.

Os preços no Mercado Externo, que também estavam bem deprimidos, iniciaram um processo de retomada no final de 1987.

b) INVESTIMENTOS

Os principais programas de investimentos em andamento referem-se aos projetos MEC e ÁCIDO ACRÍLICO/ACRILATOS.

PROJETO MEC: Em construção em Triunfo, no Polo Petroquímico do Rio Grande do Sul, por uma filial da OXITENO NORDESTE, com investimento estimado de US\$ 39 milhões, dos quais metade a ser financiada pelo sistema B.N.D.E.S. - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Trata-se de uma planta que produzirá 20.000 t/ano de Metil Etil Celulose. O início das operações comerciais está previsto para Janeiro/90. A tecnologia foi desenvolvida pela OXITENO e Petroquisa.

OXIQUÍMICA S.A. - OXITENO NORDESTE e a **RENNER HERRMANN S.A.** constituíram a **OXIQUÍMICA S.A.**, que implantará o projeto de Ácido Acrílico/Acrilatos, um empreendimento em que serão investidos US\$ 65 milhões, 50% do investimento com recursos próprios (70% OXITENO NORDESTE e 30% RENNER HERRMANN) e 50% a ser pleiteado junto ao sistema B.N.D.E.S. - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. A unidade industrial da OXIQUÍMICA S.A. funcionará em Triunfo, de forma integrada ao PROJETO MEC, e produzirá 25.000 t/ano de Ácido Acrílico, 10.000 t/ano de Acrilatos leves e 20.000 t/ano de Acrilatos pesados, produtos estes utilizados nas indústrias de tintas e vernizes, adesivos, papéis, cosméticos, detergentes e absorventes. O prazo estimado para o início das operações é de 3 anos. A tecnologia escolhida, após uma extensa seleção e negociação, foi a da Mitsubishi do Japão, que não será comprada como um pacote fechado e sim num processo iterativo de interesse de ambas as empresas, uma vez que a OXITENO já detém uma larga experiência em Pesquisa e Desenvolvimento.

Um resumo dos investimentos feitos durante os 20 meses a que se referem os balanços está apresentado a seguir:

OXITENO NORDESTE

	Cz\$ 1000	OTN	US\$ 1000
1 Participações			
FCC	166.388	671.620	5.186
Química da Bahia	11.790	105.767	833
Outros	35.837	162.345	1.286
2 Imobilizações Diferimentos	386.350	1.669.438	12.660
3 Projeto Mec	144.436	433.504	3.392
OXITENO			
1 Imobilizações Diferimentos	232.412	1.033.297	8.248
TOTAL	977.213	4.076.471	31.605

Destacam-se na unidade de Camaçari a construção de uma nova torre absorvedora de Óxido e a troca de Catalisador.

Na unidade de Mauá, destaca-se a troca do Reator de Óxido (o novo Reator entrará em operação em Julho/88) que elevará a capacidade de produção de 35.000 para 40.000 t/ano. A empresa continua seu programa de pesquisa e desenvolvimento, tendo despendido no exercício 395.000 OTN'S.

c) ASPECTOS SOCIETÁRIOS E ECONÔMICOS

Foram reavaliados os ativos das plantas de Mauá e de Camaçari em Agosto/87, reavaliação essa que trouxe aos demonstrativos e balanços uma melhor correspondência com a realidade econômica da empresa.

A abertura de capital foi concretizada em 1986, através de uma oferta pública de ações pertencentes originalmente ao IFC. As ações passaram a ser negociadas em Bolsa em Nov/86 e têm apresentado um grau crescente de liquidez. Apresentamos as negociações ocorridas na Bolsa de Valores de São Paulo, no 2º semestre de 1987, período em que já estavam concluídos os processos de grupamento (1000 para 1) e desdobramento (1 para 5).

	Pregões	Nº de Negócios	Quant. Ações
• Julho 87	23	327	8.318.350
• Agosto 87	20	338	15.859.535
• Setembro 87	21	412	20.560.681
• Outubro 87	21	287	14.250.054
• Novembro 87	19	207	15.843.160
• Dezembro 87	19	111	6.149.500

Os dividendos pagos neste período, após a abertura de capital foram:

Data da Reunião do Conselho	Valor (Cz\$ 1000)	OTN'S
12.11.86	50.000	469.924
11.12.86	71.761	674.445
11.03.87	30.755	169.349
10.06.87	20.503	66.026
27.09.87	76.886	191.406
09.12.87	153.773	294.026

d) RESULTADOS:

Apesar das incertezas no horizonte de curto prazo, nos aspectos sociais, econômicos e políticos, acreditamos que possamos manter o ritmo de nossos investimentos e melhorar ainda mais a qualidade de nossos resultados.

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1987 E 30 DE ABRIL DE 1986

(Em milhares de cruzados)

	ATIVO			
	Sociedade		Consolidado	
	Pela legislação societária e correção integral	Pela correção integral	Pela legislação societária	Pela legislação societária
	1987	1986	1986	1987
CIRCULANTE:				
Caixa e bancos	13.338	6.115	1.244	25.650
Aplicações financeiras	99.211	5.225	1.063	895.025
Contas a receber	360.840	320.346	65.173	1.426.369
Estoque	416.504	424.507	86.364	1.032.043
Dividendos a receber	378.320	77.544	15.776	-
Impostos a recuperar	18.645	19.145	3.895	63.408
Outros créditos	58.422	56.703	11.536	149.360
Despesas do exercício seguinte	2.632	3.703	754	4.005
	1.348.012	913.288	185.805	3.595.860
				720.108
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO:				
Empréstimos a acionistas	441.705	434.819	88.462	441.705
Companhias controladas e coligadas	6.514	18.108	3.684	255
Aplicações financeiras	13.076	16.874	3.433	51.114
Outros créditos	461.295	469.801	95.579	493.074
				126.543
PERMANENTE:				
Investimentos	8.920.622	3.505.694	713.218	1.165.137
Imobilizado	3.248.558	1.032.173	209.991	9.152.049
Diferido	144.044	143.920	29.285	283.278
	12.313.224	4.681.817	952.495	11.200.464
				715.424
Total do ativo	14.122.531	6.064.906	1.233.870	15.289.398
				1.562.075

	PASSIVO			
	Sociedade		Consolidado	
	Pela legislação societária e correção integral	Pela correção integral	Pela legislação societária	Pela legislação societária
	1987	1986	1986	1987
CIRCULANTE:				
Instituições financeiras	119.854	55.489	11.269	428.910
Fornecedores	193.185	237.911	48.402	901.347
Dividendos propostos	153.773	4.915	1.000	158.674
Provisão para imposto de renda	-	-	-	362.163
Companhia controlada e coligada	1.033.737	714.275	145.316	-
Salários e obrigações sociais	57.147	29.689	6.040	116.593
Impostos, taxas e encargos	44.058	20.492	4.169	124.391
Provisão para encargos trabalhistas	137.497	65.600	13.346	201.706
Outras exigibilidades	86.095	151.960	30.915	327.464
	1.825.346	1.280.331	260.477	2.621.248
				505.379
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO:				
Instituições financeiras	242.579	49.030	9.975	316.094
Provisão para imposto de renda	-	-	-	3.712
Outras exigibilidades	-	162	33	4.093
	242.579	49.192	10.008	320.187
				34.030
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	-	-	-	276.612
				56.163
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	-	-	-	16.745
Deságio	-	-	-	3.109
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	932.463	512.576	512.576	932.463
Correção monetária do capital	3.650.890	4.070.777	419.687	3.650.890
Capital realizado	4.583.353	4.583.353	932.463	4.583.353
Reserva de capital	12.355	11.644	2.369	12.355
Reserva de reavaliação	6.912.185	121.846	24.789	6.912.185
Reservas de lucros	546.713	15.918	3.238	546.713
Lucros acumulados	2.622	535	535	535
	12.054.606	4.735.383	963.394	12.054.606
				963.394
Total do passivo	14.122.531	6.064.906	1.233.879	15.289.398
				1.562.075

As notas explicativas anexas são parte integrante destes balanços.

Continua

OXITENO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

C.G.C. 62.545.686/0001-53

COMPANHIA ABERTA

Continuação

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1987 E 30 DE ABRIL DE 1986

(Em milhares de cruzados)

	Sociedade			Consolidado	
	Pela correção integral	Pela legislação societária	Pela legislação societária	Pela legislação societária	Pela legislação societária
	1987 (20 meses)	1987 (20 meses)	1986 (12 meses)	1987 (20 meses)	1986 (12 meses)
Vendas	5.708.843	2.647.559	412.188	9.141.350	1.434.844
Menos -					
Devoluções	(76.204)	(23.871)	(949)	(22.613)	(2.981)
Impostos latentes	(835.190)	(383.518)	(53.199)	(1.220.751)	(188.899)
Vendas líquidas	4.797.449	2.240.170	358.040	7.897.986	1.262.964
Custo dos produtos vendidos	(3.835.919)	(1.495.476)	(233.792)	(5.161.028)	(803.599)
Lucro bruto	961.530	744.694	124.248	2.736.958	459.365
Recargas (despesas) operacionais:					
Vendas	(310.832)	(159.428)	(20.140)	(416.233)	(60.425)
Administrativas	(656.783)	(324.976)	(31.961)	(384.053)	(38.357)
Honorários da Administração	(27.020)	(13.511)	(1.831)	(27.157)	(3.677)
Despesas financeiras	(86.220)	(926.991)	(138.749)	(583.625)	(111.327)
Depreciações e amortizações	196.763	457.346	117.741	944.154	286.861
Recargas financeiras	(367.255)	(199.589)	(13.516)	(736.323)	(60.594)
Menos - Apropriações ao custo de produção e às ordens de serviço em andamento	270.455	148.637	—	8.899	648.362
Outros resultados operacionais	(391.873)	(186.873)	(21.084)	(194.585)	(24.021)
Ajuste do Programa de Estabilização Econômica	—	—	(63.104)	(29.204)	(63.104)
Resultado de participações em controlada e coligada avaliadas pela equivalência patrimonial (inclui deságio amortizado de Cz\$ 7.770 pela correção integral e Cz\$ 3.685 pela legislação societária em 1987 e Cz\$ 509 em 1986)	1.745.287	1.540.678	230.697	214.434	44.797
Perdas nos itens monetários não remunerados	(15.967)	—	—	—	—
Lucro líquido operacional	1.337.065	1.065.806	190.400	2.172.928	482.069
Recargas (despesas) não operacionais	95.951	18.224	(20.563)	13.819	(20.957)
Resultado da correção monetária do balanço	—	349.006	(32.146)	(201.931)	(186.429)
Lucro antes do imposto de renda	1.433.036	1.433.036	137.691	1.984.816	274.883
Provisão para imposto de renda	—	—	—	(538.162)	(135.912)
Lucro líquido do período antes das participações dos minoritários	1.433.036	1.433.036	137.691	1.446.654	138.771
Participação dos minoritários	—	—	—	(13.618)	(1.080)
Lucro líquido do período	1.433.036	1.433.036	137.691	1.433.036	137.691
Lucro líquido por ação	Cz\$ 0,56	Cz\$ 0,56	Cz\$ 0,00027	—	—

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1987 E 30 DE ABRIL DE 1986

(Em milhares de cruzados)

	Sociedade			Consolidado	
	Pela correção integral	Pela legislação societária	Pela legislação societária	Pela legislação societária	Pela legislação societária
	1987 (20 meses)	1987 (20 meses)	1986 (12 meses)	1987 (20 meses)	1986 (12 meses)
ORIGENS DOS RECURSOS:					
Das operações					
Lucro líquido do período	1.433.036	1.433.036	137.691	1.433.036	137.691
Itens que não representam ingresso ou saída corrente de recursos					
Depreciações e amortizações	367.255	199.589	13.516	736.323	60.594
Correção monetária do ativo permanente e do patrimônio líquido	—	(287.332)	32.146	201.931	186.429
Variações monetárias líquidas de dívidas e aplicações a longo prazo não realizadas	(21.331)	—	—	(223.217)	11.338
Receita financeira real	(98.996)	(19.644)	20.665	(18.865)	20.665
Resultado de participações de investimentos avaliados por equivalência patrimonial (menos dividendos recebidos e propostos de Cz\$ 1.355.315 pela correção integral e Cz\$ 793.602 pela legislação societária em 1987 e Cz\$ 197.465 em 1986)	(385.972)	(747.076)	(33.232)	(214.435)	(45.307)
Realização da reserva de reavaliação	(17.865)	(6.046)	(1.970)	(6.046)	(1.970)
Incentivo fiscal-parcela de isenção de imposto de renda do exercício	—	—	53.077	226.630	30.152
Efeito dos ajustes do Programa de Estabilização Econômica	—	—	—	13.618	1.080
Participação minoritária nos resultados	—	—	—	5.054	5.896
Outros	8.243	1.341	518	—	—
	1.284.370	224.962	227.815	2.154.029	449.860
De terceiros					
Financiamentos de longo prazo	230.923	187.514	1.567	193.496	2.341
Aumento de outras exigibilidades a longo prazo	—	—	—	25.913	278
Redução do diferido	—	—	—	553	(132)
Aumento da participação dos minoritários	—	—	—	11	4
Dividendos prescritos	230.923	187.514	1.567	219.973	2.491
	28.424	14.284	965	52.797	14.322
Alienação de bens do imobilizado	1.543.717	426.660	230.347	2.426.799	466.673
Total das origens	1.543.717	426.660	230.347	2.426.799	466.673
APLICAÇÕES DE RECURSOS:					
No ativo permanente					
Aumento de bens do imobilizado	481.661	210.370	58.316	670.081	105.288
Aumento de investimentos	10.989	2.890	2.813	216.394	7.207
Aumento do ativo diferido	58.743	22.188	9.974	89.599	16.575
	551.393	235.438	71.103	976.074	129.070
Distribuições					
Dividendos pagos	921.858	403.678	129.309	406.677	130.120
Gratificações	2.741	2.741	403	9.702	806
Dividendos propostos	153.773	153.773	1.000	154.314	1.270
	1.078.372	560.192	130.712	572.693	132.196
Para outros fins					
Parcelas de empréstimos a longo prazo transferidas para o circulante	32.750	14.739	95	39.134	5.479
Realizável a longo prazo	(8.507)	18.953	(57.237)	19.768	72.933
Aquisição de frações de ações	—	—	—	127	—
Imposto de renda sobre a realização da Reserva de Reavaliação	—	—	—	56.827	—
Redução do exigível a longo prazo	—	—	—	2.293	—
	24.243	33.692	57.332	118.149	78.412
Total das aplicações	1.654.008	829.322	259.147	1.666.916	339.678
(DIMINUIÇÃO) AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(110.291)	(402.662)	(28.800)	759.883	126.995
REPRESENTADO POR:					
Ativo circulante					
No início do exercício	913.288	185.805	57.616	720.108	332.946
No fim do exercício	1.348.012	1.348.012	185.805	3.595.860	720.108
	434.724	1.162.207	128.189	2.875.752	387.162
Passivo circulante					
No início do exercício	1.280.331	260.477	103.488	505.379	245.212
No fim do exercício	1.825.346	1.825.346	260.477	2.621.248	505.379
	545.015	1.564.869	156.989	2.115.869	260.167
(DIMINUIÇÃO) AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(110.291)	(402.662)	(28.800)	759.883	126.995

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações.

Contínua

OXITENO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

C.G.C. 62.545.686/0001-53

COMPANHIA ABERTA

Continuação

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1987 E 30 DE ABRIL DE 1988

(Em milhares de cruzados)

	Capital realizado atualizado		Reserva de capital		Reservas de lucros			Total
	Capital social	Correção monetária do capital	Incentivos fiscais IPI	Reserva de reavaliação	Legal	Lucros a realizar	Lucros acumulados	
SALDOS EM 30 DE ABRIL DE 1985	203.639	71.184	405	9.032	2.673	—	20.782	307.715
Deliberações conforme AGO de 01.08.85	—	—	—	—	—	—	—	—
Aumento de capital	94.619	(71.184)	(405)	—	(2.673)	—	(20.357)	(403)
Gratificações	—	—	—	—	—	—	(403)	(403)
Deliberação conforme AGE de 06.01.86	—	—	—	—	—	—	—	—
Aumento de capital	214.318	(210.672)	—	—	(3.646)	—	—	—
Incentivos fiscais	—	—	2.110	—	—	—	—	2.110
Correção monetária	—	630.559	559	17.727	—	—	15	648.550
Realização parcial da reserva de reavaliação	—	—	—	(1.970)	—	—	—	(1.970)
Lucro líquido do período	—	—	—	—	—	—	137.691	137.691
Apropriações do lucro líquido	—	—	—	—	—	—	—	—
Reserva legal	—	—	—	—	6.884	—	(6.884)	—
Dividendos intermediários pagos conforme deliberações em Assembléias (Nota 12)	—	—	—	—	—	—	(129.309)	(129.309)
Dividendos propostos (Cz\$ 0,000002 por ação)	—	—	—	—	—	—	(1.000)	(1.000)
SALDOS EM 30 DE ABRIL DE 1986	512.576	419.887	2.369	24.789	3.238	—	535	963.394
Deliberações conforme AGO de 04.08.86	—	—	—	—	—	—	—	—
Aumento de capital	419.887	(419.887)	—	—	—	—	(29)	(29)
Gratificações	—	—	—	—	—	—	—	—
Deliberação da A.G.E. de 27.08.87	—	—	—	—	—	—	—	—
Reserva de reavaliação de ativos próprios	—	—	—	1.499.246	—	—	—	1.499.246
Reserva de reavaliação de ativos de controlada	—	—	—	3.583.614	—	—	—	3.583.614
Realização parcial da reserva de reavaliação por depreciação	—	—	—	—	—	—	—	—
Ativo próprio	—	—	—	(80.619)	—	—	54.566	(6.046)
Ativo de controlada	—	—	—	(132.225)	—	—	132.225	—
Imposto de Renda sobre realização da reserva de reavaliação	—	—	—	—	—	—	(56.827)	(56.827)
Incentivo fiscal decorrente do imposto de Renda pago	—	—	206	—	—	—	206	—
Correção monetária	—	3.650.890	9.780	1.997.373	12.680	—	45.634	5.716.357
Lucro líquido do período	—	—	—	—	—	—	1.433.036	1.433.036
Apropriações do lucro líquido	—	—	—	—	—	—	—	—
Reserva legal	—	—	—	—	71.652	—	(71.652)	—
Dividendos intermediários pagos conforme deliberações do Conselho de Administração (Nota 12)	—	—	—	—	—	—	(403.678)	(403.678)
Correção monetária dos dividendos pagos	—	—	—	—	—	—	(518.180)	(518.180)
Gratificação a membros da Diretoria e do Conselho de Administração	—	—	—	—	—	—	(2.714)	(2.714)
Apropriação de lucro	—	—	—	—	—	459.143	(459.143)	—
Dividendos propostos (Cz\$ 0,06 por ação)	—	—	—	—	—	—	(153.773)	(153.773)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1987	932.463	3.650.890	12.355	6.912.185	87.570	459.143	—	12.054.606

	Capital realizado atualizado		Reserva de capital		Reservas de lucros			Total
	Capital social	Correção monetária do capital	Incentivos fiscais IPI	Reserva de reavaliação	Legal	Lucros a realizar	Lucros acumulados	
SALDOS EM 30 DE ABRIL DE 1986	4.583.353	11.644	121.846	15.916	—	—	2.622	4.735.383
Deliberação conforme AGO de 04.08.86	—	—	—	—	—	—	—	—
Gratificações	—	—	—	—	—	—	(131)	(131)
Deliberação da A.G.E. em 27.08.87	—	—	—	—	—	—	—	—
Reserva de reavaliação de ativos próprios	—	—	—	2.076.126	—	—	2.076.126	—
Reserva de reavaliação de ativos de controlada	—	—	—	4.962.518	—	—	—	4.962.518
Realização parcial da reserva de reavaliação por depreciação	—	—	—	—	—	—	—	—
Ativo próprio	—	—	—	(85.408)	—	—	67.543	(17.865)
Ativo de controlada	—	—	—	(162.897)	—	—	162.897	—
Imposto de Renda sobre realização da reserva de reavaliação	—	—	—	—	—	—	(56.827)	(56.827)
Incentivo fiscal decorrente do imposto de Renda pago	—	—	711	—	—	—	711	—
Lucro líquido do período	—	—	—	—	—	—	1.433.036	1.433.036
Apropriações do lucro líquido	—	—	—	—	—	—	—	—
Reserva legal	—	—	—	—	71.652	—	(71.652)	—
Dividendos intermediários pagos conforme deliberações do Conselho de Administração	—	—	—	—	—	—	(921.858)	(921.858)
Gratificação aos membros da Diretoria e do Conselho de Administração	—	—	—	—	—	—	(2.714)	(2.714)
Apropriação de lucro	—	—	—	—	—	459.143	(459.143)	—
Dividendos propostos (Cz\$ 0,06 por ação)	—	—	—	—	—	—	(153.773)	(153.773)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1987	4.583.353	12.355	6.912.185	87.570	459.143	—	—	12.054.606

As notas explicativas anexas são parte integrante desta demonstração.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1987 E 30 DE ABRIL DE 1988

(Em milhares de cruzados)

(1) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

A Assembléia Geral Extraordinária de 25 de julho de 1986 alterou a data de encerramento do exercício social para 31 de dezembro de cada ano. Determinou ainda, que o presente exercício fosse composto de 20 meses.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentadas sob o título "Pela legislação societária", foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários e conforme as práticas descritas na Nota (2).

As demonstrações financeiras individuais complementares, apresentadas sob o título "Pela correção integral", foram elaboradas atendendo as disposições da Instrução CVM nº 64/87, com base nas demonstrações da legislação societária e objetivam, gradativamente, melhorar as informações disponíveis para os usuários.

Os critérios adotados na elaboração das demonstrações complementares individuais são:

- Índice de Correção
- As atualizações monetárias foram calculadas tomando-se como base a variação do valor nominal da OTN
- Balanco Patrimonial
 - O ativo permanente e o patrimônio líquido estão atualizados até 31 de dezembro de 1987. Os demais componentes foram mantidos por seus montantes originais por estarem de acordo com o poder aquisitivo da moeda em dezembro de 1987, exceto os estoques que não foram atualizados monetariamente, e os créditos e obrigações com vencimentos futuros e de montante prefixado, que não foram descontados ao valor presente, por não superarem o prazo de noventa dias. Por este motivo, os ativos e passivos em 31 de dezembro de 1987 "Pela legislação societária" são os mesmos dos "Pela correção integral".
 - Os valores referentes a 1986 foram atualizados para dezembro de 1987 pela variação da OTN, segundo os mesmos critérios adotados para 1987.
- Demonstração do Resultado
 - Os componentes da demonstração do resultado são atualizados monetariamente, a partir do mês de sua contabilização, com base na variação mensal da OTN e ajustados e complementados quanto aos seguintes aspectos:
 - As perdas por inflação, calculadas com base na variação da OTN, referentes ao estoque ao início de cada mês, estão incluídas no custo dos produtos vendidos.
 - Os encargos referentes a depreciação amortização e o resultado da equivalência patrimonial são apurados em registros auxiliares em OTN e convertidos para cruzados pela OTN da data de encerramento do exercício.
 - Os ganhos e as perdas por inflação, calculados com base na variação da OTN, referentes aos passivos e ativos monetários ao início de cada mês, são geram despesas e receitas financeiras nominais, são considerados como redutores dos respectivos componentes do resultado, até o limite do saldo pela legislação societária.
 - Os ganhos e as perdas por inflação, calculados com base na variação da OTN, referentes aos demais itens monetários no início de cada mês, são considerados em conta específica do resultado operacional sob a titulação de "Perdas nos itens monetários não remunerados".
 - O ajuste do programa de estabilização econômica, representado por descontos sobre recebíveis e exigibilidades é incluído como despesas e receitas financeiras.
- Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos e das Mutações do Patrimônio Líquido
 - Os valores dessas demonstrações estão apresentados em moeda de dezembro de 1987.

(2) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração das demonstrações financeiras, apresentadas sob o título "Pela legislação societária", são as seguintes:

a. Segregação de prazos de Realizáveis e Exigíveis

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis em prazos inferiores a 360 dias estão classificados como circulante.

b. Reconhecimento dos efeitos inflacionários

Os efeitos da inflação sobre as demonstrações financeiras são reconhecidos mediante o registro da correção monetária sobre o ativo permanente e o patrimônio líquido, baseados na variação do valor da OTN, sendo o resultado dessa correção refletido no resultado do período. Os demais ativos e passivos sucessíveis de correção ou de ajustamento por variação cambial são também corrigidos e, da mesma forma, os respectivos resultados líquidos estão refletidos no resultado do período.

c. Critérios de avaliação:

- As aplicações financeiras estão registradas ao custo acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até a data do encerramento do período.
- A provisão para devedores duvidosos foi constituída com base na análise dos créditos a receber, face aos riscos envolvidos, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização.
- Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição ou de produção ou preço de mercado ou o líquido de realização, dentre esses o que for menor.
- As obrigações e empréstimos compulsórios da ELETRORAS estão registrados ao custo acrescido de correção monetária. As obrigações serão resgatadas na data do seu vencimento ou pelo sorteio para resgate antecipado, razão pela qual não foi constituída provisão para desvalorização dos títulos.
- Os investimentos na controlada Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio e na coligada Oxicap Indústria de Gases Ltda. estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais estão registrados ao custo corrigido. Os juros e despesas havidos, juntamente com a oferta de mercado e são amortizados no prazo de 5 anos. As participações nos aumentos patrimoniais da controlada, decorrente de isenções fiscais, são refletidas nos resultados por terem sido financeiramente realizadas.
- O imobilizado está registrado ao custo corrigido monetariamente, incluindo ajuste por reavaliação contabilizada em agosto de 1987, exceto móveis e utensílios e veículos que estão registrados ao custo corrigido monetariamente. A depreciação é calculada pelo método linear mediante a aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida econômica dos bens (nota 7).
- A reserva de reavaliação própria e de controlada é revertida a lucros acumulados de acordo com a realização dos respectivos bens, através de bonas ou pela depreciação do período. O imposto de renda sobre a reavaliação própria é reconhecido quando da sua realização, pela inclusão no lucro tributável. A parcela realizada e considerada para fins de determinação do dividendo mínimo obrigatório, quando transferida para lucros acumulados.
- Os recursos aplicados no ativo de longo prazo estão registrados ao custo corrigido e são amortizados a partir da ocasião em que os benefícios começam a ser gerados.
- Os lucros do exercício e do exercício anterior da Sociedade são representados por equivalência patrimonial em controlada e coligada, não sendo tributáveis pelo imposto de renda.

d. Critérios de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as da controladora Oxiteno S.A. Indústria e Comércio e das controladas Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio e Oxiteno de Alagoas S.A. (somente em 30 de abril de 1986 - Nota 8).

Nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminadas as contas correntes, receitas e despesas entre as empresas consolidadas e os lucros não realizados, bem como o resultado da equivalência patrimonial decorrente de lucros apurados nas controladas. A participação dos respectivos acionistas minoritários é destacada.

Ined., São Paulo, 98 (061), terça-feira, 5 abr. 1988

27

OXITENO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

C.G.C. 62.545.686 0001-53

COMPANHIA ABERTA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1987 E 30 DE ABRIL DE 1988

(Em milhares de cruzados)

(5) GANHOS (PERDAS) NOS ITENS MONETÁRIOS NÃO REMUNERADOS:

Ativo circulante:	
Caixa e bancos e contas a receber	(607.109)
Impostos a recuperar	(10.211)
Outros créditos	(77.217)
	(694.537)
Realizável a longo prazo	(6.906)
	(701.443)
Passivo circulante:	
Fornecedores	299.403
Dividendos a pagar	47.964
Salários e obrigações sociais	62.762
Impostos, taxas e encargos	54.786
Provisões para encargos trabalhistas	150.004
Outras exigibilidades	69.538
	684.457
Exigível a longo prazo	19
	684.476
	(16.967)

(5) CONTAS A RECEBER:

	Sociedade		Consolidado	
	Pela legislação societária e correção integral	Pela correção integral	Pela legislação societária	Pela correção integral
1987	1986	1986	1987	1986
Titulos a receber	371.531	329.036	66.941	1.429.979
Outras contas a receber	489	1.214	247	7.555
	372.000	330.250	67.188	1.437.534
Menos - Provisão para devedores duvidosos	(11.160)	(9.904)	(2.015)	(2.249)
	360.840	320.346	65.173	1.426.369

(6) ESTOQUES:

	Sociedade		Consolidado	
	Pela legislação societária e correção integral	Pela correção integral	Pela legislação societária	Pela correção integral
1987	1986	1986	1987	1986
Produtos acabados	274.751	325.955	66.314	758.759
Matéria-prima	53.535	41.411	8.425	83.596
Embalagens	2.641	1.479	301	13.972
Matérias de consumo	74.819	51.627	10.503	140.759
Adiantamento a fornecedores	10.858	4.035	821	34.957
	416.604	424.507	86.364	1.032.043

(7) EMPRÉSTIMOS A AACIONISTAS:

	Sociedade		Consolidado	
	Pela legislação societária e correção integral	Pela correção integral	Pela legislação societária	Pela correção integral
1987	1986	1986	1987	1986
Contas correntes	441.705	434.819	88.462	441.705

Os empréstimos em conta corrente são atualizados de acordo com a variação do valor nominal das Obrigações do Tesouro Nacional.

4) DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO DE 1986:

A demonstração do resultado do exercício de 1986, que anteriormente foi publicada contendo a segregação das operações e dos eventos ocorridos até e após 28 de fevereiro, está sendo publicada sem essa segregação. É a seguinte a composição das principais rubricas da demonstração de resultados desse exercício:

	01.03.86	01.05.85	
	30.04.86	28.02.86	Total
Receita líquida das vendas	83.210	274.830	358.040
Lucro bruto	27.439	96.809	124.248
Receitas (despesas) operacionais	37.243	92.013	129.256
Lucro líquido operacional	64.682	188.822	253.504
Ajuste do Programa de Estabilização Econômica (excluído Correção Monetária - IN SRF N. 74)	-	-	(63.104)
Lucro líquido do período	-	-	137.691

(8) INVESTIMENTOS:

a. Movimentação dos Investimentos - Participações em Empresas Controladas e Coligadas:

	Sociedade				Sociedade			
	Pela legislação societária		Pela correção integral		Pela legislação societária		Pela correção integral	
	Controladas	Coligada	Controladas	Coligada	Controladas	Coligada	Controladas	Coligada
	OXN	OXALA	OXICAP	Total	OXN	OXALA	OXICAP	Total
Saldo em 30 de abril de 1986	692.522	2.531	1.262	696.315	3.403.967	12.441	6.205	3.422.613
Dividendos recebidos e propostos	(793.602)	-	-	(793.602)	(1.359.315)	-	-	(1.359.315)
Correção monetária	3.635.750	-	2.388	3.638.138	-	-	-	-
Equivalência patrimonial:								
Nos resultados	1.313.675	(21.769)	2.946	1.294.852	1.313.675	(106.969)	391	1.207.097
Em acréscimos de reservas	242.141	-	-	242.141	530.429	-	-	530.429
Constituição da reserva de reavaliação	3.583.614	-	-	3.583.614	4.962.518	-	-	4.962.518
Outros movimentos	(52.526)	19.238	-	(33.288)	(29.691)	94.528	-	64.837
Saldo em 31 de dezembro de 1987	8.821.574	-	6.596	8.828.170	8.821.574	-	6.596	8.828.170

Outros investimentos:

	Sociedade				Sociedade			
	Pela legislação societária		Pela correção integral		Pela legislação societária		Pela correção integral	
	Obrigações empres- timos	Participa- ções societárias ao custo	Certi- ficados de inves- timentos	Total	Obrigações empres- timos	Participa- ções societárias ao custo	Certi- ficados de inves- timentos	Total
	Eletrôbras	corrigido	Finor	Total	Eletrôbras	corrigido	Finor	Total
Saldo em 30 de abril de 1986	16.221	331	351	16.903	79.731	1.624	1.726	83.081
Aquisições do período	2.444	219	167	2.830	9.633	766	873	11.472
Correção monetária	70.899	1.840	915	73.654	-	-	-	-
Provisão para perda	-	-	(935)	(935)	-	-	(2.101)	(2.101)
Saldo em 31 de dezembro de 1987	89.564	2.390	498	92.452	89.564	2.390	498	92.452
Total	89.564	2.390	498	92.452	89.564	2.390	498	92.452

b. Informações sobre controlada e coligada:

	Oxiten	Oxap
	Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Indústria de Gases Ltda.
Porcentagem de participação	92,45%	25%
Data das demonstrações financeiras	31.12	31.12
Capital social	Cz\$ 752.430	Cz\$ 0,5
Patrimônio líquido em 31.12.87	Cz\$ 9.116.506	Cz\$ 26.386
Quantidade de ações ou quotas do capital:		
Ordinárias	1.205.220	-
Preferenciais "A"	388.197	-
Preferenciais "B"	299.351	-
Quotas	-	500
Quantidade de ações ou quotas possuídas:		
Ordinárias	1.205.220	-
Preferenciais "A"	388.197	-
Preferenciais "B"	156.406	-
Quotas	-	125
Lucro líquido do período	1.339.014	11.726
Menos - Lucros não realizados	(1.537)	-
Lucro líquido ajustado	1.337.477	11.726

A participação no resultado da controlada Oxiten Nordeste S.A. Indústria e Comércio leva em consideração a limitação na participação das ações preferenciais classe "B", possuídas por terceiros. O deságio apurado nas aquisições dessas ações fundamenta-se em oferta de mercado e é amortizado no prazo de 5 anos.

O investimento na Oxiten de Alagoas S.A. foi baixado, uma vez que a empresa extinguiu-se em 31 de outubro de 1986. O efeito líquido no resultado totalizou Cz\$ 1.342 (Cz\$ 6.596 pela correção integral). O ajuste pela equivalência patrimonial da controlada Oxiten Nordeste S.A. Indústria e Comércio inclui o crédito de Cz\$ 226.630 decorrente de isenção temporária de imposto de Renda. A isenção fiscal finda-se em 1988.

c. Saldo e transações com controlada e coligada:

	Oxiten Nordeste S.A. Indústria e Comércio		Oxap Indústria de Gases Ltda.		Oxiten de Alagoas S.A.	
	1987	1986	1987	1986	1987	1986
Pela legislação societária						
Ativo:						
Dividendos a receber	378.320	15.776	-	-	-	-
Titulos a receber	6.259	126	255	162	-	-
Contas correntes	-	216	-	19	3.161	-
Passivo:						
Empréstimos	884.856	144.425	5.134	-	-	-
Titulos a pagar	148.681	891	-	-	-	-
Lucros e perdas	-	-	-	-	-	-
Vendas	131.325	-	-	-	-	-
Compras	41.240	26.057	-	-	-	-
Despesas financeiras	(748.352)	(88.213)	(4)	-	-	-

Os empréstimos da controlada estão sujeitos a correção monetária determinada pela variação dos índices das Obrigações do Tesouro Nacional, sendo vencíveis em 1988. Até setembro de 1987, incidiam encargos de acordo com a variação diária da LBC.

Continua

OXITENO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

C.G.C. 62.545.686/0001-53

COMPANHIA ABERTA

Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1987 E 30 DE ABRIL DE 1986

(Em milhares de cruzados)

(9) IMOBILIZADO:

	Sociedade		Consolidado	
	1987	1986	1987	1986
	Pela legislação societária e correção integral		Pela legislação societária	
	Taxa anual de depreciação	Custo corrigido e o reavaliado	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	—	119.437	53.061	10.795
Melhoramentos em terrenos	—	119.437	53.061	215.766
Edifícios	4%	81.392	80.059	15.239
Máquinas, equipamentos e instalações	4%	280.928	276.210	80.085
Catalisadores	10%	2.260.314	103.994	2.156.320
Imobilizado em estoque	36,36%	117.584	95.856	21.728
Obras em andamento	—	34.720	34.720	46.661
Equipamentos para Pesquisa e Desenvolvimento	10%	156.353	156.353	132.532
Outros	10 e 20%	190.093	8.291	190.093
		3.574.940	326.382	3.248.558
			1.032.173	209.991
			9.752.049	535.873

Em agosto de 1987 a Sociedade e sua controlada Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio contabilizaram reavaliação de imóveis, máquinas, equipamentos e instalações industriais, determinada por peritos independentes, de acordo com o artigo 8º da Lei 6.404/76, sendo que naquela data o valor creditado na conta de Reserva de Reavaliação no patrimônio líquido foi de Cr\$ 1.499.246, por ativos próprios e de Cr\$ 3.583.614, por ativos da controlada.

	Sociedade	Controlada
Terrenos	48.248	69.432
Melhoramentos em terrenos	290	160.071
Obras civis	128.351	240.713
Máquinas e equipamentos	718.960	2.533.710
Instalações de apoio à produção	583.199	579.688
Equipamentos de pesquisa e desenvolvimento	20.198	—
	1.499.246	3.583.614

A depreciação devida a despesas e custo de produção, inclui Cr\$ 66.021 de depreciação da reavaliação (Cr\$ 158.219 pela controlada).

(10) DIFERIDO:

	Sociedade		Consolidado	
	1987	1986	1987	1986
	Pela legislação societária e correção integral		Pela legislação societária	
	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Gastos com otimização do projeto inicial	142.906	38.004	104.902	90.997
Gastos com desenvolvimento de novos projetos	—	—	—	—
Pesquisa e desenvolvimento	55.416	16.274	39.142	52.953
	198.322	54.278	144.044	143.950
			29.286	283.278
			44.507	—

Os gastos com a otimização do projeto inicial da Sociedade e da controlada, estão sendo amortizados pelo método linear, a taxa de 20% ao ano. Os novos projetos da controlada serão amortizados após o início das operações.

(11) INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:

	Sociedade		Consolidado	
	1987	1986	1987	1986
	Pela legislação societária e correção integral		Pela legislação societária	
Em moeda estrangeira:				
Export - Import Bank of the United States	4.358	—	6.711	—
Banco de Tokyo S.A.	—	—	3.634	10.204
Citibank N.A.	—	—	—	—
Banque Française du Commerce Extérieur	—	5.894	1.199	1.199
Credit Industriel et Commercial - C.I.C.	—	—	—	904
	4.358	5.894	1.199	10.345
	(4.358)	(5.894)	(1.199)	(10.345)
				1.365
Em moeda nacional:				
Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S.A.	—	—	23.470	7.995
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	—	—	47.173	16.278
Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo S.A.	253.272	43.825	8.916	277.120
Banco Cidade S.A.	90.496	—	339.976	—
Banco do Brasil S.A.	1.348	—	1.348	—
Banco de Tokyo S.A.	—	—	—	58.109
Banco Itaú S.A.	3.598	—	3.598	—
Banco da Bahia Investimentos S.A.	—	—	—	14.093
Banco Sogeral S.A.	3.428	22.517	4.581	13.884
União de Bancos Brasileiros S.A.	483	34	7	17.698
Banco Safra S.A.	—	22.561	4.590	41.144
Outros	2.450	9.688	1.971	2.545
	358.075	98.625	20.065	734.659
	(115.496)	(49.595)	(10.090)	(418.565)
	242.579	49.030	9.975	316.094
	242.579	49.030	9.975	316.094
				28.920
Total de longo prazo	242.579	49.030	9.975	316.094
				30.285

a) Sociedade

Os empréstimos do Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo S.A. são resgatáveis em parcelas variáveis. Sobre o empréstimo com vencimento até 1988, incidem comissão de 2% e juros de 4% ao ano e correção monetária e sobre aqueles com vencimentos em 1989 incidem comissão de 2% e juros de 3% ao ano e correção monetária limitada a 60% e plena. Nos de vencimento até 1990 incidem juros de 8% ao ano e correção monetária plena. Nos de vencimento em 1991 incidem comissão de 2% e juros de 3% a 8% ao ano e correção monetária limitada a 55% e plena. Nos de vencimento em 1994 e 1995 incidem comissão de 2% e juros de 1%, 9% e 10% ao ano e correção monetária plena.

Os empréstimos com o Banco do Brasil são resgatáveis em parcelas variáveis, vencendo-se até 1991 e estão sujeitos a correção monetária limitada a 40% e 90%, respectivamente.

O empréstimo do Banco Cidade S.A. é resgatável em 1988 e incide juros de 15,56% ao ano mais correção monetária segundo a variação do OTM.

Sobre os demais empréstimos nacionais de vencimento até 1988 incidem juros de 8,70% a 10,50% ao ano.

O empréstimo estrangeiro do Banco de Tokyo S.A. é resgatável em 1988 e incide juros de 8,12% ao ano mais variação do dólar norte-americano.

Os empréstimos são garantidos por carta de fiança bancária e alienação fiduciária de bens do ativo imobilizado.

b) Controlada

Os empréstimos estrangeiros têm vencimentos em 1988, e estão sujeitos a juros de Citibank 0,5% ao ano acima da taxa interbancária de Londres e Banco de Tokyo 8,875% ao ano.

Os empréstimos do BNDES são resgatáveis em parcelas variáveis, com vencimento até 1990 e sujeitam-se a juros de 4% e correção monetária.

Os empréstimos do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S.A. são resgatáveis em parcelas variáveis e estão sujeitos a juros de 5% e 7,75% ao ano e correção monetária.

Os outros empréstimos estão sujeitos à taxa de juros de 9%, 12% e 21,5% ao ano e correção monetária.

Os empréstimos estão garantidos pelos terrenos e instalações industriais da Fábrica em Camaçari, notas promissórias e avais da controladora.

As Sociedades assumiram, entre outras, a obrigação de observar as disposições aplicáveis aos contratos do BNDES.

(12) CAPITAL:

O capital subscrito e integralizado é representado por 2.582.882.280 ações nominativas sem valor nominal, como segue:

	Em milhares de ações		
	Ordinárias	Preferenciais "A"	Preferenciais "B"
Nacional	1.790.879	192.216	393.722
Estrangeiro	—	186.065	—
	1.790.879	378.281	393.722

As ações preferenciais "A" e "B" não têm direito de voto e têm participação integral nos resultados em igualdade às ações ordinárias.

O estatuto prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual obrigatório de 25% do lucro líquido, ressalvadas as hipóteses previstas em Lei.

Durante os exercícios de 1987 e 1986, foram distribuídos dividendos intermediários como segue:

	Dividendo por ação em cruzados	
	Total	Ação em cruzados
Atas de Reunião do Conselho de Administração em 1987		
12.11.86	50.000	0,00098
17.12.86	71.761	0,00014
11.03.87	30.755	0,00006
10.06.87	20.503	0,00004
16.09.87	76.886	0,00014
09.12.87	153.773	0,00029
Total	403.678	0,00065
Assembleias Gerais Extraordinárias em 1986		
06.01.86	69.309	0,00012
31.01.86	60.000	0,00011
Total	129.309	0,00023

A reserva de lucros a realizar é proveniente da participação nos resultados da controlada, líquida da reserva legal e dividendos recebidos ou propostos em 31 de dezembro de 1987.

Os saldos dos lucros do período, após as apropriações para reserva legal, qualificação e reserva de lucros a realizar no montante de Cr\$ 459.143, foi integralmente incluído na proposta de distribuição de dividendos.

(13) AVAIS CONCEDIDOS:

A Sociedade é avalista de empréstimos bancários obtidos pela controlada Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio no valor de Cr\$ 320.199.

(14) COBERTURA DE SEGURO

A cobertura de seguros é determinada de acordo com a orientação obtida de especialistas, segundo a natureza e o grau de risco, para cobrir eventuais perdas para o patrimônio da Sociedade, em caso de sinistro.

As principais coberturas são as seguintes (em milhões de cruzados):		Sociedade		Consolidado	
Modalidade	Objeto				
Incêndios	Ativo imobilizado	2.381		5.337	
Incêndios	Estoque	355		1.099	
Responsabilidade civil	Veículos e outros	903		1.805	

(15) IMPOSTO DE RENDA:

A controlada Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio goza de isenção fiscal do Imposto de Renda, sobre o lucro decorrente de sua atividade operacional, até o exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 1988. O imposto de Renda que decairá de ser pago, devido à isenção, totaliza Cr\$ 158.855 (Cr\$ 22.073 em 1986).

A variação monetária do Imposto de Renda pago pela controlada, referente ao semestre findo em 31 de dezembro de 1986, está incluída como despesa financeira na demonstração do resultado e totaliza Cr\$ 18.665.

Continua

OXITENO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

C.G.C. 62.545.686/0001-53

COMPANHIA ABERTA

Continuação

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Waldemar Levy Cardoso - Presidente
José Figueiredo Paschoal Junior
Hélio Marcos Pires Botelho
Pery Igel
Mônica Yvonne Rosenberg
José Augusto Angrisani
Pedro Alberto S.M.A. Guimarães

DIRETORIA

Paulo Guilherme Aguiar Cunha - Diretor Presidente
Araguany Gonçalves Abchra - Diretor
Marcelo Aurélio Simon - Diretor
José Eduardo Relli Saragiotto - Diretor e
Diretor de Relações Com o Mercado

CONTADOR

Hermenegildo Mian Neto
Dir: Dep. Contab. Geral
Contador CRC SP nº 67.789

PARECER DOS AUDITORES

Ao Conselho de Administração da

Oxiten S.A. Indústria e Comércio:

1) Examinamos os balanços patrimoniais individuais (Sociedade) e consolidados da OXITENO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO e controlada, levantados em 31 de dezembro de 1987 e 30 de abril de 1988, apresentados sob o título "Pela Legislação Societária", e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, das origens e aplicações de recursos para os períodos indados naquelas datas. Os nossos exames foram efetuados de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas e, consequentemente, incluíam as provas nos registros contábeis e outros procedimentos de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias.

2) Em nossa opinião, as demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo anterior refletem com propriedade a posição financeira individual e consolidada da Oxiten S.A. Indústria e Comércio em 31 de dezembro de 1987 e 30 de abril de 1988, o resultado das suas operações e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos períodos indados naquelas datas, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos, os quais, exceto quanto às reavaliações de ativos imobilizados próprios e da controlada (Nota 9), foram aplicados em bases uniformes.

3) As demonstrações financeiras complementares da Sociedade, expressas em moeda de poder aquisitivo de dezembro de 1987 e apresentadas sob o título "Pela Correção Integral", relativas ao período de 20 meses, tendo em 31 de dezembro de 1987 e o balanço patrimonial em 30 de abril de 1988, foram submetidas a procedimentos adicionais de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras complementares refletem adequadamente a posição financeira individual da Oxiten S.A. Indústria e Comércio em 31 de dezembro de 1987 e 30 de abril de 1988 e o resultado de suas operações e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao período indado em 31 de dezembro de 1987, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos, os quais, exceto quanto à prova aquisitivo constante, aplicados de forma consistente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (Nota 1).

São Paulo, 24 de fevereiro de 1988
ARTHUR ANDERSEN S.C. - CRC SP-123
Marcio Orlandi
Sócio-Diretor Responsável
Contador - CRC SP-94.493

TEXTIL TABAJARA S.A.

C.G.C.M.F. 44.207.264/0001-96

RELATÓRIO DA DIRETORIA - Senhores acionistas: De acordo com os dispositivos legais, temos a satisfação de apresentar o "BALANÇO PATRIMONIAL" e "DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS", a "DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS", a "DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO", e as "NOTAS EXPLICATIVAS", correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1987, acompanhados do "PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES".

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1987 (em milhares de cruzeiros)				DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS 01.01.87 A 31.12.87				DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PERÍODO DE 01.01.87 A 31.12.87			
ATIVO	31.12.87	31.12.86		PASSIVO	31.12.87	31.12.86			31.12.87	31.12.86	
CIRCULANTE	39.808	7.038		CIRCULANTE	48.356	4.412		REND. BR. DE VENDAS	31.12.87	31.12.86	
Disponibilidades	61	196		Fornecedores	1.348	134		(-) Imp. s/ vendas	(14.000)	(5.262)	
Estoque	25.462	1.009		Obrig. Sociais	3.083	833		REND. OPERAC. LÍQUIDA	77.882	25.743	
Créditos	11.499	3.022		Obrig. Fiscais	3.267	856		(-) Depreciação	(50.988)	(117.741)	
Dupl. à receber	11.854	3.115		Deb. à represent.	122	37		RESULT. OPERAC. BRUTO	20.897	7.959	
(-) Prov. p/ Dev. Duv.	(350)	(93)		Intet. Finance.	3.767	116		(-) Desp. c/ vendas	(1.261)	(272)	
Outros Créditos	2.796	2.791		Fretes à pagar	56	20		Desp. finance.	(14.220)	(3.000)	
Adiant. a fornecedores	1.266	2.735		Juros Banc. à pagar	5.400			(-) Desp. Administr.	(4.471)	(1.362)	
Invest. fiscais aplicados	156	26		Prov. p/ Imp. Renda	311			(-) Impostos e taxas	(156)	(35)	
Créd. Diversos	1.366	30		Prov. p/ Férias funcion.	571			(-) Despes. não operac.	(251)	(68)	
REALIZAVEL A L. PRAZO	2.536	781		Capital Realiz.	14.138			RESULT. OPERAC. LÍQUIDO	906	3.047	
Dep. em Obrig. Eletrobras	2.886	617		EXIG. A LONGO PRAZO	8.500	2.250		(-) Despes. não operac.	(99)	(17)	
Empor. Compuls. v. Com.	60	148		Res. de Lucros	14.138			(-) Result. da corr. monet.	(1.838)	(1.424)	
DL 2286/86	170			Res. de Lucros	14.138			RESULT. LÍQ. DO EXERC.	767	1.756	
PERMANENTE	48.842	3.418		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29.489	6.895		(-) Prov. p/ Imp. Renda	(630)	(630)	
Investimentos	618	141		Capital Realiz.	8.500			Res. de Lucros	(767)		
Ações de Invest. fiscais	483	112		Res. de Lucros	22.759	2.295		Res. Legal			
Ações e Part. em outras empr.	125	29		Res. de Lucros	22.759	2.295		Res. Legal			
Imobilizado	48.024	2.277		Res. legal exerc. anter.	731	109		RESULT. EXERC. DISP. ASSEMB.	(767)	(1.108)	
Bens em uso	60.387	4.479		Res. legal do exerc.	(601)	1.123		Lucro sobre o exerc.	1.108		
(-) Deprec. Acumul.	(12.344)	(3.198)		Res. de Lucros	15			NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31.12.87			
TOTAL DO ATIVO	91.985	11.217		TOTAL DO PASSIVO	91.985	11.217		1. DIRETRIZES CONTÁBEIS - a) Balanço: As contas foram classificadas de acordo com o Patrimônio e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e análise da situação financeira da empresa, cont. Art. 178 da Lei 6404/76.			
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				2. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS - 2.1. Provisão para Devedores Duvidosos - Foi constituída a taxa de 3% de conformidade com o Art. 221 de Dec. 85450/80; 2.2. Estoque - Estão avaliados pelo custo médio com exclusão do ICM de conformidade com os Arts. 185 e 187 do Decreto 85450/80; 2.3. Instituições Financeiras - Financiamentos para capital de giro e imobilizado, vigorando as taxas normais de mercado; 2.4. Capital Social - Está representado por 6.000.000 ações ordinárias no valor nominal de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada; 2.5. Seguros Contratados - As apólices e os bens do Imobilizado estão segurados no valor de Cr\$ 100.219.000,00.			
Saldo em 31.12.86	980			Saldo em 31.12.86	980			2.6. Depreciação - Depreciação de acordo com o Art. 244 do Dec. 85450/80; 2.7. Estoque - Estão avaliados pelo custo médio com exclusão do ICM de conformidade com os Arts. 185 e 187 do Decreto 85450/80; 2.8. Instituições Financeiras - Financiamentos para capital de giro e imobilizado, vigorando as taxas normais de mercado; 2.9. Capital Social - Está representado por 6.000.000 ações ordinárias no valor nominal de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada; 3.0. Seguros Contratados - As apólices e os bens do Imobilizado estão segurados no valor de Cr\$ 100.219.000,00.			
Aum. Cap. AGOE 30.04.86	2.270			Aum. Cap. AGOE 30.04.86	2.270			3.1. Provisão para Devedores Duvidosos - Foi constituída a taxa de 3% de conformidade com o Art. 221 de Dec. 85450/80; 3.2. Estoque - Estão avaliados pelo custo médio com exclusão do ICM de conformidade com os Arts. 185 e 187 do Decreto 85450/80; 3.3. Instituições Financeiras - Financiamentos para capital de giro e imobilizado, vigorando as taxas normais de mercado; 3.4. Capital Social - Está representado por 6.000.000 ações ordinárias no valor nominal de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada; 3.5. Seguros Contratados - As apólices e os bens do Imobilizado estão segurados no valor de Cr\$ 100.219.000,00.			
Corr. Monet. DL 85450/80	-	2.252		Corr. Monet. DL 85450/80	-	2.252		3.6. Depreciação - Depreciação de acordo com o Art. 244 do Dec. 85450/80; 3.7. Estoque - Estão avaliados pelo custo médio com exclusão do ICM de conformidade com os Arts. 185 e 187 do Decreto 85450/80; 3.8. Instituições Financeiras - Financiamentos para capital de giro e imobilizado, vigorando as taxas normais de mercado; 3.9. Capital Social - Está representado por 6.000.000 ações ordinárias no valor nominal de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada; 4.0. Seguros Contratados - As apólices e os bens do Imobilizado estão segurados no valor de Cr\$ 100.219.000,00.			
Res. Ret. IR PN Cnt 48/79	-	45		Res. Ret. IR PN Cnt 48/79	-	45		3.11. Provisão para Devedores Duvidosos - Foi constituída a taxa de 3% de conformidade com o Art. 221 de Dec. 85450/80; 3.12. Estoque - Estão avaliados pelo custo médio com exclusão do ICM de conformidade com os Arts. 185 e 187 do Decreto 85450/80; 3.13. Instituições Financeiras - Financiamentos para capital de giro e imobilizado, vigorando as taxas normais de mercado; 3.14. Capital Social - Está representado por 6.000.000 ações ordinárias no valor nominal de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada; 3.15. Seguros Contratados - As apólices e os bens do Imobilizado estão segurados no valor de Cr\$ 100.219.000,00.			
Result. exerc. 1986	-	58		Result. exerc. 1986	-	58		3.16. Depreciação - Depreciação de acordo com o Art. 244 do Dec. 85450/80; 3.17. Estoque - Estão avaliados pelo custo médio com exclusão do ICM de conformidade com os Arts. 185 e 187 do Decreto 85450/80; 3.18. Instituições Financeiras - Financiamentos para capital de giro e imobilizado, vigorando as taxas normais de mercado; 3.19. Capital Social - Está representado por 6.000.000 ações ordinárias no valor nominal de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada; 3.20. Seguros Contratados - As apólices e os bens do Imobilizado estão segurados no valor de Cr\$ 100.219.000,00.			
Saldo em 31.12.86	3.250	2.265		Saldo em 31.12.86	3.250	2.265		3.21. Provisão para Devedores Duvidosos - Foi constituída a taxa de 3% de conformidade com o Art. 221 de Dec. 85450/80; 3.22. Estoque - Estão avaliados pelo custo médio com exclusão do ICM de conformidade com os Arts. 185 e 187 do Decreto 85450/80; 3.23. Instituições Financeiras - Financiamentos para capital de giro e imobilizado, vigorando as taxas normais de mercado; 3.24. Capital Social - Está representado por 6.000.000 ações ordinárias no valor nominal de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada; 3.25. Seguros Contratados - As apólices e os bens do Imobilizado estão segurados no valor de Cr\$ 100.219.000,00.			
Aum. Cap. AGOE 30.04.87	3.350	2.282		Aum. Cap. AGOE 30.04.87	3.350	2.282		3.26. Depreciação - Depreciação de acordo com o Art. 244 do Dec. 85450/80; 3.27. Estoque - Estão avaliados pelo custo médio com exclusão do ICM de conformidade com os Arts. 185 e 187 do Decreto 85450/80; 3.28. Instituições Financeiras - Financiamentos para capital de giro e imobilizado, vigorando as taxas normais de mercado; 3.29. Capital Social - Está representado por 6.000.000 ações ordinárias no valor nominal de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada; 3.30. Seguros Contratados - As apólices e os bens do Imobilizado estão segurados no valor de Cr\$ 100.219.000,00.			
Corr. Monet. DL 85450/80	-	22.695		Corr. Monet. DL 85450/80	-	22.695		3.31. Provisão para Devedores Duvidosos - Foi constituída a taxa de 3% de conformidade com o Art. 221 de Dec. 85450/80; 3.32. Estoque - Estão avaliados pelo custo médio com exclusão do ICM de conformidade com os Arts. 185 e 187 do Decreto 85450/80; 3.33. Instituições Financeiras - Financiamentos para capital de giro e imobilizado, vigorando as taxas normais de mercado; 3.34. Capital Social - Está representado por 6.000.000 ações ordinárias no valor nominal de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada; 3.35. Seguros Contratados - As apólices e os bens do Imobilizado estão segurados no valor de Cr\$ 100.219.000,00.			
Res. Ret. IR PN Cnt 48/79	-	164		Res. Ret. IR PN Cnt 48/79	-	164		3.36. Depreciação - Depreciação de acordo com o Art. 244 do Dec. 85450/80; 3.37. Estoque - Estão avaliados pelo custo médio com exclusão do ICM de conformidade com os Arts. 185 e 187 do Decreto 85450/80; 3.38. Instituições Financeiras - Financiamentos para capital de giro e imobilizado, vigorando as taxas normais de mercado; 3.39. Capital Social - Está representado por 6.000.000 ações ordinárias no valor nominal de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada; 3.40. Seguros Contratados - As apólices e os bens do Imobilizado estão segurados no valor de Cr\$ 100.219.000,00.			
Result. exerc. 1987	-	13		Result. exerc. 1987	-	13		3.41. Provisão para Devedores Duvidosos - Foi constituída a taxa de 3% de conformidade com o Art. 221 de Dec. 85450/80; 3.42. Estoque - Estão avaliados pelo custo médio com exclusão do ICM de conformidade com os Arts. 185 e 187 do Decreto 85450/80; 3.43. Instituições Financeiras - Financiamentos para capital de giro e imobilizado, vigorando as taxas normais de mercado; 3.44. Capital Social - Está representado por 6.000.000 ações ordinárias no valor nominal de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada; 3.45. Seguros Contratados - As apólices e os bens do Imobilizado estão segurados no valor de Cr\$ 100.219.000,00.			
Saldo em 31.12.87	6.800	22.759		Saldo em 31.12.87	6.800	22.759		3.46. Depreciação - Depreciação de acordo com o Art. 244 do Dec. 85450/80; 3.47. Estoque - Estão avaliados pelo custo médio com exclusão do ICM de conformidade com os Arts. 185 e 187 do Decreto 85450/80; 3.48. Instituições Financeiras - Financiamentos para capital de giro e imobilizado, vigorando as taxas normais de mercado; 3.49. Capital Social - Está representado por 6.000.000 ações ordinárias no valor nominal de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) cada; 3.50. Seguros Contratados - As apólices e os bens do Imobilizado estão segurados no valor de Cr\$ 100.219.000,00.			

32 REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS. Encontramos neste cartório para registro as pessoas jurídicas abaixo, todas com sede nesta capital.

R.M. VALSÉRE e CIA S/C LTDA. Sede: Lago de Santana, 110, altos. Retira-se: Carlos Alberto Valente. Capital: elevado para Cr\$ 22.000.000,00.

IPRITA REPRODUTORES CONVERTO LTDA. Capital: elevado para Cr\$ 130.000.000,00. Consolidação e etc. social.

MULTIDIMENSIONAL DATA CONSULTORIA S/C LTDA. Encargamento de Pital: R. João Pessoa, 107, nº 10/9, sala 06, Santa Isabel-SP. Sede: transferida para a Rua João Pessoa, 107, nº 10/9, sala 06, Santa Isabel-SP. Retirase: Pedro Jesus Fernandes e Paulo Roberto Sanches. Admite-se: Marcia Maria Alarcon Macchini e Henrique Luis Martins Pimentel. Capital: elev. para Cr\$ 20.000.000. Consolidação e contrato social.

SILVA VELLOZ ATENDIMENTO E CONTATO LTDA-ME. Sede: Rua Dr. Pinto Ferraz, 207. Fines: atendimento e contato / junto a clientes p/ empresas de eq. ramo de atividades na área com. e suel. Capital: Cr\$ 1.000.000. Sócios: José Artur Rodrigues da Silva e Antonio Carlos de Mello.

ATO ESCOLA TOVA LTDA-ME. Sede: R. Nona Senhora das Mercês, 580. Fines: auto escola para motoristas e motociclistas. Capital: Cr\$ 20.000.000. Sócios: Maria Cristina de Silva Viretto e Helena Ricardo Barboza.

GRUPO ODONTOLÓGICO INTERMED S/C LTDA. Sede: R. Maracanã, 102. Fines: serv. de odontologia. Capital: Cr\$ 100.000.000. Sócios: Fernando Antonio Opice Credidio e Francisco Credidio.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL de 10 e 20 GRUPO BARQUE DE HOLANDA LTDA. Retira-se: Tara Kannab. Capital: elevado p/ Cr\$ 400.000,00.

USAL CORDEIRA DE SÓTIOS S/C LTDA. Foi alterada a cláusula referente ao objetivo social. Consolidação e contrato social.

REPRESENTAÇÕES ACILTA LTDA-ME. Foram alteradas as cláusulas quita e extra do contrato social.

GERBERA IMÓVEIS LTDA. Capital: Cr\$ 44.997,00. Foi alterada a cláusula extra. Consolidação e etc. social.

VILAROCKA e FILHO S/C LTDA-ME. Retira-se: Francisco do Deus Filho. Admite-se: Sofia Asserezo Vilarocka. Capital: Cr\$ 10.000,00.

BRISA INFORMÁTICA S/C LTDA. (ex. Brisa Serviços Comerciais S/C LTDA.). Foi alterada a cláusula referente ao objetivo social. Capital: elev. p/ Cr\$ 100.000,00. Sócios: 3.

ROSA CÍRCULO DE OBRATELARIA E OBRATELARIA S/C LTDA. Sede: R. Leandro Dupree, 844. Fines: clínica médica especializada em dermatologia, obesidade e estética. Capital: Cr\$ 150.000,00. Sócios: Van Pro Lee, Elaine Salazar e Maria Rodrigues Caselli.

CABEÇA DE BOI PARTICIPAÇÕES S/C LTDA. Retira-se: Marcelo Pessoa Arrais. Capital: Cr\$ 1.000,00.

PINHO EMPREITARIA S/C LTDA-ME. Sede: R. Novecentos, 428. Fines: são de obra p/ empreitada ou sub-empreitada da construção civil. Capital: Cr\$ 20.000,00. Sócios: Agnaldo Lourenço de Pinho e Sérgio Henrique da Costa Pinho.

KARINE CONFEÇÕES S/C LTDA-ME. Sede: R. Maria Bandeira, 58. Fines: serv. de costura. Capital: Social Cr\$ 10.000,00. Sócios: José Claudio Zandosa e Bernaldo Augusto Zandosa.

260FIO DE REGISTRO CIVIL - PESSOAS JURÍDICAS SP-Capital* Alterações sociais e contratos.

O capital social eleva-se para Cr\$56.841.898,40 - Retira-se o sócio Arnaldo Christofoli, ao qual se devolve o correspondente a sua quota em virtude do o capital social e reduzido para Cr\$54.204.340,80 dividido em quotas de Cr\$ 149,20 cada uma, assim distribuídas entre os sócios remanescentes: Racionalizer de Participação S/C Ltda. 418.614 quotas; Ricardo Lotfi 11.719 quotas. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato social primitivo e as posteriores alterações contratuais.

OCARO EMPREENDIMENTOS S/C LTDA.

O capital social eleva-se de Cr\$11.272.048,00 para Cr\$115.465.532,00, dividido em quotas de Cr\$1,00 cada uma, assim distribuídas entre os sócios remanescentes: Ag 14.700 quotas; Auribris Antonio de Freitas 150 quotas; Bankinvest Ltd. 115.450,52 quotas e Oscar Martin Renaux Niemeyer 150 quotas. Pione ratificadas as demais cláusulas do contrato primitivo e posteriores alterações que não colidam com o presente inst.

EXPERT TRADING S/C LTDA-ME.

Trav. Plínio Marques nº 61 - Administração e desenvolvimento de projetos de tradução e venda, programas de Internet, organizações de feiras, seminários, pms, etc. Capital: Cr\$ 100.000,00.

6.000,00 div. em quotas de Cr\$1,00 cada, assim distribuídas: Luis Carlos M. Peganha 5.999; Maria Ines Peganha 1 quota. Será gerida e adm.p/ sócio Luis Carlos da Motta Peganha. A responsabilidade dos sócios é limitada à importância total do capital social.

EMPREITARIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL MCO DE OBRA "A" S/C S/C LTDA. Capital: Cr\$100.000,00 dividido em quotas de Cr\$100.000,00 cada, assim distribuídas entre os sócios: Antonio Araújo Santos 09 quotas; Ilda Roga de Novais 1 quota. Mão de obra na construção civil. Será gerida e administrada por ambos os sócios, cuja responsabilidade é limitada à importância total do capital social.

DIDAPLAN ASSESSORIA PEDAGÓGICA S/C LTDA ME

Os sócios deliberam alterar o endereço da sede que é transferido para a Rua Misard nº 552, V. Madalena, nesta Capital.

Centro Espírita "Francisco de Assis" - Avanhandava

Extrato do Estatuto

O Centro Espírita "Francisco de Assis", com sede à Rua Tibérica, número 527, centro, em Avanhandava, Estado de São Paulo, é uma Associação civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, cuja tem o objetivo de estudar a codificação kardequiana, difundir a Doutrina Espírita por todos os meios possíveis e admissíveis. Para a consecução destes fins o Centro Espírita propõe-se a desenvolver, fundar e manter obras assistenciais de caráter filantrópico e beneficente de auxílio a infância, ao enfermo e a velhice, sem distinção de classe, sexo, cor, nacionalidade, credo político ou religioso. O Centro Espírita será administrado pela Diretoria Executiva no período de dois anos. O Presidente da Diretoria Executiva representará o Centro Espírita ativo, passivamente, judicial e extrajudicialmente. Os sócios não respondem solidária e nem subsidiariamente pelos compromissos assumidos pelo Centro Espírita. Em caso de dissolução da Sociedade, o seu patrimônio será revertido em benefício de uma ou mais sociedades espíritas sediadas no Estado de São Paulo, desde que comprovada sua idoneidade, suas orientações kardequianas e devidamente registrada nos órgãos oficiais competentes. O presente Estatuto foi elaborado e aprovado em Assembleia Geral Constituinte, realizada em 26 de fevereiro de 1.986, para vigorar a partir de 1.989.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP
COMPANHIA ABERTA C.G.C./MF Nº 43.776.517/0001-80

Conselho de Administração

Presidente:
Antonio Félix Domingues

Vice-Presidente:
Luiz Apolônio Neto

Conselheiros:

Henrique Silveira de Almeida
Evaristo Mesquita
José Gonçalves
Felipe de Paula Cavalcanti de Albuquerque Lacerda Filho

Oswaldo Júlio Muller da Silva
José Machado de Campos
José Araújo Costa

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias, o Balanço Patrimonial e as respectivas demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações dos Recursos, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 1994.

Apresenta também uma relação das ocorrências mais significativas neste período.

ESTRATÉGIA BÁSICA

O ano foi marcado por importantes mudanças no cenário econômico do país, decorrentes principalmente da implantação do Plano Real, que culminou com a mudança do padrão monetário nacional em julho de 1994.

Os processos licitatórios, regulamentados pelas leis 8.666/93 e 8.883/94, e de contratação foram adequados às condições do plano econômico, de forma a minimizar qualquer solução de continuidade nas atividades da Companhia. No entanto, a negociação da dívida da Empresa com a Caixa Econômica Federal, sucessora do BBN na gestão do extinto PLANASA, aprovou ainda mais a situação de permanente escassez de recursos públicos para investimentos em saneamento básico, obrigando a SABESP a buscar alternativas de financiamento para seus débitos de curto prazo.

O lançamento de debêntures no mercado de capitais, mostrou-se como opção plausível para o alongamento do perfil da dívida. A viabilização desse instrumento implicou na alteração dos estatutos da Companhia, de forma a permitir a abertura de seu capital e a negociação de suas ações em bolsa.

No mesmo período, foi iniciada a discussão sobre a reorganização do setor de Saneamento, no Estado de São Paulo, com o objetivo de facilitar a transição para o novo modelo previsto na regulamentação das Políticas Estaduais de Saneamento (Lei 7.750/91).

PROGRAMA 100% QUALIDADE

Sob a coordenação do Centro Técnico da Qualidade, os programas de melhoria dos padrões de eficiência e eficácia disseminaram-se pela Empresa, propiciando resultados como a habilitação do Departamento de Apoio Técnico da Diretoria de Engenharia ao Certificado ISO 9000.

DIRETORIA DE OPERAÇÃO LITORAL

Com o objetivo de aprimorar o atendimento aos usuários da Baixada Santista, Litoral Norte e Vale do Ribeira, foi criada em março de 1994, a Diretoria de Operação Litoral. Constituída de 31 municípios, a nova Diretoria tem como atribuição a operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário dentro de sua área de atuação, além do atendimento aos clientes através de suas 33 agências.

CONSULTORIA INTERNACIONAL

A SABESP habilitou-se, através de seu corpo técnico e como subcontratada de um consórcio internacional, a prestar consultoria na Peru para a elaboração de projetos visando o aprimoramento institucional e operacional das prestadoras de serviços de água potável e esgotos nas cidades de Cajamarca, Chiclayo e Chachapoyas.

Concorrendo com empresas americanas e europeias, a participação da Companhia nesse projeto financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, empresta respaldo a engenharia brasileira em sua atuação na América Latina.

PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO

No ano de 1994 a SABESP cadastrou 108.218 novas ligações de água e 1.140 km adicionais de rede, elevando a 3.993.565 o número de ligações existentes e a 41.758 km a malha de distribuição, beneficiando aproximadamente 495.000 novos usuários em todo o Estado de São Paulo.

Foram também incorporadas ao cadastro da Empresa, 99.510 ligações de esgoto e 612 km de rede coletora, beneficiando uma população de 495.000 habitantes, totalizando, na área de atuação da Empresa, 2.753.405 ligações de esgoto e 26.117 km de rede coletora.

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

1. Água
Para atender a população da RMSP, a SABESP conta com 23.015 km de rede de distribuição e 2.459.512 ligações de água, sendo que em 1994 foram cadastrados 705 km adicionais de rede e 70.029 ligações de água, beneficiando 346.000 novos usuários.

2. Esgoto
Nos serviços de esgotamento sanitário, o cadastro da rede coletora foi ampliado em 394 km, estendendo o serviço a 391.000 novos usuários, através de 75.034 ligações, elevando a 1.726.680 o número de ligações de esgoto existentes na RMSP e a 15.467 km a extensão total da rede coletora.

3. Descrição das Ações

3.1. Estação de Tratamento de Água Morro Grande
Obras de regularização do abastecimento de água de Cotta, abrangendo a ampliação da Estação de Tratamento de Água de Morro Grande e a ampliação de sua capacidade de tratamento para 1,2 m³/s.

3.2. Sistema Adutor Metropolitano
Obras de reforço no sistema:
AUTORA

	EXTENSÃO (m)	DIÂMETRO (mm)
SAM Leste/Mauá	3.797	1.200
Sapopemba Nova/Camiloópolis	2.222	1.500
Passagem Funda-Zona Alta	502	600
Passagem Funda-Zona Baixa	3.800	600
ABV/Chicara Flora	2.738	1.000

3.3. Reservatórios
Aumento da capacidade de reserva da RMSP com a execução das seguintes obras:

RESERVATÓRIO	CAPACIDADE (m³)
Passagem Funda-Zona Alta	5.000
Passagem Funda-Zona Baixa	10.000
Capão Redondo (metálico)	5.000
Jardim Arpoador (metálico)	5.000
Taboão da Serra - R.1A (metálico)	7.500
Taboão da Serra - R.2A (metálico)	5.000

3.4. Estação Elevatória de Shangri-lá (Zona Alta)
Execução de estação elevatória com capacidade instalada de 900 CV, para melhoria na distribuição de água para bairros situados na região sul da cidade.

3.5. Despoluição do Tietê
Estação de Tratamento de Esgoto de São Miguel Paulista
1º Módulo - 1,5 m³/s: executado aproximadamente 90% das estruturas em concreto armado.

Estação de Tratamento de Esgoto Parque Novo Mundo
1º Módulo - 2,5 m³/s: executado aproximadamente 50% das estruturas em concreto armado.

Estação de Tratamento de Esgoto ABC
1º Módulo - 3,0 m³/s: em fase de pré-operação.

Obras lineares: 2 km de interceptores, 34 km de coletores-tronco e 12 km de rede coletora.

3.6. Despoluição do Guarapiranga
Publicação, em 1994, de 5 concorrências para atender o programa de obras de saneamento ambiental da Bacia do Guarapiranga, com investimentos estimados em US\$ 39 milhões, compreendendo a execução de 310 km de rede coletora, emissários, coletores-tronco e linhas de recalque: 19,4 mil ligações, 18 estações elevatórias, além de obras de melhoria nos sistemas existentes.

O empreendimento abrange os municípios de São Paulo, Embu, Embu-Guaçu e Itapetereira da Serra, beneficiando uma população superior a 220 mil habitantes, através da despoluição do reservatório de abastecimento do Guarapiranga.

3.7. Outras Ações
Além dessas atividades, destacamos outras realizações que estão contribuindo para o desenvolvimento dos serviços realizados pela Empresa:

- Realização do Termo de Cooperação Técnica SABESP-LIMPURB
Estabelecimento de diretrizes, com a finalidade de regulamentar a disposição de lodos produzidos nas ETE's da RMSP, nos aterros sanitários da Prefeitura Municipal de São Paulo e, o recebimento pelas ETE's do chorume gerado nesses aterros.

- Execução das novas instalações do Laboratório de Controle Sanitário Oeste.

- Plano de Trabalho Conjunto - Convênio SABESP-SENAI
Curso destinado aos operadores de Estações de Tratamento de Esgotos, para melhor capacitação técnica, visando otimizar a operação.

- Inauguração da agência Ipiranga de atendimento ao público, em agosto/94.

- Inauguração da agência comercial de Perus, evitando o deslocamento dos moradores do bairro até a agência Piratuba, a 18 km de distância.

- Aumento da capacidade de execução de serviços das regionais, através da aquisição de equipamentos, dentro dos programas:
• Bucket-Machine (5 pares)
• Sewer-Rodder (36 canhões)
• Sewer-Jet (20 unidades)

INTERIOR E LITORAL

1. Água
Em 1994 o cadastro teve um incremento de 33.189 novas ligações de água e 436 km de rede de distribuição, ampliando em 149.000 o número de usuários do sistema, totalizando, nessas regiões do Estado, 18.743 km de rede e 1.533.953 ligações de água.

2. Esgoto
Os serviços de esgoto beneficiaram 99.000 novos usuários, através da incorporação de 24.476 ligações e 218 km de rede, ao cadastro da Empresa, que soma hoje 1.026.725 ligações e 10.650 km de rede coletora nos municípios do Interior e Litoral do Estado.

3. Descrição das Ações

3.1. Sistema de Abastecimento de Água de Guarujá
Conclusão das obras de melhoria do Sistema Produtor Jurubatuba, compostas por barragem de nível, adutora, estação elevatória de água tratada, estação de tratamento de água e interligação com adutora existente, beneficiando aproximadamente 390 mil habitantes.

3.2. Sistema de Abastecimento de Água de São Roque
Ampliação da capacidade da Estação de Tratamento de Água de 120 l/s para 240 l/s, beneficiando 45 mil habitantes com o aumento da oferta de água tratada.

3.3. Programa de Despoluição das Praias

Guarujá
Obras para reversão dos esgotos, eliminando seu lançamento "in natura" na Praia do Imbo, através da execução de rede coletora, emissários, construção (EEE-Imbo) e ampliação (EEE-Guarujá) de estações elevatórias de esgotos.

Praia Grande
Execução de obras de melhorias no Sistema de Esgotamento Sanitário do município de Praia Grande, abrangendo: construção de dois emissários submarinos (6.580 m), estações elevatórias de esgotos (2 unidades), 45 km de rede coletora e interceptores oceânicos. O empreendimento beneficiará 125 mil habitantes fixos e mais 640 mil habitantes (população flutuante).
O primeiro emissário submarino foi inaugurado em 30/03/94 e o segundo apresenta condições para entrar em operação a partir de dezembro de 1994.

Santos
Obras para melhoria das condições de balneabilidade nas zonas turísticas de Santos e São Vicente, através da execução de coletores-tronco, emissários e estações elevatórias de esgotos.

3.4. Sistema de Esgotamento Sanitário de Franca
Melhoria no Sistema de Esgotamento Sanitário de Franca, com a execução, até dezembro de 1994, de 1.450 m de interceptores, 300 m

de emissários e Estação de Tratamento de Esgotos com capacidade para 1.200 l/s (com 60% das obras concluídas), beneficiando 200 mil habitantes.

3.5. Sistema de Esgotamento Sanitário de Lins

Execução de 724 m de emissário e construção de Estação de Tratamento de Esgoto com capacidade para 275 l/s (87% concluída até dezembro de 1994), beneficiando 57 mil habitantes, com o tratamento dos esgotos que atualmente são lançados "in natura" nos córregos da cidade.

3.5. Outras Ações

Programa SANEAS

Por meio de convênios assinados com municípios não operados, a SABESP forneceu assistência técnica à execução das seguintes obras:

- Água
 - Rede de distribuição: 58.166 m
 - Adutoras: 16.395 m
 - Estação de Tratamento de Água (construção ou reforma): 5 unidades
 - Reservatórios (construção ou reforma): 33 unidades
 - Poços (perfuração e/ou instalação de equipamentos): 4 unidades
 - Obras diversas: 5 unidades

- Esgoto
 - Redes coletoras: 96.943 m
 - Interceptores: 6.333 m
 - Emissários: 8.176 m
 - Estações de Tratamento de Esgoto: 3 unidades
 - Obras diversas: 1 unidade

Em 1994 foram assinados 93 novos convênios com prefeituras de municípios não operados pela SABESP.

AÇÕES ADMINISTRATIVAS

Com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados à população, motivar seus empregados e adequar a Empresa aos atuais níveis de solicitação da coletividade, a SABESP desenvolveu diversas ações, destacando-se:

- Adequação dos processos licitatórios às Leis 8.666/93 e 8.883/94 e ao Plano Real.
- Implantação do Sistema de Banco de Preços para cerca de 53.000 itens de materiais e equipamentos e 3.000 itens de serviço.
- Desenvolvimento do Projeto de Regionalização Tarifária, referenciando as tarifas locais a seus respectivos custos.

- Comerciais
 - Programa de ligações factíveis de esgoto, que visa identificar os imóveis com rede à disposição e ainda não ligados, e a conscientização da comunidade sobre a necessidade e importância da ligação de esgoto, identifica também imóveis conectados clandestinamente à rede e regulariza sua situação.

Dentro do Programa de Consumo e Combate às Fraudes, foram atendidas denúncias e executados planos dirigidos a determinados segmentos de mercado, onde foram constatadas cerca de 1.300 fraudes.

Implantação do código de barras nas contas de água e/ou esgoto, permitindo que as mesmas possam ser pagas pelo usuário em terminais de caixa automático.

Fornecimento, aos clientes da Empresa, de calendários com informações a respeito das datas em que ocorrerão as leituras de hidrômetro, as entregas de conta e com orientações para solicitação de segundas vias, que poderão ser feitas por telefone, para posterior entrega pelo correio.

Criação de centrais de atendimento dirigidas aos grandes consumidores e a entidades organizadas, como o PROCON, SINDISTAL, SINDICLUBES, SECOVI, etc.

Utilização de microcomputadores portáteis, onde é digitada a leitura

direta do hidrômetro. O equipamento calcula e compara consumos, solicitando nova digitação em caso de inconsistência, indicando provável erro de leitura.

Informática

Ampliação e modernização do parque computacional da Empresa, com a instalação de um novo computador central modelo Unisys 2.200/504, ampliando a capacidade de memória do sistema de 64 para 128 megabites, com possibilidade de expansão até 1.024 megabites, compatível com a implantação dos sistemas elencados no Plano Diretor de Informática. A nova unidade central processamento - CPU - é a primeira máquina desse porte instalada na América Latina.

O sistema dispõe também de um gerenciador de comunicações modelo DCP 624 "NON STOP", para administrar toda a rede de teleprocessamento.

A implantação do código de barras nas contas foi viabilizada através da modernização do parque de impressão com a incorporação de duas impressoras a laser modelo 4.890.

Recursos Humanos

Em 1994 foram realizadas atividades de treinamento e desenvolvimento, gerando aproximadamente 10.000 oportunidades de aprimoramento técnico, administrativo e gerencial.

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Destaca-se inicialmente que o ano de 1994 foi marcado pela mudança do padrão monetário da economia brasileira, cujo objetivo principal consistiu em suprimir a componente da inércia inflacionária, pela eliminação parcial do processo de indexação da economia.

Alterações de tais proporções introduzem algumas dificuldades na comparação dos valores monetários atualizados para o novo padrão, tendo em vista os critérios de conversão dos preços relativos que fazem parte da realidade da empresa - tarifas dos serviços, contratos com fornecedores e empreiteiros, salários do pessoal, etc.

A partir dos dados contábeis apresentados sob o conceito de correção integral de balanço é possível destacar alguns pontos do desempenho econômico-financeiro da Companhia.

- A SABESP encerrou o exercício com um prejuízo da ordem de R\$ 174,8 milhões contra R\$ 141,8 milhões do ano anterior. Contribuiu para este comportamento, a redução no nível da receita líquida de 1,8%, aumento de 2,1% nos custos dos serviços prestados, estabilidade das despesas com vendas e administrativas e aumento de 128,4% nas financeiras.

Por outro lado, nota-se um perfil mais favorável no endividamento de curto prazo da Empresa. Como efeito, o índice de liquidez corrente passou de um patamar de 0,32 para 0,61. Do lado do passivo circulante verificam-se expressivas reduções nas contas a pagar de fornecedores e empreiteiros e empréstimos e financiamentos. Do lado do ativo circulante observa-se uma elevação no saldo de contas a receber e fornecimentos a faturar de usuários, devido principalmente à existência de inadimplências.

Em boa medida, este comportamento foi condicionado pela renegociação do serviço da dívida de longo prazo e redução da dívida de curto prazo. Neste contexto insere-se a nova modalidade de captação de recursos no mercado de capitais, através da colocação de debêntures, junto ao público.

Finalmente, cabe destacar um ligeiro aumento no grau de endividamento de longo prazo, medido pela relação exigível de longo prazo sobre o ativo total (1993=0,20 e 1994=0,28). Esta elevação está associada à melhoria do perfil de endividamento de curto prazo.

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Valores Expressos em R\$)

ATIVO			PASSIVO		
	MOEDA DE CAPACIDADE AQUISITIVA CONSTANTE	LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA		MOEDA DE CAPACIDADE AQUISITIVA CONSTANTE	LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA
	1994	1993		1994	1993
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras	2.861.785	39.480.477	Fornecedores e Empreiteiros	144.777.681	236.972.664
Contas a Receber e Fornecimentos a Faturar	459.837.297	298.294.010	Salários e Encargos	68.735.520	105.656.897
Provisão para Devedores Duvidosos	(6.958.281)	(5.306.371)	Empréstimos e Financiamentos	279.120.451	694.656.783
Outras Contas a Receber	17.669.775	5.245.408	Impostos e Contribuições	156.893.867	165.639.966
Almoxarifados de Operação	8.400.941	3.764.250	Serviços	138.135.647	56.898.703
Pagamentos Antecipados	55.149.803	68.995.209	Provisões	78.122.250	78.122.250
	536.961.320	410.472.983	Outras Obrigações	19.405.572	7.490.801
				885.191.988	1.268.668.866
					886.769.136
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Depósitos Judiciais-Finsocial	5.385.950	22.028.844	Empréstimos e Financiamentos	2.711.209.492	1.912.187.445
Empréstimos Compulsórios e Outros	19.500.650	2.434.720	Creditos de Acionistas	33.848.297	17.600.049
	24.886.600	24.463.564	Outras Obrigações	24.924.535	16.947.837
				2.769.982.324	1.946.735.331
PERMANENTE			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos	963.513	949.588	Capital		
Imobilizado	9.296.154.416	9.142.498.237	Autorizado	2.873.410.456	2.346.489.122
Diferido	36.251.157	13.084.184	Menos: A Integralizar	(951.158.967)	(458.949.170)
	9.333.369.086	9.156.532.009	Capital Social Realizado	1.922.251.489	1.887.539.952
			Correção Monetária do Capital		1.704.930.106
				1.922.251.489	1.887.539.952
TOTAL	9.895.217.006	9.591.468.556	Reservas de Capital	7.171.151	2.038.702
			Reservas de Reavaliação	3.245.940.036	3.356.368.665
			Reserva Legal	17.838.742	17.838.742
			Lucros (Prejuízos) Acumulados	1.046.841.276	1.112.278.298
				6.240.042.694	6.376.064.359
			TOTAL	9.895.217.006	9.591.468.556

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

90 — D.O.E.: Ined.: São Paulo, 105 (74), quinta-feira, 20 abr. 1995

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1994
(Valores Expressos em R\$)
(LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA)**

	CAPITAL REALIZADO E ATUALIZADO		CORREÇÃO DO CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIÇÃO	RESERVA DE LÚCROS LEGAL	LÚCROS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1993	8.957.694	178.809.893		202.805	333.882.861	1.828.032	115.637.606	639.318.891
Aumento de Capital								
Capitalização de Reservas	179.012.698	(178.809.893)		(202.805)	0	0	0	0
Capitalização de Créditos	29.350.991	0		0	0	0	0	29.350.991
Doações - Auxílios para Obras	0	0		4.516.303	0	0	0	4.516.303
Conversão para Real MP. nº 542/94	0	0		0	(920.541)	0	0	(920.541)
Correção Monetária	0	1.704.930.106		2.654.848	2.981.160.260	16.548.316	1.088.038.529	5.793.332.059
Realização da Reserva	0	0		0	(68.182.544)	0	68.182.544	0
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	0	0		0	0	0	(223.084.034)	(223.084.034)
Reserva Legal	0	0		0	0	0	0	0
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1994	217.321.383	1.704.930.106		7.171.151	3.245.940.036	18.376.348	1.048.774.645	6.242.513.669

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1994 E 1993
(Valores Expressos em R\$)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A SABESP atua na captação, tratamento e distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos, no Estado de São Paulo, mediante delegação do Governo Estadual e de parte dos municípios, nos quais ela atua. Sua atividade compreende, também, a realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações e ampliação de redes.

2. ABERTURA DO CAPITAL

Conforme Processo CVM nº RJ 94/0728, de 29 de abril de 1994, a Companhia obteve a concessão do registro de Companhia Aberta, em 27 de junho de 1994.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas nas versões "Legislação Societária" e "Moeda de Capacidade Aquisitiva Constante" e apresentadas, respectivamente, em conformidade com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e com as instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Em 10 de julho de 1994, foi instituído o Real (R\$) como novo padrão monetário do País, em substituição ao Cruzeiro Real (CR\$) na paridade de R\$ 1,00/CR\$ 2.750,00. Em função dessa mudança, os valores decorrentes das operações até aquela data estão sendo apresentados nessa nova moeda, observando-se a paridade acima mencionada.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**4.1. Pela Legislação Societária****a. Efeitos Inflacionários:**

Os efeitos inflacionários refletem-se no resultado do exercício através da contabilização da correção monetária das demonstrações contábeis e das variações monetárias sobre os ativos e passivos indexados.

Nas demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação atual, os efeitos da inflação são reconhecidos pela sistemática oficial de correção monetária. Nos períodos de inflação tão elevada como os vividos no primeiro semestre de 1994, a sistemática legal gera distorções expressivas, comprometendo a análise e interpretação dos referidos demonstrações contábeis pela (a) não correção monetária dos estoques e adiantamentos; (b) apresentação das receitas, custos e despesas pelos seus valores nominais, não reconhecendo os efeitos inflacionários; (c) pelo registro das transações de compras e vendas a prazo aos seus valores nominais, sem descontar a inflação embutida em tais preços. Referidos efeitos foram eliminados através da apresentação das demonstrações contábeis em "Moeda de Capacidade Aquisitiva Constante".

b. Aplicações de Liquidez Imediata:

São registradas pelos valores das aplicações, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c. Receitas:

Os fornecimentos de água e serviços de coleta de esgotos não faturados até a data do balanço são calculados e contabilizados, de forma a possibilitar a contraposição dos custos e receitas dentro do exercício.

d. Provisão para Devedores Duvidosos:

É constituída por montante que se estima suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos créditos.

e. Estoques:

Os almoxarifados de materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas são avaliados ao custo médio de aquisição.

f. Investimentos:

Estão contabilizados ao custo, acrescido da correção monetária.

g. Imobilizado:

Está apresentado pelo custo de aquisição corrigido monetariamente, acrescido de reavaliações espontâneas, deduzida das depreciações acumuladas também corrigidas. A depreciação é calculada pelo método linear e computada no Resultado do Exercício.

h. Ativo Diferido:

As despesas com estudos econômicos e desenvolvimento de sistemas, classificadas no Ativo Diferido, são corrigidas monetariamente, deduzidas das amortizações acumuladas também corrigidas. As amortizações são calculadas pelo método linear e reconhecidas no Resultado do Exercício.

i. Empréstimos e Financiamentos:

São atualizados pelas variações cambiais e monetárias, acrescidos dos encargos incorridos até a data do balanço.

j. Provisão para Licença Prêmio:

É constituída para os períodos aquisitivos completos e proporcionais, acrescida dos encargos sociais.

1. Auxílio para Obras:

São registrados diretamente em Reserva de Capital.

4.2. Moeda de Capacidade Aquisitiva Constante**a. Índice de Correção:**

As transações relativas aos itens do Ativo Permanente e Patrimônio Líquido, atualizações das contas de resultado e apuração de ganhos e perdas nos itens monetários foram apuradas de acordo com a variação da Unidade Monetária Contábil (UMC), equivalente a variação da Unidade Fiscal de Referência (UFR).

b. Balanço Patrimonial:

Os ativos e passivos apresentados sob o título "Moeda de Capacidade Aquisitiva Constante" são idênticos aos apresentados sob o título "Legislação Societária", exceto pelos valores a receber de clientes e os valores a pagar para fornecedores e empreiteiros que estão ajustados para refletir os saldos em moeda de 31 de dezembro de 1994, utilizando a taxa divulgada pela ANBID.

c. Demonstrações dos Resultados:

Todas as contas foram atualizadas monetariamente, a partir do mês de sua contabilização, ajustadas pelos seguintes procedimentos:

c.1. Os ganhos e perdas inflacionários apurados sobre os saldos de Passivos e Ativos que geraram despesas e receitas financeiras ou inflacionárias nominais, foram considerados como redutores das respectivas contas de resultado. Os juros reais foram classificados para as contas de receitas e despesas financeiras.

c.2. Os demais ganhos e perdas inflacionários, foram alocados em outras contas do resultado de acordo com sua natureza.

d. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos

Todos os valores apresentados refletem o poder aquisitivo da data das demonstrações contábeis, em moeda de 31 de dezembro de 1994.

5. IMOBILIZADO

	1994 R\$			1993 R\$
	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIACÕES ACUMULADAS	LÍQUIDO	LÍQUIDO
a. Composição				
Em Operação				
Sistemas de Abastecimento de Água	4.632.934.013	(541.257.722)	4.091.676.291	4.057.644.554
Sistemas de Esgotos	3.253.791.188	(294.090.536)	2.959.700.652	2.932.072.670
Terrenos e Edificações	165.956.693	(13.300.267)	152.656.426	150.146.197
Equipamentos de Transporte	61.004.966	(44.425.123)	16.579.843	22.698.343
Móveis, Utensílios e Equipamentos	75.868.532	(34.462.959)	41.405.573	48.357.479
Bens Cedidos em Comodato	29.335.295	(1.032.547)	28.302.748	28.329.626
	8.218.890.687	(928.569.154)	7.290.321.533	7.239.248.869
Obras em Andamento				
Sistemas de Abastecimento de Água	962.062.289	0	962.062.289	1.054.980.480
Sistemas de Esgotos	1.029.473.577	0	1.029.473.577	828.913.236
Outras Obras	14.297.017	0	14.297.017	19.355.652
	2.005.832.883	0	2.005.832.883	1.903.249.368
TOTAL	10.224.723.570	(928.569.154)	9.296.154.416	9.142.498.237
b. Depreciações				

A depreciação é calculada às seguintes taxas anuais:

Edificações - 4%; interceptores e redes - 2%; maquinaria e equipamentos - 10%; hidrômetros - 10%; veículos - 20%; equipamentos de computação - 20%; ligações prediais - 5%; mobiliário de escritório - 10%.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

1. Examinamos o balanço patrimonial da COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, em 31 de dezembro de 1994, apresentado sob os títulos "Moeda de capacidade aquisitiva constante" e "Legislação Societária", e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil; e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis apresentadas sob o título "Moeda de capacidade aquisitiva constante" referidas no parágrafo 1, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, em 31 de dezembro de 1994, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade.
4. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis apresentadas sob o título "Legislação Societária", referidas no parágrafo 1, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, em 31 de dezembro de 1994, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações descritas na nota nº 4.1.
5. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 1993 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram, em 10 de fevereiro de 1994, parecer sem ressalvas.

São Paulo, 10 de fevereiro de 1995

Luiz Claudio Fontes

Contador

CRC-RJ 32.470-3 "S" SP 002.393

TREVISAN

Revisão Auditores Independentes
CRC-SP 13.439

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, abaixo assinados, em cumprimento às suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual de Administração, do Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 1994, das Demonstrações do Resultado, das Origens e Aplicações de Recursos, das Mutações Patrimoniais e as Notas Explicativas. Com base nesse exame, nas verificações mensalmente realizadas nos balancetes e no Relatório dos Auditores, pertinente às referidas peças e nos esclarecimentos por eles prestados, são de parecer que as peças examinadas representando a efetiva situação econômico-financeira e patrimonial da SABESP na data mencionada, reúnem condições para serem submetidas à apreciação e aprovação dos senhores acionistas.

São Paulo, 20 de fevereiro de 1995.

JOSÉ FIORITA

OLDEMAR MURARI

YUKIMI NAGATA

VANIA LUCIA JARDIM RIBEIRO PARRA ROSIQUE

JOSÉ FERRARI

HARMONIA CORRETORA DE SEGUROS S.A. - CGC/MP nº 48.394.340/0001-70
EXTRATO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
DATA: Realizada, cumulativamente, em 28.03.95, às 10:00 hs. LOCAL: Sede da Companhia, Calçada dos Ciclamas, 37 - 2º andar, Centro Com. Alphaville - Barueri-SP. PUBLICAÇÕES LEGAIS: O Balanço e as Demonstrações Financeiras da sociedade, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.94, foram publicados no dia 25.03.95 no jornal "O DIA" e "DOESP". CONVOCAÇÃO: O Aviso nº 4.1 de 133 de 6.404/76 e o Edital de Convocação não foram publicados. Formalidades supridas com o comparecimento da totalidade dos Acionistas às presentes Assembleias (art. 124, § 4º e art. 133, § 4º da Lei nº 6.404/76). PRESENÇA: Acionistas representando a totalidade do capital social. MESA: Presidente: Ivan Alves da Silva; Secretária: Daphne Murahovschi SANCOSKY. DELIBERAÇÕES EM CARÁTER ORDINÁRIO: Aprovadas por unanimidade de votos: 1. Relatório da Diretoria e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.94. 2. Tomaram conhecimento do montante de R\$ 188.293,18, referente ao lucro líquido apurado no exercício, que será mantido na conta de lucros acumulados. Dessa importância, 5%, correspondente a R\$ 9.411,66, serão destinados à constituição da reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76. 3. Tomaram conhecimento do montante de R\$ 249.320,16, referente à correção monetária do capital social realizado e aprovaram, unanimemente, a incorporação da referida quantia ao Capital Social que passa de R\$ 27.541,48 para R\$ 278.881,64. 4. Em decorrência de deliberação do item acima, é alterado o artigo 9º - caput - do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: "ARTIGO 9º - O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 278.881,64 (duzentos e setenta e seis mil e oitocentos e sessenta e um reais e sessenta e quatro centavos), dividido em 40.000 (quarenta mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal". 5. Elegeram os membros da Diretoria da Sociedade para o triênio 1995/1998, cujos mandatos iniciam-se em 31.03.95 e expiram em 31.03.98: para Diretor Superintendente e Técnico, IVAN ALVES DA SILVA, brasileiro, casado, administrador de empresas, corretor de seguros regularmente habilitado, registrado na SUSEP sob nº 010174-5, RG 8.935.650 e CPF/MP 987.975.148-5; Diretora, MÂRCIA TITO RIBEIRO, brasileira, solteira, relações públicas, RG 8.364.589 e CPF/MP 074.937.088-27, ambos residentes e domiciliados nesta cidade. 6. Os diretores eleitos serão investidos em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos e competentes termos de posse lavrado em livro próprio. DELIBERAÇÕES EM CARÁTER EXTRAORDINÁRIO: Aprovadas por unanimidade de votos: 1. A redução do Capital Social de R\$ 278.881,64 para R\$ 1.000,00. 8. Em decorrência da deliberação do item acima, é alterado o artigo 9º - caput - do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: "ARTIGO 9º - O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.000,00 (um mil real), dividido em 40.000 (quarenta mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal". 9. A distribuição dos dividendos referentes ao lucro gerado no exercício de 1994, no montante de R\$ 71.331,06. ENCERRAMENTO: Lavrou-se a ata e a mesma foi aprovada por todos os presentes assinada. São Paulo, 28.03.95. Ivan Alves da Silva - Presidente da Mesa e Diretor; Daphne Murahovschi SANCOSKY - Secretária da Mesa; PRISCILA MARIA LIMA CONDUTA e José Nassif Neto. DAFINE MURAHOVSHI SANCOSKY - Secretária da Mesa; IVAN ALVES DA SILVA - Presidente da Mesa e Diretor; JOSÉ NASSIF NETO; PRISCILA MARIA LIMA CONDUTA. ESTATUTO SOCIAL - CAPÍTULO I - NOME, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO - Artigo 1º - Nome: A Harmonia Corretora de Seguros S.A., é uma sociedade anônima que se regerá pelo presente Estatuto e pela legislação em vigor que lhe for aplicável. Artigo 2º - Objeto - A Sociedade tem por objeto a corretagem de: a) seguros dos ramos elementares abrangendo os ramos aeronáuticos, incêndios, tumultos, riscos diversos (R.D.), riscos de engenharia (R.E.), transportes, automóveis, responsabilidade civil, vidros, cascos, roubos, fidelidade, garantia de obrigações contratuais (G.O.C.), créditos à exportação, lucros cessantes, acidentes pessoais, e demais passivos causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT); b) seguros do ramo de vida, desde que devidamente inscrita na SUSEP a pedido da Sociedade Seguradora, conforme previsto na Circular SUSEP nº 24 de 26.06.1989; c) realização de inspeções e avaliações de riscos; d) gerenciamento de riscos; e) prestação de assessoria técnica nas áreas em que desenvolve suas atividades. Artigo 3º - Sede - A Sociedade tem sua sede social no Estado de São Paulo, Município de Barueri, à Calçada dos Ciclamas, nº 37 - 2º andar, Centro Comercial Alphaville. Artigo 4º - Duração - A duração da Sociedade será por tempo indeterminado. CAPÍTULO II - CAPITAL E AÇÕES - Artigo 5º - Capital Social - O capital social é de R\$ 1.000,00 (um mil real) representado por 40.000 (quarenta mil) ações ordinárias nominativas. As ações não terão valor nominal. § 1º - Ação Ordinária - Direito de Voto - Cada ação ordinária terá direito a um voto nas Assembleias Gerais, não reconhecendo a Sociedade, para tal fim, fração ou frações de ação. § 2º - Preferência por Subscrição - Na proposta de emissão de ações que possuam, terão os acionistas preferência para a subscrição dos aumentos de capital da Sociedade, respondendo este direito pela legislação aplicável. § 3º - Cautelas ou Certificados - As cautelas ou certificados de ações serão sempre assinados por dois Diretores. CAPÍTULO III - ASSEMBLEIAS GERAIS DE ACIONISTAS - Artigo 4º - Definição - A Assembleia Geral é a reunião dos acionistas, convocada e instalada na forma prevista na lei e neste Estatuto, a fim de deliberar sobre matérias de interesse da Sociedade. Artigo 5º - Espécies - A Assembleia Geral, segundo o disposto na lei, é Ordinária ou Extraordinária, tendo os poderes conferidos por lei. Artigo 6º - Convocação - A convocação da Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária obedecerá aos prazos mínimos estabelecidos pela lei em vigor. Artigo 9º - Época para a Realização da AGE - A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á anualmente nos quatro primeiros meses após o término do exercício social. Artigo 10º - Época para a Realização da AGE - A Assembleia Geral Extraordinária será realizada quando convocada e instalada nos termos da lei e deste Estatuto exclusivamente para deliberar sobre a reforma ou alteração do presente Estatuto, que deverá ser objeto do edital de convocação. Artigo 11º - Legitimidade dos Acionistas - Para tomar parte e votar nas Assembleias Gerais da Sociedade, quer sejam Ordinárias ou Extraordinárias, os acionistas deverão apresentar prova de identidade. Artigo 12º - Arquivos das Procurações e Documentos dos Representantes - As procurações de acionistas e os documentos comprobatórios de qualificação para representação na forma da lei nas Assembleias Gerais, quer sejam Ordinárias ou Extraordinárias, deverão ser depositados na sede da Sociedade, antes da realização da Assembleia, sob pena de não poder o mandatário ou representante comparecer à Assembleia. Artigo 13º - Composição de Mesa - As Assembleias Gerais, quer sejam Ordinárias ou Extraordinárias, serão dirigidas por Mesa composta de Presidente e Secretário, escolhidos pelos acionistas presentes. CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA - Artigo 14º - Composição da Diretoria - A Diretoria da Sociedade, a quem compete administrar as suas negócios de maneira prudente e no melhor interesse de todos, será integrada por

até 4 (quatro) Diretores, acionistas ou não, residentes no País, sendo um Diretor Superintendente, um Diretor Técnico e os demais denominados simplesmente Diretores, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, pelo período de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. Artigo 15º - Obrigatoriedade do Cargo de Diretor-Técnico - A Sociedade se obriga a manter, durante toda sua vigência, no cargo de Diretor-Técnico, somente profissionais detentores de seguros habilitados e registrados na SUSEP. Artigo 16º - Atribuição da Diretoria - A Diretoria será todos os poderes e atribuições que a lei lhe confere com relação à administração da Sociedade, exceto no que se refere à corretagem de seguros, conforme dispõe o Artigo 23º deste Estatuto, incluindo poderes de vender, locar, transferir, hipotecar, empenhar ou de qualquer modo dispor dos bens da Sociedade. Artigo 17º - Posse dos Diretores - Os Diretores empossados em seus cargos mediante termo lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. Artigo 18º - Causão para Diretores - Ficam os Diretores dispensados da prestação de caução para garantir sua gestão. Artigo 19º - Substituição de Diretores - No caso de renúncia, falecimento ou interdição de qualquer Diretor, a Assembleia Geral de Acionistas nomeará o substituto para exercer o cargo pelo restante do mandato, observando o disposto no artigo vinte e quatro. Artigo 20º - Remuneração dos Diretores - A remuneração dos Diretores será determinada pelos acionistas reunidos em Assembleia Geral. Artigo 21º - Local de Reuniões - Quorum das Resoluções - A Diretoria reunir-se-á nos locais e épocas que venha a determinar e suas decisões constarão de atas lavradas no livro próprio das reuniões de Diretoria. As resoluções da Diretoria serão tomadas, por maioria, em reunião da mesma, à qual estejam presentes pelo menos um terço dos Diretores eleitos. Artigo 22º - Atribuições do Diretor Superintendente - Compete ao Diretor Superintendente: a) a representação da Sociedade nos limites e formas impostas pela Lei e por este Estatuto; b) mandar ao Procurador, respeitadas, rigorosamente, os limites da procuração respectiva e sempre que as condições de atuação estejam expressas no instrumento correspondente; c) por um Procurador, isoladamente, respeitadas, rigorosamente, os limites da procuração respectiva e sempre que as condições de atuação estejam expressas no instrumento correspondente; d) por um Procurador, isoladamente, respeitadas, rigorosamente, os limites da procuração respectiva e sempre que as condições de atuação estejam expressas no instrumento correspondente. § 1º - Constituição de Procuradores - A constituição de procuradores far-se-á pela assinatura conjunta de dois Diretores, podendo a Diretoria delegar os poderes de representação da Sociedade, legais ou estatutários, a um ou mais mandatários, devendo o instrumento de mandato especificar o seu prazo de duração, que não poderá exceder o período de 1 (um) ano, exceção feita ao mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado. § 2º - Constituição de Procuradores para Assuntos Relativos à Corretagem de Seguros - A constituição de procuradores para os assuntos relativos à corretagem de seguros far-se-á pela assinatura do Diretor Técnico, em conjunto com um dos demais Diretores, e recairá, obrigatoriamente, em corretores de seguros habilitados e registrados na SUSEP. - Reserva de Substabelecimento - A nenhum mandatário será concedido o poder de constituir outros mandatários, exceção feita ao instituto do substabelecimento, sempre que autorizado no mandato original. § 4º - Atas com Intervenção de Dois Diretores - Os atos que impliquem operação ou alienação de bens imóveis, cessão ou transferência de linhas de negócios e prestação de garantia a terceiros, desde que não vinculadas a operações correntes da Sociedade, deverão ser assinados por qualquer dos Diretores conjuntamente. CAPÍTULO V - CONSELHO FISCAL - Artigo 27º - Composição - O Conselho Fiscal compor-se-á de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, acionistas ou não, atendidos os requisitos da Lei das Sociedades por Ações. § Único - Época para instalação - O Conselho Fiscal funcionará apenas nos exercícios sociais em que for instalado, a pedido dos acionistas, na forma da lei, e terá as atribuições e poderes que a lei lhe confere e sua remuneração será fixada pela Assembleia Geral que eleger os seus membros. Artigo 28º - Quorum de Deliberações - O Conselho Fiscal deliberará sempre por maioria e suas deliberações serão reduzidas à ata lavrada em livro próprio, assinada por todos os presentes, salvo recusa ou impedimento que será consignado. CAPÍTULO VI - EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇO - Artigo 29º - Duração - O Exercício Social da Sociedade terá início no dia primeiro de janeiro e término no dia trinta e um de dezembro de cada ano. § 1º - Destinação do Lucro Líquido - O lucro líquido do exercício, apurado de acordo com as prescrições legais, terá a seguinte destinação: a) 5% para a formação da Reserva Legal, até que esta alcance 20% do capital social; b) o remanescente do lucro líquido será aplicado que for deliberada pela Assembleia Geral, quer Ordinária ou Extraordinária, de acordo com a proposta da Diretoria. Artigo 30º - Distribuição de Dividendos - A Sociedade repartirá distribuições dos resultados disponíveis como dividendos, inclusive os intermediários, de forma que representem, em cada ano, pelo menos 25% do lucro líquido ajustado no exercício, tal como definido na Lei das Sociedades por Ações, a menos que os acionistas presentes na Assembleia que deliberar sobre dividendos decidam, por unanimidade, de maneira diversa. CAPÍTULO VII - DISSOLUÇÃO E LIQUIDACÃO - Artigo 31º - Liquidação - A Sociedade se dissolverá e entrará em liquidação nos casos legais, compelido a Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger não 3 ou liquidante ou liquidantes, como também o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração. JUCESP nº 56.854/95-0 em 11.04.95. José Edgar L. Gomes - Secretário Geral.

D.O.E.; Ined.; São Paulo, 105 (74), quinta-feira, 20 abr. 1995 — 89

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**
(Valores Expressos em R\$)

	MOEDA DE CAPACIDADE AQUISITIVA CONSTANTE		LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA
	1994	1993	1994
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS	1.354.159.073	1.378.250.832	1.270.739.069
(-) Impostos e Serviços	(50.317.628)	(50.064.735)	(30.401.788)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.303.841.445	1.328.186.097	1.240.337.270
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(765.444.468)	(749.830.342)	(602.193.667)
LUCRO BRUTO	538.396.977	578.355.755	638.143.603
Despesas com Vendas	(68.693.281)	(55.123.638)	(52.760.746)
Despesas Administrativas	(243.378.457)	(256.626.158)	(180.900.031)
Despesas Financeiras	(562.501.550)	(246.230.722)	(286.487.445)
Receitas Financeiras	(164.596.170)	(148.341.252)	(12.108.952)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS EFEITOS INFLACIONÁRIOS	(709.977.118)	(706.320.770)	(508.039.270)
EFETOS INFLACIONÁRIOS	(171.580.141)	(127.965.015)	130.104.333
Variações Monetárias Ativas			176.212.302
Variações Monetárias Passivas			(2.382.646.881)
Resultado da Correção Monetária			2.455.752.564
PREJUÍZO APÓS OS EFEITOS INFLACIONÁRIOS	(171.580.141)	(127.965.015)	(220.577.682)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(3.264.661)	(13.839.557)	(2.506.352)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(174.844.802)	(141.804.572)	(223.084.034)
PREJUÍZO POR AÇÃO	(0,007)	(0,006)	(0,009)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**
(Valores Expressos em R\$)

	MOEDA DE CAPACIDADE AQUISITIVA CONSTANTE		LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA
	1994	1993	1994
ORIGENS DE RECURSOS			
Das Operações			
Conforme Detalhamento	137.015.533	30.785.310	0
De Ações			
Créditos para Aumento de Capital	48.921.082	38.647.649	32.378.050
Integralizações de Capital	80.920.141	117.420.263	41.993.221
De Terceiros			
Ingressos de Novos Financiamentos	121.326.386	79.031.929	104.919.512
Auxílios para Obras	7.844.927	1.938.278	4.516.303
Captações por Debêntures	249.585.437	0	212.764.651
	<u>378.753.750</u>	<u>80.970.207</u>	<u>322.200.466</u>
TOTAL DAS ORIGENS	596.689.424	229.175.780	364.193.687
APLICAÇÕES DE RECURSOS			
Das Operações			
Conforme Detalhamento	0	0	573.174.087
Outras Aplicações			
Acréscimo (Destruição) no Realizável a Longo Prazo	423.036	2.780.472	2.394.343
Acréscimo no Investimento	13.925	0	12.934
Aquisições de Bens do Imobilizado	401.069.697	447.661.346	306.493.272
Acréscimo no Diferido	30.611.107	2.283.848	5.798.860
Transferência de Empréstimo para o Circulante	207.228.813	163.965.254	122.308.780
Aumento (Redução) do Exigível	(552.622.369)	(8.604.398)	(380.556.480)
	<u>86.725.026</u>	<u>625.295.318</u>	<u>55.435.709</u>
TOTAL DAS APLICAÇÕES	86.725.026	625.295.318	629.626.796
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	509.965.215	(396.119.538)	(265.433.109)
DETALHAMENTO DAS ORIGENS (APLICAÇÕES) DAS OPERAÇÕES			
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(174.844.802)	(141.804.572)	(223.084.034)
Mais (menos) itens que não afetam o Capital Circulante Líquido			
Depreciações e Amortizações	249.510.185	236.628.457	154.706.264
Valor Residual de Bens Baixados	5.347.467	27.861.094	3.943.737
Correção Monetária de Balanço	0	0	(2.455.752.564)
Variações Monetárias de Longo Prazo	0	0	1.948.238.097
Variação Cambial	0	0	(503.620)
Ganho/Perda Monetária de Longo Prazo	58.023.532	(91.899.669)	0
Conversão para Real MP. nº 542/94	(1.020.849)	0	(921.967)
	<u>137.015.533</u>	<u>30.785.310</u>	<u>(573.174.087)</u>
DEMONSTRATIVO DA VARIAÇÃO NO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO			
No Início do Exercício	410.472.983	344.658.864	46.350.215
Ativo Circulante	1.268.668.866	806.735.209	126.676.799
Passivo Circulante	858.195.883	462.076.345	80.326.584
No Final do Exercício			
Ativo Circulante	536.961.320	410.472.983	541.009.443
Passivo Circulante	895.191.988	1.268.668.866	886.769.136
	<u>358.230.668</u>	<u>858.195.883</u>	<u>345.759.693</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	509.965.215	(396.119.538)	(265.433.109)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**
(Valores Expressos em R\$)

	MOEDA DE CAPACIDADE AQUISITIVA CONSTANTE					TOTAL
	CAPITAL REALIZADO	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS LEGAL	LUCROS ACUMULADOS	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1992	1.807.824.689	1.043.073	3.475.157.812	17.838.742	1.135.293.723	6.437.158.039
Aumento de Capital						
Capitalização de Reservas	942.649	(942.649)	0	0	0	0
Capitalização de Créditos	78.772.614	0	0	0	0	78.772.614
Doações - Auxílios para Obras	0	1.938.278	0	0	0	1.938.278
Realização da Reserva	0	0	(118.789.147)	0	118.789.147	0
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	0	0	0	0	(141.804.572)	(141.804.572)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1993	1.887.539.952	2.038.702	3.356.368.665	17.838.742	1.112.278.298	6.376.064.359
Aumento de Capital						
Capitalização de Reservas	2.712.478	(2.712.478)	0	0	0	0
Capitalização de Créditos	31.999.059	0	0	0	0	31.999.059
Doações - Auxílios para Obras	0	7.844.927	0	0	0	7.844.927
Conversão a nova unidade monetária (M.P. nº 542 de 30/06/94)	0	0	(1.020.849)	0	0	(1.020.849)
Realização da Reserva	0	0	(109.407.780)	0	109.407.780	0
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	0	0	0	0	(174.844.802)	(174.844.802)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1994	<u>1.922.251.489</u>	<u>7.171.151</u>	<u>3.245.940.036</u>	<u>17.838.742</u>	<u>1.042.841.276</u>	<u>6.240.042.694</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.